

ORGANIZADORES

SILVIO EDUARDO ALVAREZ CANDIDO

DIÓGENES VALDANHA NETO

AÇÃO
SOCIOAMBIENTAL
NA AMAZÔNIA

EDUCAÇÃO, SAÚDE E
PRODUÇÃO EM COMUNIDADES



Silvio Eduardo Alvarez Candido
Diógenes Valdanha Neto
Organizadores

Ação socioambiental
na Amazônia:
Educação, saúde e
produção em comunidades



Editora Na Raiz
São Paulo
2020

Editora Na Raiz

Editor-Chefe: Prof. Dr. Valdir Lamim-Guedes

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Marcelo Bueno (Universidade Presbiteriana Mackenzie) | **Profa. Dra. Annie Gisele Fernandes** (Universidade de São Paulo) | **Prof. Dr. António Manuel Ferreira** (Universidade de Aveiro, Portugal) | **Prof. Dr. Carlos Junior Gontijo Rosa** (USP) | **Profa. Dra. Deborah Santos Prado** (Centro Universitário Senac – Santo Amaro) | **Prof. Dr. Fábio Augusto Rodrigues e Silva** (Universidade Federal de Ouro Preto) | **Prof. Dr. Felipe W. Amorim** (Unesp) | **Profa. Dra. Flavia Maria Corradin** (Universidade de São Paulo) | **Prof. Dr. Francisco Secaf Alves Silveira** (Universidade Anhembi Morumbi) | **Prof. Dr. Horácio Costa** (Universidade de São Paulo) | **Prof. Dr. Javier Collado Ruano** (Universidad Nacional de Educación, Equador) | **Prof. Dr. José Augusto Cardoso Bernardes** (Universidade de Coimbra, Portugal) | **Prof. Dr. Marcos Paulo Gomes Mol** (Fundação Ezequiel Dias) | **Prof. Titular Sênior Pedro Roberto Jacobi** (Universidade de São Paulo) | **Prof. Dr. Renato Arnaldo Tagnin** (Faculdades Oswaldo Cruz) | **Profa. Dra. Yasmine Antonini** (Universidade Federal de Ouro Preto)

Contatos: <https://editoranaraiz.wordpress.com/> | lamimguedes@gmail.com

Foto da capa: Sr. Pedrinho, andando em seu castanhal nas margens do rio Madeira | Marcelo Salazar

Foto da quarta capa: Pôr do sol no Lago do Cuniã em uma tarde de futebol | Diógenes Valdanha Neto

Esta obra é resultado do projeto de extensão “Produção de material didático sobre Desenvolvimento Comunitário Sustentável da Amazônia Brasileira” (23112.001261/2017-31) financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos.

C217e Candido, Silvio Eduardo Alvarez

Ação socioambiental na Amazônia: Educação, saúde e produção em comunidades [livro eletrônico] / Silvio Eduardo Alvarez Candido (Org.); Diógenes Valdanha Neto (Org.). Vários autores. – São Paulo: Na Raiz, 2020.

334f.: il.; 21 x 29,7 cm; pdf

ISBN 978-65-991479-1-3

1. Gestão Ambiental. 2. Amazônia.

I. Título.

CDD: 577

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.



Sumário

Prefácio.....	5
Marcelo Salazar	
Amazônia hoje: fortalecendo a ação socioambiental em comunidades	20
Silvio Eduardo Alvarez Candido; Diógenes Valdanha Neto	
1. Impactos dos projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira: um território em transformação.....	29
Artur de Souza Moret	
2. A barragem de Belo Monte e a perda de redes de sociabilidade das populações atingidas representadas em arpilleras amazônicas.....	56
Marina Ertzogue; Monise Busquets	
3. Educação (Popular) e Projetos Comunitários: elementos para a ação.....	82
Diógenes Valdanha Neto	
4. Educação escolar (do campo): caminhos para o desenvolvimento socioambiental	101
Diógenes Valdanha Neto	
5. Diálogo e participação na Educação Popular: muito além da teoria.....	120
Valéria Oliveira de Vasconcelos	

6. Saúde Integral e Integrada	141
Andrea Silveira	
7. Saneamento de Pequenas Comunidades e o Gerenciamento dos Recursos Hídricos na Amazônia Brasileira	162
Ayri Saraiva Rando; Cassiano Sampaio Descovi; André Munhoz de Argollo Ferrão	
8. Para além do regatão: os condicionantes sociais do acesso dos produtores tradicionais aos diferentes canais de comercialização	182
Silvio Eduardo Alvarez Candido; Fernanda Veríssimo Soulé	
9. Organização e tecnologias de produção em comunidades da Amazônia: um olhar sociológico.....	216
Fernanda Veríssimo Soulé; Silvio Eduardo Alvarez Candido	
10. Manejo e governança da “floresta em pé”: produtos florestais não- madeireiros.....	238
Raquel R. dos Santos; Leonardo H. de Moura	
11. Modelos de agricultura na Amazônia Brasileira	267
Lucas Moreira de Souza; Eduardo Michalichen Garcia	
12 Turismo comunitário e participativo: potencialidades e desafios em comunidades ribeirinhas da amazônia brasileira.....	299
Frederico Yuri Hanai; Maiara Rosa Silva Nunes	
Sobre os organizadores	328
Sobre os(as) autores(as).....	329

Prefácio

Marcelo Salazar

Recebi o convite para prefaciar este livro sobre ações socioambientais na Amazônia Brasileira durante a pandemia do novo coronavírus, um período aterrorizante, que demanda a reflexão sobre o que nos trouxe até aqui e sobre outras crises em curso. A emergência climática, que anuncia a destruição da Amazônia, e os efeitos da extrema desigualdade social que se amplia no Brasil e no mundo, em que 2153 bilionários concentram mais riqueza do que 7,79 bilhões de pessoas, impõem uma mudança de rumos. Voltar ao “normal” seria renunciar à possibilidade de criar novos sentidos no lugar de caminhar resignadamente rumo ao colapso do planeta. O momento impõe um questionamento: o que queremos num futuro próximo, pós-pandemia, entre 6 meses e dois anos, que possivelmente definirá o legado que deixaremos para as futuras gerações?¹

Escrevo à beira do rio Xingu, vizinho ao rio Madeira, local onde me apaixonei pela Amazônia. Acabei casando com o Xingu e seus afluentes - Iriri e Riozinho do Anfrísio. Mas como o convite para este texto partiu de um companheiro de jornadas do Napra (Núcleo de Apoio a População Ribeirinha da Amazônia), que tem atuação no rio Madeira, foi pra lá que voaram minhas memórias.

Há exatamente duas décadas, aos 23 anos, eu preparava a minha primeira viagem para a Amazônia, como integrante do Napra. Eu cursava o 4º ano de Engenharia de Produção Química de produção na Universidade Federal de São Carlos. Na época, como bolsista de iniciação científica do CNPq, estudava uma metodologia chamada “Mapeamento Cognitivo”², uma abordagem técnica que se

¹ Para uma discussão do futuro pós pandemia ver LATOUR, B. **Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise**. Paris, 2020. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS.pdf>> Acesso em 23/05/2020. KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

² O mapeamento cognitivo é uma técnica de planejamento baseada na teoria dos construtos pessoais de George Kelly que se insere, dentro da Engenharia de Produção, no campo da Pesquisa

propõe a montar uma representação semi-estruturada de um problema a partir da visão de uma ou mais pessoas, cuja aplicação é incrível para muitas realidades amazônicas, sobretudo quando envolve dinâmicas de comunidades, rios e florestas.

Entrei no NAPRA com a proposta de usar o mapeamento cognitivo para ajudar na elaboração do planejamento da organização, tentando trazer para uma representação gráfica como poderíamos apoiar as comunidades. O resultado do que foi construído na época pode ser visto na figura abaixo.

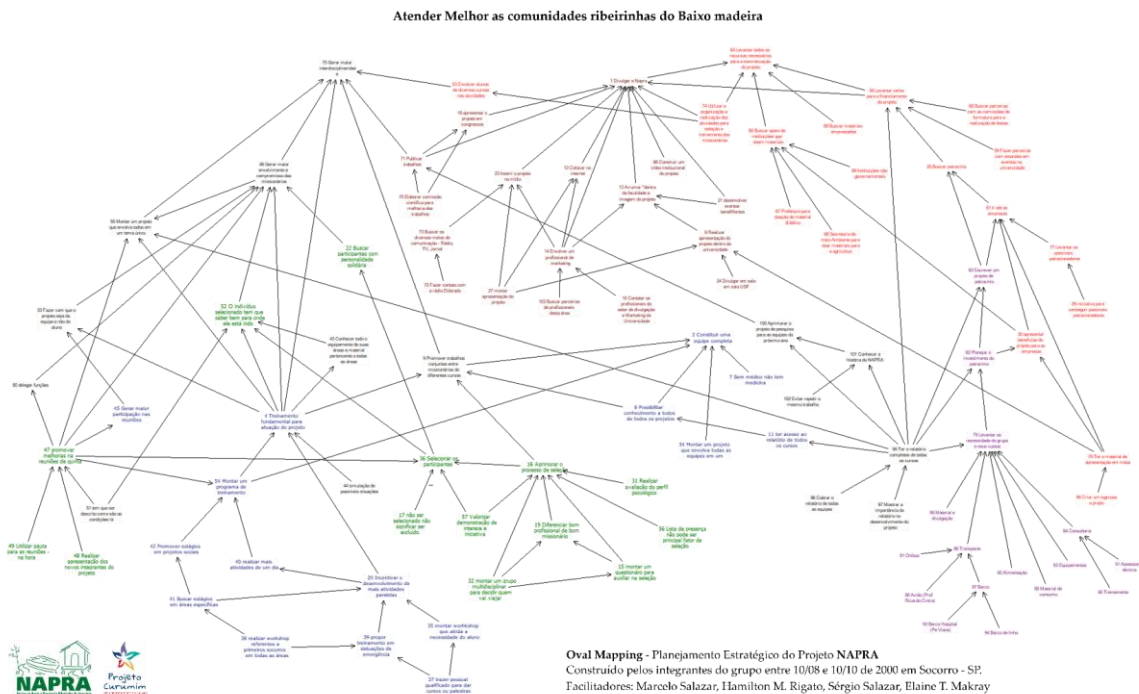


Figura 1: Planejamento Estratégico do NAPRA usando uma técnica de Mapeamento Cognitivo³.

Operacional (PO), uma abordagem técnica que para tomada de decisões que procura determinar como projetar e operar um sistema, geralmente sob condições de recursos escassos, buscando organizar as possíveis variáveis de um processo e encontrar soluções eficientes.

³ SALAZAR, M. Planejamento Estratégico de projetos de Intervenção Social Utilizando como ferramenta o Mapeamento Cognitivo. Estudo de Caso: Projeto NAPRA. Trabalho de Graduação. Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

Não é possível ler cada quadrinho nessa escala, mas é possível perceber a estrutura do planejamento, as diversas conexões entre cada “conceito” ou ação. O que está em cima no mapa são objetivos, o que está embaixo, ações que levam a esses objetivos; e as ligações podem indicar uma relação causal ou de dependência entre eles. As cores são clusters, agrupamentos temáticos ou de assuntos comuns entre os conceitos. Se a metodologia não resolveu tudo o que encontrei, ela deixou mais claro que as complexas relações e conexões entre as questões que se colocariam não se resolveriam a partir de planejamentos lineares.

Subi num ônibus em São Paulo rumo a Rondônia, levando esse plano na mochila. Viajamos por quase três dias, tomando banho e comendo em postos na beira da estrada. Desembarcamos no Porto Cai N’Água, em Porto Velho. Éramos aproximadamente 40 estudantes e alguns poucos profissionais formados, prontos para mergulhar numa jornada de um mês. Viajamos num barco hospital, conduzido pelo saudoso Padre Francisco Viana Pires, e passamos por diversas comunidades ribeirinhas. Carregávamos na bagagem, além de nossas roupas e redes pessoais, alimentação básica, caixas de equipamentos e remédios para os atendimentos da turma de saúde, canetas e *flip-chats* para as turmas de educação e muita disposição, para fazer o que planejamos e para mudar planos a todo momento. Remar, carregar caixas, lavar roupa, fazer comida e dançar um brega e o “boi” (Garantido e Caprichoso) nos finais de semana compunham a rotina. Fico emocionado quando ouço Wanderley Andrade, conhecido cantor de música Brega, lembrando dos animados “piseiros” nos primeiros anos de NAPRA. Essa emoção traz um misto de saudade das pessoas que foram parceiras dos muitos desafios desse período, e também dos sonhos tecidos nesses momentos de livre pensar, sem horários, ali, junto às comunidades.

A experiência adquirida no NAPRA me permitiu participar de diversos projetos, e um deles me levou para a Reserva Extrativista (Resex) Riozinho do Anfrísio, em 2006. Fui fisgado e, antes mesmo de concluir o projeto, recebi um convite para compor a equipe no Instituto Socioambiental (ISA), e trabalhar na Terra

do Meio. Meu desafio era atuar na implementação das Unidades de Conservação recém decretadas, principalmente as Resex Riozinho do Anfrísio (2004) e Rio Iriri (2006). Participei também das etapas finais do esforço de criação da Resex Rio Xingu, em 2008, e me envolvi na relevante luta para impedir a construção de Belo Monte. Anos duros e férteis se seguiram. Uma parte importante dos desafios encarados na Terra do Meio estão no livro “Xingu: História dos produtos da Floresta” publicado pelo ISA em 2017.

Cada pedaço dessa história é também sobre a grande diversidade socioambiental existente na Amazônia e as ameaças sofridas pelas florestas e seus povos. O Brasil abriga 254 diferentes povos em 724 terras indígenas. São cerca de 700 mil pessoas, falantes de aproximadamente 160 línguas. Os maiores territórios indígenas estão no bioma amazônico, onde há também 338 unidades de conservação (UCs) federais e estaduais. Juntas, essas áreas protegidas correspondem a 32% do território nacional, o que leva o governo atual a afirmar que o Brasil é líder mundial nesse quesito. Há, no entanto, 30 países com percentual maior de áreas protegidas.⁴

Desde 2000, quando pisei na Amazônia pela primeira vez, vi o desmatamento explodir entre os anos de 2002 e 2004 e depois cair drasticamente com política implementada no primeiro mandato do governo Lula. No período em que Marina Silva esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente (2003 a 2008), foram criadas 62 das 77 unidades de conservação decretadas ao longo dos governos de Lula, somando 26,8 milhões de hectares, a maior extensão de UCs criada por um governo até hoje⁵. Isso foi fundamental para conter o desmatamento e a grilagem de terras que estava aumentando exponencialmente em várias regiões da Amazônia. Em 2007 foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

⁴ ISA - Instituto Socioambiental. **Site institucional**. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/quem-sao>> Acesso 24 de maio de 2020.

⁵ BRANGANÇA, D. ((O))Eco mostra qual foi o presidente que mais criou unidades de conservação. **O Eco**, 2014. Disponível em <<https://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/28692-o-eco-mostra-qual-foi-o-presidente-que-criou-mais-ucs/>> Acesso em 24/05/2020.

Comunidades Tradicionais - PNPCT, que criou as bases para o reconhecimento das comunidades tradicionais e definiu diversas políticas para esses povos.



Figura 2: Evolução da taxa anual de desmatamento desde 1988 na Amazônia Legal, incluindo estimativa para 2019 (em azul).⁶

Paradoxalmente, o mesmo governo que mostrou ser possível reduzir drasticamente o desmatamento, criou o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, que levou para a floresta grandes obras, como as usinas do Madeira e a hidrelétrica de Belo Monte. Esses empreendimentos desrespeitaram direitos diversos e resultaram em nova escalada do desmatamento, do roubo de madeira, da explosão dos garimpos e de todas as violências que ameaçam os povos tradicionais. Foi no governo Lula, ainda sob o comando de Marina, em 2007, que foi dada a licença prévia para Santo Antônio e Jirau. A licença de instalação já foi emitida no período de Carlos Minc, logo após a saída de Marina Silva, em agosto de 2008. As usinas do rio Madeira pavimentaram o caminho para a hidrelétrica de Belo Monte. Os rios Madeira e Xingu tiveram a sina de serem barrados quase ao mesmo tempo. A histórica luta dos povos indígenas e de movimentos socioambientalistas do mundo inteiro, as dezenas de ações judiciais questionando o processo de licenciamento, e as dúvidas sobre a viabilidade econômica de Belo Monte não

⁶ INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Site institucional. A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9.762 km². 18 de novembro de 2019. Disponível em <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294> Acesso em 24/05/2020.

impediram a emissão da licença prévia em 2010, pelo governo Lula, e a de instalação, em 2011, por Dilma Rousseff. Esses empreendimentos foram e continuam sendo devastadores para as populações locais dos rios Madeira e Xingu e, obviamente, para todos os seres vivos que dependem desses ambientes para viver.

A região onde foram construídas as hidrelétricas do rio Madeira entre outros grandes empreendimentos, em Rondônia, é uma das desmatadas de toda a Amazônia. Olhando o mapa do desmatamento na Amazônia, percebe-se que restam porções consideráveis de florestas em terras indígenas e unidades de conservação, a grande maioria ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais. Territórios estes cada vez mais invadidas e ameaçadas no governo de Jair Bolsonaro. Nos últimos 33 anos, o equivalente a 89 milhões de hectares, cerca de 3,5 vezes o tamanho do estado de São Paulo, foram desmatados no país, metade dessa área na Amazônia. De acordo com dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desde 1988, de toda a área desmatada na Amazônia, 87% tiveram um destino cruel: 63% se transformaram pasto de baixa produtividade com solo em degradação e 24% são áreas abandonadas. Apenas 13% correspondem a áreas urbanas e agricultura produtiva, o que contribui de fato com os números e inovações propagados mundo afora pelo agronegócio brasileiro. Os dados indicam que não faz sentido desmatar mais um palmo de floresta.⁷

Pesquisas mais recentes, como as de Antônio Nobre, doutor em ciências da Terra que estuda os chamados “rios voadores”, estabelecem uma relação direta entre as florestas da Amazônia e o equilíbrio climático, mostrando que a produção de

⁷ Mapbiomas. Site institucional, 2020. Disponível em <<https://mapbiomas.org/>>. Acesso 24/05/2020. Folha de São Paulo. Nos último 33 anos no Brasil, pasto aumentou e floresta encolheu. Ambiente, 30 de agosto de 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/nos-ultimos-33-anos-no-brasil-pasto-aumentou-e-floresta-encolheu.shtml>>. Acesso 24/05/2020. Folha de São Paulo. Brasil deveria aplicar multa como a de radar de trânsito a desmatadores, diz Tasso Azevedo. Ambiente, 26 de agosto de 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/brasil-deveria-aplicar-multa-como-a-de-radar-de-transito-a-desmatadores-diz-tasso-azevedo.shtml>> Acesso 24/05/2020.

chuvas no centro-oeste e sudeste do Brasil depende das florestas conservadas na Amazônia. Ou seja, se o desmatamento continuar, o país vai seguir aumentando suas emissões de carbono - conta que deve ficar cada vez mais cara no futuro. Além disso, a conseqüente falta de chuvas pode colocar em risco a pouca área realmente produtiva, sem mencionar os impactos no clima do planeta⁸.

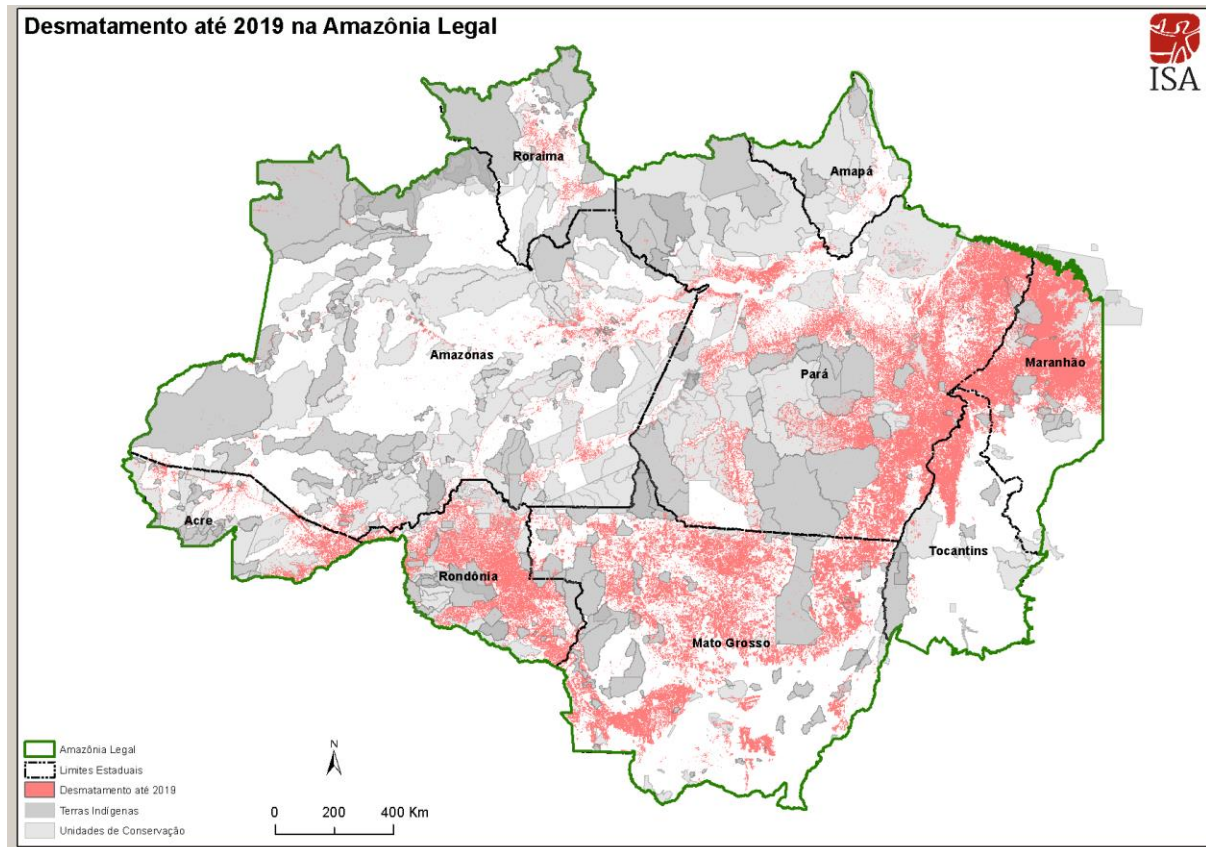


Figura 3: Desmatamento na Amazônia Legal até 2018⁹.

⁸ Nobre, Antonio Donato. “A floresta está perdendo capacidade de sequestrar carbono porque está doente”, Mongabay, entrevista concedida a Sibélia Zanon, em 13 Dezembro 2019.

<https://brasil.mongabay.com/2019/12/antonio-donato-nobre-a-floresta-esta-perdendo-capacidade-de-sequestrar-carbono-porque-esta-doente/> Acesso em: 24/05/2020 e palestra de Antônio Nobre “O QUE VOCÊ NÃO SABIA SOBRE A ÁGUA” no Seminário FRU.TO 2019. São Paulo, SP. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=GgomGGWultY> > Acesso 24/05/2020

⁹ ISA - Instituto Socioambiental. Site institucional. Notícias socioambientais: Desmatamento em Terras Indígenas sobre 124%, mas segue concentrado em áreas críticas, 12 de Dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-em-terras-indigenas-cresce-124-mas-segue-concentrado-em-areas-criticas>> Acesso 24/05/2020.

Como muito bem pontua a jornalista Eliane Brum em diversos de seus artigos e, sobretudo, no livro “Brasil, construtor de ruínas”, lançado em 2019, a Amazônia pagou o custo da conciliação proposta por Lula na “Carta ao povo brasileiro”, expressa claramente nas alianças estabelecidas com o agrobandidismo, que se tornaram ainda mais evidentes a partir do final do primeiro mandato. Essa conciliação ficou mais explícita na gestão de Dilma Rousseff, que traçou para a Amazônia planos predatórios e muito similares ao dos militares da década de setenta: baseados em grandes obras e reprimarização da economia, com uma visão colonizadora, que a reduz a floresta a fonte de matérias-primas, principalmente para exportação; regados a grandes esquemas de corrupção, e tendo como resultado a conversão de povos da floresta em pobres urbanos. Esse modelo, que vem se acelerando no governo de Jair Bolsonaro, deriva da visão de quem não enxerga o potencial da floresta e seus povos para contribuir com outros caminhos possíveis para posicionar o Brasil no cenário global de produtor de biodiversidade.

Diferente de muitos povos tradicionais pelo mundo que ficaram conhecidos por grandes construções em pedra e registros escritos que atravessaram o tempo, os indígenas amazônicos deixaram cenários florestais vivos como monumentos, associados a um saber transmitido oralmente. Imaginem quanto conhecimento sobre alimentos, cultivo e manejo de florestas e solos esses povos guardam? Quantas variedades de diferentes espécies são conservadas *in situ* em um grande, diverso e dinâmico banco de germoplasma da floresta?¹⁰

Infelizmente, há ainda muito trabalho a fazer para que esse potencial seja realizado e que a sociedade mude a relação de valor com a floresta e seus povos.

¹⁰ Salazar, M. Floresta Adentro. Seminário FRU.TO. São Paulo, SP. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5LGyYs2IEyg>> Acesso 24/05/2020.

Histórias do Napra, um projeto de juventudes, rios e florestas num cantinho conservado de uma das regiões mais devastadas da Amazônia

No contexto de evidente crise, abandono e ameaça da floresta e seus povos, e veemente necessidade de mais profissionais que atuem na Amazônia, o NAPRA nasceu como uma ação assistencial em saúde de forma bastante improvisada, em 1993, a partir do encontro do padre Francisco Viana Pires e do estudante de medicina Alessandro Vito Lido. Inicialmente, o objetivo do grupo era promover consultas médicas e odontológicas para comunidades entre São Carlos do Jamari e Calama no Rio Madeira, em expedições que ocorriam durante as férias de julho. A iniciativa era organizada por jovens estudantes, desde a viagem à captação de recursos. Nas comunidades, os ribeirinhos providenciavam o alojamento e parte da alimentação para o grupo.

Ao longo dos anos, o NAPRA foi se transformando, mas manteve a característica de ter os estudantes e alguns recém formados na direção das ações. Em 1995, a organização foi incorporada como projeto de extensão da Universidade São Francisco de Bragança Paulista (USF) e, em 2001, alguns meses antes da minha primeira viagem a Rondônia, a USF decidiu extinguir o projeto de extensão. Os estudantes, já comprometidos com as comunidades, e trabalhando há meses para viabilizar viagem, uniram-se e, liderados pelo recém formado dentista Dr. Hamilton Modesto, que participava do NAPRA há alguns anos, decidiram manter a atuação. Diversas alternativas foram estudadas, e optou-se por uma parceira com o Projeto Curumim, uma ONG de Atibaia que desenvolve ações sócio-educativas ambientais para crianças, jovens e uma comunidade do entorno do antigo Lixão de Atibaia. Em 2002, o NAPRA foi formalizado como associação privada sem fins lucrativos e ampliou sua atuação para outras universidades e áreas do conhecimento. Começaram a participar estudantes da USP, UFSCar, FAMECA, PUC-Campinas, vindos de cursos como Medicina, Enfermagem, Odontologia, Engenharias, Biologia, Comunicação, Ciências Sociais, Pedagogia, Psicologia, entre outros. Os projetos de

atuação se concentraram em três áreas: Saúde, Produção e Educação, de forma interdisciplinar.

A atuação foi ampliada e direcionou o foco para o fortalecimento das comunidades ribeirinhas dessa região. Era notável que muitos dos estudantes que se entregavam para “fazer o NAPRA acontecer” a cada ano, saíam completamente transformados da experiência. O grupo começou a prestar mais atenção a esse aspecto e a focar também num processo cada vez mais estruturado de formação, sobretudo de estudantes universitários e jovens profissionais, sobre a realidade e as possibilidades de atuação socioambiental na Amazônia.

O NAPRA baseia sua atuação hoje em grupos constituídos anualmente com cerca de 50 pessoas, que se reúnem para compreender a realidade Amazônica, e desenvolver projetos nas mesmas comunidades do rio Madeira onde o projeto começou. Em julho, essas equipes passam por uma imersão nas comunidades buscando desenvolver as ações planejadas em parceria com grupos e lideranças comunitárias. Mais recentemente e, quando possível, passou a ser realizada por alguns dos membros do NAPRA uma breve viagem diagnóstica antes de julho para “calibrar” as atividades a serem desenvolvidas junto com às comunidades e parceiros locais.

Mesmo com essa metodologia intermitente de ação e com uma renovação constante do grupo, ao longo de décadas, o NAPRA contribuiu com resultados importantes como a melhoria de indicadores de saúde, principalmente de saúde bucal, a partir de atendimentos médico-odontológicos para a mesma população por mais de 20 anos consecutivos. Até os anos 2000, praticamente só o NAPRA promovia esse tipo de assistência na região. Depois que a Secretaria de Saúde de Porto Velho implantou o programa de Saúde da Família na região do Baixo Rio Madeira, as ações de saúde do NAPRA passaram a ser melhor coordenadas com equipes de saúde da prefeitura. Ainda na área da saúde, em 2006 e 2007, um projeto que uniu profissionais de diversas áreas foi uma experiência pioneira de telemedicina em comunidades isoladas na Amazônia, com dois pontos implantados nas

comunidades de Santa Catarina, às margens do rio Madeira. O projeto teve uma das bases em São Paulo, na UNIFESP, coordenado pelo Oftalmologista Milton Yogi, e outra no Centro de Telemedicina da Amazônia, em Manaus. Foi um desafio de muitas ordens, desde o contrato com a empresa fornecedora do sinal de satélite, o transporte e instalação da antena nas comunidades - para calibrar o direcionamento da antena para o satélite, fizemos uma fila de umas 15 pessoas entre um orelhão que havia na comunidade e o posto de saúde, para transmitir o recado de técnicos da empresa de satélite sobre a movimentação que deveria ser feita na antena, rememorando a clássica brincadeira do “telefone sem fio”. O projeto foi interrompido após dois anos de testes por falta de regulamentação de atendimento em telemedicina pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Não havia normatização para atendimentos com o médico em uma ponta e somente o técnico de enfermagem nas comunidades. O projeto tinha, entre seus objetivos, provocar o CFM a regulamentar essa modalidade de assistência médica em comunidades remotas na Amazônia. Entretanto, só agora, quase 15 anos depois e por conta da pandemia da Covid-19, o CFM regulamentou consultas por telemedicina, abrindo a possibilidade de atendimentos a distância para comunidades isoladas. Por essa experiência, o NAPRA ganhou um prêmio de " Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS"¹¹ e teve um artigo publicado na revista “Ciência e Saúde Coletiva”¹².

Por meio do NAPRA, foram apoiados projetos socioeconômicos de castanha, de artesanato e outros produtos, com desenvolvimento e aplicação de tecnologias para processamento de produtos florestais não-madeireiros. Nessa interação, foi desenvolvido o conceito de mini-usinas para multiprodutos da floresta, que depois foi aprimorado e implementado na Terra do Meio pelo ISA e, em outras regiões, por outras organizações. Esse projeto resultou numa parceria com Universidade de São

¹¹ Mais informações disponíveis em

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_premio_2007_normalizado.pdf>

¹² MACHADO, F. S. N. et al. Utilização da telemedicina como estratégia de promoção de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia: experiência de trabalho interdisciplinar, integrando as diretrizes do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, p. 247-254, 2010.

Paulo e Universidade Técnica de Berlim, com diversos intercâmbios e projetos realizados, incluindo Global Engineering Team - GET¹³. O conceito das mini-usinas foi finalista do Google Impact Challenge 2014¹⁴.

Em 2004/2005, em uma outra experiência de bastante aprendizado, foi fundada uma empresa para comercialização de castanha. O empreendimento foi um laboratório para entendermos a dinâmica real de mercado. Éramos cinco sócios, dois de São Carlos do Jamari (Crispim Paulino e Márcio Santana) e três de São Paulo (Jeferson “Camarão” Straatmann, Luiz Goessler e eu). Fizemos um plano de negócios, estudamos o mercado, arrumamos dinheiro (nosso e de alguns amigos próximos). Conseguimos comprar cerca de 30 toneladas de castanha, arranjam um parceiro para beneficiar na região de São José do Rio Preto. Com a castanha toda beneficiada, estávamos acompanhando a subida do preço para vender no melhor momento. O preço estava aumentando a cada semana, de R\$ 18,00 para R\$ 20,00, e depois para R\$ 23,00 por kilo. Mas, de repente, caiu a R\$ 13,00 por conta de um navio que havia retornado da Europa, recusado por alto índice de aflatoxina (seria bom explicar o que é aflatoxina). Nosso “parceiro” que beneficiou a castanha quebrou e acabou entregando nossa castanha para pagar dívidas. Perdemos toda a grana (o equivalente a cerca de 70 mil reais hoje). A castanha estava paga nas comunidades, mas não houve a distribuição de lucro, como era combinado com os nossos sócios comunitários. Foi um balde de água fria.

¹³ CANDIDO, S. E. A., SOULÉ, F. V., & PIRES, M. B. Desenvolvimento e implantação de mini-fábricas de produtos florestais não madeireiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia: a experiência do núcleo de apoio à população ribeirinha da Amazônia. **Anais XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Rio de Janeiro, 2008.

GET - Global Engineering Teams. **Project Report: Mini Factories of Non Timber Forest Products**. Berlin: NAPRA/TUBerlin, 2006.

SALAZAR, M.; OLESIAK, J.; STRAATMANN, J. Manufacturing and commercialization of Non Timber Forest Products (NTFPs) Case: Rainforest Mini-Factory. Polônia, 2006.

¹⁴ Mais informações disponíveis em <<https://impactchallenge.withgoogle.com/brazil2014>>

Por meio do NAPRA, foram realizados também os primeiros diagnósticos socioeconômicos para subsidiar os planos de manejo (ou planos de gestão)¹⁵ da Resex do Lago do Cuniã, ESEC Cuniã e FLONA Jacundá. Époça em que poucas UCs tinham seus planos de manejo. Os diagnósticos foram feitos todos de uma vez, pois as comunidades vizinhas dessas UCs eram as mesmas nas quais atuamos. Os gestores do IBAMA (Júlio, Teixeira e Carolina) foram corajosos na época em delegar esse desafio a um grupo de estudantes que ia uma vez por mês para área. De fato, quase não havia recursos para isso. Demoramos dois anos, mas entregamos um trabalho razoável, mas que serviu ao propósito. E ainda facilitamos, voluntariamente, as reuniões de formação dos conselhos gestores dessas mesmas Unidades de Conservação e outras oficinas, também feitas de uma só vez por falta de recursos. O NAPRA entrou como parceiro voluntário, reforçando a excelente articulação de gestores do IBAMA nesse processo. Esse jeito de fazer foi pioneiro e talvez tenha inspirado outras equipes Brasil afora a trabalhar de forma mais integrada, puxando parceiros locais para o processo e olhando o território em vez de cada Unidade de Conservação hermeticamente. E talvez tenha inspirado o que mais tarde se transformou nos Núcleos de Gestão Integrada (NGI) no ICMBio¹⁶. Ouvi que o NGI Cuniã-Jacundá foi o primeiro a ser criado no Brasil em 2010.

Um aspecto muito interessante do NAPRA a ser destacado é que, ao largo do processo de interação dos estudantes com as comunidades locais, diversas lideranças locais emergiram e tomaram caminhos bastante singulares. Também muitos dos alunos viraram “profissionais da Amazônia” em diversas organizações governamentais e não governamentais. Nesse exercício de boas recordações, trago alguns exemplos que me vem à mente, como Márcio Santana, que teve atuação no

¹⁵ Os Plano de Manejo de Unidades de Conservação são de fato planos de gestão com caracterização da região, das comunidades tradicionais do interior e entorno, das ameaças e diretrizes para o desenvolvimento da área. Mais informações e os planos de manejo das áreas referidas podem ser encontrados em <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo>

¹⁶ ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão gestor das Unidades de Conservação no Brasil. Nasceu do IBAMA, que detinha essa função até a criação do ICMBio.

Movimento dos Atingidos por Barragem; Crispim Paulino dos Santos, que montou empresa para comercialização de castanha do Pará, junto com Márcio Santana e outros integrantes do NAPRA, e hoje é um empreendedor local dedicado ao turismo e outras atividades; Ademilton Lopes, da RESEX Cuniã, jovem liderança que ajudou no estabelecimento de uma usina de beneficiamento de castanha, e fundou, junto a outros colegas, a Associação Arte-Castanha; Timaia dos Santos Nunes, fundador do Minhas Raízes, um grupo musical local que está ganhando espaço no estado de Rondônia, na comunidade de Nazaré, no Rio Madeira entre São Carlos do Jamari e Calama. Dos estudantes, destaco Raquel Rodrigues do Santos, Bióloga pela UFSCar, que trabalhou por quase 10 anos no ISA e hoje está fazendo doutorado na ESAQ-USP sobre dinâmica de castanheiras; Jeferson “Camarão” Straatmann, engenheiro de produção pela USP de São Carlos, que teve uma empresa para comercialização de castanhas, foi consultor do IBAMA e hoje atua como gestor de grandes projetos no Instituto Socioambiental (ISA); Silvio Eduardo Alvarez Candido, engenheiro de produção pela UFSCar e professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar, que trabalha com questões socioambientais amazônicas; Caio Machado, dentista pela USF e fundador da organização “Doutores da Amazônia”, que atua em diversas comunidades, não só em Rondônia; João Marcos Rodrigues Dutra (Gaguinho), um dos muitos que mudou para Porto Velho, hoje militante do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); Elena Mechik, engenheira de produção pela *Technische Universität* em Berlim, fez doutorado na Universidade de Hamburgo e fundou uma empresa de tecnologias para facilitar processamento de produtos da floresta. Quase 800 voluntários passaram pelo NAPRA ao longo desses anos e carregam essa experiência no corpo, na memória e no coração. Espero que muitos sigam conectados com a Amazônia e seus povos, usando esse vínculo para guiar de alguma maneira suas decisões pessoais e profissionais.

Mais do que nunca, a juventude tem um papel fundamental na transformação dos rumos do país e do mundo. A geração que está hoje nas universidades é a primeira que está percebendo a finitude do planeta e a urgência de mudanças

estruturantes para garantir a saúde do planeta e enfrentar a crise climática. Movimentos como o *Fridays for the Future*, iniciado pelo protesto solitário da sueca Greta Thunberg, seguido por Anuna Dewever, na Bélgica, Elijah Mackenzie-Jackson, na Inglaterra, Paloma Costa e Yakawilu Juruna, no Brasil, e por milhões de outros jovens no mundo todo, é um exemplo da potência dessa nova geração. Conectar esses movimentos com a Amazônia e seus desafios é uma das chaves para o desenho desse novo momento do mundo. Uma das formas mais efetivas de gerar essa conexão é no chão, nos rios, com experiências reais, em iniciativas como as promovidas pelo NAPRA, que provocam a interação de juventudes na busca de soluções práticas das comunidades da Amazônia, em desafios que promovam a formação e a reflexão sobre o mundo, a partir do que acontece hoje em comunidades amazônicas. Vamos embarcar nessa viagem?

Boa leitura!

Marcelo Salazar
Vila Canoas, Altamira-PA, 21 de maio de 2020
no meio de uma quarentena pra lá de ativa!

Amazônia hoje: fortalecendo a ação socioambiental em comunidades

**Silvio Eduardo Alvarez Candido
Diógenes Valdanha Neto**

O Brasil e os brasileiros têm sido o foco da atenção de governantes e cidadãos ao redor do globo por conta da sua responsabilidade pela conservação da maior floresta tropical do mundo: a Amazônia. O valor ambiental dessa região é reconhecido de forma consensual, apesar disso nem sempre se expressar em políticas públicas de conservação. O bioma contém uma parcela expressiva da biodiversidade conhecida pela ciência, incluindo muitas espécies ameaçadas de extinção. A floresta também é crítica para a regulação dos ciclos da água e para um importante reservatório de água doce no planeta, com seus rios representando um volume significativo da água descarregada nos oceanos. Sua vegetação é um enorme estoque de carbono e sua queima uma fonte de emissões de gases que levam à mudança do clima.

A Amazônia também abriga uma diversidade de comunidades florestais com estilos de vida culturalmente conectados e materialmente dependentes de sua integridade. Nas últimas décadas, povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas se mobilizaram para aproveitar novas oportunidades políticas emergentes, decorrentes da convergência de suas lutas por melhores condições de vida com o ambientalismo. Isso impulsionou a visão de que a conservação da floresta envolve um compromisso moral de também fortalecer essas comunidades, garantindo seu acesso a direitos fundamentais e a melhores condições socioeconômicas.

Os povos da floresta têm contato com importantes aliados em suas lutas. Essas alianças são fundamentais justamente porque é comum que os atores dessas comunidades careçam de recursos materiais, culturais e de conexões sociais estratégicas para perseguir seus propósitos. A parceria com gestores públicos, profissionais e voluntários de organizações não governamentais, militantes de

movimentos sociais, dentre outros apoiadores, pode possibilitar o acesso a recursos valiosos para suas lutas políticas. Entretanto, é fundamental que seus apoiadores, que dominam fontes de poder social, sejam capazes de entender suas próprias relações sociais com os comunitários e as assimetrias e diferenças de visões de mundo que elas podem envolver. Essa capacidade de refletir é a forma mais efetiva de evitar que as próprias visões e interesses dos apoiadores não se imponham sobre a dos apoiados.

Esta obra tem o propósito de promover a reflexão sobre a ação socioambiental na Amazônia brasileira. Ela é voltada para pessoas dispostas a se engajar em ações socioambientais, voltadas a conciliar a conservação da floresta e o apoio a seus povos. Os trabalhos aqui reunidos envolvem reflexões conceituais sobre diferentes dimensões envolvidas e a serem consideradas no desenvolvimento dessas ações, incluindo (i) o território e do meio ambiente; (ii) a educação e a cultura; (iii) a saúde e o saneamento; e (iv) o trabalho e a produção. Abarcar essa amplitude envolveu um esforço interdisciplinar, reunindo autores de diversas áreas do conhecimento e com distintas perspectivas. Isso foi fundamental para impulsionar um horizonte de desenvolvimento que supere a visão economicista dominante, que confunde desenvolvimento com crescimento econômico.

Na primeira parte do trabalho, as dimensões territoriais e ambientais envolvidas no desenvolvimento comunitário na Amazônia são abordados. Partindo de uma conceituação do território como relações de poder, a questão do controle das comunidades sobre o seu território e sobre os recursos naturais dos quais dependem são aqui abordadas. Essa é uma questão crucial, uma vez que é preciso reconhecer que comunidades amazônicas são atores marginais nas estruturas sociais brasileiras e mundiais, o que propicia a interferência de forças exógenas nos territórios em que vivem. Essas interferências, que reduzem sua autonomia, desterritorializando-as, decorre da ação de atores poderosos, que ampliam seu poder expandindo territorialmente sua atuação. Em toda a Amazônia, ações de atores econômicos do setor imobiliário, madeireiro, da mineração, construção civil, pecuária e agronegócio

são forças importantes de desterritorialização de comunidades tradicionais. Mesmo políticas públicas importantes, como as de implementação de unidades de conservação, quando mal executadas podem promover a redução do controle das comunidades sobre o espaço em que vivem.

Essa primeira parte é composta por dois textos que abordam a influência do setor de geração de energia na realidade das comunidades. Nas últimas décadas, a retomada dos investimentos em infraestrutura e a adoção de políticas de aproveitamento hidrelétrico na região tornaram esse um setor chave nos processos de desterritorialização dos povos da floresta. O primeiro capítulo dessa parte, de autoria de Artur de Souza Moret, é intitulado “Impactos dos projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira: um território em transformação”. O autor propõe que a tomada de decisão acerca dos projetos de infraestrutura para a Amazônia se dá a partir das elites políticas e econômicas brasileiras e não reconhece as características distintivas desse território. Isso faz com que esses projetos gerem consequências socioambientais danosas. O autor traça um breve histórico dos investimentos em infraestrutura na região e analisa seus impactos a partir de uma variedade de dados e indicadores sociais sobre a região.

As pesquisadoras Marina Ertzogue e Monise Busquets, em “A barragem de Belo Monte e a perda de redes de sociabilidade das populações atingidas representadas em arpilleras amazônicas”, partem do contexto de implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte para desvelar parte da trama (e do drama) social dos atingidos por barragens. Por meio de amplo cruzamento de dados secundários e realização de entrevistas com mulheres que bordam arpilleras, revelam como essa prática artesanal é também um modo de se expressar narrativas de resistência das pessoas atingidas por barragens. O capítulo é uma denúncia da realidade camponesa amazônica, e coloca desafios às práticas de intervenção comunitária por projetos que desejem somar forças aos movimentos organizados da sociedade civil pela luta pelos direitos e dignidade

Outras dimensões chave do desenvolvimento comunitário são as da cultura e a da educação. As comunidades amazônicas são comumente reconhecidas como culturalmente diferenciadas, tendo estilos de vida, visões de mundo e práticas que estão relacionadas com o ambiente que habitam e que são distintas das de outros grupos sociais brasileiros. Ainda que nos dias de hoje a diversidade cultural da Amazônia seja crescentemente celebrada, na prática ocorrem tensionamentos entre os estilos de vida, conhecimentos e práticas culturais dos povos das florestas e os dominantes na sociedade brasileira. Por tratar-se de grupos relativamente marginais, as comunidades são tacitamente forçadas a se adaptar à cultura urbanocêntrica dominante, sendo vítima constante do que o sociólogo francês Pierre Bourdieu chama de violência simbólica.

Projetos e ações na área de educação e cultura são formas fundamentais para lidar com esse contexto. Por um lado, é fundamental que elas promovam a capacidade crítica dos comunitários, para que eles consigam enxergar as formas veladas de dominação cultural das quais são vítimas, tornando-se mais livres. Por outro, é fundamental também que os comunitários consigam acessar e acumular as formas de conhecimento dominantes, sem as quais dificilmente conseguirão obter potência para transformar sua própria condição. Para lidar com essas questões, os autores dos capítulos dessa parte do livro elaboram propostas fortemente amparadas no legado do intelectual e educador brasileiro Paulo Freire.

Diógenes Valdanha Neto, em “Educação (Popular) e Projetos Comunitários: elementos para a ação”, apresenta reflexões sobre a natureza do processo educativo, para além da escolarização. E esclarece elementos da Educação Popular que comumente são partilhados por muitas correntes e referenciais educacionais dialógicos. A partir dessas reflexões, expõe aspectos formais de projetos e faz apontamentos sobre condições necessárias para possibilitar ações conjuntas com a comunidade desde as proposições até a execução de ações. Parte de algumas experiências exitosas do NAPRA, e aponta caminhos para novos fazeres em território amazônico, destacando os limites estruturais que a atuação por projetos

tem, por mais bem elaborada que seja. Finaliza problematizando o que chama de “impostura educacional”, comportamento frequente em equipes que se julgam altamente preparadas perante projetos que não foram bem-sucedidos. Daí decorre a responsabilização da comunidade pelo insucesso do projeto. Essa postura deve ser combatida e enfrentada nos espaços de construção e formação. O autor finaliza o texto com um convite à humildade de nos reconhecermos com eternos aprendizes, e que em diálogo aprende-se mais.

Em seu segundo capítulo no livro, Diógenes Valdanha Neto, em “Educação escolar (do campo): caminhos para o desenvolvimento socioambiental”, coloca inquietações e apresenta um breve histórico sobre o papel social da instituição escolar. Problematiza as ideias apresentadas de modo banalizado no cotidiano, de que “tudo” é importante estar presente na escola, desde uma “educação financeira” até o ensino de “mitos e lendas locais”. Dialoga essas questões com o que realmente se espera dessa instituição localizada dentro de um sistema econômico e social, e aponta caminhos para pensar essa realidade na Amazônia a partir da perspectiva da Educação do Campo uma proposta teórico-prática desenvolvida no bojo das lutas sociais rurais brasileiras. Aponta possibilidades para que a atuação socioambiental por meio de projetos faça alianças com as escolas locais sem responsabilizá-las por todas as questões sociais da comunidade, auxiliando-as em seu desenvolvimento e cumprimento do que delas se espera: o ensino combinado à valorização dos modos de vida locais.

Em “Diálogo e participação na Educação Popular: muito além da teoria”, Valéria de Oliveira Vasconcelos nos conduz a uma trama de conceitos e imagens da Educação Popular, acionando constantemente algumas de suas múltiplas experiências em território amazônico, com vistas a dialogar com o leitor sobre o próprio diálogo e o processo formativo constante que vivemos na condição de humanos. Reflete sobre o poder da palavra e também dos desafios e possibilidades a uma participação real das pessoas nos projetos de intervenção comunitária. Finaliza seu texto fazendo votos de maior reconhecimento sobre o que nos une frente

ao que ataca nossa humanidade. Ideias a inspirar não somente projetos socioambientais, mas nossa própria vida.

Não é possível imaginar formas de desenvolvimento mais inclusivas, igualitárias e capazes de conservar a Amazônia brasileira sem considerar o acesso dos povos da floresta ao saneamento e à saúde. Tratamos aqui de uma dimensão absolutamente central da vida humana, relacionada ao bem-estar físico, mental e social. A precariedade de acesso ao saneamento e à conhecimentos e cuidados básicos de saúde é uma enorme fonte de fragilidade para as comunidades amazônicas, impactando direta e indiretamente suas possibilidades de fortalecimento.

Andrea Silveira, ao escrever em “Saúde Integral e Integrada”, esclarece um percurso histórico pelo qual as discussões acerca da noção de Saúde passaram. Indica o avanço no trato das questões de modo estritamente biológico para uma abordagem mais socialmente contextual e compreensiva dos fenômenos da Saúde. Faz defesa da Política Nacional de Humanização da também do Sistema Único de Saúde brasileiro, tecendo considerações de como são indissociáveis de uma intervenção integral e integrada em saúde – as quais vêm como indicativos para a ação socioambiental na Amazônia. O capítulo amplia a visão das equipes multidisciplinares e convida a uma atuação interdisciplinar que compreenda que “entender o processo de saúde-doença de uma comunidade é entender sua dinâmica social e cultural”.

No capítulo “Saneamento de Pequenas Comunidades e o Gerenciamento dos Recursos Hídricos na Amazônia Brasileira”, Ayri Saraiva Rando, Cassiano Sampaio Descovi e André Munhoz de Argollo Ferrão apontam as relações existentes entre as políticas públicas de saneamento básico e as de recursos hídricos e debatem a importância de formas de governança e gestão descentralizadas e que envolvam participação social ou comunitária. Para os autores, essa descentralização é fundamental para avançar nos índices de saneamento na Amazônia, dadas as especificidades da região. Citando os exemplos dos projetos Nossa Água e Sanear

Amazônia, desenvolvidos, respectivamente, no oeste do Pará e na RESEX Chico Mendes no Acre, os autores argumentam que é possível que o governo desenvolva um aparato jurídico e formas de regulamentação e gestão apropriadas para envolver grupos de usuários e organizações da sociedade civil na implantação e manutenção sistemas comunitários de abastecimento na Amazônia.

A última dimensão trabalhada na obra está relacionada ao trabalho e à produção. Ainda que ela envolva questões cruciais para conciliar melhoria da qualidade de vida e conservação florestal, buscamos aqui evitar a razão economicista dominante entre nós, conforme mencionado anteriormente. Alguns dos capítulos aqui reunidos enfatizam, inclusive, como as questões econômicas não são dissociáveis das culturais, evidenciando como a dinâmica dos mercados nos quais as comunidades Amazônicas se inserem é também política.

No “Para além do regatão: os condicionantes sociais do acesso dos produtores tradicionais aos diferentes canais de comercialização”, Silvio Eduardo Alvarez Candido e Fernanda Veríssimo Soulé analisam aspectos das estruturas sociais envolvidas nos circuitos de comércio nos quais as comunidades da Amazônia estão envolvidas. Desconstruindo a visão do senso comum moldada pelo conhecimento econômico ortodoxo, e amparados pelos autores da sociologia econômica, notavelmente nas contribuições de Pierre Bourdieu, analisam os condicionantes políticos e culturais tanto da demanda, como da oferta dos produtos comunitários. Identificam ainda a abertura de janelas de oportunidades para os produtores das comunidades da Amazônia devido à ascensão de nichos de mercado com uma demanda moralizada de produtos da sociobiodiversidade.

Em seguida, Fernanda Veríssimo Soulé e Silvio Eduardo Alvarez Candido abordam a organização e as tecnologias de produção de comunidades Amazônicas. Baseando-se na tipologia desenvolvida por Boltanski e Thévenot (2006) sobre as formas de racionalidade, os autores analisam as diferentes concepções que podem dar base para a organização e as tecnologias de produção em comunidades. Eles propõem, então, que a produção das comunidades amazônicas geralmente se baseia

em concepções domésticas ou tradicionais. Propõem ainda que essas tecnologias e formas de organização devam ser respeitadas, seus limites devem ser reconhecidos, sendo que os projetos de apoio comunitário devem incorporar outras lógicas produtivas, capazes de legitimar e revigorar as produções locais. Dentre essas lógicas, os autores destacam a lógica técnica ou industrial, que pode ser útil na ampliação da eficiência dos processos produtivos, e a lógica cívica ou democrática, que pode operar como uma alternativa às formas de organização autoritárias do mundo doméstico, abrindo espaço para as expressões individuais e para formas mais universais de solidariedade. Essas propostas são conectadas com modelos propostos por autores da economia solidária e proponentes do conceito de tecnologias sociais.

O capítulo “Manejo e governança da “floresta em pé”: produtos florestais não-madeireiros”, de autoria de Raquel Rodrigues dos Santos e Leonardo H. de Moura, aborda o estágio inicial da cadeia de valor desses produtos da floresta. Conceitos relacionados à governança dos recursos de uso comum são explorados. Parte-se do pressuposto de que os ecossistemas florestais são capazes de absorver e acomodar distúrbios inesperados decorrentes das intervenções comunitárias. Isso propicia que o manejo dos produtos florestais não madeireiros seja feito de forma adaptativa, o que demanda um monitoramento contínuo da condição dos sistemas florestais, que deve ser feito por meio do diálogo dos próprios produtores, que estão presentes e são capazes de acompanhar a dinâmica ecossistêmica, com técnicos, que podem aportar conhecimentos científicos relevantes. Os autores apontam que uma das condições fundamentais para o co-manejo adaptativo e sustentável pelas comunidades é o direito acerca do uso e ocupação da terra e dos recursos naturais, que gera incentivos de longo prazo para a conservação. O capítulo inclui um estudo de caso sobre manejo de castanha da Amazônia em comunidades ribeirinhas do Baixo rio Madeira, em Rondônia.

Na sequência, Lucas Moreira de Souza e Eduardo Michalichen Garcia abordam o tema da agricultura na Amazônia. Assumindo que as práticas agrícolas

não são homogêneas, os autores propõem que pelo menos três concepções distintas de agricultura convivem na região Amazônica. A primeira é vinculada ao agronegócio e trata-se da vertente dominante, que concebe a região como uma fronteira agrícola. Ela envolve cadeias produtivas comandadas por grandes empresas multinacionais, que coordenam a expansão de seus “Impérios Alimentares” para região, operando como um poderoso vetor de desterritorialização das comunidades e de desmatamento. A segunda é a agricultura camponesa, impulsionada pelos projetos de reforma agrária realizados na região. Trata-se de um modelo que abarca enorme diversidade, sendo fortemente pluriativa, e que é orientado para a manutenção e melhoria das condições de vida das famílias de trabalhadores que habitam as áreas rurais da região. Por fim, os autores discutem o modelo de agricultura dos povos da floresta, que se aproxima do modelo camponês, mas guarda especificidades significativas.

Finalmente, em “Turismo comunitário e participativo: potencialidades e desafios em comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira”, Frederico Yuri Hanai e Maiara Rosa Silva Nunes exploram a construção histórica da defesa de ações de turismo com base comunitária, com especial enfoque para a realidade amazônica. São discutidos os impactos (positivos e negativos) do desenvolvimento do turismo na região, e é feita uma defesa do turismo sustentável feito com a participação da sociedade. A partir do estudo de várias experiências concretas, os autores finalizam em defesa da viabilidade e sustentabilidade do turismo de base comunitária na Amazônia, uma realidade que perpassa a construção de projetos e a atuação em comunidades tradicionais em todas as áreas do conhecimento.

1. Impactos dos projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira: um território em transformação

Artur de Souza Moret

Apresentação

A Amazônia é um território distinto, seja na perspectiva do Brasil, seja na perspectiva do mundo, porque a Biodiversidade é exuberante e maior do mundo, da mesma forma que as populações tradicionais são diferentes de outros de Territórios, sobretudo, porque a relação destas e o Ecossistema é equilibrada. Entretanto, não há por parte dos governos e, sobretudo, da elite econômica/política brasileira, uma visão alternativa do papel que esse território desempenha. Não se reconhece que a Amazônia influencia na regulação do clima e dos ciclos da água em todos o Brasil e o mundo. A elite encara a Amazônia como um território idêntico àqueles que já foram apropriados no centro sul do Brasil e, por isso, susceptível à reprodução de atividades econômicas que são consolidadas noutros espaços do Brasil; em 2019, o governo atual, busca uma narrativa de que os impactos na Amazônia são apenas retóricas e estes (impactos) servem de pretextos outros que não aqueles de preservação do meio ambiente.

A infraestrutura desempenha um papel relevante na Amazônia, porque conecta ou pode possibilitar a conexão com o restante do Brasil. Entretanto, o desenvolvimento da infraestrutura na região não o considerou e nem o considera como um espaço distinto por sua biodiversidade e pela existência de populações singulares. Como resultado, temos territórios que são incorporados à dinâmica econômica convencional, o que gera impactos na biodiversidade e resulta na vulnerabilização das populações tradicionais. Essa incorporação se dá, sobretudo, pela produção pecuária, soja, cana e dendê, que resulta, em áreas desmatadas, inclusive em terras Indígenas e em áreas de conservação; destaca-se que a extração

mineral já é um vetor importante nesta questão e que há muitos interesses para o crescimento na região.

As Populações Amazônicas têm traços culturais marcantes e distintos associados a estilos de vida, incluindo atividades laborais, formas de ocupação e deslocamento e crenças. Suas formas de se relacionar com o poder público e com o Estado também são distintas. A vida vivida tem relação direta com a biodiversidade (rios, florestas, barrancos de rio, várzea de rio e etc) e as alterações modificam o *modus operandis* e os hábitos da População Amazônica.

Os projetos de infraestrutura produzem modificações nos biomas e, portanto, geram impactos nas populações amazônicas que por vezes são irreversíveis. Se por um lado há resiliência na permanência no espaço vivido, por outro lado não dificuldades de adaptação a realidades distintas daquelas culturalmente estabelecidas. Portanto, alterando a biodiversidade há consequência direta na vida dessas populações, provocando perdas econômicas¹, diminuindo a segurança alimentar, possibilidade labor/trabalho, vulnerabilidade na saúde, na educação, na segurança. Essas alterações podem produzir deslocamento para as cidades, principalmente para as periferias, onde essas pessoas encontram moradias compatíveis com sua renda, e onde o Estado não tem presença efetiva. Isso faz com que passem a viver em condições de precariedade e vulnerabilidade.

Procedimentos e pressupostos balizadores

O procedimento utilizado neste texto é o descritivo analítico. Descritivo porque o problema estudado é mostrado e transcrito como ele aparece/surge na sociedade. Analítico porque procura as características do problema e estabelece relações causa e efeito, ou seja, são apresentadas as causas (porquês) e os efeitos (resultados), explicando assim o problema estudado.

¹ Na Amazônia ainda há atividades de escambo, que é constituída por inter-relação entre comunidades e pessoas que tem laços de afinidade, de vizinhança e/ou de parentesco.

O problema abordado neste texto refere-se à relação entre as interferências na Amazônia e suas consequências no Território. Ou seja, as interferências que ocorrem na Amazônia produzem danos irreversíveis à biodiversidade e às populações que da floresta, envolvendo conflitos e gerando vulnerabilidades.

A análise do comportamento e da comparação dos dados consistirá na ferramenta analítica utilizada no texto. Quatro pressupostos são tomados como base:

1- Os impactos causados à biodiversidade Amazônica produzem danos irreversíveis ao planeta e mais diretamente aos territórios que dela dependem.

As atividades econômicas introduzidas de forma indiscriminada na Amazônia produzem perda de biodiversidade que não serão recuperadas e que introduzem desequilíbrios no ecossistema e resultados, muitas vezes, catastróficos, como o excesso ou escassez de chuva, queimadas, mudança de temperaturas, cheias ou secas intensas.

2- O Território tem uma concepção que suplanta a noção única de espaço, ou seja, é composto pelo espaço e pelas relações (econômicas, sociais, culturais, de vizinhança, e de identidades) existentes entre aqueles que nele vivem e a biodiversidade.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi²

3- O desmatamento que ocorre na Amazônia é resultado das interferências no Território, que eliminam a biodiversidade e o equilíbrio existente entre o ambiente e àqueles que historicamente vivem na região. A principal causa do desmatamento

² cf. p. 96. SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 9. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.

da Amazônia hoje é a pecuária e outras causas importantes são a agricultura de larga escala e a agricultura de corte e queima³.

4- Os conflitos no campo e pela água que ocorrem na Amazônia são resultados do desequilíbrio produzido no Território pelas intervenções de Programas e Projetos de Infraestrutura, bem como da expansão e apropriação do Capital, que caminham juntas com as propostas de governos. Como indica a Comissão Pastoral da Terra (CPT), verifica-se

o avanço cada vez maior do agronegócio sobre terras indígenas e de pequenos agricultores, posseiros e sitiantes, fazendo pressão, violência e até assassinatos contra eles. Para estes, o uso do direito é considerado uma provocação. Por outra parte, o número das vítimas tem crescido porque os camponeses começaram a se organizar coletivamente e a resistir, valendo-se de aliados e de todo tipo de leis que os protegessem. O crescimento da violência do latifúndio, em boa parte, se deve a este tipo de resistência coletiva organizada⁴.

Os dados analisados de desmatamento, de conflitos no campo e de conflito pela água deste texto são, na visão do autor, as maiores consequências das interferências na Amazônia, seja porque, por um lado, alteram a Biodiversidade da Amazônia por meio do desmatamento, com impactos locais/regionais/globais, e, por outro lado, impactam a vida vivida dos moradores da Amazônia (conflitos) com impactos sociais locais. A hipótese que permeia é que existe relação entre as duas questões (interferências e dados), porque aqueles que vivem na Amazônia fazem uso equilibrado da Biodiversidade. Assim, as interferências produzem desequilíbrio nos ecossistemas e na sociedade.

³ RIVERO *et al.* Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova Economia*, v.19, n.1, 2009.

⁴ *cf.* p. 29. CPT. **Conflitos no Campo- Brasil 2016**. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade. Goiânia, 2016. 232p.

A máxima de que a infraestrutura induz o desenvolvimento

O desenvolvimento de povos e nações ainda é entendido como sinônimo de crescimento econômico. Entretanto esse crescimento esbarra em limitações objetivas, e de ordem estrutural, não podendo-se transformar infinitamente recursos em bens de consumo, sob pena de produzir desequilíbrio no sistema com a geração de resíduos (efluentes sólidos, líquidos e gasosos) que nem sempre podem ser reintroduzidos no ambiente e, sobretudo, com a extinção dos recursos da fauna e da flora. O uso dos recursos naturais é feito com base no uso intensivo de capital externo ao ambiente amazônico, produzindo desequilíbrio de renda e da vida vivida pelas Populações Amazônicas. Esse é justificável pela ótica capitalista de mercantilização de recursos naturais com crescimento econômico e exclusão social.

A promoção do Desenvolvimento da Amazônia está pautado na ocupação de espaços vazios, no uso intensivo de recursos naturais, a instalação de infraestrutura local para conectar a Amazônia ao Brasil, e a reprodução de atividades econômicas desenvolvidas no centro sul do Brasil na Amazônia. Becker⁵ destaca que a Amazônia nunca foi um espaço vazio, ocupado por inúmeras populações indígenas e ribeirinhas que construíram uma dinâmica própria de equilíbrio sistêmico entre a vida vivida e a biodiversidade. Entretanto, esses itens não produzem resultados efetivos porque não consideram a biodiversidade local, tampouco, a cultura e a vida vivida das Populações Amazônicas.

Um dos exemplos bem-sucedidos de Desenvolvimento Regional foi a implantação do *Tennessee Vale Authority*- TVA iniciado em 1933 nos EUA, na bacia hidrográfica do Rio Tennessee, visando atuar no combate à pobreza e implantar o desenvolvimento regional. A região era uma área pobre dos EUA, com grande número de agricultores familiares, alto índice de analfabetismo, e problemas com doenças endêmicas, como a malária. No estado do Alabama, por exemplo, um terço da população sofria com a malária. As principais atividades estruturantes

⁵ BECKER, B. K. **A Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2013.

implantadas na região foram: controle de cheias, implantar Usinas Hidrelétricas, navegação, transporte rodoviário, modernização da agricultura, expansão da agricultura, irrigação, industrialização, urbanização e serviços urbanos⁶.

A implantação do Desenvolvimento Regional para a Amazônia foi resultado de diversos programas e projetos pouco articulados com a dinâmica da região e, sobretudo, atuando em casos particulares sem a complexidade que um programa de intervenção requer. Até porque o espaço era compreendido como não ocupado, sem infraestrutura de escoamento, de transformação e de distribuição e, sobretudo, de mão de obra e mercado locais. Destacam-se as intervenções estatais na Amazônia: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia (BASA), Zona Franca de Manaus, POLONOROESTE, PLANAFLORO e Plano Amazônia Sustentável⁷.

As intervenções na Amazônia mais emblemáticas foram: construção da Transamazônica, criação da Zona Franca de Manaus, fomento e incentivo à Migração (produzindo grilagem de terras públicas), apoio ao corte de madeira produzindo desmatamento e incentivo a atividade agropecuária (aumentando o desmatamento), da soja e da cana-de-açúcar produzindo contaminação do solo, do ar e dos cursos d'água. Podemos destacar ainda o uso do potencial hidrelétrico da Amazônia para fins de geração elétrica, iniciado com as UHE's Samuel, Balbina e Tucuruí, e mais recentemente as UHE's do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), Belo Monte e outras ainda em fase de construção e planejamento.

Destaca-se assim que na Amazônia a promoção do crescimento econômico foi a tônica reticente, desde as primeiras intervenções até os dias atuais. Isso foi feito sem que se compreendesse as especificidades dos territórios, das populações, dos ambientes. Os resultados e os impactos desse Desenvolvimento podemos sintetizar:

⁶ BROSE, M. E. *et al.* **TVA e Instituições de Desenvolvimento Regional**: contribuições para a história das ideias. Ed. EDUNISC. RS, 2015.

⁷ NETO, A. M.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. IPEA. Rio de Janeiro, 2017.

desmatamento enorme e crescente com perda de biodiversidade (dados mostrados no próximo item), crescimento da produção agropecuária, da soja e da cana, conflitos agrários cada vez mais intensos, vulnerabilidade social e ambiental da população Amazônica.

Amazônia⁸ como território de experimentos

Os projetos de desenvolvimento e de infraestrutura pressupõe que a Amazônia é o último território para a reprodução do Capital excedente no Brasil. O extrativismo foi a marca da atuação na região, iniciada com as drogas do sertão, e passando pela borracha, castanha, madeira, ouro e outros minerais. Mais recentemente, a construção de usinas hidrelétricas e o desmatamento voltado à produção pecuária, da soja, da cana e do dendê. Essas bases econômicas estão relacionadas a projetos de ocupação, que tem como um dos ícones, os eixos de desenvolvimento propostos na década de 1950 e retomado em 1996 no Programa Brasil em Ação, como destacou Becker⁹:

uma nova tecnologia espacial do poder estatal se desenvolveu, impondo no espaço nacional uma poderosa malha de duplo controle- técnico e político- correspondendo ao conjunto de programas e projetos c governamentais (...) criação de novos territórios diretamente geridos por instituições federais e superpostos à divisão político-administrativa vigente.

A Amazônia brasileira tem 61% do território brasileiro (área de 5,0 mi km²) e está presente em nove (09) Estados do Brasil (Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima) com biomas distintos do Brasil e, sobretudo, do mundo. O bioma é complexo, mas pode ser caracterizado por vegetação florestal densa e fechada, rios com volume e velocidade de água altas, rica e exuberantes fauna e flora.

⁸ A Amazônia legal foi criada em 1953 como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

⁹ BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, ano IV, n. 6, 1999.

Historicamente a Amazônia era ocupada por milhões de indígenas. Entretanto, a ocupação do homem branco e europeu alterou radicalmente o território amazônico, extinguindo populações indígenas, alterando a cobertura vegetal e as formas de uso da terra. Por volta de 1540 os Portugueses iniciaram a penetração na Amazônia em busca das drogas do sertão; até 1970 a Amazônia tinha somente 1% da sua área desmatada. Nos 40 anos seguintes, 18% da região foi desmatada.

Foi no século XX, depois das guerras mundiais, que se intensificou a ocupação das áreas da Amazônia. A região era compreendida como um vazio demográfico, como um espaço a ser ocupado por atividades econômicas tradicionais do centro sul do Brasil, visão que desdenhava a população e a cultura local, expulsando-as de seus espaços vividos.

Atualmente a população é estimada em torno de 25 milhões de habitantes, com 62% vivendo na zona urbana e 38% na zona rural, e tem baixo impacto no PIB brasileiro com apenas 8% de participação. A dinâmica da Amazônia pode ser entendida como uma intrincada relação entre urbano e o rural, entre o industrial e o tradicional, entre a densa floresta e as áreas desmatadas e atividades econômicas que a conectam com a economia do restante do Brasil.

Como especificação das interferências na Amazônia, destacamos o Estado de Rondônia. Esse desmatamento é resultado de intervenções diversas desde o século XIX, envolvendo o extrativismo, migração intensa, implantação de monocultura e da pecuária. Essas fizeram do Estado um espaço de conflito (nem sempre aparente) entre aqueles que “impulsionam” a economia e a população local, que representaria o atraso. Essas dinâmicas econômicas podem ser sintetizadas em: construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1907-1912), extração de látex para suprir a Segunda Guerra Mundial com borracha (a partir de 1940), extração de minério (cassiterita e ouro) (a partir de 1950) extração de madeira (a partir de 1970), aumento da produção agrícola (a partir de 1970), criação de gado (a partir de 1980) e a construção das UHE's no rio Madeira (2002- 2014).

Territórios são maiores do que as limitações geográficas

Segundo Escobar (2014, p. 88)¹⁰, o território é um "espaço coletivo, composto por todo lugar necessário e indispensável onde homens e mulheres, jovens e adultos, criam e recriam suas vidas... espaço onde a se garante a sobrevivência étnica, histórica e cultural" (tradução livre). O Autor destaca ainda que o território é uma articulação complexa entre aquele que nele vive e a biodiversidade que o envolve. Essa complexa relação envolve o conhecimento de todas as tramas da natureza, a organização solidária entre os seus membros, a sustentabilidade do habitat e, como consequência, a sustentabilidade do território.

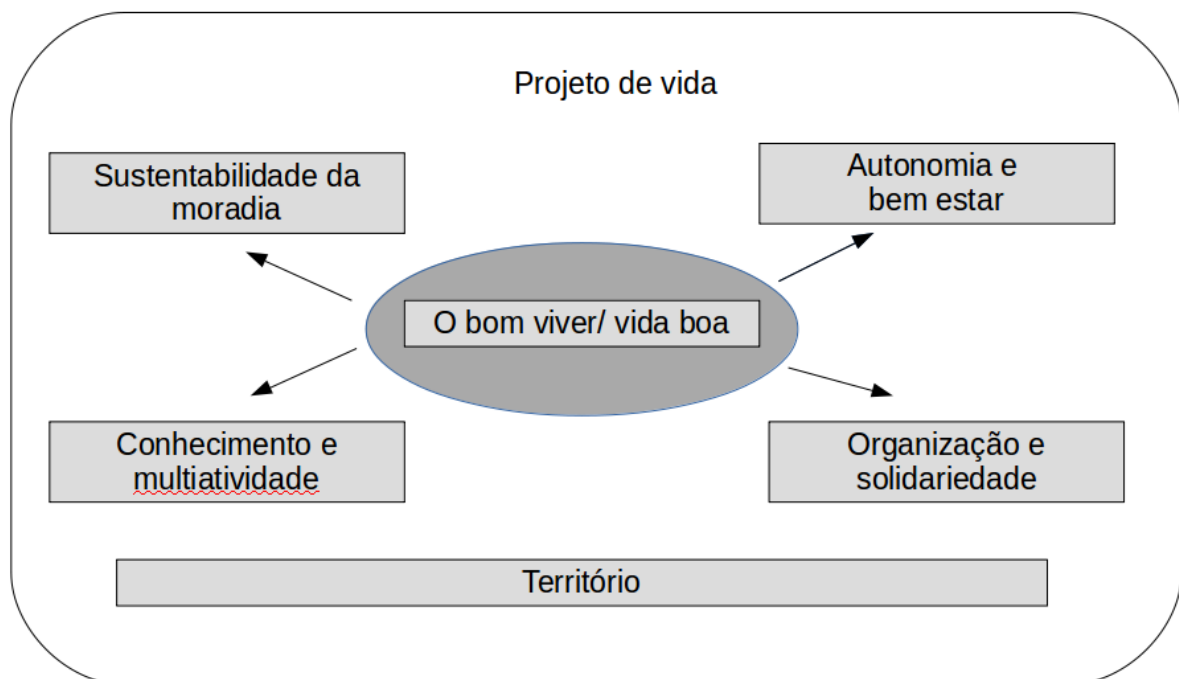


Figura 1.1: Território segundo Arturo Escobar (2014).

O Território é mais do que espaço um geográfico, é balizado pelo equilíbrio¹¹, respeito e atenção à natureza, é vida econômica e cultural, é conhecimento das dinâmicas do Território (rio, várzea, floresta), é tradição, é resistência a urbanidade,

¹⁰ ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: UNAULA, 2014.

¹¹ O equilíbrio pode ser representado pela Entropia que mede o grau de desorganização de um sistema.

e mesmo que não haja a explicitação discursiva há sustentabilidade ambiental, ecológica, social, cultural e etc.

Esse equilíbrio é quebrado na desterritorialização, seja porque não há no território (que foi assentado) o mesmo contexto anterior (como o rio, a várzea, os peixes, a floresta), seja porque é necessário adaptação das dinâmicas econômicas, sociais, ambientais ao novo território, produzindo muitas vezes evasões e abandonos.

Nesse contexto de desterritorialização acontecem conflitos, porque muitas vezes esse processo é ilegal. Entretanto, mesmo quando está envolto em legalidade os problemas causados são tão grandes que podem resultar em conflitos. Não tratarei, com o rigor que merecem, os conflitos, porque o texto está focado nos conflitos no campo, na água, desmatamento e vulnerabilidade de Rondônia.

A violência no campo

A violência no campo avança para as áreas de expansão do capital, notadamente a Amazônia e o Cerrado. A Amazônia tem hoje 57% dos casos conflitos do Brasil. Esses conflitos envolvem 54% famílias do território, como destacado por CPT¹². A terra foi entregue ao arbítrio do grande latifúndio submetendo-a a um modelo composto por desmatamento, monocultura, pecuária, uso defensivos químicos, produzindo mazelas sociais e ambientais. Segundo José Graziano¹³, "a questão agrária deixa de ser uma questão restrita ao campo e envolve a sociedade inteira ... as contradições fazem que as lutas do campo se tornem um problema político para o todo".

Os conflitos que são objeto de catalogação pela Comissão Pastoral da Terra, desde a década de 1990, são definidos¹⁴ como

¹² cf. p.12. CPT. **Conflitos no Campo- Brasil 2016**. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade. Goiânia, 2016. 232p.

¹³ cf. p.11. SILVA, J. G. A modernização dolorosa Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil, São Paulo: Zahar, 1981.

¹⁴ cf. p.16. CPT, 2016.

as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

As causas do conflito podem ser várias, intrínseca ao ser humano pela característica pré-existente dual da bondade (dimensão de luz proposto por Jung) e da maldade (pulsão de morte tratado por Freud). Entretanto, no mundo capitalista, o conflito é intrínseco para que o capital se reproduza, porque tem o pressuposto da produção de mais valia. Os conflitos que ocorrem no seio das sociedades desiguais são mais intensos e graves, porque são resultado da exclusão do acesso a bens e recursos naturais necessários a sobrevivência, pautando a manutenção de acesso em detrimento do outro, um conflito de classes, entre aqueles que tem e aqueles que não tem. Como destacado pela CPT¹⁵, no Brasil há sempre violência por causa de nossa formação social e da exclusão social de parcelas da sociedade no campo e na cidade. Nas cidades, a maior parte daqueles expulsos do campo estão imersos na vulnerabilidade e na pobreza que povoam as comunidades e favelas.

A investigação dos crimes que ocorrem no campo é inversamente proporcional a quantidade, porque o Brasil é continental. Como dito por Leonardo Boff¹⁶, "a maioria dos crimes fica impune, seja pelas longas distâncias a serem percorridas pelos averiguadores, seja pela coligação existente entre latifundiários, juízes, delegados e policiais". Ou seja, o aparato do Estado muitas vezes opera a serviço dos donos da terra.

Entretanto, ocorre no Brasil um outro ponto fundamental onde a posse da terra nem sempre está qualificada de maneira legal, porque uma parte das áreas foram/são griladas. A questão transitória da posse da terra, muitas vezes é implantada pela permanência em áreas em conflito por parte da ocupação. Comumente, entretanto, o latifundiário quer a posse da terra independente daqueles

¹⁵ CPT, 2016.

¹⁶ CPT, 2016, p.30.

que nela vivem terem ou não a posse de fato e de direito. Portanto, essa questão transitória depende dos atores que atuam no Território. Tal situação remete à definição da transitoriedade permanente destacada por Rolnik¹⁷:

No entanto, podemos afirmar que têm em comum o fato de constituírem zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado. Tais indeterminações são os mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente transitoriedade, a existência de um vasto território de reserva, capaz de ser capturado “no momento certo”.

Os impactos são mais agudos quando os territórios em disputa podem ser contestados a qualquer momento por autoridades ou agentes locais. O fato de os mais pobres não tem as ferramentas institucionais e legais para lutar por direitos, tornam a situação mais graves. As próprias formas de nomear o território como “invasão, ocupação, favela, gleba não são inocentes e procuram definir uma situação de alteridade em relação à ordem jurídico-urbanística dominante, representando uma multiplicidade de casos muito distintos”¹⁸.

Deslocamentos compulsórios

A respeito de deslocamento forçado por eventos, Sassen¹⁹ destaca que:

Esse foi o quinto ano [2011] em que o número de pessoas deslocadas à força superou os 42 milhões. A classificação “pessoas deslocadas” inclui várias populações diferentes. Em 2011, a distribuição era de 15,2 milhões de refugiados (10,4 milhões sob os cuidados da ACNUR e 4,8 milhões registrados na Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos), 26,4 milhões pessoas deslocadas dentro de seu próprio país por causa desse foi o quinto ano em que os conflitos e 895 mil pessoas em busca de asilo, com aproximadamente um décimo deste último grupo somente na África do Sul. O total de 2011 contém, entre outras, três alarmantes tendências de crescimento que gostaria de destacar aqui. Uma é que

¹⁷cf. p. 174. ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: A colonização da terra e a moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹⁸ cf. p. 152. ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: A colonização da terra e a moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹⁹ cf. p. 67. SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na Economia global. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

se estimava que 4,3 milhões de pessoas eram novos deslocados em decorrência de conflitos ou perseguições. A segunda tendência era que os 895 mil solicitantes de asilo que acabei de mencionar representavam o maior número nessa categoria em mais de dez anos. A terceira era que outras 3,5 milhões de pessoas eram novos deslocados dentro das fronteiras de seu próprio país, um aumento de 20% em relação a 2010. atravessando fronteiras internacionais, deslocados à força), com aproximadamente um décimo.

As modalidades de deslocados são várias, entretanto a causa está relacionada pelo interesse econômico do Território, que muitas está assentado em período longos de permanência de populações.

Na linguagem contratual das finanças, os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição. Desta forma, enlaçam-se os processos de expansão da fronteira da financeirização da terra e da moradia com as remoções e deslocamentos forçados.²⁰

Para aqueles que querem dominar/apropriar do território há a relação de que os vínculos com o território são reduzidos a unidimensionalidade de seu valor econômico. Portanto, os "impactos negativos das remoções são enormes e aprofundam, a pobreza e destroem comunidades, deixando milhões de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade"²¹.

No caso de deslocamentos decorrentes da construção de Usinas Hidrelétricas (UHE), Daou²² destacou:

Os lotes simplesmente inviabilizavam o modo de vida daqueles ribeirinhos, afastando-os da margem e os privando de atividades complementares à agricultura sazonal do lameiro, terra de margem anualmente fertilizadas pela subida das águas do Rio. Assim, na perspectiva do campesinato a intervenção do Estado sobre o espaço físico significou a expropriação das melhores terras, os lameiros. Para os camponeses submetidos ao deslocamento compulsório não bastou receber terra, uma terra de má qualidade, em um loteamento

²⁰ ROLNIK, 2015, p.13.

²¹ ROLNIK, 2015, p. 149.

²² cf. p. 91. DAOU, A. M. Um espaço fora do mapa: as lutas que as águas ensejam e o território como dispositivo. In: **Cartografia Social, Terra e Território**, IPPUR/UFRJ 2013. p. 81-118.

oi na trama geométrica de uma agrovila, esvaziada de significados ... lhes faltavam os referenciais espaciais e as relações sociais que os situavam nas redes do passado.

Conflitos no campo

Os conflitos no Brasil, apresentados numericamente no Quadro 03, indicam problemas de grande intensidade no que tange ao uso do Território. Claramente, são disputas entre os que podem mais com os que podem menos, do latifúndio com o pequeno proprietário, daqueles que vão barrar o rio com aqueles que utilizam o rio como fonte de vida. São forças inigualáveis, com acessos as instâncias distintas e com domínios tecnológicos difíceis de comparar. Os números indicam que a sociedade involui, ou seja, ao invés de aumentar a democratização do acesso aos meios de produção visando efetivar o capitalismo, ela diminui o acesso, concentrando renda e deixando na pobreza parcelas cada vez maiores da população.

Os números de conflito no Brasil são crescentes. Entre 2002 e 2016, os casos passaram de 925, afetando 451 mil pessoas, para 1.536, afetando 910 mil pessoas. O mais grave é a quantidade de mortos que não parou de crescer, partindo de 43 e chegando a 61. Em 2003, esse número chegou a 73 (aumento de 70% entre 2002 e 2003), o maior valor da série histórica. O Documento da Comissão Pastoral da Terra²³ destaca os Estados de RO e PA como aqueles mais violentos do Brasil. O papel desenvolvido pela elite local (normalmente detentora dos mecanismos institucionais de polícia e justiça) atua na efetivação do latifúndio, no desmatamento, na produção da monocultura e da produção agropecuária. Rivero *et al.*²⁴ demonstraram que a maior contribuição para o aumento da área para a pecuária é resultado de desmatamento, pior é que uma parte deste desflorestamento acontece em áreas de reserva indígena e de proteção ambiental.

²³ CPT, 2016.

²⁴ RIVERO *et al.* Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, v.19, n.1, 2009.

Ferreira²⁵, em um documento da SEDAM (Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia) destacou:

A pecuária como atividade dominante e de maior expansão acarreta como consequência direta o desmatamento, uma vez que a pecuária extensiva com baixo nível tecnológico tem a sua produção aumentada baseada, mais na expansão das áreas desflorestadas e menos no aumento da produtividade... A pecuária deverá continuar a se expandir horizontalmente, sendo a principal atividade responsável pelo desmatamento em Rondônia.

Conflito pela água

A quantidade de conflitos que ocorreram pela água foi crescente entre 2002 e 2016. O total de pessoas afetadas multiplicou por 15, e a quantidade de conflitos passou de 14 para 172 (no mesmo período), multiplicando-se por 12. Uma parte significativa destes conflitos ocorreram na Amazônia, onde estão instaladas 12 hidrelétricas e algumas tem tamanhos expressivos, tais como: Santo Antônio e Jirau em Rondônia, Belo Monte no Pará (PA). Os valores, estão apresentados no quadro a seguir e estão em crescimento constante.

Os conflitos pela água são definidos por resistências, na maior parte das vezes de forma coletiva, "contra a apropriação privadas dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes"²⁶. As quantidades de conflitos e pessoas envolvidas são crescentes ao longo do período especificado, como apresentados no Quadro 01.

Daou²⁷ destaca, à guisa de estudos dos impactos ambientais no São Francisco, pontos importantes sobre o conflito sobre a água:

A fluidez marcava a ocupação social do Rio São Francisco e a vida dos ribeirinhos, no período anterior à construção da Barragem de Sobradinho. Alternância entre cheia e vazante, e uma interação com as águas seja na fluidez do rio seja expectativa das chuvas, ganhavam proeminência na vida social e a vida na beira

²⁵ FERREIRA, G. de L. Diagnóstico dos principais vetores, dinâmica e tendência do desmatamento no Estado de Rondônia. SEDAM. Porto Velho, 2009.

²⁶ CPT, 2016, p.16.

²⁷ cf. p. 87. DAOU, A. M. Um espaço fora do mapa: as lutas que as águas ensejam e o território como dispositivo. In: **Cartografia Social, Terra e Território**, IPPUR/UFRJ 2013. p. 81–118.

simbolizava o espaço social pleno na vida ribeirinha ... Em favor da racionalidade métrica, os mapas, de fato, nada acrescentavam sobre a existência daquele modo de vida e promoviam na espécie de preeminência do espaço abstrato, do qual subtraíam-se o dinamismo da vida social e as descontinuidades correlatas às distâncias sociais que os sujeitos operavam entre si.

Uma das obras de infraestrutura que mais produzem impactos e conflitos pela água são as usinas hidrelétricas. Aquelas construídas na Amazônia são mais intensas, principalmente nos estados de Rondônia e do Pará. Elas têm provocado modificações graves na dinâmica dos Rios e alterando todo o processo de vida dos Ribeirinhos²⁸. As barragens seguram o sedimento diminuindo a fertilidade do barranco e da várzea a jusante impedindo o plantio de culturas agrícolas importantes tanto na questão da segurança alimentar como da economia local. As barragens também interrompem o fluxo de peixe no Rio, produzindo interrupção da reprodução normalmente feita nas cabeceiras dos rios e remansos, bem como as atividades de pesca (econômica e subsistência) dos Ribeirinhos.

Exercício de contabilização da quantidade de impactados pelas UHE's na Amazônia

Não há números exatos para a quantidade de deslocados por MW. Entretanto, vários valores são encontrados de acordo com o local e o tempo de implantação. O autor detectou dados de 24 UHE instalados ao redor do mundo²⁹ e com informações na Bibliografia, com valores para impactados de 23 famílias por MW. Entretanto, Silva e Rossi³⁰ apresentaram que nas 17 UHE que iniciaram

²⁸ RIBEIRO, A. M. **Os Atingidos pela UHE Santo Antônio em Porto Velho, RO**: Análise da comunidade São Domingos. Dissertação- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente- Fundação Universidade Federal de Rondônia. Orientador: Artur de Souza Moret. Porto Velho, RO. 2013.

²⁹ O tempo de construção de UHE é entre 30 a 72 meses, com média de 40 meses (de acordo com CPFL- Energia. *P&D de Tarifas Internacionais: Relatório V- Formação de custos e preços de geração e transmissão de energia elétrica*. SP. 2015).

³⁰ SILVA, R. P. B. da; ROSSI, L. A. Estudo comparativo dos impactos das Usinas Hidrelétricas com os impactos evitados por uma Usina Virtual Equivalente através das ações de Eficiência Energética. In: **XIX Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica SENDI 2010**. 22 a 26 de novembro. São Paulo, SP. 2010

operação entre 1992 e 2002 esse valor diminuiu drasticamente para 1,91 famílias por MW. Mesmo assim, os autores destacam que os valores médios mais adequados chegam a 0,84 famílias por MW. Dessa forma, podemos afirmar então que os valores podem ser aproximados por máximo de 23 e médio de 0,84 famílias por MW e para efeito das análises o valor utilizado será o último, destacando que esse pode estar subdimensionado, porque a instalação da UHE depende do território em que o projeto vai ser implementado e da sua densidade populacional.

Para efeito de exercício será feita a contabilidade da quantidade de deslocados para as 12 UHE instaladas na Amazônia de um total de 180 para o Brasil com potência maior do 30MW. O Quadro 02 apresenta as UHE's da Amazônia que totaliza 17.844MW de potência instalada. Como destacado anteriormente, a média de impactados é de 0,84 famílias/MW ou 4,2 pessoas/MW, considerando que na Amazônia as famílias tenham em média 5 pessoas. São 14 mil famílias ou 75 mil pessoas afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos, que é uma quantidade expressiva de pessoas. Isso porque os empreendimentos são instalados em locais com baixa densidade populacional e os impactos são agudizados porque frequentemente as populações afetadas na Amazônia são Populações Tradicionais, que tem seus laços com o ambiente rompidos. Por outro lado, os assentamentos não reproduzem as situações de vida anteriores.

Principais impactos gerados por usinas hidrelétricas

Nas 24 UHE's estudadas, explicitadas no quadro 03, as principais categorias de impacto - 49%- afetam a vida e a sobrevivência das pessoas: Economia, Indenizações, Peixe e água. Essas constatações corroboram o que foi apresentado por Ribeiro³¹ na comunidade São Domingos (assentamento da UHE Santo Antônio), no Território originário antes os moradores produziam 20 unidades de produtos de

³¹ RIBEIRO, A. M. *Os Atingidos pela UHE Santo Antônio em Porto Velho, RO: Análise da comunidade São Domingos*. Dissertação- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente- Fundação Universidade Federal de Rondônia. Orientador: Artur de Souza Moret. Porto Velho, RO. 2013.

forma sustentável, após o deslocamento- na comunidade São Domingos- produzem somente 7 variedades com uso de maquinários e de insumos agrícolas.

Análises complementares foram realizadas em três assentamentos de UHE`s: Assentamento Nova Mutum Paraná (UHE Jirau- Rondônia), Assentamento Canelas (UHE Lajeado- Goiás) e Assentamentos na cidade de Rabinal (UHE Chixoy - Guatemala). Conforme apresentado no Quadro 04, os impactos mais graves afetam a sobrevivência dos deslocados; um ponto fundamental comum a todas as UHE`s pesquisadas é a preferência pelo local antigo, bem como o desejo de retornar a ele.

Desmatamento na Amazônia

Na Amazônia, os estados com maior desmatamento, comparando com o total desmatado, são Mato Grosso (33,8%), Pará (33,9) e Rondônia (13,6) que juntos tem 81,3% do total desmatado da Região. O Quadro 1.5 e a Figura 1.2 mostram que o comportamento do desmatamento ocorre em moldes parecidos entre os estados, demonstrando duas questões importantes: a primeira é o papel fiscalizador débil do Estado e a segunda é a influência da relação entre os sistemas de governo, sejam eles liberais entre 1994 e 2004 com forte crescimento do desmatamento, e naqueles mais progressistas 2004 e 2015 com queda expressiva do desflorestamento.

Quadro 1.1 Conflito no campo e Conflito pela Água no Brasil: 2002- 2016. Fonte: CPT, 2016.

Conflitos	Total conflitos	Total assassinados	Pessoas envolvidas	Conflito pela Água	Pessoas envolvidas
2002	925	43	451.277	14	14.352
2003	1690	73	1.190.579	20	48.005
2004	1801	39	975.987	60	107.245
2005	1881	38	1.021.355	71	162.315
2006	1.657	39	783.801	45	13.072
2007	1.538	28	795.341	87	163.735
2008	1.170	28	502.390	46	135.780
2009	1.184	26	628.009	45	201.675
2010	1.186	34	559.401	87	197.210
2011	1.363	29	600.925	68	137.855
2012	1.364	36	648.515	79	158.920
2013	1.266	34	573.118	93	134.835
2014	1.286	36	817.102	127	214.075
2015	1.217	50	816.837	135	211.685
2016	1.536	61	909.843	172	222.355

Quadro 1.2: UHE instaladas na Amazônia. Fonte: SIPOT (2017).

Nome	Potência instalada (MW)	Proprietária da concessão	Estado
Tucuruí	8535	100% para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	PA
Jirau	3375	100% para Energia Sustentável do Brasil S.A.	RO
Santo Antônio	3150,76	100% para Santo Antônio Energia S.A.	RO
Belo Monte	1338,76111	100% para Norte Energia S.A.	PA
Santo Antônio do Jari	373,4	100% para ECE Participações S.A.	AP; PA
Ferreira Gomes	252	100% para Ferreira Gomes Energia S.A	AP
Balbina	249,75	100% para Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A	AM
Cachoeira Caldeirão	219	100% para Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.	AP
Samuel	216,75	100% para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	RO
Rondon II	73,5	100% para Eletrogoes S/A.	RO
Curuá-Una	30,3	100% para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	PA
Salto Curuá	30	100% para Curuá Energia S.A	PA
Total	17844		

Quadro 1.3 Ocorrência de impactos de UHE's. Fonte: Moret (2018)¹.

Categoria	Ocorrência	Percentual do total de ocorrências (%)
Economia	11	17
Indenizações	8	12
Peixe	7	11
Água	6	9
Cultura	6	9
Terra	4	6
Saúde	4	6
Agricultura	3	4,6
Sedimento	3	4,6
Educação, saneamento, Gases de Efeito Estufa	2	3
Erosão, Gênero, criação de áreas vulneráveis, baixo preço na compra das terras dos deslocados, boom populacional, falta de estudos, conflitos sociais	1	1,5

¹ MORET, A. de S. Estudo dos impactos sociais, ambientais e econômicos em assentamento de UHE's e a intervenção no circuito inferior da economia. Relatório Científico de Pós-Doc. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- UFRJ, 2018.

Quadro 1.4 Impactos ambientais e sociais em 3 assentamentos de UHE's: Jirau, Chixoy e Lajeado. Fonte: Moret (2018)¹.

UHE Jirau	UHE Chixoy	UHE Lajeado
Emprego Trabalho Falta de peixe Falta de água para lazer Falta do rio Quebra nas relações de vizinhança <i>Preferem o local antigo</i>	Emprego Renda Falta do Rio Peixe Não tem terra para produção Tem que comprar tudo Não teve indenização Massacres (Rio Negro) Governo foi condenado pela Corte Interamericana de DH Governo tem que fazer reparação: econômica, autonomia, terra para produção, moradias e não repetição <i>Preferem o local antigo</i>	Peixe Área para produção Peixe Falta de verde Falta de paz <i>Preferem o local antigo</i>

¹ MORET, 2018.

Quadro 1.5: Desmatamento na Amazônia 1978-2015. Fonte: INPE (2016).

Ano\ Estados	Acre	Amazonas	Amapá	Maranhão	Mato Grosso	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Amazônia Legal
1978	620	1510	60	2450	5140	6990	2340	290	1650	21050
1989	540	1180	130	1420	5960	5750	1430	630	730	17770
1990	550	520	250	1100	4020	4890	1670	150	580	13730
1991	380	980	410	670	2840	3780	1110	420	440	11030
1992	400	799	36	1135	4674	3787	2265	281	409	13786
1993 (b)	482	370		372	6220	4284	2595	240	333	14896
1994 (b)	482	370		372	6220	4284	2595	240	333	14896
1995	1208	2114	9	1745	10391	7845	4730	220	797	29059
1996	433	1023		1061	6543	6135	2432	214	320	18161
1997	358	589	18	409	5271	4139	1986	184	273	13227
1998	536	670	30	1012	6466	5829	2041	223	576	17383
1999	441	720		1230	6963	5111	2358	220	216	17259
2000	547	612		1065	6369	6671	2465	253	244	18226
2001	419	634	7	958	7703	5237	2673	345	189	18165
2002	883	885	0	1085	7892	7510	3099	84	212	21651
2003	1078	1558	25	993	10405	7145	3597	439	156	25396
2004	728	1232	46	755	11814	8870	3858	311	158	27772

Quadro 1.5: Desmatamento na Amazônia 1978-2015. Fonte: INPE (2016) (continuação).

Ano\ Estados	Acre	Amazonas	Amapá	Maranhão	Mato Grosso	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Amazônia Legal
2005	592	775	33	922	7145	5899	3244	133	271	19014
2006	398	788	30	674	4333	5659	2049	231	124	14286
2007	184	610	39	631	2678	5526	1611	309	63	11651
2008	254	604	100	1271	3258	5607	1136	574	107	12911
2009	167	405	70	828	1049	4281	482	121	61	7464
2010	259	595	53	712	871	3770	435	256	49	7000
2011	280	502	66	396	1120	3008	865	141	40	6418
2012	305	523	27	269	757	1741	773	124	52	4571
2013	221	583	23	403	1139	2346	932	170	74	5891
2014	309	500	31	257	1075	1887	684	219	50	5012
2015	264	712	25	209	1601	2153	1030	156	57	6207
Acumulado Amazônia	13318	22363	1518	24404	139917	140134	56485	7178	8564	413882
% da área total desmatada	3,2	5,4	0,4	5,9	33,8	33,9	13,6	1,7	2,1	

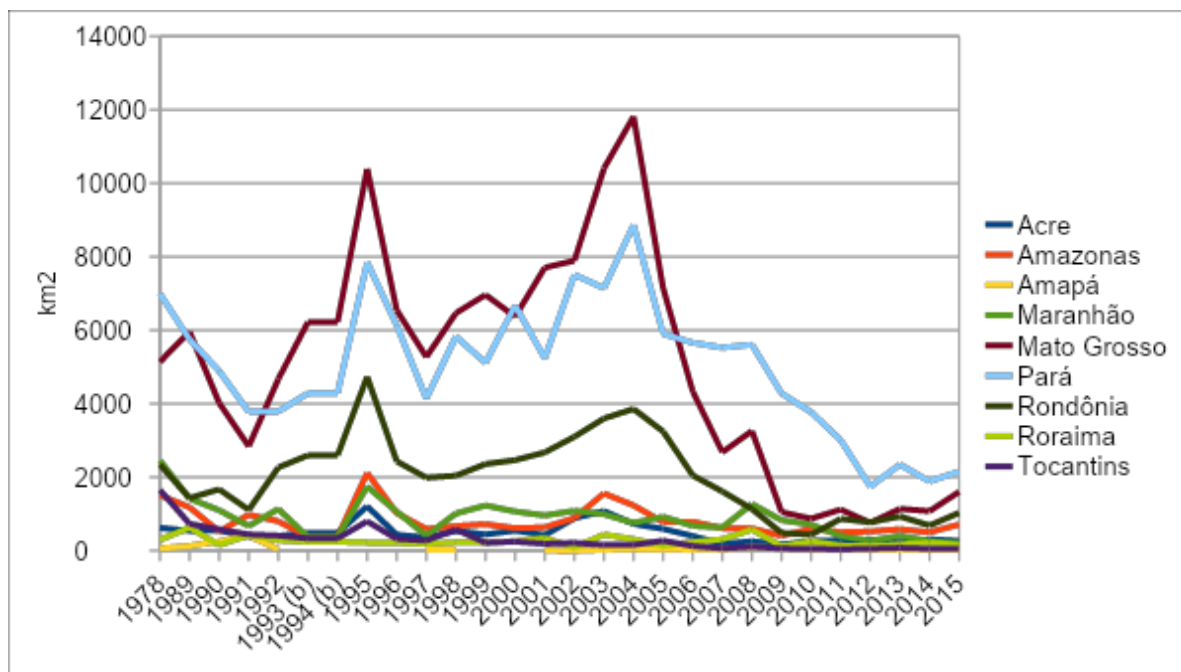


Figura 1.2: Desmatamento dos Estados da Amazônia entre 1978-2015. Fonte: INPE (2016).

As vulnerabilidades da Amazônia são uma das consequências das intervenções no território

Dessa forma, partindo do que foi apresentado, é possível demonstrar que os impactos gerados pelas intervenções no Território produzem vulnerabilidade na Amazônia, mesmo que a ação no Território seja baseada em investimentos públicos, em atividades econômicas intensivas em capital e produtividade econômica. Estas vulnerabilidades podem ser demonstradas a partir dos dados de Privações de renda, de saneamento e água e o Índice Gini.

As vulnerabilidades da Amazônia são várias, aqui serão destacados no Quadro 06 as privações de renda, de saneamento e de água, que medem o acesso a bens que são direitos sociais. Valores altos demonstram o qual vulnerável está a região, destacando que todos os valores para a Região Norte são maiores do que aqueles do Brasil. Pior são os valores medidos para as regiões rurais. Como exemplo, em 2009, a área rural da Região Norte obteve índice de 59,5 relacionado à privação de renda, enquanto o valor para o Brasil é de 36,1. Assim, no Brasil a privação é menor uma vez e meia. Da mesma forma, podemos destacar que na privação pelo

saneamento no Brasil é três vezes menor do que a área rural do Norte. Quanto à privação da água, o valor do Brasil é 5 vezes menor do que nas áreas rurais da Região Norte.

Quadro 1.6: Privação de renda, de saneamento e água. Fonte: Lemos (2012)¹.

Privação	Brasil		Região Norte		Região Norte Urbano		Região Norte rural	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
renda	33,3	36,1	40,3	45,1	36,0	41,1	53,4	59,5
saneamento	31,2	27,7	49,5	44,9	39,8	36,3	78,7	75,4
Água	17,9	15,6	44,9	41,4	32,9	31,4	80,9	76,6

Outro indicador que demonstra a vulnerabilidade da Região Norte é o Índice Gini, apresentados os anos 1991, 2000 e 2010 no Quadro 1.7. Cabe ressaltar que há diferença positiva de valores entre os anos 2010 e 1991. Entretanto, a diferença entre os anos de 2000 e 2010 são negativas para todos os estados da Amazônia. Há que se destacar que neste mesmo período o desmatamento na região teve decréscimo, podemos inferir que as atividades econômicas de monocultura implementadas na Região Norte (soja, dendê, cana, pecuária) prejudicaram a renda na região, mesmo que as atividades econômicas sejam lucrativas.

¹ LEMOS, J. de J. S. **Mapa da Exclusão Social no Brasil**: Radiografia de uma país assimetricamente pobre. Mimeo. 3 ed. Ceará. Banco do Nordeste do Brasil. 2012. 486p.

Quadro 1.7: Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Região, Unidade da Federação e Região Metropolitana. Fonte: IPEADATA (2017).

Territórios	1991	2000	2010	% 1991-2010	% 2000-2010
Total	0,6383	0,646	0,6086	-3	-3,74
Região Norte	0,6257	0,6545	0,6319	0,62	-2,26
Acre	0,6259	0,6477	0,6394	1,4	-0,83
Amapá	0,585	0,6318	0,6157	3,1	-1,61
Amazonas	0,6282	0,6823	0,6664	3,82	-1,59
Pará	0,6206	0,6512	0,626	0,54	-2,52
Rondônia	0,6155	0,611	0,5686	-4,7	-4,24
Roraima	0,6216	0,6202	0,6398	1,82	1,96
Tocantins	0,6331	0,655	0,6099	-2,32	-4,51

Fechamento: os impactos mais marcantes nas populações Amazônicas

As maiores causas das interferências de programas e projetos implantados na Amazônia foram o desmatamento, os conflitos no campo e conflito pela água, tendo como resultados índices de vulnerabilidades crescentes de baixo acesso a água e saneamento, bem como impactando negativamente na renda representada pelo Índice GINI. Mesmo que as intervenções tenham uma narrativa de conexão econômica e de infraestrutura com o restante do Brasil os danos à Biodiversidade são irreversíveis e, sobretudo, porque as consequências no Território Amazônico destroem a vida e equilíbrio do Ambiente e das Populações tradicionais e destroem habitats que nunca serão repostos. As análises dos dados demonstram que o capital esteja interferindo e reproduzindo-se na Amazônia, em contraposição, não há inclusão das populações na melhora dos níveis e condições de vida. As vulnerabilidades e os direitos sociais caminharam em sentido contrário às intervenções públicas e aos ganhos econômicos privados. As privações de acessos a água, a educação e a renda estão extremamente altos em comparação aos dados do Brasil, da mesma forma que os direitos sociais são baixos no que tange aos acessos a educação superior e ao conhecimento básico, ao saneamento e a segurança pessoal.

2. A barragem de Belo Monte e a perda de redes de sociabilidade das populações atingidas representadas em arpilleras amazônicas

Marina Ertzogue
Monise Busquets

Introdução

A usina hidroelétrica Belo Monte (PA), um dos maiores empreendimentos do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), é a terceira maior usina hidroelétrica do mundo. Em novembro de 2015 foi emitida pelo IBAMA a Licença de Operação que permitia o início do enchimento do reservatório. Em dezembro, seguindo dados informados pelo “2º Balanço do PAC (2015-2018)”¹, publicado pelo Ministério do Planejamento, as obras da UHE Belo Monte estavam 83% concluídas. O valor investido em contrapartidas socioambientais foi de R\$ 2,5 bilhões por meio de execução de 158 programas e projetos. O mesmo documento afirma que as 5.421 famílias que viviam nos igarapés em áreas alagáveis do rio Xingu, “sem qualquer infraestrutura sanitária, já estão reassentadas em cinco novos bairros com água e esgoto tratados, pavimentação, iluminação e equipamentos sociais e de lazer”².

No “Plano de atendimento à população atingida”, publicado no PBA (Plano Básico Ambiental), documento contendo programas e projetos da Norte Energia para implantação, construção e operação da UHE Belo Monte –, a empresa faz referências aos manuais de políticas operacionais das agências multilaterais que

¹ BRASIL. Ministério do Planejamento. **2º Balanço do PAC (2015-2018)**. Ano I, Brasília: 2016. <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/23216159149151fbfbcedb1d57dff510.pdf>> Acesso em: jul. 2016.

² cf. p. 36. BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Infraestrutura Hídrica. Unidade de Gerenciamento do *Proágua/Semi-arido*. **Diretrizes ambientais para projeto e construção de barragens e operação de reservatórios**. Brasília: Bárbara Bela Editora Gráfica. 2005. <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3678963/Diretrizes+ambientais+para+projeto+e+construcao+de+barragens+e+operacao+de+reservatorios.pdf/7b333ac8-f12b-45db-903d-4e8b4d42b266>>. Acesso em: dez. de 2015.

reforçam o objetivo da política de reassentamento involuntário: “É assegurar que as pessoas que são fisicamente ou economicamente deslocadas como resultado de um projeto não fique em situação pior, mas melhor do que estavam antes do projeto ser empreendido”³.

Na perspectiva de diferentes atores sociais, confrontando dados e informações oficiais, existem controvérsias quanto ao cumprimento das metas do “Plano de atendimento da população atingida” do PBA (2011). Em relação ao reassentamento das populações em áreas urbanas, por exemplo, o ISA (Instituto Socioambiental) afirma no Dossiê Belo Monte (2015) sobre o reassentamento em Altamira (PA) que a população foi “obrigada a sair rápida e compulsoriamente de suas casas” – seja por causa do início da construção das estruturas da usina, ou “devido ao futuro enchimento do reservatório, isso tem sido um processo traumático e desordenado para as mais de oito mil famílias consideradas ‘interferidas’ pelo empreendimento”⁴. O ISA informa também que 3.000 famílias que residem nos RUC’s da Norte Energia (Reassentamentos Urbanos Coletivos) precisam de serviços públicos adequados: transporte, energia, saúde e educação.

Sobre os impasses envolvendo empreendedores e atingidos, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH – (2010) afirma que os agentes sociais envolvidos reconhecem que “uma das principais mudanças sociais introduzidas pela barragem está no deslocamento compulsório e nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais associados”. Por outro lado, diz o CDDPH que “a reparação – reposição, indenização ou compensação – dos efeitos negativos destas mudanças constitui, é até hoje, o principal desafio”⁵.

³ cf. p. 271. Norte Energia S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte:** Planos, Programas e Projetos. Volume. II, Tomo 1,2, ano 2011.

⁴ cf. p. 13. PALMQUIST, H. Remoção forçada de ribeirinhos por Belo Monte provoca desastre social. em Altamira. **Dossiê Belo Monte.** ISA, s/l, jun. 2015.

⁵ cf. p. 21. CDDPH. **Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens.** Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília: 2010. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final_0.pdf> Acesso em: abr. de 2016.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), desde o seu surgimento em 1991, vem cumprindo um papel histórico em defesa dos direitos das populações atingidas por barragens. Dentro do MAB foi criado em 2011, o Coletivo Nacional das Mulheres cuja trajetória cruzou-se com as bordadeiras dos subúrbios de Santiago (Chile), mulheres que resistiram à ditadura costurando a resistência.

É nesse quadro de impasses entre empreendedores e atingidos que analisamos a atuação do Coletivo das Mulheres. Com apoio da União Europeia, o movimento desenvolveu um projeto de formação política e capacitação para mulheres. “Atingidas por barragens, costurando direitos” é o nome do projeto de oficinas de arpilleras que percorreu nove estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Tocantins, Pará, Rondônia, Ceará, Bahia. Segundo o movimento, em dois anos, cerca de 800 mulheres foram capacitadas na técnica do bordado e da costura em arpilleras.

A finalidade das oficinas é promover encontros para discutir o modelo energético brasileiro, além de denunciar violações dos direitos dos povos atingidos por barragens, além disso, as mulheres aprendem a bordar arpilleras. Nesse artigo analisamos desde a dinâmica das oficinas até a produção final das arpilleras. Com ênfase na metodologia empregada, pergunta-se como essa atividade contribui para o empoderar das mulheres atingidas?

Para compreender os efeitos da perda dos laços de solidariedade na comunidade estudada, abordamos o tema na perspectiva de diferentes atores sociais envolvidos no processo. Na sequência, mostramos como as oficinas de arpilleras (técnica têxtil chilena de bordado e costura sobre suporte de juta) se constituíram em instrumento de empoderamento das atingidas. Por fim, analisamos a perda de redes de sociabilidade, através das arpilleras, como objetivo de mostrar como o reassentamento involuntário mudou a vida das comunidades que viviam nos “baixões”, em Altamira (PA).

Para compreender os impactos do deslocamento na comunidade estudada, além da “leitura” das arpilleras produzidas por mulheres que vivem nos RUC’s,

também foram realizadas entrevistas usando o método “grupo focal”. Entrevistas grupais⁶, são aquelas onde o entrevistador, nessa forma de abordagem, assume uma posição de facilitador do tema da discussão. Uma parte das entrevistas foi feita no contexto da oficina da Exposição Amazônica, realizada pelo MAB, em Belém (PA), onde foram entrevistadas arpilleristas e lideranças do MAB.

Nessa perspectiva, partiu-se da etnografia também como método, uma vez que a etnografia é uma ciência que busca o significado intrínseco às palavras e às ações. É sob esse modelo conceitual que a cultura é dotada de significados, não é um poder, mas um sistema de signos entrelaçados e interpretáveis, “ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (Geertz, 2008, p. 10)⁷. A propósito, o título “A água é dos povos e não de Belo Monte” foi tema da arpillera produzida na oficina, em 29 de setembro de 2016, Belém (PA). Durante a oficina, a entrevistadora e coautora deste artigo participou com as mulheres atingidas da experiência de bordar e costurar uma arpillera coletiva.

Deslocamentos e perda de redes de sociabilidade

Em 2005 foi publicado: “Diretrizes ambientais para projetos e construções de barragens e operação de reservatório” pelo Ministério da Integração Nacional — Secretaria de Infraestrutura Hídrica. O documento reconhece que a remoção forçada pode acarretar em custos sociais que vão além dos custos financeiros e outros gastos que anteriormente não faziam parte das despesas das populações atingidas. O documento afirma: “São os custos associados à desestruturação de laços de vizinhança” (2005, p. 28).

A retirada de uma comunidade, ou parte dela, de seu “habitat físico e social”, de acordo com as “Diretrizes Ambientais para Projeto e Construção de Barragens e

⁶ cf. p. 151. GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, v. 12, n. 24, p 149-161, 2003.

⁷ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Operação de Reservatórios” (2005, p. 28), pode implicar em aspectos negativos que não têm “solução ótima”⁸ e recomenda, na medida do possível, oferecer condições para a reconstrução “desse habitat”. O documento governamental orienta, no caso do remanejamento, que o mesmo implicasse em melhoria da qualidade de vida da população, considerando que “a população remanescente seria, provavelmente, beneficiada por obras a serem executadas” (2005, p. 28). Sendo atribuição do empreendedor a condução do processo, o documento sugere também, considerar que, em geral, tratar-se de populações de baixa renda, com pouca mobilidade social e sem quase nenhum poder de negociação.

As “Diretrizes Ambientais para Projeto e Construção de Barragens e Operação de Reservatórios” (2005, p. 28) definem que no caso de projetos que envolvam reassentamento, os programas ambientais devem garantir, no mínimo, o restabelecimento das condições de vida anteriormente existentes, buscando, sempre que possível, melhorar o padrão de vida das famílias afetadas. As condições de remanejamento dos atingidos propostas nas diretrizes para construção de barragens não são efetivadas na prática, pelo menos é o que se observa em processos de litígios entre empreendedores e atingidos.

Outros atores sociais entram em cena: A Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, constituída em 2005 para apuração de denúncias de violação dos direitos humanos define como perdas sociais: as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade “sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas” (2010, p. 31).

Quando se tratarem de perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, consideradas “imateriais e intangíveis” e, por tal razão, não “passíveis de quantificação e monetarização”, a recomendação do Conselho é de que se proceda

⁸ Escrito conforme consta do original.

ampla discussão e negociação (2010, p. 31). Para corroborar com esta asserção, o CDDPH cita o IOCPGSIA (*Interorganizational Committee on Principles and Guidelines for Social Impact Assessment* – 2003).

Por impactos sociais entendem-se as consequências para populações humanas de qualquer ação pública ou privada que altera modos com que uma população vive, trabalha, diverte-se, relaciona-se com outras populações, organiza-se para atender suas necessidades e, de modo geral, comporta-se como integrante da sociedade. O termo inclui impactos culturais que envolvem mudanças de normas, valores e crenças que guiam e racionalizam seu reconhecimento de si mesmos e de sua sociedade⁹

Oficina de arpilleras para mulheres atingidas por barragens

Segundo o relatório da Comissão Mundial de Barragens, a violência contra o sexo feminino aumentou em regiões de empreendimentos hidroelétricos, principalmente no período de construção, quando ocorre uma grande migração de trabalhadores para os canteiros de obra. Devido ao inchaço populacional aumenta também consideravelmente os casos de exploração, tráfico e estupro de mulheres, colocando-as em situação de vulnerabilidade¹⁰.

Para denunciar as violações de direitos humanos e a condição de vulnerabilidade das mulheres atingidas foi criado, em 2011, durante o Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, o movimento Coletivo das Mulheres. Segundo a organização do evento estiveram presentes 500 pessoas representando 16¹¹ estados brasileiros, além de lideranças da Argentina, Paraguai e México. No final do evento foi divulgada a “Carta do Encontro Nacional das

⁹ (CDDPH, 2010, p. 30). Citado do IOCPGSIA - Interorganizational Committee on Principles and Guidelines for Social Impact Assessment - 2003. “Principles and guidelines for social impact assessment in the USA”. *Impact Assessment and Project Appraisal*, Volume. 21, number 3, September 2003, pages 231–250.

¹⁰ JANUZZI, L. Arpilleras. Bordando a resistência. **Revista Radis** - comunicação e Saúde. Fundação Osvaldo Cruz, n. 154, julho de 2015.

¹¹ RS, SC, PR, SP, MG, GO, MT, BA, ES, CE, PB, PE, TO, MA, PA e RO.

Mulheres do MAB”, denunciando os impactos das obras de barragens na vida das mulheres atingidas¹²:

- ❖ Não há o reconhecimento do trabalho doméstico e do campo;
- ❖ Perda do trabalho e da renda;
- ❖ Ausência das mulheres nos espaços deliberativos;
- ❖ A forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres;
- ❖ Ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas;
- ❖ Perda dos vínculos com a comunidade;
- ❖ Perda e quebra dos laços familiares;
- ❖ Agravamento da violência sexual e da prostituição.

Foi em 2012, durante a exposição “Arpilleras da resistência política chilena”¹³, que o MAB entrou em contato com Roberta Bacic, curadora da exposição, para conhecer o movimento das arpilleras no Chile. Na mesma ocasião, o MAB também conheceu as oficinas de arpilleras facilitadas por Esther Vital García, psicóloga e educadora.

No ano seguinte, Esther Vital coordenou o projeto “Atingidas por barragens, costurando direitos”. A primeira oficina foi realizada em Buenos Aires, sob a supervisão de Roberta Bacic. O objetivo era a capacitar as coordenadoras do MAB para que elas se tornassem multiplicadoras da técnica de produção de arpilleras.

Segundo Esther Vital, a finalidade do projeto é envolver milhares de mulheres atingidas “com objetivo de construir uma formação com atingidos e

¹² MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. *Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB* publicada em 08/04/2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>>. Acesso em: 20 out. 2015.

¹³ A exposição Arpilleras da resistência política chilena percorreu cinco capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte. O evento veio ao Brasil pelo Projeto Memória, vencedor do edital do Ministério da Justiça/ Comissão da Anistia.

atingidas para que eles possam se tornar defensores e formadores em direitos humanos”.¹⁴

Durante a oficina, em Buenos Aires, foi demonstrada a metodologia para capacitação das atingidas. As atividades começavam com palestra sobre a resistência das mulheres chilenas à ditadura de Pinochet (1973-1990) e o emprego das arpilleras como instrumento de denúncia de violações dos direitos humanos.

Depois da palestra, ocorreu a visita guiada à exposição “Retazos Testimoniales: arpilleras de Chile y otras latitudes”¹⁵, no Parque da Memória, conduzida pela curadora Roberta Bacic, onde as mulheres do Coletivo aprendiam sobre a história das arpilleras latino-americanas. Na aula prática ensinava-se o bordado e a costura sobre tela. Ao término da oficina, o grupo confeccionou a arpillera “Onde estão nossos direitos?”. No encontro, Roberta Bacic destacou que a técnica da arpillera é um instrumento de empoderamento.

As mulheres tiveram que se empoderar diante dos problemas que as afligiam e atuaram com as ferramentas que tinham ao seu alcance, neste caso a costura. As oficinas de arpilleras, apoiadas pela Vicariato da Solidariedade e outras instituições do Chile, geraram nelas um espaço de socialização, fraternidade, diálogo, ação e reflexão. Estas oficinas também foram uma fonte de trabalho.¹⁶

Entre 2013-2015, as mulheres produziram 70 arpilleras, segundo a coordenação do movimento. Em outubro de 2015, elas participaram da exposição internacional:¹⁷ “Arpilleras, bordando a resistência”, no Memorial da América Latina (São Paulo). A mostra reuniu 25 peças feitas nas oficinas do MAB. “Para nós, mulheres atingidas, as arpilleras têm sido um caminho para denunciar nossas

¹⁴ MAB. “Atingidas por barragens participam de oficina de Arpillera na Argentina” publicado em 11/11/2013. Disponível: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidas-por-barragens-participam-oficina-arpillera-na-argentina-0>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

¹⁵ “Retalhos testemunhais, arpilleras do Chile e outras latitudes.”

¹⁶ Conferir a entrevista com Roberta Bacic em WEIMANN, Guilherme. “Bordar, ato transgressor”? *Caros Amigos*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/bordado-caminho-paratransgressao-7926.html>>. Acesso: 08 abr. 2015.

¹⁷ A mostra trouxe 12 arpilleras da coleção *Conflict Textiles*, curadora Roberta Bacic, telas originárias do Chile, Peru, Inglaterra e Irlanda.

histórias negadas”, destacou uma das organizadoras do evento, integrante do Coletivo das Mulheres. Ela ressaltou que a barragem “chega sem informação alguma, sem consulta, destrói o nosso tecido social e comunitário, nossas redes de apoio, trazendo junto marginalização, prostituição, e violência sobre nossos corpos”.¹⁸ Além da técnica e trocas de experiências, as arpilleras aprendem sobre empoderamento e formação política. O Coletivo das Mulheres se expressa na fala de uma das coordenadoras:

Nós atingidas, temos nossas vidas rasgadas. Nas arpilleras, temos encontrado o fio, a juta, a linha para costurar um sentido, nos empoderar como sujeito no processo de emancipação humana, afirmando nossa identidade de lutadoras frente à realidade desigual do modelo energético brasileiro.¹⁹

Costurar, um ato transgressor?

Durante a ditadura militar chilena, as mulheres de Santiago fizeram da costura um ato transgressor. Eduardo Galeano escreveu: “O Chile é este mundo de trapos coloridos sobre um fundo de sacos de farinha. Com sobras de lã e velhos farrapos bordam as bordadeiras, mulheres dos subúrbios miseráveis de Santiago” (1997, p. 156)²⁰. Em *Bordadeiras de Santiago*, Eduardo Galeano mostra que as primeiras arpilleras foram produzidas por mulheres dos presos políticos e depois muitas outras se puseram a bordar.

Uma atividade considerada parte do universo doméstico feminino, o bordado se transformou em um ato de empoderamento. “Bordando arpilleras as mulheres se

¹⁸ *Arpilleras, bordando a resistência*: exposição, filmes, oficinas e seminário. Fundação Memorial da América Latina. São Paulo. Disponível em: <<http://www.memorial.org.br/2015/09/mostra-arpilleras-bordando-a-resistencia-abre-dia-25/>> Acesso em: 15 abr. 2016.

¹⁹ *Arpilleras, bordando a resistência*: exposição, filmes, oficinas e seminário. Fundação Memorial da América Latina. São Paulo, 03/set./2015. <<http://www.memorial.org.br/2015/09/mostra-arpilleras-bordando-a-resistencia-abre-dia-25/>> Acesso 15/04/2016.

²⁰ GALEANO, E. **Mulheres**. Porto Alegre: L & PM, 1997.

juntam, interrompem a solidão e a tristeza e por umas horas quebram a rotina da obediência ao marido, ao pai, ao filho macho e ao General Pinochet”²¹

A crise econômica impulsionou a busca por oficinas de arpilleras no Vicariato da Solidariedade, entidade ligada à igreja católica, com atuação na defesa dos direitos humanos. “O desemprego golpeou famílias chilenas com uma força devastadora, mergulhou-as na miséria e por isso favoreceu o surgimento das produtoras de arpilleras”²². As oficinas eram realizadas na sede da igreja e o material para confecção de arpilleras era proveniente de doações. Um tesoureiro ficava encarregado de levar a produção para um posto de venda e fazer o pagamento das artesãs. De 10% a 15% do valor arrecadado era destinado para um fundo coletivo.

A técnica têxtil, de origem na tradição popular das mulheres bordadeiras da Isla Negra (Chile), ressurge, por volta da década de 1950, com Violeta Parra, cantora, folclorista e arpillera. As mulheres pobres usavam sacos de farinha para costurar suas histórias, ponto por ponto, tudo era feito à mão e de modo coletivo. A arpillera era determinada pelo tamanho do saco de aniagem que, depois de lavado, era dividido em seis partes “para que o mesmo número de mulheres bordassem suas histórias, a de sua família ou da comunidade. A tela de fundo se chama arpillera, dando o nome a essa expressão artística popular”²³.

Para contar uma história, segundo James Young²⁴, o artista faz uso de qualquer estilo, técnica ou gênero, desde que seja algo familiar ao seu conhecimento e que represente sua identidade, todavia, situações de deslocamentos forçados, catástrofes e guerras, onde são exigidas novas formas de expressões, transformam

²¹ GALEANO, 1997, p. 156.

²² cf. p. 278. MOYA-RAGGIO, E. Arpilleras: Chilean culture of resistance. *Feminist Studies*, v .10. n. 2, 1984.

²³ cf. p. 6. BACIC, R. História das arpilleras. **Catálogo da exposição Arpilleras da resistência política chilena**. Rio de Janeiro/ Brasília: Projeto Marcas da Memória/ Ministério da Justiça/ Comissão de Anistia, 2012.

²⁴ YOUNG, J. E. Living with the Fabric Arts of Memory. Cooke, Ariel Zeitlin e Macdowell, Marsha (eds.) **Weavings of War: Fabrics of memory**; USA, Michigan State University Museum, 2005, p.31-36.

“não só o contador de histórias, mas também a maneira de toda uma cultura de contar histórias”²⁵. Foi o que aconteceu no Chile com as arpilleras, manifestação artística singular da arte popular latino-americana, revelou-se “uma arte nascida da adversidade e da vida cotidiana, uma arte que desafiou a ditadura. Arpillera, na língua espanhola passou a significar la tela de la resistencia”²⁶.

Roberta Bacic afirma que através da técnica, as mulheres denunciaram a repressão na ditadura, além disso, os bordados romperam com “o silêncio imposto pela situação então vivida no país. Hoje elas são um testemunho vivo e presente, e uma contribuição à memória histórica do Chile”²⁷. Para Marjorie Agosin²⁸, a linguagem visual da arpillera é a linguagem da emoção. O tecido utilizado no bordado é algo íntimo e delicado, além disso, a experiência de trabalhar com esse artesanato evoca uma função pessoal de memória. A costura que junta retalhos na arpillera implica na relação estreita entre as mãos da arpillera, sua história e o tecido.

Muitas vezes até o tecido usado na costura era portador de histórias de pessoas que sofreram por violações. Mães chilenas costuraram arpilleras com tecido das roupas dos filhos mortos na ditadura. “Tenho visto muitas vezes como o tecido é cheio de lágrimas, onde a memória não é algo evasivo, mas pessoal e tem formas concretas que estão em oposição radical às ações da ditadura”²⁹.

Desde o início das oficinas (1975), as peças eram anônimas por temor da repressão política. Algumas arpilleras trazem no verso, num bolso oculto, cartas com descrição do bordado. “Assim, surgia uma dupla narrativa: uma que aparecia

²⁵ YOUNG, 2005, p. 31.

²⁶ *cf.* p. 24. AGOSIN, M. Arpilleras que claman, cantan, denuncian e interpelan. **Hechos del callejón**, n. 42, p. 20-22, 2008.

²⁷ BACIC, 2012, p. 7.

²⁸ AGOSIN, M. *Tapestries of Hope, Threads of Love, The Arpillera movement in Chile 1974-1994*. 2 ed. USA: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

²⁹ AGOSIN, 2008, p. 17.

visualmente na tela bordada e a outra que estava oculta na parte de trás, por escrito”³⁰.

A produção de arpilleras como instrumento de resistência política ultrapassou as fronteiras do Chile, a técnica foi difundida em Zimbábue, Senegal, Colômbia, Peru, Catalunha, Irlanda do Norte e Índia. Para Alba Hernández e María Viñolo Berenguel³¹, a confecção de arpilleras se constitui em alternativa de participação e resistência social de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Al tiempo se organizan y movilizan como ciudadanas, a quiénes se les ha vulnerado sus derechos humanos más básicos. Denuncian la represión, la tortura, la desinformación, la escasez o aumento de los precios de los alimentos básicos, la falta de infraestructuras en los barrios, como el agua o la luz. Alzan sus voces de hilo y aguja en denuncia a la situación política del país que las dejaba sin acceso a bienes públicos como la educación, la sanidad, la justicia o el trabajo³².

Alba Hernández e María Viñolo Berenguel destacam o papel das arpilleras como agentes de transformação social. As mulheres quando tecem suas histórias também representam a história da comunidade onde vivem. Muitas delas são mensagens com pedidos de paz, justiça e respeito aos direitos humanos. As narrativas mostram, através do olhar feminino, a costura que se opõe à memória oficial. Isto pode observado no desenho das arpilleras que, por trás da aparente inocência das telas coloridas e bonequinhos tridimensionais, se encontra histórias de resistências. “De esta forma, con sus tejidos clandestinos, dejan testimonio de la memoria colectiva de un país cuyo relato de la Historia era solamente uno”³³.

No Brasil, o movimento das mulheres atingidas cruzou-se com a trajetória das arpilleras chilenas. Adotaram o modelo das oficinas do Vicariato da Solidariedade, ressaltando suas especificidades: uma delas, por exemplo, é que as

³⁰ AGOSIN, 2008, p. 57.

³¹ HERNÁNDEZ, A. P.; BERENGUEL, M. V. Las arpilleras, una alternativa textil femenina de participación y resistencia social. In: GIL, C. G.; BLANCO, P. **¿Por qué tienen que decir que somos diferentes?** Las mujeres inmigrantes, sujetos de acción política, s/l, Otras, 2010.

³² HERNÁNDEZ; BERENGUEL, 2010, p. 45.

³³ HERNÁNDEZ; BERENGUEL, p. 2010, 46.

peças feitas nas oficinas do MAB não geram fonte de renda, são instrumentos de mobilização e denúncia de violação de direitos dos povos atingidos. “Construímos arpilleras não para ter sustento econômico, mas sim para ter na mão uma ferramenta, um jeito de se libertar de um sistema que é muito opressor contra as mulheres”³⁴.



Figura 2.1: Arpillera Tratores Famintos. Fonte: Catálogo Arpilleras, bordando a resistência. 2015, p. 45.

A primeira arpillera produzida pelo Coletivo das Mulheres (2014) representando a perda de redes de sociabilidade recebeu o título “Tratores famintos” (Figura 1). “A quebra do tecido social, a perda da convivência e dos laços da comunidade é a temática abordada nesta arpillera”³⁵.

“Tratores famintos” mostra a comunidade antes e depois da barragem. Na parte inferior, um grupo de pessoas alegres e unidas; árvores em pé e casas coloridas e variadas. Na parte central está representada a construção da barragem, onde estão os “tratores com fome, de boca aberta”. Na parte superior, representando laços

³⁴ Edizângela Barros, MAB/Amazonas *apud* PENZANI, 2015, p. 43. PENZANI, R. A revolução será costurada. *Revista da Cultura*, nº 93, abril de 2015.

³⁵ *cf.* p. 44. MAB. **Conflict Textiles. Catálogo Arpilleras: bordando a resistência**. São Paulo: Prometo Gráfico Zol Design. 2015.

comunitários rompidos: no reassentamento, as casas são iguais, sozinha, a mulher grávida de um operário da barragem que foi embora quando a obra terminou³⁶.



Figura 2.2: Arpillera Mulheres, Água e Energia não são Mercadorias. Fonte: Catálogo Arpilleras, bordando a resistência. 2015, p. 29.

Na sequência apresentamos a quebra dos laços comunitários em arpilleras amazônicas e a metodologia das oficinas. O testemunho de Gisely de Itaituba (PA), facilitadora,³⁷ sobre os encontros com mulheres atingidas em Altamira.

A gente vem organizando as comunidades para falar do modelo energético para fortalecer a base, para fortalecer e organizar, fazer grupos de base dentro da comunidade e para isso a gente usa da técnica das arpilleras, o que nos ajuda a chamar as mulheres para vim discutir violações dos direitos humanos, vim discutir o que é seus direitos.³⁸

Sobre a sistemática do encontro com as atingidas, “A gente trabalha primeiro o debate político: o que é o MAB; o que é esse modelo energético e depois trabalha

³⁶ MAB, Catálogo, 2015, p. 44.

³⁷ Pessoa que ministra oficinas.

³⁸ Entrevista com Gisely facilitadora de oficinas de arpillera, realizada por Monise Busquets em Belém (PA), 29/09/2016.

a técnica das Arpilleras e trazer o debate do que foi feito”³⁹. É necessário um dia inteiro para ensinar o artesanato. Começando de manhã e terminando no fim da tarde. No primeiro dia, “a gente consegue ter um material quase que pronto, não se conclui em um dia, a gente coloca os alfinetes e tudo mais, leva para casa, onde outra mulher do grupo consegue noutro dia terminar de fazer essa peça” (acabamento).⁴⁰

A facilitadora da oficina esclarece que antes de começar a costura, “tem esse debate político explicando porque a gente tá fazendo, dizer o que são as arpilleras e o motivo da gente estar trabalhando com essa técnica”⁴¹. A quantidade de peças produzidas depende do número de mulheres na oficina, geralmente, elas são divididas em quatro grupos. O ideal em cada grupo, segundo Gisely, para fazer o debate e o bordado, seriam seis mulheres.

Cleidiane, coordenadora do MAB/Amazônia, destaca que o movimento já fazia um trabalho de organização com as mulheres, mas com as arpilleras tem sido possível registrar denúncias de violação dos direitos dos atingidos. Além disso, a técnica possibilita “transcrever através do bordado, transbordar esse debate que muitas vezes elas não conseguiam falar, mas que agora com o retalho, elas têm conseguido e nós percebemos isso quando nos reunimos com as mulheres nesse debate”⁴².

Representações da quebra dos vínculos comunitários em arpilleras Amazônicas

A construção de grandes usinas hidroelétricas, além das mudanças socioeconômicas e ambientais, acarreta em perda de redes de sociabilidade nas comunidades afetadas. “A Quebra dos vínculos familiares e comunitários das

³⁹ Entrevista com Gisely facilitadora de oficinas de arpillera, realizada por Monise Busquets em Belém (PA), 29/09/2016.

⁴⁰ Entrevista com Gisely facilitadora de oficinas de arpillera, realizada por Monise Busquets em Belém (PA), 29/09/2016.

⁴¹ Entrevista com Gisely, facilitadora de oficinas de arpillera, realizada por Monise Busquets em Belém (PA), 29/09/2016.

⁴² Entrevista com Cleidiane, coordenadora do MAB, realizada por Monise Busquets em Belém (PA), 29/09/2016.

famílias reassentadas” é o título da arpillera paraense, bordada por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte, em Altamira. Seguindo o modelo das arpilleras chilenas, localizada no verso da peça, há uma carta escrita por elas.



Figura 2.3: Arpillera Quebra dos vínculos familiares e comunitários das famílias reassentadas – (2015). Fonte: Acervo MAB. Altamira – PA.

A carta fala da expectativa das mulheres que moravam em casas de palafitas, em Altamira, antes da remoção. A Norte Energia apresentou um projeto do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC's) onde as casas seriam feitas de tijolos, em três tamanhos. A empresa comunicou à comunidade que proprietários, agregados e inquilinos teriam direito à moradia e “disseram para nós que permaneceríamos pertos de nossos familiares e vizinhos e que não mudaria nossa vida”⁴³.

Na arpillera podemos ver um lacinho de linha unindo duas casas, símbolo de laços de vizinhança. A expectativa não se concretizou, “pois os laços familiares e comunitários foram quebrados nos colocando distantes uns dos outros”. Nos

⁴³ MAB. “Quebra dos vínculos familiares e comunitários”. Carta de Altamira, 2015.

baixões de Altamira, onde a comunidade vivia não era um lugar perfeito, “pois tinha vários problemas como a falta de políticas públicas, mas éramos felizes com nossa família e nossos vizinhos, onde ajudávamos uns aos outros”. Para as mulheres atingidas, “a Norte Energia nunca vai repor o bem mais precioso que tínhamos: o vínculo familiar e comunitário”⁴⁴.

Para Ana Soares Barbosa, a demolição das casas, nos baixões de Altamira levou embora “histórias construídas e solidificadas há cerca de 30 anos, entre amigos, vizinhos e jovens, que fizeram dos baixões seu espaço de moradia, trabalho, lazer e cultura”. Terminou com o modo de vida da comunidade que aprendeu “com os fenômenos naturais das cheias do rio Xingu a definir seu próprio tempo de trabalho e lazer, e serem solidários uns com os outros nos momentos das enchentes”⁴⁵.

Sobre perdas simbólicas, Helena Palmquist diz que dia no 13 de junho não acontecerá o tradicional festejo de Santo Antônio na comunidade de mesmo nome “que existia desde a década de 1970, entre a rodovia Transamazônica e o rio Xingu”. A comunidade foi removida, pois ficava no caminho da barragem. Não haverá festejos, pois o loteamento receberá novo nome. “As 252 casas foram demolidas e os moradores, agricultores e pescadores que levavam o modo de vida tradicional das comunidades rurais da Amazônia, transferidos para cidades da região, longe do rio Xingu”⁴⁶.

⁴⁴ MAB. “Quebra dos vínculos familiares e comunitários”. Carta de Altamira, 2015.

⁴⁵ *cf.* p 119. BARBOSA, A. S. A cada dia, um morador perde o direito aqui em Altamira. **Dossiê Belo Monte**. ISA. s/l, jun. 2015.

<<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>> Acesso em: jun. 2016.

⁴⁶ PALMQUIST, 2015, p 122.



Figura 2.4: Arpillera A destruição da comunidade – Altamira. Fonte: Exposição Costurando a luta por direitos – Centro Cultural Sesc Boulevard - Belém (2016). Acervo do MAB.

“A destruição da comunidade” mostra a remoção das famílias que moravam em casas de palafitas, nos baixões. Do lado esquerdo, o rio, a igreja, a escola e casas de madeira sendo derrubadas pelo trator. Na mensagem da arpillera, um registro da inquietação de moradores sem títulos de propriedade ou recibos de aluguel. Do lado direito, em destaque, as linhas de transmissão mostrando que a energia gerada por Belo Monte não ficará na comunidade, como diz a carta: “Energia que vai para fora da região”, sem trazer benefícios para os atingidos. No plano superior, as casas padronizadas, observando-se que a Norte Energia disponibilizava três opções de cores e tamanhos. Receberiam casas no reassentamento as famílias cadastradas com direito à indenização e por critérios definidos pela empresa.

No caso, atingidos com direitos assegurados, eles poderiam optar por carta de crédito ou moradia nos loteamentos da Norte Energia. Nessa arpillera, as

atingidas denunciam a especulação imobiliária em Altamira, enquanto o valor das indenizações era cotado abaixo do valor de mercado.

O PBA da Norte Energia⁴⁷ identifica a área do Igarapé Altamira como sendo, entre os três igarapés da área urbana de Altamira, “o que se encontra em maior estado de degradação ambiental”. Nos trechos entre a sua foz e a Rua Pe. Antônio Goldim “é possível observar as estruturas em palafitas onde vivem milhares de pessoas com alto grau de vulnerabilidade, sob o risco de contaminação, enchente, queda de pessoas (na seca as palafitas podem chegar a mais de três metros de altura) e desabamento das encostas”⁴⁸.

Soeren Weissermel faz críticas ao Projeto Básico Ambiental da Norte Energia por ignorar a história dos bairros e das famílias em seu entorno. Histórias que são “fundamentais para a memória e os laços dos moradores atingidos. Sendo bairros bem centrais, um de seus aspectos mais relevantes é a proximidade de todos os serviços, seja a escola, o hospital, o supermercado ou o próprio centro comercial da cidade”⁴⁹.

Segundo o autor, a interação cotidiana da vizinhança era o que dava sentido aos lugares de pertencimento, o deslocamento significava o rompimento com a comunidade onde viveram. “Sair dele e perder a vizinhança é perder a identidade, perder a própria história”⁵⁰.

⁴⁷ *cf.* p. 40. NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte**: Planos, Programas e Projetos. Volume. II, Tomo 1,2, 2011.

⁴⁸ NORTE ENERGIA, 2011, p. 40.

⁴⁹ *cf.* p. 136. WEISSERMEL, S. Consequências das condicionantes de remoção para os atingidos no âmbito do reassentamento urbano coletivo. **Dossiê Belo Monte**. ISA, jun. 2015. <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso 14/ 06/2016.

⁵⁰ WEISSERMEL, 2015, p. 136.

Quando o dia da transferência chegou

Em Altamira, cerca de 5.000 casas estavam previstas para desapropriação até a data da conclusão da barragem no rio Xingu, sendo que 3.000 casas já haviam sido demolidas, entre elas, a casa de Edizângela Barros, conselheira tutelar e ativista do MAB. Edizângela vivia com a família no bairro Boa Esperança, na rua 8, em Altamira. “Onde eu morava —, a minha casa era de palafita, como o empreendedor chama—, a minha casa era de madeira, mas conseguia abrigar toda a minha família”.⁵¹

A casa de Edizângela era como uma casa de apoio, disse ela, mãe de cinco filhos. “Minha mãe também morava comigo, meu pai passava um tempo comigo, minha irmã que mora em São Félix do Xingu, quando precisava vir para Altamira, ficava na minha casa”.⁵²

No Projeto Básico Ambiental (2011), a Norte Energia fez a caracterização da área a ser impactada: o bairro Boa Esperança onde Edizângela tinha sua casa de madeira. Segundo o PBA da empresa aquela era uma área de inundação natural do rio Xingu e dos respectivos igarapés, sujeita a enchentes periódicas pelo regime hídrico desses cursos d’água.

Sobre a ocupação urbana, o PBA⁵³ diz: “São áreas que apresentam uma ocupação urbana diversificada, embora, em sua maior parte, sejam ocupadas por populações de baixa renda com grande carência de infraestrutura e saneamento básico” —, configurando um quadro de ocupação desordenada —, “sendo expressiva a ocorrência de palafitas, principalmente nas bacias dos igarapés Altamira e Ambé, o que lhes imprime uma significativa degradação ambiental”⁵⁴.

⁵¹ cf. p. 156. A entrevista com Edizângela Barros está publicada in: LEITE, L. “Belo Monte: os filhos da barragem” **Vozes do Xingu**: Dossiê Belo Monte. ISA, s/l, jun. 2015, p. 152 Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso 14 jun. 2016.

⁵² LEITE, 2015, p. 156.

⁵³ PBA, 2011, v2, t.1.

⁵⁴ NORTE ENERGIA, 2011, p. 237.

Quando os moradores de Boa Esperança ouviram falar pela primeira vez da usina hidrelétrica Belo Monte, eles não acreditavam que deixariam seu bairro e “que iríamos nos separar da forma como a gente foi separada” — recorda Edizângela, atingida pela UHE Belo Monte, ela e 1.100 famílias foram removidas para o Reassentamento Urbano Coletivo Jatobá. “Os assistentes sociais diziam que a gente iria melhorar de vida, que iríamos ter direito a permanecer juntos. Muita gente acreditou nisso”.⁵⁵

Edizângela e as companheiras bordaram arpilleras para denunciar as condições precárias do Reassentamento Urbano Coletivo Jatobá e a violência contra a mulher: estupros, cárcere privado e prostituição estão retratadas na arpillera “Boate Xingu”.

Sobre o Jatobá, a arpillera “Divisora de águas” traz uma narrativa dividida em 03 partes, onde mostra as famílias no reassentamento. A tela é atravessada pela barragem, onde se lê: “Belo Monstro” e representa a comunidade antes e depois da remoção pela Norte Energia.



Figura 2.5: Figura 5. Arpillera Divisora de águas – Altamira. Fonte: Exposição Costurando a Luta por Direitos. Centro Cultural Sesc Boulevard. Belém (2016). Acervo MAB.

⁵⁵ LEITE, 2015, p. 156.



Figura 2.6: Figura 6. Vista aérea do bairro Jatobá, reassentamento construído pela Norte Energia:
Fonte: BBC Brasil. 2014. Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141218_belo_monte_reassentamento_ms>.
Acesso em: 10 jun. 2016.

O primeiro quadro, parte superior, à esquerda, representa a organização do Movimento dos Atingidos por Barragem. A comunidade que luta por direitos conduz uma faixa: “Água e energia não são mercadorias”.

O segundo quadro, parte superior, à direita, onde está escrito “RUC” (Reassentamento Urbano Coletivo) mostra as casas padronizadas do Jatobá, pintadas nas cores laranja, amarela e azul, em tamanhos diferentes, ocupadas de acordo com o tamanho da família. O loteamento foi construído para abrigar 1.100 famílias atingidas pela UHE de Belo Monte.

“Nesse local, os laços familiares e comunitários são quebrados, pois as famílias vizinhas foram separadas, e em alguns casos, famílias que tinham desavenças foram colocadas próximas”⁵⁶. A carta das atingidas é reforçada por um desenho que representa a comunidade, sobreposto por X, isto significa algo que não existe mais.

O 3º quadro, parte inferior, à esquerda, mostra casas de palafitas, em áreas alagadiças, onde viviam as famílias que foram reassentadas no Jatobá. Lá, elas

⁵⁶ MAB, “Divisora de águas”, Altamira, 2016.

“tinham seus vínculos comunitários estabelecidos. A barragem é o divisor de água na vida dessas pessoas e recebeu o apelido de Belo Monstro”⁵⁷.

Corroborando com a descrição da arpillera “Divisora de água”, o relato de Edizângela sobre a vida no reassentamento Jatobá. Ela lamenta a perda dos vínculos familiares. Sem condições de abrigar a mãe e todos os filhos, dois deles foram morar com a avó materna. Edizângela aponta a causa desta separação, a falta de transporte regular e escolas para os filhos e a impossibilidade de fazer um “puxadinho” para a mãe morar.

Quando a gente chegou no reassentamento, a gente se deparou com a quebra do vínculo comunitário e familiar. Cada um foi para um lugar, eu não sei para onde foram os meus vizinhos, a gente ainda está se achando. Foi prometida uma melhora na qualidade de vida, mas os meios públicos para atender à comunidade ainda não foram construídos. Estão no papel, são projetos, mas as pessoas já estão lá. Lá, não tem escola, o posto de saúde é provisório, não tem creche, temos problema de falta d’água, de energia elétrica. E tem as pessoas que ficaram na comunidade. Enquanto a gente foi se mudando, muitas pessoas foram ficando. Eles disseram que a rua 8 iria ser inteira transferida, só não iria ficar junto quem não optasse pelo reassentamento. Mas isso não aconteceu (Edizângela Barros, 2015, p. 156).⁵⁸

Para concluir, sobre o direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, considerando as circunstâncias: (I) — “que os processos de deslocamento muitas vezes implicam na separação de grupos familiares extensos, rompendo redes de solidariedade comunitária, religiosa e de vizinhança.” — (II) que as redes de solidariedade “fundadas no parentesco e vizinhança desempenham, em algumas comunidades, recurso fundamental para a coesão social e, mesmo, para a subsistência do grupo (ajuda mútua, mutirões, etc.)”⁵⁹.

⁵⁷ MAB, “Divisora de águas”, Altamira, 2016.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ CDDPH, 2010, p, 54.

Diante do exposto, o Conselho recomenda aos Ministério de Minas e Energia, Ministério de Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, IBAMA e órgãos ambientais no âmbito estadual que estabeleçam que os programas e projetos de deslocamento e reassentamento, “contemplem, sempre que possível e desejado pelos interessados, a recomposição das vizinhanças e proximidades espaciais preexistentes”.⁶⁰

Numa situação concreta, após a leitura dos depoimentos das mulheres reassentadas no RUC’s e a representação da perda de redes de sociabilidade em arpilleras, onde se repete no desenho: tema 01: As comunidades em casas de palafitas antes da UHE de Belo Monte; tema 02: A moradia nos RUC’s com casas padronizadas e laços comunitários desfeitos. Ao contrário do que indicava o “Plano de atendimento da população atingida”⁶¹ da Norte Energia e pareceres do CDDPH e as Diretrizes Ambientais para Projetos e Construções de Barragens e Operação de Reservatório (2005), efetivamente não ocorreu a recomposição da vizinhança na comunidade estudada.

O PBA da Norte Energia⁶² foi criticado por desqualificar o modo de vida das comunidades, limitando-se a caracterizar a área impactada como local de “expressiva ocorrência de palafitas, o que lhes imprime uma significativa degradação ambiental” e também desconsiderou o modo de vida tradicional de comunidades que aprenderam com as cheias do rio Xingu⁶³, “a definir seu próprio tempo de trabalho e lazer, e serem solidários uns com os outros nos momentos das enchentes.” As comunidades foram transferidas para longe do rio Xingu.

⁶⁰ 2010, p. 54-55.

⁶¹ PBA, 2011.

⁶² 2011, p. 237.

⁶³ BARBOSA, 2015, p 119.

Considerações finais

Após a análise da representação da quebra dos laços de vizinhança contido em arpilleras, observou-se que a realocação de comunidades de baixa renda, em reassentamentos com alto custo das tarifas públicas nos remete à outra realidade, diferente do que está idealizado nos estudos do PBA da empresa. No Jatobá, bairro erguido do zero para receber famílias deslocadas pela UHE Belo Monte, basta uma caminhada rápida para encontrar várias placas de — “vende-se” — ⁶⁴.

Em 12 de abril de 2016, o jornal *Estadão* publicou uma matéria com depoimentos de moradores do Jatobá queixando-se de não conseguirem arcar com despesas das tarifas públicas, e casas sendo colocadas à venda. O jornal narra várias histórias, uma delas é a história de Izael, ex-morador da Invasão dos Padres.

Izael mudou-se com a família de uma casa de palafita para uma casa nova e ampla em Jatobá. Em menos de um ano, depois de acumular 3 faturas de contas de luz, no valor de 700 reais, decidiu vender a casa. “As pessoas não estão acostumadas com essa estrutura. Uma moradora vendeu a moradia por R\$ 20 mil porque era grande demais para limpar e voltou pra um barraco, além disso, ela nunca pagou energia”.⁶⁵ Outra desistiu da casa e mudou-se para Vitória do Xingu porque além da conta de luz, ela recebeu um carnê do IPTU. “Nem sei o que fazer com isso. Ainda não paguei,”⁶⁶ relata a ex-moradora da Invasão dos Padres.

Isso demonstra a falta de compromisso da Norte Energia S/A ao remover a população atingida, tanto do ponto de vista da falta de cuidado com a manutenção dos laços comunitários constituídos ao longo de uma vida, quanto do aparelhamento do Estado, que ainda hoje se apresenta deficitário ou inexistente.

⁶⁴ PEREIRA, R. “Para se livrar das contas, morador coloca casa à venda”. *Estadão*. São Paulo 12 de abril de 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,altamira-enfrenta-a-ressaca-de-belo-monte,10000024436>>. Acesso em: 16/08/2016.

⁶⁵ PEREIRA, 2016.

⁶⁶ PEREIRA, R. “Para se livrar das contas, morador coloca casa à venda”. *Estadão*. São Paulo 12 de abril de 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,altamira-enfrenta-a-ressaca-de-belo-monte,10000024436>> Acesso: 16/08/2016.

Uma vez mais observa-se que a população atingida sofre os vilipêndios do deslocamento e da completa falta de cumprimento dos dispositivos legais que versam sobre os deslocamentos forçados em contextos de construção de hidrelétricas. No caso de Belo Monte, o poder público e a empresa responsável pela obra, criaram um cenário de recorrentes violações dos direitos humanos, uma vez que mesmo diante do não cumprimento das condicionantes estabelecidas como critérios para a outorga da Licença de Operação, a Norte Energia tenha saído exitosa das batalhas judiciais que tentaram impedi que Belo Monte fosse adiante, fatos esses sofridos pela população atingida e narrados nas histórias bordadas pelo Coletivo de Mulheres do MAB.

3. Educação (Popular) e Projetos Comunitários: elementos para a ação

Diógenes Valdanha Neto

Apresentação

A grandeza do desafio de escrever sobre o desenvolvimento de projetos comunitários por meio das compreensões de mundo da Educação Popular requer que seja assumido o ponto de onde falo e enxergo essas questões. Em 2007 iniciei minha vida de intercâmbios com ações educacionais no mundo rural brasileiro por meio da participação no Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA), na condição de educador popular em formação e atuação. Essa organização é formada em maioria por estudantes universitários voluntários, de diversas áreas do conhecimento, que se propõem a estudar, formular e desenvolver projetos voltados ao fortalecimento de comunidades ribeirinhas de Rondônia.

Escrevo este texto na tentativa de visualizar dúvidas e questionamentos que permeiam o trabalho coletivo interdisciplinar, por meio de projetos comunitários, orientado com vistas à emancipação da comunidade, do “outro”, e de nós mesmos. É nesse sentido que este artigo tem o objetivo de trazer alguns aspectos teórico-práticos, e também formais, para a pessoa em atuação comunitária no contexto amazônico. Partirei, marcadamente, do embasamento teórico da Educação Popular para construir as considerações, uma vez que esse é o embasamento adotado pelo grupo do NAPRA como orientador das reflexões e práticas. Todavia, é importante destacar que a essência das ideias aqui apresentadas não devem ser pensadas como singulares à Educação Popular, mas sim a muitas vertentes educacionais, uma vez que o autor paradigmático que ilumina nossas compreensões de mundo é Paulo Freire – presente em diversas perspectivas e referenciais das ciências humanas, em geral, para se compreender o fenômeno educativo.

Notas introdutórias

A educação é um fenômeno que, para ser compreendido, deve ser observado muito para além da escola. Os processos educativos permeiam todo o desenvolvimento humano e são uma de nossas características culturais fundamentais. A educação escolar corresponde a apenas uma etapa desse processo formativo. Assim, é preciso saber que há um campo científico interdisciplinar que investiga e discute a Educação em geral, compreendendo os processos de aprendizagens de diversas naturezas e em múltiplos tempos e espaços. Portanto, deixemos claro que quando tratarmos dos processos educativos neste texto, não se estará referindo diretamente ao ensino escolar, salvo quando explicitado.

A formação humana toma forma nas relações sociais e é mediatizada pela materialidade da realidade construída. Assim, para a pessoa disposta a atuar na elaboração e execução de projetos comunitários junto com as camadas marginalizadas da sociedade, fica posto o desafio de constituir relações que possam sustentar uma compreensão crítica do *status quo* e permitir a superação de modos de funcionamento sistêmicos e/ou mentais que reproduzam mecanismos de opressão e exploração.

Quem busca a atuação em projetos comunitários frequentemente, se não sempre, está disposto a ter uma atuação que contribua para a superação de alguma situação de exclusão social e/ou de suposta desinformação acerca de questões diversas: como da Saúde, Meio Ambiente, e Economia. Ou seja, tem-se como pressuposto de que a equipe proponente da ação está em condições diferenciadas frente à questão, o que possibilitará uma contribuição para a resolução ou melhoria do problema que aflige ao público da iniciativa.

Em parte, espera-se que isso seja verdade. Caso não seja, melhor seria abrir mão do projeto. É condição necessária que a equipe tenha confiança para abordar os temas e questões a serem tratados, mas também é preciso que haja abertura para o aprendizado e melhor compreensão do universo em que se irá atuar. Não nos iludamos: tanto projetos extremamente técnicos, que se propõem a trazer “soluções”

(frequentemente seguidas pelo adjetivo “inovadoras”) a problemas sociais, como iniciativas que pensam que irão construir resoluções espontâneas a partir do diálogo com os sujeitos que vivem a situação, estão fadados à inocuidade histórica.

Dessa forma, a Educação Popular está sempre a nos lembrar que, por mais experientes que sejamos, há sempre o que se aprender. A realidade é algo muito complexo, e nossos esquemas escolares, desde o primário até os níveis de doutoramento, são ainda modelos que frequentemente não conseguem captar a totalidade de variáveis que exerce influência sobre os fenômenos. Há que se ter humildade: não no sentido cristão, de submissão ao outro, mas na compreensão de que somos limitados. Todavia, essas constatações não devem ser utilizadas como subterfúgio à ignorância. É preciso ter compromisso político. Quando temos clareza de nossas intenções, devemos tomá-las como guia para melhorar nossa formação, tornando-a o mais profunda quanto possível para a atuação comunitária. É preciso estudar os temas, conhecer outras experiências, dedicar-se.

Nesse sentido, destaco: aqueles que se identificam com iniciativas educacionais que fogem aos conflitos, às tensões sociais, e ao enfrentamento das situações de opressão, não devem se identificar com a Educação Popular. O “brincar com crianças”, as “atividades lúdicas”, a “criação descomprometida” não cabem na Educação Popular. Nossa proposta é a de permear os projetos comunitários muitas vezes permitindo a emergência dos conflitos e tensões de modo que as relações sociais possam ser explicitadas e os conflitos mediados com vistas ao desenvolvimento coletivo e de cada pessoa. É possível “brincar com crianças”, fazer “atividades lúdicas”, e diversos tipos de ações, desde que seja com clareza da intenção política que elas têm no âmbito maior de um projeto comunitário.

Nesse contexto, é fundamental a percepção de que a comunidade não é um vazio de ideias, tampouco uma coletividade que enfrenta problemas sociais em decorrência, principalmente, da ignorância sobre determinado conhecimento e/ou tecnologia. Ao se predispor ao trabalho pela Educação Popular, é impensável responsabilizar o sujeito coletivo oprimido por sua condição social. É precondição

que haja um entendimento sociológico da sociedade em que vivemos, a qual é dividida por classes sociais e apresenta uma mobilidade extremamente difícil entre essas classes pelos sujeitos. A educação escolar também não pode ser compreendida como redentora, em si mesma, das condições de subalternação; exemplo disso é a realidade do professorado brasileiro que, muitas vezes apresentando formação pós-graduada, comumente vive em condições degradantes no trabalho e é privado do acesso a direitos sociais estabelecidos, como a assistência em saúde, segurança, lazer, dentre outros.

Um aprofundamento no estudo conceitual das relações entre o sistema econômico, a escolarização e a condição de classes fugiria ao tema deste artigo. Elementos podem ser encontrados em Bourdieu e Passeron¹, e também na valiosa Pedagogia do Oprimido², mas há muito pano pra manga. O importante agora é reconhecermos que as aparências podem nos enganar.

Há na sociedade uma ideologia de que a compreensão de mundo mais elaborada passa necessariamente pela escola, e que aqueles que frequentam os bancos universitários são os mais preparados a lidar com qualquer tipo de questões humanas. Essa crença, que serve à reprodução da dominação simbólica das classes dominantes, fortalece um equívoco muito presente nas equipes de desenvolvimento de projetos comunitários: a ideia de que a comunidade não sabe/não compreende totalmente seus problemas, e que “nós” poderemos ajudá-los.

Por vezes, em situações específicas, isso pode ser verdade. Mas há que se exercitar aquela humildade sobre nossas limitações. Valla³ nos lembra de que a cultura popular é uma teoria imediata de compreensão de mundo, formando um conjunto de saberes e interpretações sobre sua realidade. Muitas vezes a equipe proponente de um projeto fica mais entusiasmada com suas ideias e planejamentos

¹ BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

² FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54ª edição revista e atualizada. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

³ VALLA, V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, v.21, n.2, p.177-190, 1996.

do que o público da ação. Isso pode ocorrer mesmo quando há certo grau de participação na elaboração da proposta. Nas palavras do educador popular: “Nós oferecemos nosso saber porque pensamos que o da população é insuficiente, e, por esta razão, inferior, quando, na realidade, é apenas diferente”.⁴

Não se trata de igualar a natureza dos diferentes sistemas de conhecimento e pensá-los como totalmente intercambiáveis ou de igual validade para todas as questões. Depende do que está sendo pensado no momento. Porém, é preciso reconhecer que para uma melhor compreensão de um problema que aflige o outro, é preciso ouvir do outro sobre esse problema. Quais as compreensões da comunidade acerca do tema do projeto? São as mesmas que as da equipe que irá propô-los? Como aproximar as ideias? Como aprender com quem tem uma gama de saberes tão diferente das que conhecemos? Como fazer um projeto que tenha a participação efetiva das pessoas e sentido para a comunidade? Vejamos se conseguimos iluminar alguns aspectos dessas questões.

Primeiramente, é preciso destacar que o conhecimento da comunidade acerca das questões que a afligem é permeado pela própria experiência dessa situação. Ou seja, não só a comunidade sabe sobre ela, mas a sente, percebendo-a por diversas vias sensoriais e formando sínteses mentais de compreensão que comumente tem muito a ensinar às equipes que buscam desenvolver projetos comunitários.

Por exemplo, se desejamos desenvolver um projeto comunitário de conservação de uma determinada espécie de peixe que ocorre em um território, em decorrência da diminuição da população desse animal, é preciso compreender como moradores locais percebem essa espécie. Quais os valores simbólicos associados a ela? Ela é considerada fundamental para a nutrição local? Como os moradores compreendem a ameaça a essa população de peixe? Pensam que as causas dessa ameaça sejam responsabilidade deles ou de outros atores sociais?

⁴ VALLA, 1996, p. 179.

Todos esses são elementos que irão variar de cada comunidade, mas que são fundamentais para auxiliarem na elaboração de uma proposta que seja condizente com as compreensões de mundo, e interesses, locais. Caso o projeto não seja demanda real dos moradores, é certo que não haverá participação. Você participaria em uma ação que beneficiaria mais ao outro – seja esse outro um órgão ambiental, uma organização não governamental, uma equipe voluntária – do que você? Talvez em alguma situação específica, sim, mas seria uma situação de exceção.

Assumir-se como educador(a)

A provocação que a Educação Popular nos faz é a de nos reconhecermos como educadores e educadoras nas mais diversas situações. E, neste texto, o convite que faço é o de que cada estudante e profissional que trabalhe com projetos comunitários abra-se para uma postura de educador(a), mesmo no trabalho com questões estritamente ecológicas, biológicas e/ou tecnológicas (se é que elas existem). Sempre que o trabalho envolver contato com os seres humanos viventes no território as reflexões da Educação Popular poderão contribuir para uma atuação mais efetiva e transformadora da realidade.

Tanto no próprio campo da educação⁵, quanto na esfera mais técnica das ações conservacionistas em comunidades⁶, há autores que atentam para a necessidade do diálogo real com as pessoas do local, visando ao respeito pela diversidade cultural e de modos de vida, e também a uma maior chance de construção de propostas que sejam efetivas para sustentar avanços nas questões que se propõem a lidar.

É no tocante à questão do diálogo que o pensamento freiriano pode auxiliar diferentes perfis de pessoas no desenvolvimento de projetos. Um dos núcleos do

⁵ BRANDÃO, C. R. **Casa de escola**: cultura camponesa e educação rural. Campinas: Papirus, 1983.

⁶ GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2000.

pensamento pedagógico de Paulo Freire é a necessidade de superação da hierarquia entre educador e aprendiz. Esse próprio jogo de palavras “educador” vs. “aprendiz” pode atrapalhar a compreensão da proposta do autor. Vejamos como Freire coloca⁷:

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazer fora do diálogo.

É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador.

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.

A partir dessas considerações, nos atentemos mais detidamente a algumas ideias do autor que são comumente incompreendidas, ou mal compreendidas. A noção de diálogo, em Freire⁸, não pode ser captada como um instrumento para se alcançar determinado fim. Essa não é a atitude defendida. O que o Patrono da Educação brasileira propõe é que o(a) educador(a) se abra à experiência de aprender com o educando enquanto educa. Trata-se de uma postura mental e prática que não enxerga o outro como inferior ou subjugado, mas sim um ser humano (igual), mas com outros saberes (diferente).

Mas como desenvolver essa atitude em um projeto? Bom, primeiramente é preciso ter consciência de que, qualquer que seja o assunto, as pessoas da comunidade terão saberes acerca dele. Possivelmente equivocados, mas a equipe proponente do projeto também poderá ter ideias possivelmente equivocadas, por

⁷ cf. p. 95-96. FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54ª edição revista e atualizada. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

⁸ FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54ª edição revista e atualizada. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

mais experiente que seja. Assim é a vida. Humildade. A proposta é que ambos os grupos se unam para pensar conjuntamente as questões tocantes ao projeto.

Em um planejamento supostamente técnico, como a construção de um filtro d'água refrigerado(elétrico), espera-se que a equipe técnica detenha os instrumentos e saberes necessários para a construção do equipamento, mas ele só terá validade – ou seja, o projeto só terá sido bem-sucedido – caso o filtro faça sentido à comunidade e seja utilizado. Para isso, há saberes que os “de fora” não detêm: precisarão saber o local mais apropriado à instalação, de onde virá a água, como operacionalizar a energia com o suprimento local, quais tipos de materiais mais adequados ao clima, dentre outros elementos. Ou seja, não há uma hierarquia entre os diferentes saberes, mas sim uma relação de complementariedade e interdependência para determinados fins.

Dentro deste cenário genérico apresentado, que pode ser colocado em analogia para o desenvolvimento de qualquer projeto comunitário, há ao menos duas possibilidades de desenvolvimento: uma na qual a equipe “toda detentora do saber escolar elaborado e avançado” presume que a partir de alguns dias no local conseguirá levar uma “solução inovadora” ao problema que aflige a comunidade, e outra na qual, desde o momento inicial do projeto, a equipe se proponha a compartilhar suas primeiras ideias com os moradores e construir conjuntamente uma proposta que faça sentido e que incorra em menor necessidade de revisões durante sua execução, concretizando-se como um produto tanto da equipe quanto endógeno da comunidade. Fechemos com a segunda.

Bom, um exemplo genérico não resolverá os problemas práticos de quem trabalha na área. Tentaremos explorar um pouco mais. Todavia, há que se aceitar: não haverá manual com as receitas ao desenvolvimento de projetos que sejam de interesse à comunidade. O acolhimento às angústias, ansiedades e desejos de soluções mágicas e polivalentes virá da melhor compreensão teórica das relações humanas e comunitárias, e da variedade de experiências práticas. Ainda assim, estaremos sempre aprendendo.

Aliás, é essa percepção que nutre a concepção de ser humano de Freire⁹. O ser humano é inconcluso, está em construção. E é nesse pano de fundo que o autor desenvolve sua proposta pedagógica de rompimento com a hierarquia educador-educando. Ora, se o educador está sempre aprendendo, como sustentar uma relação com base nos “argumentos de autoridade”? Essa postura autoritária pode ser fatal à curiosidade humana. Não obstante, é preciso colocar os pingos nos is.

Não quero aqui dizer que os educandos sabem tanto quanto (ou igual) os professores sobre o tema abordado. Ou mesmo que os educandos deveriam revezar os tempos de “docência” com os educadores. Trata-se de reconhecer que ninguém é um educador pronto, não se é um técnico totalmente pronto, não se sabe tudo, não estamos conclusos. Nunca. Quem poderá nos auxiliar na tarefa de educar é o próprio educando. Aprendemos a desenvolver projetos não somente pelos livros, mas pelo diálogo aberto com as pessoas que trabalhamos. Cada projeto contará com um grupo de pessoas, em cada coletivo desse se formará uma micro comunidade que regerá os passos e caminhos das ações. Aceitar os saberes dos outros, e perceber que nossos conhecimentos são contextuais e limitados, são condições que favorecem o desenvolvimento de ações duradouras – ao contrário do que o senso comum marqueteiro faz pensar, de que os “estudos avançados” trarão sozinhos as “soluções inovadoras” para os problemas da comunidade.

Assim, percebe-se que pensar e construir projetos por meio do referencial da Educação Popular, aceitando o desafio de nos reconhecermos como educadores e educadoras, requer repensar nós mesmos e nossas concepções sob aspectos comumente ainda não explorados. De modo algum isso legitima iniciativas espontaneístas e sem intencionalidades. Veremos que é pré-requisito de um projeto que haja objetivos e intenções claras, e isso é totalmente compatível com as propostas da Educação Popular.

⁹ FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54ª edição revista e atualizada. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

Projetos comunitários: assumindo frentes de ação

Um projeto, seja ele de pesquisa, de intervenção comunitária, de vida, ou do que for, precisa ter objetivos claros. Esse é o ponto de partida. Conhecendo o contexto da situação, o que fazer? Por que fazer? Como fazer? A Figura 3.1 elenca elementos básicos necessários a todo projeto.

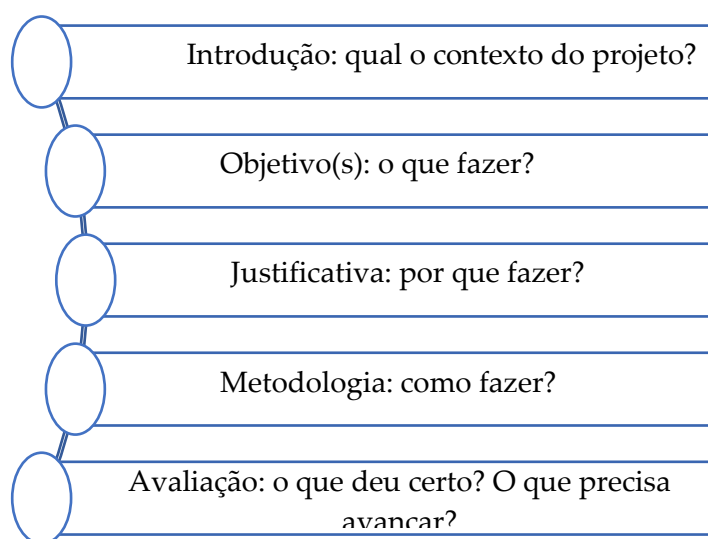


Figura 3.1: Elementos necessários de um projeto. Fonte: elaborada pelo autor.

Essa estrutura é genérica e pode ser desenvolvida de diversas maneiras, por meio de diferentes linguagens e organizações. Todavia, permanece a exigência de clareza de cada um desses pontos para que o processo possa ser tomado com assertividade. Caso essas indicações pareçam óbvias, desconfie dessa sensação. É impressionantemente comum a realização de projetos e/ou ações que não têm objetivos claros, ou visam a alcançar o inalcançável dentro de seu contexto, ou não compreenderam bem seu cenário de inserção, ou mesmo que adotaram uma metodologia incompatível com seus objetivos. É um desafio constante buscar a coesão e coerência entre esses elementos.

A atuação por meio de projetos auxilia o desenvolvimento de trabalhos mais efetivos, mesmo quando em possibilidades pontuais de atuação. Todavia, há que se atentar para que os objetivos não ultrapassem a capacidade da equipe, e também não fiquem muito aquém de seu potencial – o que também tornaria a atuação inócua. O caminho de construção conjunta apontado pela Educação Popular é de que os próprios objetivos dos projetos comunitários sejam definidos juntos aos moradores locais que estejam interessados na atuação conjunta. Ou seja, recomenda-se partir de uma demanda local.

Aqui figura outro desafio, como revelar as demandas locais? Não se trata de procedimento simples, um questionário que se aplica, do tipo: o que vocês estão precisando? Quais são as demandas da comunidade? Um levantamento de demandas já faz parte de uma etapa de concepção de projeto e requer uma interação com moradores preparada para problematizar as próprias reflexões de nossos interlocutores. É comum nos deparar com levantamentos de demandas por vezes repetitivas. No caso de instituições educacionais e da saúde comunitárias, é frequente a solicitação de ações acerca dos temas de drogadição, educação sexual, acidentes com animais peçonhentos (em localidades rurais), e doenças sexualmente transmissíveis. Todavia, serão essas questões que têm resolução educacional? O que não sabem os comunitários, sobre as drogas, por exemplo, que faça com que haja drogadição local? Quais são as causas mais basais das problemáticas?

Em caso de alto índice de acidentes com animais peçonhentos, no que uma atuação educacional poderia contribuir? Para qual público? É preciso ponderar o saber que a equipe tem com o público que ela pode atender. A demanda apresentada é a de formação continuada de agentes comunitários de saúde? Se sim, já houve anteriores? Se sim, como foram? Onde é possível complementá-las? Se não, como a equipe pode contribuir para que a demanda local seja visibilizada ao órgão estatal de saúde responsável para que, em parceria, possa ser atendida para além de uma ação pontual?

O diálogo com as demandas locais pode, e deve, inspirar o desenvolvimento de projetos que tenham como horizonte uma continuidade e fortalecimento local das iniciativas, independentemente da organização proponente. Muitas vezes é a própria organização responsável diretamente sobre a questão que levanta a necessidade de apoio externo: como a Secretaria Municipal de Saúde, que é responsável direta pela assistência em saúde local. Desse modo, uma instituição não governamental precisa se questionar frequentemente de seu papel na sociedade, tendo clareza nas escolhas de seus projetos e ações para visualizar se eles são coerentes com seu horizonte de sociedade. Busca-se uma sociedade com os órgãos estatais fortes e operantes? Ou busca-se uma sociedade na qual o voluntariado e/ou prestação de serviços será a marca mais forte das ações sociais?

Esses são dilemas que irão acompanhar os projetos e quanto mais clareza e exercício de reflexão houver sobre esses pontos, maior será a possibilidade de desenvolvimento de projetos que sejam de impacto positivo ao médio e longo prazo. Constante reflexão, combinada com uma postura de valorização e respeito aos diferentes modos de vida, permitirá maior efetividade nas ações.

Cabe aqui um destaque para uma diferenciação importante na visualização dos projetos comunitários. Há uma hierarquia padrão comumente adotada que é importante conhecer: a dos programas, projetos e ações (Figura 3.2).

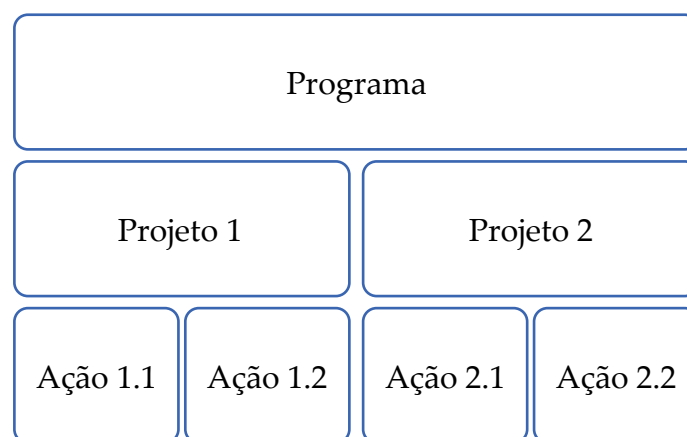


Figura 3.2: Hierarquia entre programas, projetos e ações. Fonte: elaborada pelo autor.

Programas normalmente envolvem diferentes projetos, necessariamente mais de um. Cada projeto é composto por diversas ações. Essas questões de compreensão de “forma” são fundamentais para a elaboração de bons projetos. Mesmo com base na Educação Popular, referencial que percebe que os elementos fundamentais da intervenção comunitária não estão em formalidades e/ou formatações, é importante se ter clareza desses fatores. Não existe projeto comunitário com a duração de um dia, o que pode ser feito em um dia é uma ação. E, apesar disso, é comum nos depararmos com relatórios de atuação que apresentam projetos com a duração de um dia, com ações de algumas horas.

Em suma, partir de demandas concretas, que são construídas na relação com a equipe interventora, e compreender minimamente o contexto de inserção do projeto a partir dos sujeitos que o vivenciam e trazem em seus saberes também sensações e sentimentos, são ingredientes para server projetos comunitários participativos. Neles deverá haver clareza nas intencionalidades e pontos de chegada, mas flexibilidade em sua trajetória.

Não é possível planejar detalhadamente cada passo das ações e seus encaminhamentos distantes dos sujeitos participantes. Os projetos podem ser delineados com uma estrutura consolidada, mas que permita uma pluralidade de trajetórias para se alcançar os objetivos. Esses caminhos serão definidos nos momentos das ações, em comunhão com os participantes. Poder-se-á, inclusive, alcançar outros objetivos ao longo do caminhar, que não estavam previstos anteriormente, mas que na interação mais acentuada com os participantes se mostraram cheios de sentido.

O NAPRA, em seus muitos anos de existência e de intervenção comunitária, tem algumas experiências que podem inspirar na construção e desenvolvimento de projetos em diferentes frentes de ação interdisciplinar. Aqui elencarei três exemplos que permeiam minhas lembranças mais fortes e que estão bem relatados, mas outras experiências seriam passíveis de destaque.

Candido, Soulé e Pires¹⁰ descrevem o processo de implantação de mini fábricas de produtos florestais não madeireiros, ideia originária da interação entre uma equipe do NAPRA com grupos interessados do território atendido pela instituição. O relato revela a complexidade e dedicação que o processo de atuação conjunta e significativa exige, sobretudo nos encontros entre as esferas da economia local em consonância com a valorização dos modos de vida tradicionais e conservação ambiental. Ressonâncias desse projeto podem ser captadas até hoje, dez anos depois, na comunidade de São Carlos do Jamari e na RESEX do Lago do Cuniã.

Machado *et al.*¹¹ apresentam as experiências iniciais com o projeto de telemedicina, desenvolvido pelo NAPRA com o apoio de centros de formação médica e de telemedicina, como a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual do Amazonas. O artigo se detém em um ano de realização do projeto, o que possibilita um entendimento mais minucioso no processo e desafios, mas houve continuidade e expansão para outras comunidades.

Em experiências que participei diretamente, descrevemos em Valdanha Neto e Vasconcelos¹² os percursos de um projeto de fortalecimento comunitário e formação de jovens que desenvolvemos em São Carlos do Jamari entre os anos de 2007 e 2008. O projeto foi pensado junto ao grêmio estudantil local e desenvolvido conjuntamente desde sua concepção. É um exemplo de como para se alcançar determinados objetivos os percursos podem se consolidar de diferentes maneiras.

¹⁰ CANDIDO, S. E. A; SOULÉ, F. V; PIRES, M. B. Desenvolvimento e implantação de mini-fábricas de produtos florestais não madeireiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia: a experiência do Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia. *In: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: a integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável. Anais...* Rio de Janeiro, 2008.

¹¹ MACHADO, F. S. N; CARVALHO, M. A. P. de; MATARESI, A; MENDONÇA, E. T; CARDOSO, L. M; YOGI, M. S; RIGATO, H. M; SALAZAR, M. Utilização da telemedicina como estratégia de promoção de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia: experiência de trabalho interdisciplinar, integrando as diretrizes do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, p. 247-254, 2010.

¹² VALDANHA NETO, D; VASCONCELOS, V. O. de. Educação Popular e extensão universitária: ressonâncias de experiências em uma comunidade ribeirinha amazônica da região do baixo rio Madeira. *Revista de Ciências da Educação*, ano XVII, n. 32, p. 97-117, 2015.

Nessa experiência, o que era um projeto tornou-se um programa em meio às demandas e decisões com o grupo de jovens participantes. Em 2007, as ações foram centradas nos objetivos de fortalecimento organizacional do grêmio e de sua visibilização, concretizando-se por meio de uma organização de um grande evento esportivo e cultural denominado 1º Festival Pan-Ribeirinho da Amazônia, inspirado à época pelos jogos Pan-Americanos ocorrendo em julho do mesmo ano no Rio de Janeiro. Os contatos e interlocuções perduram de um ano ao outro, por meio de diálogos por telefone e, eventualmente, internet. Em 2008 o projeto de continuidade foi mais centrado na formação política e de luta por direitos, também em decorrência das demandas dos jovens envolvidos. Alguns dos participantes tornaram-se lideranças comunitárias e envolveram-se no Movimento do Atingidos por Barragens, até hoje nutrindo leituras de mundo críticas nas questões comunitárias.

Esses exemplos não são apresentados aqui na perspectiva mercadológica dos famosos “cases de sucesso”, mas sim como possibilidades de construção conjunta e duradoura de processos de intervenção comunitária planejados conjuntamente e que impactam a organização e gestão comunitária, mesmo que de modo limitado. Nesse sentido é que se deve buscar continuamente a realização de ações em profunda parceria com coletivos locais, para que não sejam apenas pontuais e totalmente dependentes da presença da organização proponente dos projetos na comunidade. Os projetos comunitários devem ser orientados para uma autonomia e fortalecimentos dos coletivos locais, sejam sobre quais temas forem.

Também vale a pena ressaltar as limitações dos projetos. Apesar de ser um método que potencializa a intervenção comunitária, e quando atrelados à Educação Popular detém maior potencial emancipatório, eles não resolverão os problemas da desigualdade e injustiça socioambiental existentes no mundo. Basta pensarmos em grandes organizações que trabalham por meio de projetos, como a *The Nature Conservancy*, ou mesmo o Instituto Socioambiental. Por mais estruturadas e bem sucedidas que sejam suas ações – que nos servem de referência e inspiração –, ainda perdura um cenário de avanço desgovernado da exploração econômica sobre nossos

remanescentes ecossistêmicos, ainda persiste a exclusão social da maior parte da população brasileira (e mundial), crimes ambientais continuam sendo anistiados, e a sociedade brasileira segue a reproduzir uma ideologia urbanocentrada e avessa ao desenvolvimento sustentável do mundo rural brasileiro por meio de uma verdadeira e estrutural reforma agrária.

Assim, lidemos com a realidade. Ainda, o que temos de mais avançado para superar as contradições presentes em nossa sociedade são as lutas sociais por direitos, realizadas de forma organizada por coletivos e movimentos sociais que visam à superação da estratificação em classes na qual vivemos. Para valorizar verdadeiramente os modos de vida rurais, há que se fazer reforma agrária, há que se garantir direitos à saúde, educação e produção no campo, e há que se dirimir a desigualdade social. Essas são as utopias futuras, no sentido mais positivo da palavra, que nutrirão no presente projetos comunitários socioambientais verdadeiramente pautados na Educação Popular. É possível caminhar com esses ideais nas universidades, em organizações não governamentais, em movimentos sociais, em empresas que problematizam suas responsabilidades sociais, nas repartições públicas de diversas áreas, ou onde quer que seja.

Destaco que essas considerações não foram colocadas com a intenção de desencorajar a atuação por meio de projetos comunitários. Pelo contrário, são apresentadas para que se tenha dimensão real das potencialidades das ações e de suas limitações. E também para auxiliar nas reflexões para construções de projetos com maior chance de incorporação da comunidade. É preciso compreender que na condição de pertencentes a organizações que fazem parte da estrutura que mantém a sociedade de classes que vivemos, haverá desconfiança por parte da população subjugada. Como Valla¹³ aduz:

E embora muitos profissionais sejam sinceros na sua intenção de colaborar com uma participação mais efetiva e de acordo com os

¹³ cf. p. 182.VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, v.21, n.2, p.177-190, 1996.

interesses populares, mesmo assim a população vê estes profissionais como sendo atrelados às propostas das autoridades em que não crê. Daí sua aparente falta de interesse em “participar”.

A impostura educacional

Nas experiências e processos de formação em projetos comunitários são frequentes os relatos de frustração diante o “desinteresse” das pessoas em participar dos projetos. Muitas vezes em relação a planejamentos que demandaram muito dinheiro e equipes “de ponta” para serem altamente elaborados e aplicados a determinada comunidade. Mas, com o detalhe de que a participação das pessoas seria condição necessária para que vingassem as propostas.

Ora, é realmente frustrante quando nossos planos não dão certo. Quando envolveu muito investimento e dedicação, então, é revoltante. Mas há que se atentar para as imposturas educacionais que podem se manifestar nessas situações. Utilizou aqui “imposturas” para nomear algo que não se reduzirá a apenas manifestações preconceituosas, mas a julgamentos que comumente não correspondem ao referencial teórico das equipes, e, por isso, podem ser considerados imposturas dentro de um universo teórico – na prática, muitas vezes podem ser meramente revelações preconceituosas sim, mas nesses casos resta o combate, e não a tentativa de compreensão.

Quando se elabora um projeto visando a participação comunitária, presume-se que haja um repertório teórico democrático, e respeitoso aos diferentes modos de vida, por detrás da proposta. Assim, é preciso estar atento às avaliações de projetos que culpabilizam o outro pela falta de adesão e decorrente insucesso dele. As teorias críticas de compreensão de mundo que aprendemos na universidade e/ou em outros espaços não podem ser utilizadas para julgamentos preconceituosos da aparente “falta de organização” que alguma comunidade apresente para participar dos projetos.

Lembrando que a cultura popular é uma teoria de mundo imediata, é preciso perceber que as camadas subalternas têm ciência dos limites de suas melhorias

conjunturais no sistema econômico e social que vivemos. Valla¹⁴ destaca que: “O que frequentemente para o profissional é conformismo, falta de iniciativa e/ou apatia é para a população uma avaliação (conjuntural e material) rigorosa dos limites de sua melhoria.”.

Assim, experiências frustrantes devem ser utilizadas para que possamos olhar para nós mesmos e ao próprio projeto com uma abertura a aprender onde foi falha a organização, e onde é possível melhorar. Via de regra, a falha esteve na captação da demanda concreta da comunidade, que ocorre pela não participação efetiva dos interessados no projeto em seus momentos de concepção.

É claro que não é fácil estar sempre atento a todas as variáveis que permeiam a elaboração e desenvolvimento de um projeto comunitário, é por isso que se defende que equipes multidisciplinares estejam a pensar conjuntamente. E é nesse cenário que o embasamento da Educação Popular, não como um instrumental teórico (apenas), mas de vida e de relações interpessoais, poderá contribuir para aumentar a efetividades dos projetos comunitários.

Não devemos permitir que preconceitos se manifestem e estejam protegidos sob um manto aparente de criticidade. Caso nos esteja parecendo que a comunidade não consiga captar a importância de se organizar e participar efetivamente das ações políticas previstas em nosso projeto, é provável que “a crise de interpretação seja nossa”¹⁵, e não deles. E isso não quer dizer que não possa haver algum caso específico onde realmente impere uma falta de organização e consciência política local, mas devemos atentar que as organizações sempre estão presentes em uma comunidade, mesmo que não do modo como acharíamos mais adequado, isso porque uma comunidade é, em essência, um grupo humano organizado vivendo no mesmo território. Os acordos estão lá, as regras estão lá, as hierarquias, os jogos de poder, os interesses. A questão é ter um olhar que permita captá-los, minimamente,

¹⁴ VALLA, 1996, p. 181.

¹⁵ VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. *Educação & Realidade*, v.21, n.2, p.177-190, 1996.

para que o projeto seja pensado com os pés no chão. E, para isso, é preciso diálogo, é preciso se abrir para aprender com o outro o que, por vezes, achamos que sabemos.

Considerações finais

Neste texto fiz a tentativa de destacar a importância da humildade e do compromisso político como elementos que, quando combinados, nutrirão projetos e ações mais efetivas, na medida em que estarão sendo gestados em comunhão com os moradores locais, e acompanhados do máximo possível de dedicação e estudo sobre o tema em decorrência do compromisso assumido.

A Educação Popular nos coloca o desafio de pensar a nós mesmos e reconhecer que o aprendizado que nunca cessa será cada vez mais desenvolvido quanto mais nos abirmos ao diálogo e à possibilidade de aprender com nossos interlocutores. As questões de compreensão de forma dos projetos também foram enfatizadas como de suma importância para evitar confusões e equívocos no planejamento de atividades com potencial de impacto positivo no médio e longo prazo.

De modo algum há aqui uma reflexão e/ou apresentação exaustiva de conceitos e experiências que podem auxiliar no trabalho com projetos. São compartilhamentos de ideias advindas da prática e do estudo, que precisam estar combinadas com outras leituras e debates. Assim, recomendo que as referências aqui citadas, bem como os outros artigos que compõem esta obra, sejam lidas e vislumbradas no diálogo com a Educação Popular, compondo o solo de nossa formação e atuação como educadores e educadoras.

Esse texto apresentou um ponto de vista, dentro de determinado referencial. Duvidem dele, de mim, e de si mesmos(as). Muitas vezes as questões são mais importantes que as respostas. A dessacralização de ideias estanques auxiliará a cada um(a) no caminho de desenvolver-se quanto possível como ser humano, profissional e educador(a) (popular).

4. Educação escolar (do campo): caminhos para o desenvolvimento socioambiental

Diógenes Valdanha Neto

Apresentação

Qual é o papel da escola? Esta questão já fomentou e ainda nutre incontáveis debates ao redor do globo, e é perpassada por diversas perspectivas de compreensão de sociedade e humanidade. O objetivo que motivou este artigo é o de apresentar os principais elementos teóricos e metodológicos que têm contribuído para o pensamento e desenvolvimento de uma educação escolar de qualidade no mundo rural brasileiro. Ademais, o texto será perpassado por considerações sobre o desenvolvimento de projetos socioambientais comunitários e possíveis intersecções com as escolas locais.

Portanto, já adianto que o tema não será esgotado aqui, uma vez que tal pretensão seria incongruente com a própria transformação da realidade e sistemas socioeconômicos e educacionais ao longo do devir histórico. Aos mais interessados na educação escolar, será preciso aprofundar as leituras e reflexões. Ao leitor que atua na intervenção comunitária, mas não tem pretensão de se deter aos estudos educacionais, informo que as considerações a seguir falam a partir de um lugar teórico (e, conseqüentemente, político) e de anos de prática e investigação junto a sujeitos rurais em parceria com movimentos sociais do campo. Ou seja, para quem valoriza a participação popular, aqui estão apresentados alguns dos caminhos sendo construídos pelos sujeitos rurais organizados.

Diante disso, para abrir o texto é salutar lembrar que os questionamentos às assertivas aqui colocadas são bem-vindos, e deverão mover o aprendizado e a ação mais consciente de suas intencionalidades e pontos de referência políticos. Espero que as ideias aqui expostas sejam passíveis de operarem apenas como

ponto de partida para o desenvolvimento profissional e para uma interlocução mais frutífera com as escolas das comunidades nas quais atuamos.

Introdução

É muito frequente para quem trabalha em intervenções comunitárias, nas diversas frentes, pensar na escola como “parada obrigatória” a qualquer temática e especialista. Cada profissional tem a certeza de que seu tema de trabalho seria fundamental para ser ensinado na escola, sejam esses temas mais ligados ao mundo urbano capitalista – como a educação financeira, educação cívica, e educação para o trânsito –, como também aspectos do mundo rural tradicional: práticas extrativistas, de pesca, narrativas mitológicas locais, dentre outros. Todavia, esses temas deveriam, de fato, ser trabalhados pela escola? Qual é o papel da escola? O que ela deve ensinar?

As escolas são instituições que acompanham a humanidade, em diferentes formatos, há milênios. Pelo menos desde as experiências mais conhecidas da Grécia antiga, como a formação da Academia de Platão, e do Liceu de Aristóteles, há espaços formais que são criados nas sociedades para formar os sucessores da geração presente. Todavia, a defesa do direito à educação formal para todos é muito mais recente na história mundial. Pode-se considerar que foi a partir do século XVIII, marcadamente após a Revolução Francesa, que as propostas para acesso universal da população à escola passam a ser colocadas à mesa, de modo a desencadear consequências globais¹.

Mesmo perante essa realidade, a sociedade mundial capitalista segue dividida em classes, tal qual a feudalista que a antecedeu, e nesse cenário a educação escolar não pode ser igual/equivalente para as diferentes classes

¹ MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

sociais². Cada sociedade trata de elaborar seus mecanismos de reprodução e controle para que os privilegiados sigam em seus tronos, e as camadas subalternas em seus troncos. Mas há lacunas e frestas pelas quais a luta de classes toma forma, e os trabalhadores clamam para si o direito ao acesso ao conhecimento considerado valorizado e legitimado pela sociedade em que vivem.

Neste texto, por estarmos tratando do contexto Amazônico sob o enfoque socioambiental, será enfatizada as trajetórias e propostas para a composição das escolas do campo brasileiras a partir dos projetos e reivindicações dos movimentos sociais do campo, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desta forma, teremos elementos para compreender melhor se nossos projetos e temáticas devem ou não estar presentes na escola comunitária, e como.

Essa escolha de referencial é decorrência do projeto de campo e sociedade que se defende. Na história da educação rural brasileira, há movimentos e tensionamentos conservadores que defendem que as escolas rurais devem formar o sujeito do campo com o objetivo de “fixá-lo” na produção rural, minimizando o êxodo exacerbado às cidades. Uma educação técnica, que permita que os camponeses se trabalhem e se reproduzam no meio rural brasileiro, sem compreender criticamente o cenário no qual estão inseridos. Essa perspectiva foi e é chamada historicamente de “ruralismo pedagógico”, e é representada por muitos pela expressão “educação rural”.

A partir do início da redemocratização do país, e com o surgimento do MST, os camponeses organizados explicitam e fortalecem suas lutas contra o modelo de campo que foi imposto ao Brasil desde os tempos de colônia, como

² Para seguir explorando essas constatações, recomendo o documentário “A Educação Proibida. Veiculação gratuita online via YouTube, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-1Y9OqSJKCc>, acesso em 08/12/2019.

demonstra Prado Júnior³: uma economia agropecuária pautada no tripé latifúndio, monocultura e exploração de mão de obra. Nesse projeto rudimentar de campo, não há terra para os pequenos trabalhadores, não há espaço de defesa de direitos para a construção de um mundo rural digno e respeitado, e a educação escolar é tecnicista.

No bojo da emergência desses movimentos sociais rurais, é cunhada e defendida a expressão “educação do campo” para designar uma proposta educacional condizente com um projeto de campo povoado, com acesso à saúde e outros direitos básicos. Uma educação camponesa a partir da transformação do mundo rural brasileiro, por meio da reforma agrária.

Esse é um exemplo muito próximo e concreto que auxilia a compreensão do quão imbricadas estão as esferas socioeconômica e educacional. Para a Amazônia, ao defender um território soberano, que possa se construir e ser identificado a partir das estratégias, modos de vida e saberes autóctones, suas escolas comunitárias devem ser pensadas a partir da educação do campo, e não sob um prisma ideológico e atrasado como o da educação rural.

Escola do campo: movimentos e dilemas

A instituição escolar é estudada por pesquisadores de diversas áreas. E, por mais criticada que suas metodologias e configurações possam ser, permanece a defesa de sua existência na sociedade como valioso espaço e instituição de formação humana⁴ ⁵. Todavia, algumas ideologias presentes na sociedade adentram os currículos escolares, e precisam ser desmascaradas para uma escola popular do campo seja viável.

³ PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

⁴ Alguns autores, como Illich (1985), já defenderam o fim da instituição escolar. Mas suas reflexões têm sido utilizadas mais no sentido de repensar esses espaços e seus funcionamentos, do que como proposição efetiva de extinção deles. ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁵ FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

Primeiramente, é preciso explicitar que o conceito de ideologia é polissêmico, e aqui está sendo tratado com base em sua acepção marxista. O conceito de ideologia surgiu durante a Revolução Francesa, como nome de uma nova ciência (uma ciência das ideias) fundada pelos chamados “ideólogos” franceses. Foi Napoleão que, primeiramente, em uma fala sarcástica aos ideólogos, lança a público uma compreensão de ideologia como distorção da realidade⁶.

Ou seja, o que é ideológico está relacionado à falsificação da realidade, e à dominação. Marx e Engels⁷, exploram mais detalhes sobre esse importante conceito para compreender o funcionamento da sociedade de classes, na medida em que os autores desmascaram a necessidade de que em uma sociedade estratificada em relações de dominação está, necessariamente, presente uma ideologia que possibilite esse funcionamento:

[...] Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. [...].

Partindo dessas acepções, Whitaker⁸ argumenta que as escolas públicas brasileiras geralmente possuem três características ideológicas marcantes: são sociocêntricas, etnocêntricas e urbanocêntricas. Ou seja, têm conteúdos e práticas atreladas a um modelo de sociedade (capitalista), com determinada composição étnica dominante (branca), e impondo o ambiente urbano como superior e mais avançado que o ambiente rural.

⁶ CHAUI, M. de S. **O que é ideologia**. 2ª edição. 14ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

⁷ cf. p. 47. MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

⁸ WHITAKER, D. C. A. O rural-urbano e a escola brasileira. **Retratos de Assentamentos**, n.11, 2008.

É contra essas ideias que surge a Educação do Campo. Contra uma educação que naturalize aspectos materiais da sociedade, sem compreendê-los como operações dentro de um sistema socioeconômico. Por exemplo: é praticamente naturalizado no Brasil que no meio rural há poucas escolas, e as que existem provavelmente oferecerão apenas o Ensino Fundamental, muitas vezes somente as primeiras séries. No campo não há médicos, não há assistência em saúde qualificada. Ora... o que há de natural nisso? Como aceitar essa realidade tão facilmente? Essa aceitação da sociedade representa uma defesa, mesmo que por omissão, da classe latifundiária capitalista brasileira. Sem nem ao menos perceber.

A defesa de uma reforma agrária estrutural, de uma reconfiguração do mundo rural brasileiro, tal como em países centrais do capitalismo como a França ou Inglaterra – nos quais há condições materiais dignas de vida e reprodução no campo –, poderá alterar a organização de classes no Brasil, e obviamente não é isso que os privilegiados de hoje desejam. E você? Qual o projeto de campo que defende para seu país?

A defesa de uma educação escolar de qualidade para o meio rural passa, necessariamente, pelo combate à ideologia urbanocêntrica, e pela valorização dos saberes dos camponeses. A vida no campo comumente permite e sustenta uma gama de saberes valiosos sobre a natureza que não estão presentes nas cidades. Utilizando um conceito de Bourdieu⁹ para compreender esse fenômeno, pode-se afirmar que os sujeitos do campo têm um capital cultural diferente dos sujeitos urbanos.

O capital cultural é o conjunto de saberes que são obtidos por meio da experiência pessoal, e variam em decorrência de diversos fatores, como classe social, momento histórico e modo de vida. Nas palavras de Bourdieu¹⁰:

⁹ BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (orgs.). **Pierre Bourdieu**: escritos de educação. 16ª edição. 2ª reimpressão. Petrópolis-RJ, Vozes, 2016.

¹⁰ BOURDIEU, 2016, p. 82-83.

A acumulação do capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor (tal como o bronzamento, essa incorporação não pode efetuar-se por procuração). Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do “sujeito” sobre si mesmo (fala-se em cultivar-se). O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*.

Todos adquirem capital cultural ao longo do desenvolvimento. A escola urbanocentrada está à espera de um alunado de posse de um capital cultural diferente daquele adquirido pelos sujeitos do campo. É assim que há desencontros abissais entre os materiais e posturas pedagógicas convencionais desenvolvidos para a cidade (que, diga-se de passagem, também são questionáveis no contexto urbano), com a realidade encontrada no campo.

Pensemos os jovens ribeirinhos da Amazônia. Como é possível ensinar as ciências naturais escolares, que são conteúdos de Ensino Fundamental e Médio, para sujeitos que interagem com uma gama multivariada de biodiversidade, em um nível que permite a representação dela por meio de distintas linguagens, e têm uma relação nada romantizada, mas sim de sobrevivência e coabitação, com a rica biodiversidade? A Figura 1 traz o desenho de uma criança da RESEX do Lago do Cuniã representando seu meio ambiente. Reparem na diversidade de vida que há, e na inclusão do ser humano na noção de meio ambiente.



Figura 4.1: Desenho de criança ribeirinha sobre seu meio ambiente. Fonte: Valdanha Neto et al., 2018¹¹

A relação desses povos rurais tradicionais com o meio natural é vida e substrato para o desenvolvimento de muitos saberes que podem auxiliar, complementar, e se miscigenar com os conhecimentos acadêmicos. Todavia, é importante notar que o conhecimento tradicional não é produzido idilicamente, mas sim no trabalho, na interação e transformação da natureza.

Em pesquisa de mestrado realizada na mesma RESEX no estado de Rondônia¹², em uma das aulas na escola da Reserva, na disciplina de Ciências, a professora, nascida na comunidade e graduada em Ciências Biológicas, estava lecionando zoologia. Segue trecho descritivo do diário de campo:

A turma [7º ano do Ensino Fundamental] está dividida em três grupos para falar sobre os peixes.

¹¹ VALDANHA NETO; D; WHITAKER, D. C. A; FIAMENGUE, E. C; VASCONCELOS, V. O. *Infância, Educação e Meio Ambiente: representações de crianças da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã-RO. Retratos de Assentamentos*, v. 21, n. 2, 2018.

¹² VALDANHA NETO, D. *Os filhos do Lago do Cuniã: educação escolar em uma Reserva Extrativista da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). UNESP, Araraquara-SP, 2014.

O primeiro grupo fala sobre o atum (peixe marítimo). E também de jatuarana e matrinchã (peixes da região). Falam que no Madeira há dourado, piraíba e arraia de rio – a profa faz conexão com outras espécies cartilaginosas encontradas na região.

Os alunos iniciam, em voz alta, a leitura da aula sobre peixes do livro didático. Ao mencionar o bagre, a profa pergunta: “Bagre tem aqui no Madeira, né [nome do aluno]?”. “Tem! Tem aqui na água mesmo (no Lago)”. Profa: “Isso. Eu falei que não era para ficar só nos livros, é pra usar os que vocês conhecem, os conhecimentos de vocês”.

Até pedi para a [nome da aluna] trazer o peixe com a bexiga natatória pra fora pra gente ver... Mas... Mas ela trouxe sem NADA, limpinho! (Risos gerais). [O peixe estava sem escamas, sem miúdos e sem nadadeiras].

– “Você cortou as nadadeiras dele!?” (pergunta a professora). – “Ah...é que eu demorei pra falar pra mamãe separar ele...” (responde a aluna). (Risos gerais).

(diário de campo do autor, 15/05/2013)

A situação, um tanto quanto pitoresca, demonstra alguns movimentos de dentro de uma escola do campo de conexões entre a apresentação do conteúdo programático prescrito e alguns saberes dos alunos. Vale lembrar que essa situação, em específico, carrega a marca da iniciativa de uma docente de origens camponesas e com uma atuação sensível ao diálogo com o contexto no qual está inserida e com o perfil de alunos com que trabalha.

Ademais, nota-se a relação com os peixes na condição de alimento, e como esse aspecto do modo de vida local adentra as salas de aula quando estas se tornam um espaço de acolhida e diálogo entre os saberes tradicionais e os conteúdos curriculares. O peixe estava sem os órgãos internos, escamas e nadadeiras, pois havia sido tratado para o preparo e consumo como alimento. Ou seja, é um elemento envolvido no trabalho dessas pessoas.

Molina¹³ argumenta que “um dos valores da Educação do Campo é a recuperação da ideia do trabalho como princípio educativo. É vital a compreensão da centralidade do trabalho como perspectiva de promoção e

¹³ cf. p. 31. MOLINA, M. C. Educação do Campo: cultivando princípios, conceitos e práticas. *Presença Pedagógica*, v. 15. n 88. julho/agosto 2009. Brasília-DF.

produção da autonomia dos sujeitos camponeses”. Como esclarece Freire¹⁴, ao se opor a uma educação unidirecional na qual é concebido que apenas o docente é que tem saberes, não se pode fingir a inexistência dos saberes advindos das experiências das pessoas:

[...] Se não é possível defender uma prática educativa que se contente em girar em torno do “senso comum”, também não é possível aceitar a prática educativa que, zerando o “saber de experiência feito”, parta do conhecimento sistemático do(a) educador(a).

Assim, é nesse caldo, composto de variados ingredientes gnosiológicos, que se poderá sorver a formação do sujeito camponês sem limitá-la e condicioná-la, desde o ponto de partida, ao tecnicismo e a uma semi formação. Concomitantemente, e em via de mão dupla entre educador e educando, ampliam-se os conhecimentos e criticidade das leituras de mundo e da palavra de todos envolvidos.

Caminhos da escola do campo

Na empreitada de se construir uma escola do campo de qualidade, e que valorize e respeite os modos de vida rurais, algumas estratégias de organização e questionamento da ordem instalada são colocados. Aqui trataremos brevemente da Pedagogia da Alternância e da questão da multisseriação no campo, aspectos de grande relevância para uma efetivação do ensino de qualidade no contexto rural brasileiro.

A Pedagogia da Alternância é um modo de organização da educação escolar que tem seu surgimento em Lot-et-Garonne, região sudoeste da França, em 1935, com a criação da primeira *Maison Familiale Rurale* (Casa Familiar Rural): iniciativa decorrente do desejo de crianças de não ter que deixar o trabalho

¹⁴ cf. p. 81. FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 17ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

familiar com a terra para ter acesso ao sistema escolar¹⁵. De lá para cá, ela veio ao Brasil na década de 1970 na criação das Escolas da Família Agrícola no estado do Espírito Santo¹⁶. Sua dinâmica consiste em alternar tempos-espacos de formação entre a escola e a vida cotidiana/comunitária dos estudantes.

Nas escolas básicas rurais do Brasil que adotam a Pedagogia da Alternância, é comum os ciclos entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade terem uma padronização, normalmente duram 15 dias (15 dias consecutivos de aulas, exceto aos domingos) e 15 dias de estudos junto às famílias. Essa quantidade de dias varia, pode ser de 30 em 30, de 07 em 07. Cada escola deve se organizar conforme a própria demanda comunitária em relação ao trabalho dos camponeses. Dessa forma, é imprescindível que as escolas do campo sejam cotidianamente pensadas e concretizadas com a comunidade de pais e mães, para que a Pedagogia da Alternância seja operada como um modo legítimo e valioso de se respeitar o modo de vida local e propiciar a formação escolar.

É claro que os desafios estão sempre colocados para as comunidades rurais em relação ao poder público que gere as escolas. A depender da gestão e do momento político, pouco se fará para fortalecer as condições e oferecer subsídios materiais para que a escola funcione adequadamente e com segurança por meio de um modo de gestão alternativo ao padrão urbano. Os professores do campo precisam ser remunerados tanto pelas atividades de trabalho nos Tempo-Escola quanto no Tempo-Comunidade. A equipe docente tem o desafio de munir a escola com instrumentos que permitirão aos alunos elaborarem planos de estudos para todo o período letivo, seja na escola ou junto ao trabalho familiar.

Mesmo quando a escola localizada na zona rural consegue implantar a Pedagogia da Alternância em seu funcionamento, outro dilema perpassa sua

¹⁵ RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, v.34, n.1, p. 027-045, 2008.

¹⁶ NOSELLA, P. Origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2013.

missão da construção de uma escola de qualidade no campo, que valorize os modos de vida locais. É a questão da multisseriação.

Dada a já antiga e ideologicamente cristalizada “falta de professores” no campo, a alternativa consolidada foi o funcionamento escolar via multisseriação, isto é, diferentes séries tendo aula ao mesmo tempo em uma mesma sala de aula, com o(a) mesmo(a) professor(a). Muitas vezes isso é visto, pelos profissionais da educação, formados na lógica urbanocêntrica, como um obstáculo intransponível a uma educação escolar de qualidade. Porém, essa noção precisa ser colocada em perspectiva. Tem-se a impressão de que é incompatível a multisseriação com um ensino efetivo em decorrência da naturalização da divisão em séries. Essa percepção se fortalece também porque todo o material didático e o sistema escolar brasileiro é seriado.

No entanto, escolas construtivistas (em sua maioria, no Brasil, de elite) têm se valido da multisseriação para vencer as barreiras imaginárias colocadas entre os estudantes e o conhecimento (disciplinas). As escolas Waldorf¹⁷ ao longo do globo, a escola Lumiar¹⁸ no Brasil, a famosa Escola da Ponte em Portugal, e mesmo diversas outras experiências brasileiras em instituições públicas e privadas, são alguns dos exemplos que demonstram como a criatividade no ato educativo pode viabilizar uma outra escola que funcione, sempre ou frequentemente, de modo multisseriado.

É se despindo da noção ideológica da necessidade da seriação que podemos começar a valorizar uma configuração já característica das escolas do campo, que não precisa ser concebida como demérito. Como destaca Arroyo¹⁹:

Quando a organização seriada está em crise por ser

¹⁷ Escolas Waldorf são instituições educacionais pautadas na Antroposofia, uma doutrina filosófica desenvolvida pelo austríaco Rudolf Steiner.

¹⁸ As escolas Lumiar formam uma pequena rede de instituições construtivistas privadas no Brasil, já tendo recebido diversos prêmios por suas metodologias de ensino criativas.

¹⁹ cf. p. 12. ARROYO, M. G. Escola: terra de direito (prefácio). In: ANTUNES-ROCHA, M. I; HAGE, S. M. (orgs.). **Escola de direito**: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

antidemocrática, classificatória e segregadora e quando se avança tanto na compreensão de como a mente humana aprende, dos complexos processos do aprender humano, fica sem sentido propor que as escolas do campo, multisseriadas ou não seriadas, virem seriadas.

É fato que é desafiador para os profissionais da educação, formados em um sistema extremamente seriado, se deparar com a possibilidade da multisseriação e considerá-la fecunda. Todavia, é necessária a compreensão de que realizar um trabalho de qualidade em classes multisseriadas é possível. Mesmo assim, as adversidades estão colocadas frente ao sistema educacional brasileiro que em todos seus componentes é restritivamente seriado, desde sua concepção escolar até as propostas curriculares. Hage²⁰ explora a questão e argumenta a favor da transgressão do paradigma da seriação, o que permitiria a construção de escolas do campo valorizadas em sua essência, funcionando em multisseriação, como a maioria atualmente funciona.

A população rural demanda o acesso à educação escolar como direito considerado universal na contemporaneidade e, nesse cenário é importante lembrar que, tanto a Pedagogia da Alternância quanto a multisseriação não podem ser utilizadas como subterfúgios para a oferta de uma escolarização limitadora. Alternância nada tem a ver como uma educação semipresencial, como é comum se observar. Muito pelo contrário, trata-se de uma pedagogia da presença física em diferentes tempos-espacos, tanto a presença dos estudantes na escola, quanto dos docentes nas casas e espaços familiares do alunado.

A multisseriação no campo também não precisa ser embebida em meio a propostas alternativas de pedagogia construtivista. É possível operar a multisseriação dentro mesmo do paradigma da Educação do Campo, com base na epistemologia freiriana. Freire²¹, ao trabalhar a alfabetização por meio dos

²⁰ HAGE, S. A. M. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, 2014.

²¹ FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 30ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007.

temas geradores, inspira o ensino interdisciplinar por meio da organização curricular temática. Não há necessidade de se buscar em pensadores europeus bases teóricas para isso. Basta nos inspirarmos na construção do conhecimento tradicional, que pouco fragmenta a realidade e busca uma compreensão de totalidade dos fenômenos naturais – mesmo que por vezes utilizando raciocínios distintos dos da ciência convencional.

Projetos socioambientais e a escola: como fazer?

Apresentados alguns caminhos construídos e colocados em ação pela Educação do Campo, percebe-se que é possível concretizar uma escola que cumpra seu papel de ensinar os conhecimentos socialmente mais valorizados dentro de uma sociedade de classes, mas em diálogo em processos de profunda valorização dos saberes e modos de vida rurais que existem no país. Desta forma, a instituição poderá se somar à formação de pessoas de modo a contribuir para o desenvolvimento socioambiental local por meio da valorização e utilização dos saberes tradicionais para mobilizar as ações de gestão.

Para quem trabalha na intervenção comunitária por meio de projetos, destaca-se que a escola não pode ser, em uma comunidade, a curva de rio na qual tudo que é mais pesado e de difícil solução vai parar, como se fosse uma missão escolar a resolução de todas as questões sociais que a cercam. Não necessariamente os temas de relevância social precisam adentrar os currículos escolares para terem significado. É preciso que o profissional socioambiental valorize a escola local e faça sua defesa na tarefa de ensinar, podendo se somar a ela nessa missão de forma a dialogar com o currículo que permitirá o aprendizado crítico do conteúdo tido como socialmente válido.

Mas também, a escola não deve se fechar em si mesma, protegida pelo discurso da “missão de ensinar”, sem se questionar sobre a validade de seus conteúdos, e suas conexões com a realidade circundante. Como destaca Torres²²:

[...] A escola não é um ente separado da comunidade; é parte da comunidade, está inserida na comunidade. A função da escola é servir a comunidade, e não o contrário: as comunidades não foram criadas para servir a escola. É a escola que deve participar da comunidade, vincular-se à comunidade, colocar-se a seu serviço. É a escola que deve aproximar-se das necessidades e expectativas dos pais e da comunidade em seu conjunto. [...] Resulta óbvio que os professores entendem sua missão não como uma missão escolar, mas comunitária e social.

É possível uma escola que construa seus currículos a partir de demandas locais e da valorização do modo de vida rural visando à transformação da realidade camponesa brasileira, e mantenha suas práticas de ensino do conteúdo escolar. Para que esses horizontes se fortaleçam, em tempos de retrocessos socioambientais vividos na esfera pública do país, é preciso defender a educação pública para que os sujeitos excluídos da economia capitalista – em decorrência de um projeto de campo latifundiário e excludente – não sejam condenados à negação do direito à educação escolar.

A escola do campo somente pode existir na condição de pública e gratuita, a mão do mercado jamais propiciará acesso aos saberes escolares de formação crítica aos povos do campo. No máximo poderá fornecer algo próximo a um treinamento técnico para servirem como mão de obra explorada aos interesses do capital do agronegócio.

Ainda em tempo, para quem atua em localidades que não têm escolas, essa deve ser nossa principal luta. O deslocamento dos alunos deve ser evitado ao máximo, a política de nucleação das escolas em algumas poucas maiores não contempla as especificidades da Educação do Campo. A necessidade de deslocamentos exaustivos pode ser elemento definidor na evasão escolar, ainda

²² cf. p. 105. TORRES, R. M. **Educação e Imprensa**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

mais quando um jovem pescador é levado a uma escola da grande comunidade vizinha na qual algumas variáveis de urbanização estarão presentes e, ideologicamente, mais condizentes com o projeto de campo hegemônico do Brasil, poderão exercer uma violência simbólica contra o jovem que tem como objetivo seguir o modo de vida rural tradicional de sua mãe e seu pai.

É preciso atentar para que não reforcemos nas esferas educacionais das comunidades nas quais atuamos a ideologia urbanocentrada. Podemos ser agentes de incentivo e fortalecimento à construção da escola do campo, que tem em sua identidade positiva a multisseriação e a Pedagogia da Alternância fortalecidas na tarefa de educar.

Outro aspecto a cuidar é o do reconhecimento apenas de estruturas no modelo urbano como válidas à escola. Vivenciei o dilema de uma escola do campo, dentro de uma Reserva Extrativista da Amazônia, que teve uma goiabeira cortada de seu arredor em decorrência dos estudantes subirem na árvore para brincar durante os intervalos. A mesma diretora que solicitou o corte da árvore estava demandando ao poder público a construção de um parquinho para as crianças, com gira-gira, gangorras, e trepa-trepa. Aquele típico que se encontra em escolas da cidade. Já imaginou? Qual a diferença de uma criança subir em uma goiabeira ou em um trepa-trepa? Uma compreensão da situação necessita passar pelo simbolismo ideológico que o mundo rural sofre.

Também, é desafio poder pensar e concretizar uma arquitetura escolar que fuja dos padrões urbanos. A depender das condições climáticas locais, construir uma escola em alvenaria é talvez a pior atitude a se tomar, mesmo a ideia da construção em alvenaria estar atribuída a certo prestígio de qualidade na construção. A construção tradicional, que demanda corte de muitas árvores próximas, comumente logo é seguida da demanda por condicionadores de ar. Ou seja, de toda uma parafernália que no campo certamente carecerá dos cuidados de manutenção, os quais nos próprios centros urbanos o poder público comumente não tem condições de atender.

Alternativas autóctones podem ser muito mais proveitosas. A Figura 4.2 traz uma imagem de uma escola com construção pautada na arquitetura tradicional, localizada na RESEX Arapixi, no município de Boca do Acre – AM. O telhado é elaborado com palhas da própria região. Tal confecção requer uma manutenção periódica mais frequente que os telhados de telhas de barro (opção já menos calorosa que as telhas de amianto), porém é um serviço que pode ser realizado por moradores locais, desde que justamente remunerado pelo órgão gestor da escola, ao qual cabe seus custos de manutenção. A construção da escola foi pensada a partir da arquitetura tradicional, e não da urbana, e foi construída de modo a não reter calor e gerar a necessidade de consumo de condicionadores de ar.

Destarte, observa-se que o(a) profissional que atua com projetos socioambientais na Amazônia está imbuído de um grande desafio, o da compreensão mais ampla, crítica e interdisciplinar que cercam as questões da humanidade e da natureza nesse bioma. Mais do aprender técnicas e conteúdos, é preciso repensar nossos próprios valores (por vezes ideológicos), para que possamos somar forças à luta pela emancipação material e simbólica do território amazônico e de seus povos.



Figura 4.2: Escola de uma Reserva Extrativista amazônica, construída a partir da arquitetura tradicional. Fonte: Valéria Oliveira de Vasconcelos (2010)

Considerações finais

*[...] que eu possa
cada vez mais desaprender
de pensar o pensado
e assim poder
reinventar o certo pelo errado*
Off Price. Um poema de Ferreira Gullar

Como pode ser notado, pensar a educação escolar com uma base mais questionadora, que possa contribuir para o fortalecimento comunitário e o combate às ideologias opressoras, não é tarefa simples. Requer que saiamos de nossas disciplinas – mesmo no caso de pedagogos(as) – e pensemos o contexto e as questões socioambientais que circundam a tomada de decisão e processo de gestão educacional.

O papel da escola não pode ser descaracterizado de acordo com cada projeto que passa por uma comunidade. A sociedade espera da escola o ensino daqueles conteúdos que fazem parte do arbitrário cultural dominante – como diria Pierre Bourdieu –, e, portanto, deve-se fazer a defesa do fortalecimento das condições de ensino das escolas do campo. Dentre as alternativas metodológicas sendo defendidas pelo paradigma da Educação do Campo está a Pedagogia da Alternância como modo de gestão e funcionamento escolar, e o reconhecimento de possibilidades fecundas para lidar com o multisseriação.

Neste momento histórico, a maior defesa que os profissionais de diferentes áreas que estejam a desenvolver projetos socioambientais na Amazônia podem fazer para a consolidação de uma escola de qualidade nas comunidades é a militância por uma educação do campo pública e gratuita de qualidade. Tendo também em vista que milhares de professores camponeses estão se formando em cursos superiores interdisciplinares de Licenciaturas em Educação do Campo espalhados em universidades públicas por todo o país. Façamos coro e somemos

força a esses movimentos. Como inspiração, anexo a este texto a canção “Não vou sair do campo”, de Gilvan Santos (ANEXO 1), que nos inspira à luta.

ANEXO 1 – Canção “Não vou sair do campo”, de Gilvan Santos

Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola

O povo camponês
O homem e a mulher
O negro quilombola
Com seu canto de afoxé
Ticuna, Caeté
Castanheiros, seringueiros
Pescadores e posseiros
Nesta luta estão de pé

Cultura e produção
Sujeitos da cultura
A nossa agricultura
Pro bem da população
Construir uma nação
Construir soberania
Pra viver o novo dia
Com mais humanização

Quem vive da floresta
Dos rios e dos mares
De todos os lugares
Onde o sol faz uma fresta
Quem a sua força empresta
Nos quilombos nas aldeias
E quem na terra semeia
Venha aqui fazer a festa

5. Diálogo e participação na Educação Popular: muito além da teoria

Valéria Oliveira de Vasconcelos

Ô de casa...



Figura 5.1: Sandálias na porta da escola na Resex Riozinho do Anfrísio/Terra do Meio/PA. Arquivo pessoal.

*Peço licença para algumas coisas.
Primeiramente, para desfraldar
este canto de amor publicamente.
Sucedede que só sei dizer amor
quando reparto o ramo azul de estrelas que em
meu peito floresce de menina¹.*

Principio esse texto com um pedido de licença para entrar e iniciar essa prosa com você, leitora ou leitor. E, como na maioria das residências que tive o privilégio de frequentar em algumas regiões da Amazônia brasileira, deixo

¹ MELLO, T. de. **Faz escuro mas eu canto**. 24ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2017. Thiago de Mello fala do menino que era. Aqui, readequo a escrita para a menina que ainda sou.

minhas sandálias do lado de fora. Essa pode parecer uma observação banal de um hábito supostamente ultrapassado para os olhares urbanos, modernos e colonizados, mas se atentarmos para a singeleza do ato, veremos que descalçar nossos sapatos ao adentrar em casa alheia é um gesto de profundo respeito, se assim o fazem as pessoas que naquele contexto vivem.

Em diversos territórios da Amazônia, principalmente os de campos e florestas, tirar as sandálias, desde a mais tenra infância, significa contribuir para a limpeza e asseio do ambiente interno, seja da casa ou da escola; retirar os chinelos representa respeitar o trabalho e a energia dispendida em cada ação cotidiana; metaforicamente, nas lentes que ajustam minha visão, pode também simbolizar o contato com o solo em que se pisa – descalçar os sapatos para ter os pés no chão!

Quando fui instigada a escrever um capítulo para esse livro, tão sonhado e desejado por grande parte das pessoas que aqui partilham essas páginas, resolvi tratar de um dos temas que mais me dá prazer e mais faz sentido em minhas caminhadas intelectuais, profissionais e pessoais: a Educação Popular (EP). Como certa vez afirmei: a EP é meu “chão, esteio, arrimo, prumo e rumo”.² Além disso:

Nosso entendimento de Educação Popular é o da educação como processo de humanização, um ato político, de conhecimento e de criação, que ocorre no diálogo entre seres humanos, sujeitos de sua vida, e que, solidariamente, fazem e refazem o mundo. Ao falarmos de Educação Popular, não estamos nos referindo à educação das classes populares, mas à educação *com* as classes populares, *com* elas compromissada e *com* elas realizada, mediante o diálogo³.

² VASCONCELOS, V. O. de. Diálogos às margens: reinventando a Educação Popular em contextos de trabalho comunitário e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos, SP: Edufscar, 2014. p. 195-212.

³ VASCONCELOS, V. O. de; OLIVEIRA, M. W. de. Educação Popular: uma história, um que-fazer. **Educação Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 135-146, maio/agosto 2009.

Igualmente com os pés no chão pretendo trazer, portanto, algumas reflexões sobre dois temas geradores fundantes na Educação Popular: diálogo e participação.

Tratarei os dois temas como complementares, sobrepostos, enredados, entrelaçados, unos. Não há diálogo sem participação. Ademais, importante ressaltar que esse ensaio é fruto de pesquisas iniciais e em muito pode e merece ser aprofundado.

Essa escrita vem crivada por minha história de relação e convivência com o NAPRA⁴ - Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia – desde o ano 2000⁵.

Minha presença no NAPRA - fui convidada pela primeira vez a participar de uma Roda de Conversa sobre Educação Popular⁶ no núcleo de Educação, em 2005 - sempre foi pedagógica. E pedagógica como Freire a entende: antropológica e sociologicamente fundada.

Segundo palavras da própria Andréa Mataresi, nos conhecemos:

Em 2005! Em maio! Depois, ainda no mesmo ano, antes de julho, em uma reunião em que eu estava coordenando a conversa sobre a formação de educadores e falando sobre a experiência da escola da família agroextrativista como uma ótima oportunidade, você perguntou se era pra mim [a escola

⁴ O NAPRA é o lugar comum de muitos autores e autoras desse livro. Todas e todos temos histórias compartilhadas, com maior ou menor profundidade nas relações. Para maior aprofundamento ver: www.napra.org.br

⁵ Conheci Marcelo Salazar (o Groo), um dos fundadores do NAPRA, ainda estudante de Engenharia de Produção, quando ele fez parte da equipe que coordenei no Programa Universidade Solidária. Nesse momento tomei contato com o NAPRA e os sonhos de Groo e Hamilton. Trabalhamos juntos e juntas em Ouricangas/BA, onde também estavam Cristiano Tierno de Siqueira (o Cris), Daniel Penteado (o Dani) e Mauren Botelho. Não vou detalhar aqui com quem convivi nesses anos, pois caso contrário traria uma história muito mais longa do que a que cabe nesse texto. Talvez em outras linhas. Aliás, muitas páginas seriam escritas se as pessoas que gostariam de contar suas histórias de aprender e ensinar com o NAPRA, se dedicassem a isso.

⁶ A pedido de Andréia Mataresi, então coordenadora do Núcleo de Educação. Nesses idos tempos, as reuniões gerais (RGs) do NAPRA ocorriam ora em Campinas/SP, ora em São Carlos/SP (em chácaras alugadas para esse fim), até que, definitivamente, a cidade de São Carlos fixou-se como lócus para as RGs. Venho participando, em partilha com várias pessoas, de inúmeras reuniões de formação desde então.

agroextrativista] ou se eu já tinha conversado com eles sobre isso? E aí você explicou sobre participação popular e o trabalho colonizador! Lembro como se fosse ontem! Após isso, no ano seguinte, você entrou para a equipe. A ideia era fazer outra formação! Aí sua pergunta foi: quem havia escolhido os temas? E aí fomos pensando por esse caminho, em uma formação de educadores participativa. Lembro que eu fiquei agoniada dizendo que então Educação Popular era ensinar sem se preparar e vocês fez uma MEGA conversa sobre isso! Sobre o papel do educador e do educando. Após isso, o projeto de formação de professores [em São Carlos do Jamari/RO] caiu por água por falta de verba da Prefeitura e por conta da cheia que havia sido muito longa, logo os educadores não poderiam estar fora das escolas. Então planejamos fazer um trabalho com os jovens. Que resultou nos jogos pan-ribeirinhos⁷.

Apesar de estar presente em praticamente todos os ciclos de formação do NAPRA desde 2005, o ano de 2007 foi o único em que viajei para Rondônia, e que trabalhei junto com o núcleo de Educação, com jovens do Grêmio Estudantil da Escola de São Carlos do Jamari (distrito de Porto Velho). No decurso do projeto citado acima jogamos, conversamos, rimos, partilhamos, entramos em embates, nos mobilizamos, refletimos, planejamos e organizamos um evento. Nessa imersão vivemos Educação Popular.

Depois disso, entre idas e vindas, aproximações e distanciamentos, venho dialogando e participando do NAPRA, ora no Sítio Manacá⁸, ora em outros espaços.

Assim, vou tratar aqui de uma compreensão parcial, singular - mas coletiva no fazer- do que venho entendendo por diálogo e participação nessas

⁷ Para maior detalhamento ver: VALDANHA NETO, D; VASCONCELOS, V. O. de. Educação Popular e Extensão Universitária: ressonâncias de experiências em uma comunidade ribeirinha amazônica da região do baixo rio Madeira. **Revista de Ciências da Educação**, v. XVII, p.97 - 117, 2015.

⁸ Sítio onde resido e que vimos consolidando como espaço de formação e partilha pautado na Educação Popular e na Economia Solidária.

*escrevivências*⁹, *vivescrituras*¹⁰, solidarizando aprendizados comuns, emergidos também, mas não somente, dessas experiências.

Didaticamente, e por motivos de organização de pensamento em texto, estruturei a escrita em cinco partes conectadas entre si. Nessa primeira parte, denominada “*ô de casa*”, partilho breves palavras apresentando o presente capítulo. Intitulando a segunda parte de “*conhecendo por meio da palavra*”, trago alguns conceitos erigidos entre intelectuais da Educação Popular sobre *diálogos* e *anti-diálogos*. Na terceira parte, “*a hora e a vez da participação*”, teço reflexões sobre algumas inquietações advindas de distintas formas de compreender a participação e como estas podem servir de horizonte para *quefazeres*. Alguns cuidados no discurso e prática relacionados à participação e ao diálogo, no atual momento histórico, são articulados com o pensamento freireano na quarta parte desse texto, sob o nome de “*Diálogo e participa-ção*”. Por fim, na quinta e última parte, intitulada “*Ninguém solta a mão de ninguém*”, finalizo essas reflexões com algumas inquietações e provocações nesse eterno exercício de perscrutar.

Conhecendo por meio da palavra

A nossa *escrevivência* não pode ser lida como história de ninar para os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos¹¹.

Tomando como mote as palavras da escritora brasileira Conceição Evaristo, nessas *escrevivências* lembro que a formação em Educação Popular busca apoiar-se numa incessante luta por denunciar realidades opressoras e

⁹ Termo cunhado por Conceição Evaristo (2007) e que se refere “à escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo”. Publicado no livro “Representações Performáticas Brasileiras: teóricas, práticas e suas interfaces”. Marcos Antônio Alexandre (Org), Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21. Fonte: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>

¹⁰ O termo *Vivescritura* me cabe muito bem, quando penso em minha vida transcrita em verso e prosa e que, em articulação com outras vidas e escritas, se transforma em produção científica.

¹¹ EVARISTO, Conceição (*op. cit.*).

anunciar formas de superação dessas mesmas realidades, como postula Paulo Freire, tendo a dialogicidade como amálgama das relações.

Tomarei o diálogo, nessa perspectiva, não como uma “prosa de boteco”, agradável e desprestigiada, mas como agudo intento de aprofundar compreensões, *desde, ao lado, a partir de e com* as pessoas com quem venho caminhando e perguntando¹². O diálogo, como proposta de formação em EP, deve corporificar-se na ação mesma e, teleologicamente, apontar para construções de saberes horizontalizados, ou para uma negociação cultural¹³.

O diálogo, ademais, implica uma práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora¹⁴. Para a educadora popular colombiana, Lola Cendalez:

[...] el diálogo es el encuentro de hombres y mujeres en torno a la tarea común de saber y actuar, es la fuente de poder desde su carga de criticidad y realidad contenida en el lenguaje y en las interacciones. El diálogo es capacidad de reinención, de conocimiento y de reconocimiento. Es también una actitud y una praxis que impugna el autoritarismo, la arrogancia, la intolerancia, la masificación. El diálogo aparece como la forma de superar los fundamentalismos, de posibilitar el encuentro entre semejantes y diferentes. En esta construcción dialógica la pregunta surge como afirmación del sujeto, capaz de correr riesgos, de resolver la tensión entre la palabra y el silencio. **De esta manera, la pregunta confronta la modalidad pedagógica de la contestación, de la respuesta única y definitiva**¹⁵.

Muitas vezes pode parecer que, no *quefazer* da Educação Popular, seria suficiente enunciar e propalar propósitos de compromisso político e de

¹² WALSH, C. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando: notas a Paulo Freire desde Abya Yala. **Revista Entramados – Educación y Sociedad**, n. 1, v.1, p.17-30, 2014.

¹³ MEJÍA, M. R. Diálogo-confrontación de saberes y negociación cultural. Ejes de las pedagogías de la Educación Popular: una construcción desde el Sur. En: CENDALES, L; MEJÍA, M. R. y MUÑOZ, J. **Pedagogías y metodologías de la Educación Popular**. Se hace el camino al andar. Bogotá: CEAAL, Ediciones Desde Abajo, 2016, p.227-249.

¹⁴ STRECK, D; REDIN, E; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 2ª edição Revista e ampliada 1ª reimpressão, 2010.

¹⁵ In: VALENCIA, P. O; CARRILLO, A. T. Lola Cendales González, entre trayectos y proyectos en la educación popular. **Reflexiones** - Revista Colombiana de Educación, N.º 61. Segundo semestre de 2011, Bogotá, Colombia (p. 352, grifos meus).

transformação social como fundamentos de uma prática definida, a priori, como *alternativa*. Entretanto, “o discurso participativo, conscientizador, inovador, libertador, crítico e transformador frequentemente não se encarna no trabalho cotidiano”¹⁶.

Destarte, tendo claro de que falar sobre diálogo não é dialogar, abordarei aqui essa temática tornada quase “estribilho” da Educação Popular - como assevera Germán S. Mariño¹⁷ - e cujas compreensões são múltiplas e polifônicas. Esse educador popular colombiano, ao discutir idealizações e práticas concretas relacionadas ao diálogo aponta alguns exemplos antidialógicos e, audaciosamente questiona tanto a Maiêutica de Sócrates como o diálogo conscientizador, de Paulo Freire, criticando certos *diretivismos iluminantes*. Nas palavras do autor:

Sócrates, en una actitud didáctica, más que entrar a plantear su tesis, partía de las opiniones de su interlocutor a la que gradualmente iba cuestionando, hasta llegar a “convencerlo”. [Esta perspectiva]... no busca enriquecerse con el otro porque de partida se considera que su visión es equivocada. Lo que trata de hacer es que se acepte la verdad que es, claro está, la que el educador posee¹⁸.

Com relação à Freire, enfatizando sua indubitável importância na área da educação, questiona seus primeiros trabalhos que tomavam o diálogo como uma ação *conscientizadora*, o que poderia levar a compreensões controvertidas e, muitas vezes, ao equívoco de induzir a consensos que não refletiam, obrigatoriamente, a percepção das pessoas interlocutoras. Nesse sentido, mesmo quando apoiadas nas radicais ideias de Freire em seu inegociável respeito ao saber do outro, muitas pessoas de boa fé poderiam incorrer no erro de, ao

¹⁶ TORRES, R. M. **Discurso e prática em Educação Popular**. Tradução: Américo R. Piovesan. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 1988.

¹⁷ MARIÑO S., G. El diálogo en la Educación Popular: entre idealizaciones y prácticas concretas. En: CENDALES, L; MEJÍA, M. R. y MUÑOZ, J. **Pedagogías y metodologías de la Educación Popular**. Se hace el camino al andar. Bogotá: CEAAL, Ediciones Desde Abajo, 2016, p.209-226.

¹⁸ MARIÑO S., Germán (2016), op. cit, p. 210.

pretender dialogar, conduzir e convencer a ou o interlocutor a pensar da mesma maneira que elas.

Em minha compreensão, esse é um cuidado que deve ser permanente, pois mesmo a *conscientização* de Freire não se prestava (e não deve se prestar) ao convencimento, mas a contribuir e fomentar o autoconhecimento. Nosso educador recifense sempre alertou para o risco de um dos lados da equação dialógica tomar a palavra como sua:

Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens e mulheres¹⁹, mas direito de todos os seres humanos. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais²⁰.

Outro desvirtuamento antidialógico apontado por Mariño é a utilização do que denomina de *diálogo como extirpação*: ou seja, uma proposta, nem sempre consciente ou intencional, que parte dos saberes prévios daquelas/es com que se atua para, gradualmente, substituir esses conhecimentos prévios por outros “universalmente instituídos”.

Concordando com o educador popular colombiano Marco Raúl Mejía, tomo a Educação Popular como sistema de mediações assentado em perene construção e reconstituição coletiva que, permitindo desaprendizados, pode auxiliar para que as pessoas se assumam como sujeitos históricos, capazes de protagonizar a invenção e transformação de si mesmas, da educação e do mundo.

Nessa linha, os diálogos que travamos em nossas ações não podem ser incompletos (ou capengas, como alerta Victor Valla²¹), em que “saberes

¹⁹ Em *Pedagogia da Esperança* (2015) Freire reforçou a necessária revisão de uma linguagem sexista, tomando o “masculino” como “genérico”. Nesse texto reescrevo e acrescento a mulher e/ou o ser humano nas transcrições literais de seus escritos, enfatizando coerência com a atualidade de seu pensamento.

²⁰ FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (p. 44).

²¹ VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa. **Educação e Realidade**, 21(2), p. 177-190, jul/dez. 1996.

populares” e “saberes cultos” aparecem hierarquicamente separados, funcionando como pontes para que as pessoas passem de um nível inferior a outro superior de conhecimento²². Para Freire não se pode aceitar a transferência de conhecimento, que implica sempre na existência de um polo que sabe e na de outro que nada sabe²³.

Nesse prisma, vários autores e autoras²⁴ vão sugerir a superação do “diálogo de saberes”, que em geral vai dar-se em condições de desigualdade e de subalternidade: “[...] en donde lo local y las culturas no desarrolladas en la lógica del conocimiento occidental y de la modernidade son subsumidas, controladas y en ocasiones descalificadas²⁵”. Sua proposição incide na confrontação, na negociação cultural ou na síntese cultural²⁶, uma vez que “los saberes de los sujetos educativos están inmersos en matrices culturales y entramados simbólicos que deben ser comprendidos y afectados desde la acción pedagógica”²⁷.

Para tornar real essa confrontação, negociação cultural ou síntese cultural é mister assumir que a diversidade e o outro, diferente de mim, devem expressar-se como mundos cheios de significados, reconhecendo e valorizando o caráter contraditório de todo ser humano, fazendo concreta a intraculturalidade em que expresse meu mundo em sua equivalência com outras cosmogonias.

E importante alertar: esse outro pode ser aquele que vive em contextos e realidades muito distantes - como populações ribeirinhas da Amazônia - bem como aqueles e aquelas muito próximos de nós - como nossas/os vizinhas/os, familiares, as pessoas moradoras das periferias de nossas cidades, as/os

²² MARIÑO S., Germán (2016), op. cit.

²³ FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

²⁴ Entre eles e elas: Alfonso Torres Carrillo, Germán S. Mariño, Piedad Ortega Valencia e Lola Cendales González.

²⁵ MEJÍA, M. R. (2016). Op. cit, p. 243.

²⁶ FREIRE, P. (1977, op. cit).

²⁷ VALENCIA, P. O; CARRILLO, A. T. (2011, op. Cit. P. 353).

estudantes menos experientes de nossas Instituições de Ensino Superior (IES), ou mesmo os/as participantes das ONGs em que atuamos. Fundamental nos perguntarmos, portanto: Que diálogo temos? Que diálogo queremos? O que entendemos por diálogo condiz com o que temos e o que queremos?

Essas entre outras questões podem nos conduzir a entendimentos mais encarnados na realidade mesma, auxiliando-nos a (re)fazer caminhos e (re)construir relações.

Para que o diálogo seja o selo do ato de um verdadeiro conhecimento é preciso que os sujeitos cognoscentes tentem apreender a realidade cientificamente no sentido de descobrir a razão de ser da mesma – o que a faz ser como está sendo. Assim, conhecer não é relembrar algo previamente conhecido e agora esquecido. Nem a “doxa” pode ser superada pelo “logos” fora da prática consciente dos seres humanos sobre a realidade²⁸.

O diálogo, portanto, “não nivela, não reduz um ao outro”, tampouco é “tática manhosa, envolvente, que um usa para confundir o outro”. Pelo contrário, demanda um respeito mútuo profundo que recusa qualquer forma de autoritarismo ou licenciosidade.²⁹ O diálogo engaja, envolve, aproxima, conclama à participação.

E o que é participar? Que nível de participação existe em nossas ações e imersões em que a Educação Popular nos serve de curso e percurso?

Quando não nos fazemos essas perguntas carecemos da reflexão sobre nossas práticas cotidianas. Por exemplo: não raras vezes, em processos de formação, por conta de termos nos formado e conformado nos constructos moderno-ocidentais, usamos separar grupos de pessoas mais e menos experientes, adultas e crianças, gestoras e professoras, entre tantas outras compartimentalizações que, em nome de uma melhor “organização” ou

²⁸ FREIRE, P. (1981, op. cit., p. 45).

²⁹ FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 22ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 60.

“logística” tende a enfraquecer profícuas possibilidades de participação e diálogo entre diferentes. E, por conseguinte, de aprendizado conjunto.

A hora e a vez da participação

*Amor é quando é concedido
participar um pouco mais (Clarice Lispector)³⁰.*

Porque lidamos com gente, não com coisas³¹, é que não podemos olvidar que a amorosidade guia nossos atos cotidianos. Participar é *estar com*.

[...] para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar, não é possível³².

Entretanto, falar de participação também não significa promover participação.

Certa vez ouvi uma anedótica definição de *participação* contada por um amigo, filósofo, educador popular e especialista em manejo pesqueiro – Marcelo Apel: quando em encontros que têm essa como uma de suas premissas, o orador vai falando, professando, postergando, até perceber que todas as pessoas presentes estão com muita fome, para proferir a questão fundamental: “quem está com fome?”. Todas as pessoas levantam as mãos. Um flash reluz: *é a hora da participação...*

Muito embora essa seja uma situação jocosa, a artificialidade da participação não é incomum. A educadora popular equatoriana, Rosa Maria

³⁰ LISPECTOR, C. **Felicidade Clandestina**: contos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p.29.

³¹ FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

³² FREIRE, P. (1996, op.cit, p.24).

Torres, chama a atenção para que o participativo, desde já algumas décadas, pode aludir a quase qualquer coisa, que vai desde:

[...] a simples presença física (participar no sentido de assistir), até a tomada de decisões, passando por níveis intermediários, tais como o direito a ser informado, a opinar, a recomendar, a propor e a intervir de algum modo na tomada de decisões. A participação pode referir-se, por outro lado, a âmbitos muito reduzidos e específicos, a determinadas etapas ou atividades de um processo, ou também ao processo em seu conjunto, incluindo-se nele a formulação, implementação e apropriação dos resultados desse processo³³.

Um dos problemas recai sobre o entendimento equivocado da participação, confundindo-a com a cooperação oral das/os educandas/os ocorrendo, em alguns casos, aquelas/es que “não participam” (falam pouco), ou aquelas/es que “participam demais” (falam muito). Para a autora, o desenvolvimento natural dos encontros deveria suscitar essa “participação”, mas, ao contrário, quando ela não ocorre, lança-se mão de técnicas ou dinâmicas em que os objetivos finais parecem justificar qualquer meio. Perdendo-se de vista o *para que* da participação, esta passa a converter-se frequentemente em um objetivo em si mesmo. Como ilustra a citação abaixo:

Estamos, como carneiros, seguindo instruções. No período da manhã já temos contabilizado 12 instruções, sem que sobre nenhuma foi-nos pedida a opinião ou a discussão. Agora acabam de nos anunciar que é necessária a reestruturação dos grupos. A ninguém perguntou se se estava de acordo nem se explicaram os critérios pelos quais se decidiu essa mudança. De fato não há espaço para a discussão da validade ou não de tais instruções. Simplesmente já vêm definidas bem como as regras do jogo consiste em segui-las. Os coordenadores do encontro estão a toda hora tomando decisões por nós. Pergunto-me porque, por quais mecanismos estranhos podemos sentir que estamos participando quando na realidade estamos cumprindo ordens como autômatos, no melhor estilo da instrução escolar que tanto questionamos. (Fragmento de um diário pessoal realizado durante um encontro de EP na Nicarágua, 1985)³⁴.

³³ TORRES, R. M. (op.cit., p. 42).

³⁴ TORRES, R. M. (op.cit., p. 43).

Esse exemplo pode espelhar muitas de nossas atividades, acadêmicas ou não, em que procuramos obter uma total participação popular³⁵, ampla, abrangente, em todos e em cada um dos momentos e âmbitos da atividade educativa. Mas nos provoca Torres: será isso possível? Acaso participação seria garantia, *per se*, do autenticamente “popular” de um projeto educativo? Qual nível de participação temos concretamente em nossas práticas pedagógicas? Reiterando, *para que, a favor de que, a favor de quem* queremos essa participação?

Atualmente, as tecnologias da informação e as redes sociais nos têm propiciado muitos mais elementos da realidade (e também da *falsa realidade*) do que aqueles que somos capazes de viver, de sentir, de experimentar. E por esse motivo, a participação e o diálogo podem ser confundidos com trocas de mensagens, *twites*, *posts*, curtidas, entre várias palavras que entronizaram as relações pessoais contemporâneas. As redes sociais vêm reconfigurando o mundo e contaminando subjetividades, conformando, moldando, manipulando, gerenciando, controlando, governando.

Como esquecer que no micro da “participação” estamos - como seres humanos, em maiores ou menores níveis - contaminados, conformados, moldados, manipulados, gerenciados, controlados e governados por inúmeras variáveis advindas das gigantes da *Web*³⁶? E por essas variáveis - em que o tradicional “eu-tu”, de que nos fala o filósofo naturalizado israelita Martin Buber³⁷, se mostra difuso, virtual e multifacetado - somos condicionados, mas não determinados.

³⁵ Importante tomar o “popular” aqui não somente aquele outro distante de nós: o morador de periferias, o povo ribeirinho, o pobre, o miserável. Mas a nós mesmas, que como pessoas contraditórias, por vezes privilegiadas, precisamos tanto do diálogo e da participação social quanto qualquer outro ser humano para nos tornarmos mais humanos.

³⁶ Google, Apple, Amazon, Facebook e Microsoft (GAFAM).

³⁷ “Somente no eu-tu, o indivíduo se torna pessoa. É esse poder de estar ligado e de ligar-se a alguém que constitui a pessoa”. In: CARRARA, O. V. A noção de comunidade em Martin Buber. **Revista Filosófica São Boaventura**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2017, p. 66. Disponível em: <https://revistafilosofica.saoboaventura.edu.br/filosofia/article/view/55>

Se nós, educadoras e educadores populares não atentarmos para os inúmeros “eus” que nos subjazem, e com os tantos “tus” com quem vamos nos relacionar, em seus momentos históricos, materiais, concretos, com suas identidades, subjetividades, alteridades, dificilmente evitaremos transformar o outro em “isso”.

Participação é, portanto, muito mais do que estar presente (ou onipresente, como as redes sociais pretendem). Participação demanda relação. Participação demanda confiança. Participação demanda convivência.

Diálogo e participa-ação

Pois o que nos torna humanos é o fato de que entre nós é impossível aprender e reequilibrar interiormente a vida e a inteligência através de cada saber adquirido, sem participarmos de algum modo ativo do fluxo de sentidos e de ações que reequilibram nossos contextos de vida e de pensamento³⁸

A participação, legítima, é aquela em que as pessoas têm a oportunidade de interferir em sua realidade. A democracia não requer somente espaços de participação consultiva, senão também espaços deliberativos, espaços de poder.

Uma pedagogia da autonomia precisa estar centrada em práticas estimuladoras da participação, da decisão, da corresponsabilidade por parte de todos os atores envolvidos no processo educativo. Diante de argumentos de matriz elitista e conservadora sobre dificuldades para o exercício da deliberação em tais espaços, costumava advertir Freire de que é decidindo que se aprende a decidir³⁹.

³⁸ BRANDÃO, C. R; BORGES, M. C. Criar com o outro: o educador do diálogo. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 7, jan./dez. 2008, p. 24.

³⁹ PONTUAL, P. Educação Popular e participação social: construindo uma visão emancipatória de educação ao longo da vida. **Revista COCAR**, Belém, v.10, n.20, p. 09 a 26 – Ago./Dez. 2016, p. 17.

E é nesse exercício participativo e dialógico de ensinar-e-aprender que vamos descrystalizando velhas crenças e construindo, conjuntamente, novos conhecimentos.

Se participar é ter a possibilidade de se expressar, de expor as opiniões próprias e discutir as alheias, de intervir no processo de decisão, tal possibilidade, para dar-se e para ser legítima, requer aceder a níveis cada vez maiores de informação e de conhecimento. Não se trata, portanto, somente de uma atitude *permissiva*, que propicie e estimule a expressão da palavra. Trata-se, ao mesmo tempo, de qualificar a palavra para qualificar a participação, a fim de superar o simples intercâmbio de opiniões, o exercício frustrante de tomar a palavra para cumprir com os rituais estabelecidos ou com as expectativas dos educadores, temendo que ela pouco ou nada contribua e, sobretudo, sabendo que essa palavra dificilmente será incluída no processo de tomada de decisões. O diálogo e o intercâmbio são importantes, porém, se não desembocam sobre nada concreto, podem chegar a ser, às vezes, até mais perigosos que a própria incomunicação.⁴⁰

Pensando em minhas práticas como educadora popular, reflito sobre a responsabilidade que me cabe ao atuar junto a grupos e indivíduos que buscam formas mais solidárias e equitativas de fazer educação. E esse compromisso ético perpassa a radical escolha por me colocar ao lado das pessoas com quem atuamos. Assim, o diálogo e a *participação* que me movem se direcionam à luta por superar realidades opressoras e contribuir para a formação daquelas e daqueles que vão *inter-agir* nessa seara. A teoria não pode ser outra que não aquela profundamente articulada à prática, *práxis*, portanto, com vistas a um outro mundo possível. Colocar nossos conhecimentos à disposição do outro, solidarizarmo-nos com sua causa, como assevera Freire:

Solidarizar-se [...] é algo mais que prestar assistência a trinta ou a cem, mantendo-os atados, contudo, à mesma posição de dependência. Solidarizar-se não é ter a consciência de que explora e “racionalizar” sua culpa paternalistamente. A solidariedade, exigindo de quem se solidariza, que “assuma” a

⁴⁰ TORRES, R. M. (op.cit., p. 46).

situação de com quem se solidarizou, é uma atitude radical⁴¹.

Essa solidariedade radical nos exige comprometimento amoroso com aqueles e aquelas com quem partilhamos nossas ações. Como nos ensinam o antropólogo brasileiro Carlos Rodrigues Brandão e a geógrafa mineira Maristela Borges, a vocação do diálogo é a mútua aprendizagem, a reciprocidade na conquista do conhecimento, “é um dizer e ouvir em busca do desconhecido” experimentados no “intercâmbio de sentimentos, de ideias e de saberes à volta do novo”⁴². E nesse intercâmbio o desafio consiste na interação e partilha de mundos diferentes, mas que comungam do sonho e da esperança por construirmos coletivamente o *Ser Mais* de que fala Freire.

Por fim, uma vez que participação e diálogo pautados na EP esteiam-se na realidade mesma, considero necessário trazer alguns elementos do momento político atual, pois caso contrário nossos pés deixariam de pisar o chão da história. Toda a forma de diálogo e de participação que nos conduza à resistência e à transformação do que está posto se mostra ainda mais necessária e urgente nos tempos atuais⁴³. Representam faces cujo vértice aponta para uma esperança inquebrantável, matéria prima das utopias revolucionárias. E as utopias revolucionárias se alimentam da *práxis*, dialeticamente.

A contemporaneidade do pensamento de Freire novamente vem ao nosso socorro quando nos deparamos com cenário tão adverso no planeta, e mais proximamente no Brasil e na América Latina. E nos convoca a pensar na vida, numa utopia revolucionária biofílica:

Correndo o risco de parecer pensar simetricamente, diremos que, biofílica, a utopia revolucionária tende ao dinâmico e não

⁴¹ FREIRE, P. (1977, p. 38).

⁴² BRANDÃO, C.R.; BORGES, M. (2008, op.cit, p. 21).

⁴³ Recentemente publicamos um artigo, eu e Brandão, sobre o preocupante período de golpe contra a democracia e os cinquenta anos da Pedagogia do Oprimido. Não antevíamos que o porvir poderia ser ainda mais perverso. Para maiores aprofundamentos ver: VASCONCELOS, V; BRANDÃO, C. R. 50 anos de Pedagogia do Oprimido: reflexões sobre (re)existência no Brasil e na América Latina. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, mai./ago. 2018, p.294-313.

ao estático; ao vivo e não ao morto; ao futuro como desafio à criatividade humana e não ao futuro como repetição do presente; ao amor como libertação e não como posse patológica; à emoção da vida e não às frias abstrações; à comunhão e não ao gregarismo; ao diálogo e não ao mutismo; à práxis e não à ordem e à lei, como mitos; aos seres humanos que se organizam criticamente para a ação e não à organização deles para a passividade; à linguagem criadora e comunicativa e não aos “slogans” domesticadores; aos valores que se encarnam e não aos mitos que se impõem⁴⁴.

Como Freire sempre afirmou, o diálogo é possível entre divergentes, mas não há possibilidade de diálogo entre antagônicos. E o momento atual nos conduz a antagonismos, a sectarizações e a polarizações muitas vezes com pessoas com quem sempre tivemos convergências. Não será esse pensamento necrófilo um projeto de cisão para melhor dominar? Empresto outra vez as palavras de Freire:

Necrofílica, a rigidez reacionária prefere o morto ao vivo; o estático ao dinâmico; o futuro como repetição do presente ao futuro como aventura criadora; as formas patológicas de amor ao amor verdadeiro; a esquematização fria à emoção da vida; o gregarismo à verdadeira comunhão; a organização dos seres humanos como objetos e não a estes se organizando como sujeitos; os mitos que são impostos aos valores encarnados; as prescrições à comunicação; os “slogans” aos desafios. É necessário que os revolucionários deem testemunho, mais e mais, da radical diferença que os separa das forças reacionárias⁴⁵.

Nossa missão, como educadoras e educadores populares, é a de contribuir, por meio do diálogo e da participação, muito além da teoria, para a confrontação cultural, para a negociação cultural, procurando compreender, conjuntamente, como nossas crenças e valores foram sendo construídos e solidificados em pensamentos tão dicotomizados como vem ocorrendo ultimamente. E teoria e prática se consolidam na práxis:

Não é suficiente condenar a violência da direita, sua postura

⁴⁴ FREIRE, P. (1981, op. cit., p. 65).

⁴⁵ FREIRE, P. (1981, op. cit., p. 65).

aristocrática, seus mitos. Os revolucionários precisam provar o seu respeito às massas populares dominadas, confiar nelas, não como pura tática, mas como uma exigência necessária para serem revolucionários⁴⁶.

Freire escreveu essas linhas em 1970, quando trabalhou como professor no Centro de Estudos para o Desenvolvimento e a Transformação Social em Harvard. Nesse sombrio período histórico da América Latina, conclamou a todas e todos nós a atentarmos para os momentos de transição de golpes de direita. Naquele tempo e, infelizmente, novamente nos dias de hoje:

Ao institucionalizar a violência, de que decorre uma insegurança generalizada, o golpe de estado reforça o velho clima da cultura do silêncio. E é neste clima que a liderança revolucionária, na sua aprendizagem permanente, tem de encontrar novos caminhos de testemunhar sua presença – a presença de quem nelas confia e de quem com elas está disposto a aprender. [...] Sem preocupações puristas, os revolucionários devem [...] exigir de si mesmos uma radical coerência. A coerência entre seu discurso e sua prática para que não sejam uns ao falar, outros ao agir. Como homens e mulheres, podem equivocar-se e mesmo errar; o que não podem é, num momento, verbalizar a opção revolucionária e noutro, ter uma prática pequeno-burguesa⁴⁷.

Ninguém solta a mão de ninguém

*Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado.
O de que um tira prazer de estar próximo.
Só isto, quase; e os todos sacrifícios.
Ou – amigo – é que a gente seja, mas sem precisar de saber o por que é que é⁴⁸.*

A participação e o diálogo, estejamos nós envolvidos num processo de formação entre estudantes e profissionais de uma IES, de uma ONG ou em tantos outros espaços educativos, somente é possível quando está presente um

⁴⁶ FREIRE, P. (1981, op. cit., p. 66).

⁴⁷ FREIRE, P. (1981, op. cit., p. 66).

⁴⁸ ROSA, J. G. **Grande Sertão Veredas**. Nova Aguilar, 1994, p. 248.

profundo respeito ao saber do outro. E por isso, torna-se factível a negociação cultural e a síntese cultural. Como afirmam as educadoras populares Fabiana Rodrigues de Sousa e Sandra Stocovich: “Processando-se na estrutura social, que se constitui na dicotomia permanência-mudança, a ação cultural dialógica busca superar essas contradições de maneira a libertar os homens e mulheres, constituindo-se, portanto, como síntese cultural”.⁴⁹

A democracia se erige na diversidade de opiniões. Quando estamos frente a frente com pensamentos, discursos e práticas antagônicos, que tomam para si valores *necrófilos*, o diálogo se torna tolhido, obstado, impedido. A única alternativa aqui seriam os antidiálogos, como o *diretívismo iluminante*, quando o que se busca é o convencimento do outro de sua própria verdade, ou o *diálogo como extirpação* com o qual o que se pretende é substituir os conhecimentos prévios por aqueles “universalmente instituídos” - leia-se: eurocêtricos, patriarcais, conservadores, capitalistas.

Não há perspectiva de diálogo plausível quando se pactua da opinião de alguém que afirma que “[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado”⁵⁰. Ou de outra pessoa que posta nas redes sociais “Que estuprem e matem as filhas dos Ordinários ministros do STF”⁵¹.

Frente a esse pensamento necrófilo, que incita à morte, assevera Freire⁵²:

Tenho o direito de ter raiva, de manifestá-la, de tê-la como motivação para minha briga tal qual tenho o direito de amar, de

⁴⁹ SOUSA, F. R.; STOCOVICHI, S. R. C. Ensino de língua inglesa: síntese ou invasão cultural? **Conhecimento & Diversidade**, 2017 (p. 94).

⁵⁰ Afirmção do então candidato Jair Messias Bolsonaro, em entrevista ao *Jornal Nacional* (da TV Globo, em agosto/2018), reforçando seu entendimento, declarado diversas vezes, de que “violência se combate com mais violência”. Fonte:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>

⁵¹ A advogada Cláudia Teixeira Gomes sugeriu o estupro e a morte das filhas dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A advogada fez a postagem após o STF derrubar a prisão após condenação em segunda instância jurídica. Fonte: <https://www.brasil247.com/brasil/oab-chama-tribunal-de-etica-para-advogada-que-sugeriu-nas-redes-estupro-das-filhas-de-ministros-do-stf>

⁵² FREIRE (1996, op.cit., p. 30).

expressar meu amor ao mundo, de tê-lo como motivação de minha briga porque, histórico, vivo a História como tempo de possibilidade não de determinação. Se a realidade fosse assim porque estivesse dito que assim teria de ser não haveria sequer por que ter raiva. Meu direito à raiva pressupõe que, na experiência histórica da qual participo, o amanhã não é algo “pré-dado”, mas um desafio, um problema. A minha raiva, minha justa ira, se funda na minha revolta em face da negação do direito de “ser mais” inscrito na natureza dos seres humanos. Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim.

Vivemos tempos em que é não somente preciso, mas urgente e imprescindível, o fortalecimento de laços de amor, solidariedade, luta e resistência: ninguém solta a mão de ninguém! Entretanto, não podemos nos fechar em nossas confortáveis “bolhas”, encastelarmo-nos na academia ou em outras instituições, acomodarmo-nos em discursos poderosos por trás das telas de nossos computadores ou celulares e deduzir que, com isso, fazemos militância e transformamos o mundo. Nossa EP se faz na ação!⁵³.

E nossa ação se faz de mãos dadas, estejamos no NAPRA, na universidade, nas periferias das cidades, nas beiras de rios amazônicos, ou envolvidos com qualquer outra instituição ou locus de educação, com aqueles e aquelas que mais precisam de nossa disposição e solidariedade no necessário desvelamento da realidade emudecedora.

O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. A adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como consequência da experiência dominadora, ou como exercício de resistência, como tática na luta política. Dou a impressão de que

⁵³ VASCONCELOS, V. O. de. Entre a utopia e a concretude da Educação Popular: proposições para uma formação crítica. In: VILLAGÓMEZ, M. S. R.; SOFFNER, R; ROCCHI A; MARQUES, L. Desafíos de la educación salesiana: experiencias y reflexiones desde las IUS. Quito/Ecuador: Editorial Universitaria Abya-Yala, 2020.

aceito hoje a condição de silenciado para bem lutar, quando puder, contra a negação de mim mesmo.

É imperioso que nos movamos de maneira impacientemente paciente, a favor “da legitimidade da raiva contra a docilidade fatalista diante da negação das gentes⁵⁴”.

Negar a negação⁵⁵ das gentes é mote. O sentido de nosso diálogo e participação deve remeter, radical e definitivamente, à construção de um mundo em que caibam todas as pessoas.

É esse nosso dever ontológico!

⁵⁴ FREIRE (1996, op.cit. p.30).

⁵⁵ SOUZA, T. Z. de; VASCONCELOS, VALÉRIA O. de. **Negando a negação**: arquivos e memórias sobre a presença negra em Uberaba/MG. Curitiba: Editora Apris, 2019.

6. Saúde Integral e Integrada

Andrea Silveira

Introdução

Falar sobre saúde implica, necessariamente, em tecer uma análise multifatorial e histórica do processo saúde-doença, considerando tanto os elementos definidos pela clássica visão mecanicista e organicista sobre o funcionamento do corpo humano quanto os diversos aspectos apontados pelas perspectivas holística e humanista, que transcendem a dimensão biofísica e abrem novos horizontes sobre a relação do ser humano com o seu meio ambiente. Demanda olharmos para o mundo ao nosso redor não apenas como um lugar geograficamente limitado, mas também como um campo de relações, social e subjetivamente, construídas que estão intrinsecamente conectadas numa rede complexa e interdependente, influenciando diretamente a saúde dos indivíduos com um todo e o ecossistema em que estão inseridos.

É um desafio que nos exige rompermos com os paradigmas curativo e preventivo para podermos reconhecer a saúde como uma questão ampla, que envolve diferentes áreas do conhecimento e os mais variados setores da nossa sociedade. Mas é preciso também reconhecer em sua história as sucessivas transformações conceituais¹, técnicas e tecnológicas para compreendermos sua configuração na atualidade.

Os cuidados em saúde nem sempre estiveram centrados na cura da doença. Por um longo período, o entendimento dos problemas de saúde se baseava na relação do ser humano com o seu meio e seu estilo de vida, também levando em consideração seus hábitos culturais e religiosos². Porém, com a

¹ MOLES, A. **As ciências do impreciso**. RJ: Civilização Brasileira, 1995.

² ALMEIDA FILHO, N. A. et al. **Teoria epidemiológica hoje**. Fundamentos, interfaces, tendências. Série Epidemiológica 2. RJ: Fiocruz/ABRASCO, 1997.

medicalização das cidades, a partir da segunda metade do século 19, a medicina foi fortemente influenciada pelo mercantilismo, enfatizando o controle estatístico (nascimento, mortalidade) e a preocupação sanitária.

Com a urbanização acentuada da população, a saúde ganha novos patamares por razões econômicas e políticas, pois tornou-se imprescindível uma gestão efetiva da circulação de água e ar, além de uma análise mais criteriosa dos riscos em potencial, visando a melhoria das condições de vida dos proletariados. Nesse sentido, a revolução industrial exigiu maior fiscalização do setor da saúde sobre as condições insalubres dos ambientes de trabalho e, conseqüentemente, maior vigilância sanitária. A saúde pública deixou de trabalhar com o comportamento social concreto e passou a se concentrar em conjuntos estatísticos de indivíduos. Isso fez com que a análise epidemiológica empobrecesse, não conseguindo dar todas as respostas, sobretudo quando a doença ocorria no nível de transmissão coletiva.

Paralelamente, o avanço da tecnologia revolucionou os conhecimentos, proporcionando várias descobertas nas áreas da microbiologia e imunologia. Foi, então, inaugurada uma nova era nos cuidados em saúde, que passou a priorizar a vacinação como prevenção de doenças e possibilitou uma série de outros conhecimentos e implantação de técnicas, em especial na prática hospitalar, com o objetivo de reduzir a mortalidade e o avanço de determinadas patologias. Nesse período, o entendimento do processo saúde-doença priorizava os determinantes biológicos. Mas, aos poucos, as questões de saúde voltaram a ser paulatinamente associadas aos determinantes sociais e, principalmente nas últimas décadas, sua relação com o meio ambiente começou a ser novamente valorizada com a visão sobre o ecossistema.

Direcionamos nossa atenção para a intrínseca relação entre a epidemiologia e a vigilância sanitária e os estudos evoluíram, mostrando que as relações humanas com o espaço físico e social tem um impacto direto na saúde individual e coletiva. Conceitos como territorialidade, cultura e grupos sociais,

que antes faziam parte especialmente das ciências humanas e sociais, passaram a ser aplicados na compreensão da saúde pública. Ainda que num movimento lento, o domínio da saúde foi sendo ampliado e o resquício da medicalização herdado de tempos anteriores foi cedendo a vez para uma perspectiva mais compreensiva das necessidades da população. A inserção das Ciências Sociais foi um marco fundamental para a análise dos determinantes de saúde, possibilitando examinar as relações subjetivas dentro do coletivo e correlacioná-las com as manifestações de saúde da população. No caso do Brasil, as discussões sobre o assunto surgiram apenas na década de 70, ampliando a área da saúde do trabalhador e intensificando a produção científica nesse campo, como uma resposta frente ao desenvolvimento industrial e às intensas modificações na vida das grandes cidades.

A multidimensionalidade da experiência de vida coletiva nas sociedades em geral e o meio de produção do cotidiano tornaram-se fatores preponderantes na análise em saúde e nas decisões sobre a abordagem dos cuidados. As configurações geopolíticas ajudam a compreender as questões de saúde para garantir a equanimidade e a igualdade de direitos. Entretanto, o desafio ainda é grande na área da formação profissional. Apesar de todos os avanços e conquistas, mantemos, em larga escala, uma prática distante da realidade. Em geral, os profissionais de saúde se formam trabalhando, prioritariamente, em áreas urbanas e quando são convidados para uma atuação em outros contextos, nem sempre conseguem adequar o seu fazer. No entanto, o que os impede é, principalmente, uma visão ainda monocular da saúde. Isto é, a formação ainda está voltada, sobretudo, para tratar ou prevenir doenças e muito pouco para promover saúde.

Visando mudar o cenário da formação em saúde e minimizar o impacto dessa visão segmentada no atendimento à população, os organismos internacionais (Organização Mundial de Saúde) e nacionais (Ministério da Saúde) vêm tentando consolidar novas políticas e orientações tanto para a área

da educação em saúde quanto para a prática profissional. Neste sentido, a Política Nacional de Humanização³, recomenda uma série de virtudes e habilidades a serem desenvolvidas pelos profissionais da saúde como sendo essenciais ao manejo da diversidade dos determinantes da saúde. Assim, os princípios de autonomia, corresponsabilidade entre sujeitos, justiça, interdisciplinaridade e transversalidade nas práticas de saúde são indissociáveis de qualquer relação profissional-população. Somamos a isso a necessidade de propostas de intervenção compreensivas, que visam à melhoria da gestão da saúde pública, o que implica na formação de caráter ético, proativo e politicamente engajado do profissional. Dessa forma, a defesa dos direitos humanos e a garantia dos princípios do Sistema Único de Saúde brasileiro tornam-se fatores preponderantes para a abordagem em saúde pois, além de salvaguardarem a qualidade e a eficiência técnica, devem também repercutir nas estratégias para que possamos alcançar a primazia do contexto sociocultural, ambiental e econômico da população atendida.

Esses desafios envolvem decisões estruturais nos currículos das faculdades e impõem mudanças de paradigma, nem sempre incorporadas pelos próprios docentes (geralmente formados pelo modelo biomédico tradicional) e discentes (educados por um sistema linear e conteudista). Porém, estabelecer articulações diretas entre os determinantes biológicos e os demais fatores que impactam a saúde tornou-se uma urgência. Somente essa composição longitudinal pode oferecer um cenário de aprendizado e amadurecimento da postura ética e crítica dos futuros profissionais da saúde em todos os sentidos necessários para a compreensão da realidade brasileira, a fim de que possam reconhecer a complexidade das estratégias de intervenção em saúde a nível micro e macro. Por isso é imprescindível repensar o processo saúde-doença e, ao

³ BRASIL. **HumanizaSUS**: política nacional de humanização: a humanização como eixo norteador nas práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

mesmo tempo, reconhecer a biodiversidade, seus desafios e conexão com as práticas de saúde sustentáveis.

Saúde, doença e estratégias: evolução conceitual e crítica

Os conceitos de doença e de saúde foram se transformando ao longo dos séculos, sendo definidos a partir do desenrolar da história da humanidade e das evidências geradas pelo avanço da ciência em todos os níveis e campos do conhecimento. Inicialmente, a doença era vista como um castigo ou manifestação de forças sobrenaturais, cabendo aos feiticeiros, sacerdotes e curandeiros determinar suas causas. Nessa visão mágica, a população dependia das interpretações religiosas sobre os fenômenos do corpo e da alma, expondo-se a um elevado grau de manipulação e relações de poder em que somente os designados sagrados tinham autoridade para captar a atenção dos deuses e mediar qualquer espécie de tratamento. O modelo místico propunha tratamentos com a utilização de produtos naturais e a evocação dos elementos da natureza, buscando purificar a alma do doente e restabelecer seu equilíbrio com o meio.

A concepção religiosa ou mística nunca deixou totalmente de ser aplicada no entendimento das questões de saúde, mas perdeu força a partir da escola hipocrática e do Império Romano, quando a doença passou a ser compreendida como uma manifestação da própria natureza. Gradativamente foram sendo constatadas as correlações entre as condições de higiene, a densidade populacional e as diversas espécies de parasitas, permitindo que as epidemias fossem explicadas de maneira teórica. Nessa fase, o papel de controle sobre as questões de saúde foi atribuído àqueles que detinham o conhecimento científico sobre esses fenômenos e o foco das ações deslocou-se para grupos sociais específicos, inaugurando a era da estatística aplicada à saúde e abrindo o caminho para a função pública de ordenamento, vigília e controle do espaço urbano e da saúde da população.

Na história das sociedades encontramos surtos variados de doenças que acabaram se tornando epidêmicos e/ou criaram um cenário caótico de pandemia por falta de conhecimento sobre o funcionamento do corpo, das doenças e do controle de suas causas. Comunidades inteiras chegaram a ser completamente dizimadas antes que se pudesse estabelecer um modelo de intervenção em saúde capaz de apontar a importância do meio ambiente, da cultura e dos fatores sociais como determinantes fundamentais para o processo de adoecimento dos indivíduos e das populações em geral. Uma concepção de saúde associada ao desenvolvimento social e tendo como parâmetro a busca constante de evidências científicas para as causas das doenças e seu tratamento rompeu definitivamente com os paradigmas místicos e religiosos, oportunizando o nascimento do movimento sanitário e impulsionando as reformas políticas para o enfrentamento dos problemas de saúde, tanto em nível individual quanto coletivo.

A reforma na atenção à saúde foi um marco fundamental para o controle da mortalidade e a prevenção de problemas de saúde. Com o avanço dos estudos e o surgimento de novas teorias e técnicas, as instalações médicas receberam contornos precisos. Foram criados hospitais mais adequados e melhor preparados para o enfrentamento das doenças, laboratórios destinados à pesquisa e desenvolvimento de medicamentos e a gestão da saúde foi fortemente influenciada, com a entrada de profissionais da área na esfera administrativa das diversas estruturas, tanto privadas quanto públicas.

Conceitualmente, saúde deixou de ser simplesmente a ausência de doença, tendo uma perspectiva muito mais ampla. Seguindo essa tendência de reformulações, a Organização Mundial de Saúde ampliou a definição de saúde, reconhecendo os diversos fatores que podem interferir no estado de bem estar do ser, provocando seu desequilíbrio biopsicossocial. Esses determinantes de saúde, como são chamados tais fatores, foram descritos como sendo:

condicionantes biológicos (idade, sexo, características pessoais

eventualmente determinadas pela herança genética), o meio físico (que abrange condições geográficas, características da ocupação humana, fontes de água para consumo, disponibilidade e qualidade dos alimentos, condições de habitação), assim como o meio socioeconômico e cultural, que expressa os níveis de ocupação e renda, o acesso à educação formal e ao lazer, os graus de liberdade, hábitos e formas de relacionamento interpessoal, a possibilidade de acesso aos serviços voltados para a promoção e recuperação da saúde e a qualidade da atenção por eles prestada.⁴

Entretanto, se a compreensão ampliada do conceito permitiu também entender a complexidade dos eventos, por outro lado, a multifatorialidade da vida cotidiana não viabiliza respostas conclusivas. Assim, mesmo juntas, as disciplinas não alcançam o todo do fenômeno e, por essa lógica, tudo pode ser proposto dentro de um contexto, num dado momento histórico, e nunca como solução definitiva.

Nem sempre a análise dos fatores de risco e frequência, proposta pelo modelo etiológico, consegue respostas sobre a causa das doenças. A perspectiva epidemiológica, com base nos cálculos que indicam populações vulneráveis e áreas endêmicas, permite a tomada de decisões focadas na população como um todo, mas, em contrapartida, ignora as necessidades individuais. A questão não é meramente optar por um método de intervenção para garantir a saúde dos indivíduos de uma determinada população, mas também ter clareza sobre o impacto que essa escolha terá e que implicações decorrerão daquilo que ela deixar de fora. Por isso, num mundo complexo, é impossível dar conta de toda a problemática de saúde-doença de maneira simplista e única, pois não há somente uma abordagem que consiga responder completamente a todas as tramas do emaranhado tecido social (biopsicossocial, econômico e político). Sabemos das doenças, sobre as doenças e conhecemos as suas causas (pelo menos na maioria

⁴ BRASIL. **HumanizaSUS**: política nacional de humanização: a humanização como eixo norteador nas práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

dos casos), mas entre elas temos um espaço enorme no qual não atuamos.⁵ O fato é que a realidade não pode ser apreendida em sua totalidade e a maior parte das ciências da saúde passaram a ter como referência conceitos objetivos de doença e não de saúde. Isso acelerou ainda mais a fragmentação da saúde e reduziu as práticas em torno de ações curativas e preventivas.

Contudo, para acompanhar as demandas em saúde, as estratégias de intervenção também carecem de novos desenhos. Talvez por razões muito mais econômicas do que, de fato, em função das preocupações biomédicas, elas se concentraram na assistência médica e no combate de doenças, deixando a desejar o vasto campo da promoção da saúde propriamente dita e das experiências de vida saudáveis, capazes de potencializar a qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades. A questão central se fixou entre a subjetividade da experiência da doença e a objetividade dos conceitos que lhe conferem sentido e propõem intervenções para lidar com semelhante vivência. Ou seja, não existe uma cultura preventiva em saúde baseada no racionalismo científico; é uma abordagem estruturada a partir da biopolítica, que atribui a culpa aos sujeitos e exige uma resposta individual para problemas que são coletivos. A prevenção implica no conhecimento dos limiares que se estabelecem como parâmetro para a existência da doença e está associada à lógica racional da redução dos riscos e da medicalização das intervenções.

Embora possamos considerar a prevenção de doenças como uma conquista histórica na saúde (as grandes epidemias deixaram de ser as protagonistas no cenário da saúde coletiva, graças a isso), é importante termos claro que esse nível de atenção leva em consideração a população total e não a saúde dos indivíduos dessa população e sua singularidade (como eles vivem, como se relacionam entre si e com o ecossistema). Há, por assim dizer, uma

⁵ GOLDBERG, M. Este obscuro objeto da epidemiologia. In: COSTA, D. C. **Epidemiologia: teoria e objeto**. São Paulo, HUCITEC, 1990.

homogeneização (promovem os mesmos cuidados para todas as pessoas) e um consentimento informado em massa, que tem como meta levar as pessoas ao autocontrole e à autogestão da saúde. Isto significa responsabilizar os indivíduos, o que, por um lado é positivo, uma vez que poderia resultar numa forma efetiva de educação em saúde para que as pessoas pudessem fazer escolhas saudáveis. Entretanto, por outro lado, também levanta o questionamento sobre o *status* de normalidade e do que é saudável (vida normal ou patológica), pois são definições impressas a partir de um lugar específico e de interesses nem sempre coletivos. Torna-se fundamental a discussão do conceito de risco, já que sua determinação passa por uma decisão política paralelamente à investigação científica e à delimitação sociocultural.

A questão da escolha das estratégias na atenção à saúde implica, em primeiro lugar, em ter acesso a diferentes alternativas, o que não é o caso para muitos grupos sociais. Além disso, as decisões sobre as ações e a elaboração das políticas em saúde estão atreladas aos jogos de interesse (da indústria farmacêutica, da governabilidade, por exemplo) e da moralidade social (padrões de beleza, de saúde, etc.) tornando-se um controle massivo sobre a vida das pessoas porque normalizam e normatizam seu cotidiano e reforçam a cultura das prescrições totalmente descontextualizadas, voltadas para a estigmatização dos indivíduos em função dos seus hábitos e estilo de vida.

Em sua trajetória no solo brasileiro, a gestão da saúde seguiu praticamente a mesma evolução histórica de outros países: passou da fase higienista (século 19) para a campanhista (século 20) e estabeleceu-se efetivamente na era sanitária-desenvolvimentista nas décadas de 50 e 60, ganhando contornos programáticos a partir dos anos 70. O ponto comum nessa jornada é a lógica de proteção da coletividade, culminando na criação de diferentes medidas de saúde pública, institutos, secretarias e fundações preocupadas em regular e alocar os recursos para gerenciar a qualidade de vida da população em diferentes

aspectos.^{6,7,8} Mas, de modo geral, a saúde pública falha ao destacar o modelo de intervenção da necessidade de transformação das condições de vida da população e também ao não integrar o conjunto de fatores que impacta a saúde dos indivíduos no pacote de ações. Principalmente quando se trata de áreas remotas, tais como zonas rurais, comunidades ribeirinhas e até mesmo assentamentos de grupos sociais específicos como é o caso dos povos da floresta, dos quilombolas e dos ciganos, os aspectos socioculturais e históricos são ainda menos considerados. A definição da abordagem deveria estar associada às condições de acesso aos serviços, de maneira a garantir equanimidade e a resolutividade das demandas em saúde dessas populações específicas.⁹

Para tanto, é imprescindível que os serviços de saúde estejam sincronizados não apenas com as políticas de saúde, mas também com as resoluções dos demais setores organizadores da comunidade.¹⁰ A sociedade civil, nesse ponto, tem o papel fundamental de protagonizar as demandas e transformar suas reivindicações em novas políticas capazes de promover a qualidade de vida das comunidades. Caso contrário, as necessidades serão sempre apontadas por agentes externos que, inúmeras vezes, fazem uma releitura dos eventos ou a reelaboração da realidade local de maneira descontextualizada e impregnada de interesses secundários.

Aplicar o conceito ampliado de saúde na prática impõe a união de forças intersetoriais e, com a participação multiprofissional, exige o compromisso permanente de buscar as brechas que permitirão ações efetivas e éticas para o

⁶ LEAL, M. C.; SABROZA, P. C.; RODRIGUES, R. H.; BUSS, P. M. (org.). **Saúde, ambiente e desenvolvimento**. Vol.2. SP-RJ: Hucitec-Abrasco, 1992.

⁷ MONTEIRO, C. A.; IUNES, R. F.; TORRES, A. A evolução do país e suas doenças. **Informe Epidemiológico do SUS**. 2 abr/jun, 1996.

⁸ FLEURY, S. (org.). **Saúde e democracia: a luta do CEBES**. SP: Lemos Editorial, 1997.

⁹ COSTA, O. V.; AUGUSTO, M. H. A. Uma escolha trágica: saúde ou assistência médica? **São Paulo em Perspectiva**. 9 (3), p. 94-101, 1995.

¹⁰ SPOSATI, A.; LOBO, E. Controle social e políticas de saúde. **Caderno de Saúde Pública**, v. 8, n. 4, p. 366-378, 1992.

enfrentamento das questões de saúde em médio e longo prazos. É praticamente necessária uma militância contra as propostas higienistas que seguem a lógica capitalista e reduzem os cuidados em saúde às esferas do curativo. Na perspectiva integral de saúde, o processo de adoecimento deve ser trabalhado na base das suas origens, isto é, na implementação de valores de vida e visão de mundo que assegurem práticas sustentáveis tanto no nível individual quanto coletivo. Neste sentido, promover a saúde é a estratégia mais efetiva para a mudança do contexto e das condições de vida das pessoas e isso requer também incluir as questões ambientais na pauta da saúde.

Dessa maneira, a atenção em saúde ganha patamares mais elevados, na medida em que extrapola o que convencionalmente era enfatizado (a doença e a cura, a atenção por episódios e problemas específicos, o tratamento por especialidades) para enfatizar a saúde propriamente dita, a prevenção e a promoção, por meio de ações continuadas e abrangentes, contando com a colaboração intersetorial e a participação da comunidade¹¹. Abrimos assim, um outro capítulo no processo de definição das estratégias em atenção primária, articulando o fortalecimento comunitário através do estímulo ao controle social e vinculando a prática em saúde a abordagens transdisciplinares que integram comportamento pessoal, contexto social e organização política-institucional. Promover saúde, nesse caso, significa fomentar a autonomia dos indivíduos e das comunidades¹² e as práticas mais efetivas para viabilizar isso podem ser pensadas a partir dos aportes construídos pela Saúde Ambiental e, em especial, pela Educação Popular (conforme tratado em outro capítulo deste livro). Entretanto, independente da abordagem a ser feita, existem cuidados básicos essenciais e discutiremos alguns deles a seguir.

¹¹ STARFIELD, B. **Atenção primária**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.

¹² CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. 3.reimp. RJ: FIOCRUZ, 2003.

Cuidados básicos na intervenção integrada em saúde¹³

Considerando a amplitude dos conceitos e as críticas já apresentadas até aqui, podemos vislumbrar o que seria, então, uma intervenção em saúde, de maneira integral e integrada. Antes de mais nada, devemos ter em mente que realizar uma intervenção em saúde, num contexto comunitário, significa nos dirigirmos à realidade do outro. É como se estivéssemos entrando na casa de uma pessoa e, mesmo que sejamos íntimos, isso requer ações que precedem o momento do encontro. Iniciar qualquer trabalho nessa área demanda uma série de procedimentos que variam conforme o grau de familiaridade que temos com o contexto. Depende do que conhecemos a respeito do local, das pessoas e também da forma como a nossa presença foi solicitada (se for este o caso). O convite pode ter inúmeras origens e o mais importante é podermos desvelar todas as variáveis ou o maior número possível delas, identificando a intencionalidade da nossa presença no local, como a comunidade se configura e de que maneira seus atores interagem entre si, para compreendê-la um pouco mais antes de estabelecer melhor nosso papel.

Toda intervenção em saúde deve ser planejada como uma construção conjunta em que tanto os atores externos ao contexto quanto a comunidade local se envolvem no mapeamento de suas necessidades e na busca de soluções para as dificuldades encontradas. Dessa forma, trabalhar com saúde integral e integrada representa um desafio para a lógica linear, pois a relatividade do processo é uma marca constante nessa abordagem. Seria tentador estabelecermos uma ordem cronológica para orientar a nossa inclusão no campo, mas este tipo de ilusão não nos cabe. Didaticamente, podemos listar alguns procedimentos, mas o dinamismo do tecido social faz com que as ações ocorram, na maior parte do tempo, simultânea ou paralelamente. Por essa razão, as diferentes etapas do

¹³ As ideias detalhadas sobre a intervenção em saúde integrada constam no e-book da mesma autora (SILVEIRA, A. **Socialmente engajados**: refletindo sobre intervenção psicossocial) que pode ser livremente acessado no site: www.wontanara.com.br

trabalho de campo guardam entre si certa permeabilidade, impedindo a existência de uma hierarquia a ser respeitada, pois elas se comunicam e podem se alternar invariavelmente em diferentes momentos da intervenção. Mas, tal maleabilidade faz com que nos perguntemos por onde começar. De fato, é necessário um ponto de partida, entretanto essa definição requer um olhar poliocular para o campo, aprioristicamente. Implica, ainda, no estabelecimento de parcerias com a população local, representativas dos seus diversos setores para que possamos fotografar a realidade do momento.

Ou seja, via de regra, podemos iniciar o trabalho pela composição de uma rede de intervenção e ir, gradativamente, obtendo informações sobre as demandas e necessidades do campo. Ao mesmo tempo, é fundamental pesquisarmos sobre as raízes da comunidade, sua história e evolução, a demarcação política e cultural do seu território, os eventos que influenciaram sua configuração nos moldes atuais, além de verificar que impacto tudo isso teve e tem na saúde da população. Existem muitas probabilidades e elas vão se desdobrando a partir dos acontecimentos, das oportunidades e das necessidades que surgem no campo. Por essa razão, o processo demanda uma interação permanente entre todos os atores envolvidos (pois cada um tem uma perspectiva em particular) e a postura sempre aberta para questionar os procedimentos e rever as estratégias (lembrando que existem diferentes fazeres a considerar).

Basicamente, as etapas do trabalho de campo são: formar uma rede de parcerias, (re)conhecer o campo, estabelecer prioridades, planejar as ações, executá-las, monitorá-las e avaliá-las. Evidentemente que os resultados da nossa intervenção irão alterar o cenário (assim o desejamos), criando um novo contexto (com fatores e elementos diferentes) e nos impelindo a reiniciar a jornada. Sucessivamente, os passos dessa caminhada vão fluindo num verdadeiro movimento de transformar e ser transformado através das ações. Podemos representar esse processo na imagem (Figura 1) que segue, ressaltando a sua circularidade e maleabilidade.

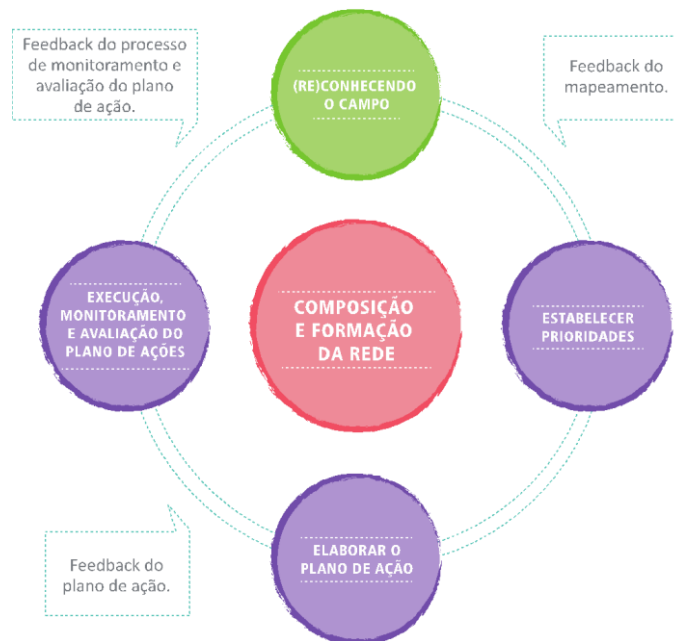


Figura 6.1: Fluxograma das etapas de trabalho. Silveira, A. Socialmente engajados: refletindo sobre intervenção psicossocial, p. 19, 2014.

E, exatamente em função dessa plasticidade que é a intervenção em saúde integral, devemos compreender que os multifatores determinantes da saúde nos convocam para o trabalho transdisciplinar. Além das diferentes visões, também devemos colocar à disposição da intervenção os diferentes fazeres. Em cada etapa, são imprescindíveis as ferramentas adequadas e, entre elas, constam técnicas e instrumentos qualitativos e quantitativos, sendo viável (e em muitos momentos impreterível) utilizarmos as duas abordagens, pois uma complementa a outra, otimizando o trabalho. O fundamental, nesse caso, é ter clareza de que as técnicas devem ser coerentes com o modo de pensar a intervenção. Ainda, nenhuma metodologia de trabalho está autorizada a divergir das concepções de homem e de mundo dos atores sociais. O processo de intervenção exige sincronia de valores, pensamentos e fazeres.

O envolvimento dos atores sociais (aqui entendidos como indivíduos, grupos sociais, organizações, instituições, beneficiários, tomadores de decisão) em todas as etapas do trabalho, ajuda a garantir a descentralização do processo, mas isso dependerá do grau e da qualidade da participação dos diferentes atores. Dessa maneira, torna-se vital esclarecermos com eles o significado de

participação, reforçando a necessidade de preservarmos a democracia do processo e o engajamento comunitário. O que acaba ocorrendo quando a intervenção é planejada de forma unilateral pelos agentes externos é a falência total (ou quase total) dos resultados. Ao deixar de trabalhar o sentido da intervenção com a comunidade e sua percepção sobre os fatores determinantes da sua saúde, o compromisso dos indivíduos se dilui no *modus operandi* coletivo e compromete o exercício da transformação do contexto.

Sendo assim, dedicar um tempo para agrupar as pessoas logo que chegamos à comunidade é tarefa primordial. Andar pelas ruas da comunidade e ir parando para conversar com as pessoas em frente às casas ou no comércio, pode abrir novos caminhos e outras portas: sempre tem alguém que indica alguém e esse movimento ajuda a ampliar nossa rede. Outra estratégia é visitarmos as demais instituições locais, além das unidades de saúde: escolas, igrejas, associações e outras organizações. O objetivo é conhecer as pessoas e nos apresentar. Aos poucos vamos tecendo nossa rede, esclarecendo por que estamos nos inserindo na comunidade, sensibilizando as pessoas para criarmos um grupo de trabalho. Nesse sentido, começamos a unir os atores sociais simultaneamente ao trabalho de reconhecimento do campo e, portanto, as visitas não são meramente aleatórias. Há uma intencionalidade a ser esclarecida e quanto mais clareza tivermos sobre isso, mais transparentes seremos na aproximação com o campo.

Da mesma maneira, quanto mais as pessoas percebem e reconhecem a necessidade de mudança, identificando-se com o contexto ou causa em questão, tendem a se mobilizar na busca de alternativas de enfrentamento das diversas situações. Porém, algumas variáveis contribuem para elevar o grau de adesão individual em ações coletivas: suas expectativas e crenças em relação à sociedade como um todo e à comunidade especificamente; a convergência dos interesses coletivos; sua avaliação sobre as forças contrárias que se impõem à mudança; o

sentimento de justiça e a eficácia política (acreditar na sua capacidade de intervir numa determinada situação).

A ação coletiva dependerá também do sentimento desses indivíduos frente aos arranjos sociais (o papel que eles têm na comunidade, como executam esse papel, que reconhecimento recebem dos demais comunitários, que relevância é atribuída a esse papel) e se eles se percebem aptos a persuadir a proposta de ação. Sua disposição e vontade para agir coletivamente são influenciadas pelo resultado da análise que os indivíduos fazem da relação custo-benefício do seu engajamento (o que ganham se aderirem ao grupo), dos riscos que advêm da sua possível participação (o que podem perder se aderirem ao grupo). Depende, ainda, da percepção que os indivíduos têm a respeito da reciprocidade (ou não) das organizações políticas direta ou indiretamente vinculadas ao contexto em questão (as instituições presentes na comunidade estão abertas e dispostas a participar? Com o quê? Como? Os indivíduos percebem isso?).

Todos esses elementos influenciam, de alguma forma, a decisão dos indivíduos de participar ou não da rede de intervenção. São fatores subjetivos e devem ser reconhecidos na medida em que vamos formando o grupo de trabalho, por meio dos questionamentos, conversas, troca de ideias, críticas, tomada de posição diante das situações, argumentos apresentados durante as discussões do grupo. É imprescindível estimular a reflexão sobre a motivação pessoal para participar da rede e, da mesma forma, incentivar os membros do grupo a expressá-las coletivamente, levando-os a encontrar os pontos comuns para minimizar as possíveis frustrações individuais. Indivíduos emancipados e conscientes do seu papel de agente transformador tornam-se pessoas engajadas na transformação da realidade e mais preparados para colaborar com o fortalecimento da comunidade e com o seu processo de autonomia. Assim, a rede deve ser preparada para assumir a condução do trabalho, passando da fase de

dependência para a fase de colaboração, até atingir sua emancipação (autonomia).

Em resumo, a intervenção integrada em saúde integral não se refere exclusivamente às ações diretamente relacionadas à saúde física da população. Muito pelo contrário, como discutimos até aqui, trata-se de uma abordagem que olha para todos os campos da saúde (como propõe o conceito ampliado de saúde) e que tem como ponto de partida a reflexão sobre a origem do convite ou demanda pelo trabalho e se estende pelo (re)conhecimento da comunidade, sua história sócio-política e cultural, além de compreender melhor as condições de vida e o modo de viver da população, suas necessidades sentidas e percebidas e os recursos disponíveis para possíveis ações. É necessário identificar as forças vivas da comunidade e envolvê-las na autoria do trabalho, imprimindo no fluxo das ações a busca pela emancipação comunitária no processo de decisão sobre os rumos das políticas de saúde e de cuidados em saúde básica aplicáveis àquela localidade.

(Novos) desafios para os profissionais da saúde

Como já foi ressaltado, há muita flexibilidade no planejamento e espaço para inovações. Por outro lado, uma regra deve ser mantida: jamais ignorar o princípio da equidade, integralidade e da interdependência dos fatores, o que requer uma abordagem compreensiva e a visão de continuidade, possibilitando que as ações sejam encadeadas e gradativamente mais abrangentes. O fato de as necessidades apontarem como prioridade uma determinada dimensão não quer dizer que as outras devam ser excluídas: temos que manter o olhar macro e definir o nível de intervenção específico, isto é, se distal (de forma mais indireta num primeiro momento) ou proximal (de forma direta desde o início).

Para que isso ocorra, os atores sociais devem partilhar conhecimento e experiências, tornando-se mais assertivos nas ações. Assim, o planejamento em parceria nos permite aproximar diferentes disciplinas com o fazer popular e

encontrar respostas mais criativas para os desafios. Além disso, não podemos nos esquecer: problemas pluridimensionados demandam respostas também multidimensionadas, o que ressalta o valor da transdisciplinaridade, das alianças comunitárias e do envolvimento dos fazedores de políticas públicas. É fundamental desenvolvermos em nossas práticas a disposição para conciliar tudo isso numa agenda que favoreça o desenvolvimento e fortalecimento comunitário e a disponibilidade (além da humildade) para desempenhar o papel de colaborador.

Entretanto, contrapõe-se a esse pensamento o fato de ainda termos uma formação acadêmica muito limitante em termos de abordagem. Já mencionamos anteriormente a ênfase dada aos fatores biológicos quando pensamos no processo do adoecimento, mas nos cabe concordar que a atenção em saúde deve, sim, levar em conta a necessidade de ações voltadas para o tratamento específico de doenças, seja medicamentoso ou com terapias complementares. As dimensões curativa e preventiva compõem uma esfera importante para garantir a reabilitação e a reinserção dos indivíduos na vida cotidiana da sua comunidade, garantindo melhorias na saúde em geral. Porém, é na promoção de valores e sentido de vida, de coletividade e de participação social que conseguimos elevar os cuidados em saúde para um nível em que a transformação das condições de vida desfavoráveis seja efetiva.

Em todo trabalho de campo devemos avaliar a pertinência de ações e/ou programas essencialmente curativos ou preventivos ou de promoção em saúde. Por outro lado, existirão necessidades de ações mistas, seja em duas dessas dimensões ou até mesmo agregando todas as três esferas. Na imagem (Figura 2) que segue podemos visualizar melhor essas possibilidades, entendendo: (1) essencialmente Promoção; (2) essencialmente Prevenção; (3) essencialmente Tratamento; (4) misto de Promoção + Tratamento; (5) misto de Prevenção + Tratamento; (6) misto de Promoção + Prevenção; (7) misto de Promoção + Prevenção + Tratamento. O importante é entender que essa definição não

depende exclusivamente de uma área da saúde. Pelo contrário, essa visão compreensiva só é possível na confluência dos olhares, dos conhecimentos e dos fazeres.



Figura 6.2: Níveis de intervenção psicossocial. Silveira, A. Socialmente engajados: refletindo sobre intervenção psicossocial, p. 52, 2014.

Trabalhar nessa perspectiva é muito mais desafiadora, pois além de exigir o conhecimento técnico necessário para lidar com as questões específicas de saúde e de doença, ainda convoca os atores a repensarem sua postura ética e a se posicionarem diante dos próprios valores. Quando trabalhamos em equipe multiprofissional, esses elementos estão permanentemente intrincados nas relações formais e informais ao longo do desenvolvimento das ações. E isso fica ainda mais evidente quando se trata de intervenções em contextos comunitários (em especial no caso de comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, entre outras marcadas fundamentalmente pelos determinantes socioculturais), pois a interação com a população é uma parte significativa do processo e requisita uma autoavaliação dos atores em relação aos aspectos culturais, inclusive. Algumas práticas populares podem desafiar o saber científico emoldurado e é inevitável a busca pela conciliação dos fazeres, respeitando as crenças locais.

Considerações finais

Saúde integral e integrada, portanto, significa olhar para os diversos aspectos da vida humana e promover uma sincronia entre eles de tal maneira que possamos estimular o equilíbrio no cotidiano das pessoas. Implica em reconhecer que toda ação gera um impacto, mas que nem sempre estamos atentos o suficiente para reconhecer suas consequências. Precisamos ter clareza dos nossos paradigmas e consciência da posição que adotamos, pois nossas ferramentas de trabalho são forjadas a partir do conjunto de valores que carregamos em nossa bagagem. Portanto, trata-se de uma abordagem que requer a escuta qualificada das realidades do tecido e a consciência coletiva das possibilidades de transformação.

Ao mesmo tempo, em que admitimos a ausência de respostas, modelos, protocolos e fórmulas mágicas que possam tornar o trabalho mais efetivo, nos damos conta da multiplicidade do contexto e abrimos nosso olhar para a diversidade da teia que entrelaça a comunidade, os atores sociais em questão e seu momento histórico. Tudo isso tendo, como pano de fundo, uma concepção de mundo e de ser humano, de mãos dadas com a nossa intencionalidade. Ou seja, nunca vamos a campo sem querer alguma coisa, sem ter alguma coisa pronta de antemão. Essa tem sido a regra. Mesmo quando tentamos não ocupar o lugar do saber, partilhando o processo de construção do conhecimento e de decisão com os nossos interlocutores, ainda estamos imbuídos de valores e crenças a respeito daquele contexto. E são estes que orientam nossas ações.

Por isso, pensar a saúde de uma comunidade é pensar a própria comunidade. Entender o processo de saúde-doença de uma comunidade é entender sua dinâmica social e cultural. Identificar os determinantes da saúde de uma comunidade é reconhecer seu meio-ambiente físico e social. E para que isso aconteça, a transdisciplinaridade não pode ser uma utopia acadêmica. É fundamental ir além das fronteiras do saber, mesmo que guardadas as devidas

peculiaridades do fazer de cada ator. A ação deve ser sempre conjugada no plural e saúde deve ser sempre entendida na sua máxima amplitude.

7. Saneamento de Pequenas Comunidades e o Gerenciamento dos Recursos Hídricos na Amazônia Brasileira

**Ayri Saraiva Rando
Cassiano Sampaio Descovi
André Munhoz de Argollo Ferrão**

Introdução

No Brasil há muitas dificuldades e desafios relativos à integração de políticas públicas, inclusive entre as políticas de saneamento básico e de recursos hídricos. Não se observa uma adequação do âmbito nacional para as esferas estaduais dessas políticas com vistas a levar em conta as especificidades regionais e locais.

Quanto ao saneamento básico as diferenças regionais são nítidas, sendo que os estados da região Norte, e os estados do Nordeste são os que possuem os menores índices de acesso a essa importante infraestrutura. Nas áreas rurais, o acesso aos serviços de saneamento torna-se ainda mais limitado.

Considerando os baixos índices de saneamento no país e os índices ainda piores ao focar somente o saneamento rural de pequenas comunidades na Amazônia, subentende-se que o modelo atual de governança da política de saneamento básico e de gestão dos respectivos serviços não é o mais adequado para atender os aspectos regionais – principalmente por centralizar as decisões, não dividir as responsabilidades, e inibir (ou mesmo impedir) a participação dos usuários de tais serviços, assim como de outros atores interessados.

Neste capítulo pretende-se apontar as relações existentes entre as políticas de saneamento básico e as de recursos hídricos, discutir a relevância das Leis 9.433 de 1997 e 11.445 de 2007 – referentes às mencionadas políticas –, e a importância da participação social ou comunitária para a implantação de boas práticas de governança e da gestão descentralizada. Apresenta-se ainda um

modelo de governança e gestão para a melhoria e ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico pela população rural da Amazônia.

O saneamento básico e sua relação com o gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil

Os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos pressupõem a água como bem de domínio público, como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que, em situação de escassez, deve ser usado prioritariamente para o consumo humano e a dessedentação de animais. A gestão dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas, ser descentralizada e promover a participação de órgãos governamentais, dos usuários e da sociedade civil¹.

Essa política visa assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. A adequação de tais padrões relaciona-se diretamente com a diluição do esgoto lançado (um dos tipos de uso dos recursos hídricos). Dentre as diretrizes para implantação dessa política estão: a adequação da gestão dos recursos naturais às diversidades regionais do país; a integração da mesma com a gestão ambiental; a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional; e a articulação dessa gestão com a do uso do solo.

Saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das suas redes urbanas. O abastecimento público de água é constituído por atividades, infraestruturas e instalações que englobam desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de

¹ BRASIL. Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei Nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei Nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

medição. Já o esgotamento sanitário envolve a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no ambiente².

As diretrizes nacionais para o saneamento básico foram estabelecidas pela Lei Nº 11.445 de 2007, destacando-se entre os princípios dos serviços públicos desse setor a adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional e outras políticas setoriais; a utilização de tecnologias adequadas, que levem em conta a capacidade de pagamento dos usuários; os processos decisórios institucionalizados; o controle social e a transparência das ações; e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Tanto a política de recursos hídricos quanto a de saneamento básico mencionam a necessidade de previsão e consideração das diferenças regionais, salientam a relevância da integração de políticas e a importância de boas práticas de governança e de gestão, tais como processos decisórios institucionalizados, divisão clara de responsabilidades entre as instituições, participação ativa e efetiva dos usuários e da sociedade civil.

Os titulares dos serviços públicos de saneamento podem delegar a organização, regulação, fiscalização e a prestação de tais serviços, ficando sob sua responsabilidade a formulação da política correlata com a elaboração do plano de saneamento e o cumprimento das demais exigências dessa política. A prestação de tais serviços por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, exceto quando seja feita por usuários organizados em cooperativas ou associações a partir da autorização do poder

² BRASIL. Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

público, limitando-se a condomínios e localidades de pequeno porte ocupadas predominantemente por população de baixa renda².

A sustentabilidade econômico-financeira dos serviços referentes ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário deve ser alcançada por meio da cobrança de tarifas, que podem ser estabelecidas para cada um desses serviços ou para os dois. Os subsídios tarifários e não tarifários podem ser adotados para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços².

As soluções individuais de abastecimento de água, de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários são admitidas na ausência de rede pública de tais serviços, desde que sejam observadas as normas da entidade reguladora e dos órgãos ambientais, sanitários e de recursos hídricos competentes². Levando-se em conta as precárias condições das pequenas comunidades situadas nas áreas rurais dos municípios da Amazônia brasileira, pode-se considerar que muitas dessas soluções individuais são absolutamente pertinentes.

Dentre os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, ressaltam-se: contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e renda e a inclusão social; priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda; proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, bem como às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados².

É possível apontar relações importantes entre a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Federal de Saneamento Básico ao focar suas diretrizes, princípios e fundamentos. Por exemplo, o uso múltiplo, um dos fundamentos da política de recursos hídricos, inclui a captação de água para abastecimento público e a diluição do esgoto sanitário pelo corpo hídrico receptor como usos possíveis de tais recursos.

Ambas as políticas definem a bacia hidrográfica como a unidade territorial para o planejamento e execução das ações pertinentes a elas, alertam para a necessidade de levar em conta as diversidades e peculiaridades regionais, consideram a integração do gerenciamento dos recursos hídricos com a gestão dos serviços públicos de saneamento básico e com a gestão ambiental, a articulação do planejamento dos recursos naturais com o planejamento dos serviços de saneamento, bem como as necessárias articulações com a gestão do uso do solo, o ordenamento do território, as políticas de desenvolvimento regional, de habitação, de saúde, energia, de transporte, de proteção e defesa civil, entre outras.

As duas políticas dão importância à participação e ao controle social, e propõem uma gestão descentralizada com a composição de representantes do poder público, dos usuários e da sociedade civil, sendo esse um fundamento da política de recursos hídricos. O controle social, a institucionalização dos processos decisórios, e a transparência das ações nos serviços públicos de saneamento básico constituem diretrizes equivalentes da política correspondente.

A prestação dos serviços de saneamento deve observar o plano correspondente e ser compatível com o plano de bacia hidrográfica em que estiver inserido, sendo esse último um instrumento previsto nas políticas dos recursos naturais em pauta². A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, que é outro instrumento previsto na política de recursos hídricos¹.

A Resolução N° 357³, alterada pelas Resoluções CONAMA N° 410 e N° 430, de 2009 e 2011, respectivamente, enfatiza que o padrão de lançamento deve estar

³ Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução N° 357**, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

ligado às condições do esgoto ou efluente e o enquadramento vinculado à qualidade do corpo hídrico receptor, que, por sua vez, deve garantir os usos dos recursos hídricos pelos diversos setores da sociedade, observando-se a hierarquia dos usos múltiplos. Assim, evidencia-se a relação existente entre o enquadramento de corpos hídricos, que é um instrumento previsto na Política de Recursos Hídricos, com as condições do efluente a ser lançado.

As diferenças regionais referentes à participação social, aos avanços na implementação dos instrumentos de planejamento e gestão dos recursos hídricos, e também dos serviços de saneamento básico são notórias e demonstram uma situação preocupante para a região Norte do Brasil (e seus estados amazônicos). São enormes os desafios para introduzir as especificidades amazônicas em modelos de governança e gestão que fortaleçam a participação social e elevem os índices de saneamento básico junto às populações e comunidades rurais, pois suas peculiaridades e as dificuldades levam a uma reflexão sobre a necessidade de se adequarem as estruturas de participação social, de gestão dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento básico para as diversas realidades da Amazônia brasileira, evitando-se a simples replicação de experiências bem ou mal sucedidas das regiões Sudeste e Sul, onde os índices de saneamento básico são maiores.

Supõe-se que o aumento dos índices de saneamento básico na região Norte (em especial nas suas áreas rurais) deva passar por modelos de governança e gestão dos serviços de saneamento mais adequados às especificidades amazônicas, bem como pela inclusão e fortalecimento da participação social e comunitária.

Governança e gestão

Define-se governança das águas como “o conjunto de sistemas políticos, sociais, econômicos e administrativos disponíveis para aproveitar e gerenciar os recursos hídricos e distribuir os serviços hídricos nos distintos níveis da

sociedade”⁴. Na prática, espera-se que tal governança determine quem fica com o que, quando, como e quem tem o direito à água, aos serviços e aos benefícios correlatos, o que pressupõe o reflexo das aspirações da sociedade na tomada de decisões pela administração pública, e não a defesa de interesses específicos de determinados setores⁵.

Muitas vezes se confunde governança da água com gerenciamento de recursos hídricos, o que não é válido, porque são questões independentes no sentido de que os sistemas de gestão eficazes, relativos à boa governança, são destinados a permitir que as ferramentas de gestão sejam práticas⁶.

A governança da água remete a um conjunto de processos e instituições que definem e identificam quais são as metas de gestão a serem perseguidas. Por sua vez, a gestão trata dos mecanismos e medidas utilizadas para atingir as metas traçadas. Assim, a governança da água fornece a estrutura para decidir quais serão as atividades de gestão dos recursos hídricos a serem implementadas, o que leva a mencionar que uma crise de governança hídrica é uma crise das instituições e dos seus processos de tomada de decisão⁶.

O conceito de governança pública baseia-se em uma corrente da teoria da administração pública que procura compatibilizar os critérios de democratização com os de busca por melhores desempenhos das políticas, reconhecendo que o Estado tem o papel de liderar o processo de resolução dos problemas coletivos, mas deve fazê-lo a partir da interação com a sociedade. Trata-se de um conceito essencial para se entender a concepção do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), que engloba cinco dimensões: o ambiente

⁴ GLOBAL WATER PARTNERSHIP. **Dialogue on effective water governance**: learning from the dialogues. GWP. Stockholm, Sweden, 2002. Disponível em: <<http://www.waterinfo.gr/pages/GWPfolderGovernance.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

⁵ ZUFFO, A. C.; ZUFFO, M. S. R. **Gerenciamento de recursos hídricos**: conceituação e contextualização. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

⁶ SANT'ANNA, F. M. Tensões e conflitos na governança dos recursos hídricos amazônicos transfronteiriços. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 132-145, 2012.

institucional; capacidades estatais; instrumentos de gestão do sistema; relações intergovernamentais; e a interação do estado com a sociedade⁷.

A análise da dimensão de governança chamada “ambiente institucional” pode ser feita por meio de dois aspectos: efetividade da legislação e importância do tema na agenda pública. Já a dimensão denominada “interação do estado com a sociedade” pode ser caracterizada por três aspectos: canais, qualificação e descentralização da participação.

Para identificar em que ponto está a política de recursos hídricos nas dimensões em análise, utiliza-se um indicador produzido por WWF Brasil e Fundação Getúlio Vargas (FGV), o qual registra três estágios: básico, intermediário e avançado. Observa-se que as dimensões, aspectos e indicadores propostos, foram pensados para acompanhamento, avaliação e monitoramento da implementação da política e do sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos, entretanto, podem ser adaptados e utilizados com as mesmas funções para análise da política federal de saneamento básico.

Para analisar as dimensões pertinentes ao “ambiente institucional” e à “interação do estado com a sociedade”, coletam-se dados de acordo com o que expõe os Quadros 7.1 e 7.2.

A Comissão Econômica e Social da Ásia e Pacífico das Nações Unidas propõe oito princípios chaves para uma boa governança, entre os quais: participação, estado de direito, transparência, responsabilidade, consenso orientado, equidade e inclusão, efetividade e eficiência, e prestação de contas⁸.

⁷ WWF BRASIL; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Governança dos recursos hídricos:** proposta de indicador para acompanhar sua implementação. São Paulo: WWF Brasil e FGV, 2014.

⁸ ROBLES, G.; FLORIAN, E.; CIFUENTES, M.; LOUMAN, B.; RINGHOLZ, P.; CORNEJO-HÖESL, R. **Gobernanza y gestion forestal con énfasis en REDD+:** manual didáctico para la formación de capacitadores. CATIE y GIZ, 2011.

Quadro 7.1: Indicadores e verificadores para acompanhamento do ambiente institucional. Fonte: adaptado de WWF Brasil e FGV (2014).

Aspectos da Governança	O que pretende verificar	Indicadores	Fontes
Ambiente Institucional	O desenvolvimento e reconhecimento legal de adequações de instrumentos e colegiados de recursos hídricos.	Grau de adequação da lei às diferentes realidades federativas: () Totalmente; () Com adaptações; () Não aplicável.	Regulamentações legais pelo CNRH e CERH.
	Importância do Tema na Agenda Pública	Se o tema água e as diretrizes, metas e recomendações do SINGREH estão sendo incorporados nos debates das políticas de desenvolvimento formuladas ou em formulação.	Grau de inclusão do tema água (diretrizes, metas e recomendações do SINGREH) nos debates das políticas de desenvolvimento.

Quadro 7.2: Indicadores e verificadores para acompanhamento da interação do estado com a sociedade. Fonte: adaptado de WWF Brasil e FGV (2014).

	Aspectos da Governança	O que pretende verificar	Indicadores	Fontes
Interação do Estado com a Sociedade	Qualificação da Participação	Se a informação disponibilizada aos participantes dos colegiados é absorvida de forma satisfatória	O índice de satisfação dos entes de colegiados disponibilizado	Pesquisas de Satisfação
		A existência de campanhas institucionais de formação incentivando a participação no sistema	Quantidade de campanhas veiculadas em meios de comunicação	Pesquisa junto às publicações e aos sítios eletrônicos dos órgãos gestores
		A implementação de projetos, ações, deliberações monitorados e avaliados pelos organismos colegiados	Quantidade de projetos, ações e deliberações implementados e avaliados	

Canais de Participação	Se a participação nos órgãos oficiais do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos é efetiva	Grau de cumprimento das atribuições legais pelos colegiados	Relatórios anuais dos colegiados	
Interação do Estado com a Sociedade	Descentralização da Participação	Expressa o estágio de implementação dos sistemas de gestão de recursos hídricos a partir da constituição e funcionamento dos organismos de base	Número de CBHs criados e em funcionamento	Órgão gestor, conselhos, deliberações ou resoluções
		Expressa o grau de compromisso e comprometimento do órgão gestor com o funcionamento dos comitês	Existência de dotação orçamentária para apoio aos CBHs	Orçamentos do órgão gestor
		Expressa a participação e a representatividade nos processos de gestão	Composição do colegiado que integra o sistema estadual de gerenciamento	Regimento interno do colegiado, resoluções ou deliberações do mesmo, publicação da nomeação de tal colegiado

Expressa o compromisso real com a disseminação de informações, esclarecimentos e notícias que fortaleçam o reconhecimento do sistema pela sociedade.

Existência de ferramenta de comunicação e divulgação, como boletim eletrônico, site e publicações

Entes do sistema

Transparência é condição *sine qua non* para a participação e responsabilização, porque se as pessoas não têm acesso às informações pertinentes às atividades dos órgãos públicos, não serão capazes de avaliar as respectivas prestações de contas ou participar nas tomadas de decisão, ou ainda, dos processos de avaliação e monitoramento.⁶

Há três princípios para pensar a governança visando o desenvolvimento: considerar a forma das instituições e suas funções; considerar a capacitação das instituições e também as assimetrias de poder; considerar o estado de direito e valorizar o papel da legislação¹.

Um aspecto de governança relativo ao “ambiente institucional”⁷ é a efetividade da legislação, também reconhecido como princípio^{8,9}. Percebe-se, tanto nas políticas de recursos hídricos quanto nas de saneamento básico voltadas aos estados amazônicos do Brasil, que praticamente não há adequação da legislação em nível federal frente às diferentes realidades federativas. De fato, há sérias dificuldades no reconhecimento legal de adequações regionais a instrumentos e colegiados de participação e controle social.

A relevância do saneamento básico na agenda pública pode ser visualizada pelo grau de inclusão desse tema nos debates das políticas de desenvolvimento e pelo nível de investimentos em saneamento. Os baixos níveis de investimento indicam que o saneamento básico não está entre as prioridades da agenda pública nos estados amazônicos.

Os três aspectos de governança referentes à interação do estado com a sociedade⁷ são: os canais, a qualificação e a descentralização da participação^{8,9}. O cumprimento das funções institucionais e das respectivas responsabilidades, bem como a participação social e transparência pública também são aspectos de governança.

¹ BANCO MUNDIAL. **Relatório de Desenvolvimento Mundial 2017: governança e a lei.** The World Bank, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/banco-mundial-politicas-publicas-com-participacao-cidada-tem-mais-chance-de-sucesso/>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

O grau de cumprimento das atribuições legais pelos colegiados indica se a participação dos órgãos oficiais do sistema de gerenciamento é efetiva, ou seja, avalia o cumprimento das funções e das responsabilidades em pauta. Já o número de conselhos criados e em funcionamento, a existência de dotação orçamentária para apoio aos conselhos, a composição do conselho que integra o sistema estadual, a existência de ferramenta de comunicação e divulgação – como boletim eletrônico, *site* e publicações – indicam o grau de participação, transparência e prestação de contas.

A composição dos colegiados pertinentes às políticas de recursos hídricos e de saneamento básico nas unidades federativas da Amazônia brasileira evidencia a ausência de organizações da sociedade civil que representam comunidades rurais. O número insignificante de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) nos estados amazônicos cria obstáculos para o reconhecimento legal de adequações e do próprio funcionamento dos mencionados colegiados frente às especificidades e peculiaridades regionais.

Muitas vezes, não existe dotação orçamentária para apoio aos conselhos no âmbito estadual, além disso as organizações comunitárias de base geralmente não possuem condições financeiras e técnicas para participação ativa e efetiva em tais colegiados de participação e controle social.

Portanto, o alcance de melhores índices de saneamento básico, principalmente em comunidades rurais mais afastadas, como no caso amazônico, exige modelos alternativos de governança e gestão em saneamento e recursos hídricos, que incluam princípios de participação, transparência, prestação de contas e definição clara de responsabilidades para aprimorar programas e políticas a partir da promoção da participação comunitária nos estudos e decisões relacionadas às formas de compartilhar responsabilidades visando a implantação da infraestrutura de sistemas de saneamento, operacionalização e manutenção dos mesmos.

Participação social e o envolvimento comunitário em saneamento rural

As políticas públicas com participação cidadã têm mais chance de êxito, ou seja, o nível de participação popular nos processos de formulação e implantação de tais políticas determina seu maior ou menor sucesso. Os atores incluídos à mesa de negociação nesses processos podem determinar o alcance ou não de soluções eficazes pelos formuladores de políticas⁹.

O Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2017⁹ denomina governança como “processos de desenho e implementação de políticas”, atrelando o conceito aos aspectos de como os países ou estados se desenvolvem e como suas instituições funcionam. Inequidades na capacidade dos atores de influenciar decisões levam à adoção de políticas ineficazes ou à implantação sem êxito. Além disso, as evidências empíricas dos países em desenvolvimento demonstram que a participação e o senso de propriedade no desenho das regras elevam o seu cumprimento voluntário⁹.

O comprometimento, a coordenação e a cooperação correspondem às três funções centrais das instituições subjacentes à eficácia das políticas. Na prática, resolver problemas de comprometimento significa ampliar a permanência das políticas ao longo do tempo; solucionar problemas de coordenação consiste em executar ações socialmente desejáveis e pactuadas; e resolver problemas de cooperação pressupõe garantir o cumprimento do acordo por todos os atores que integram as partes do mesmo, inclusive prestadores de serviços públicos⁹.

A relação harmoniosa entre a participação social no desenvolvimento de projetos de abastecimento de água em comunidades rurais, a responsabilidade dos usuários na operação e manutenção dos sistemas correspondentes e a qualidade dos serviços levaram ao sucesso diversos programas na África e na América do Sul. Além disso, programas que incluem sistemas gerenciados pelas próprias comunidades com o apoio limitado do governo são encontrados em diferentes países, como a Colômbia e o Malawi⁶.

A Colômbia é reconhecida por ter o melhor programa de abastecimento de água para comunidades rurais na América Latina, atingindo o equivalente a 80% da sua população rural com acesso à água potável. O programa colombiano, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) daquele país, estimula os sistemas de água geridos pelas comunidades, define claramente as suas responsabilidades e a das comunidades em cada fase do programa, fornece padrões de projeto, material de instrução e assistência técnica para os problemas de manutenção; há também um promotor do INSP que ajuda as comunidades a organizarem sua comissão administrativa do sistema e as auditorias nos livros do comitê⁶.

Com o apoio restrito do poder público as responsabilidades da comunidade local tornam-se mais abrangentes do que a simples recuperação de custos, pois ela participa na concepção do projeto, elege a comissão administrativa, levanta fundos por meio de atividades sociais e fornece material, mão de obra, transporte e dinheiro para a construção, deixando a operação, a manutenção e a regulação do sistema sob responsabilidade dessa comissão⁶.

Portanto, a ausência da participação dos usuários na gestão dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento leva à imposição da vontade das agências que gerenciam tais recursos sobre os próprios usuários, o que, por sua vez, pode gerar omissões por parte dessas agências (por falta de investimentos ou de capacidade técnica), e ainda, em evasão dos usuários de água.

Saneamento de pequenas comunidades na Amazônia brasileira

Sabe-se que há regiões no Brasil em que se vive um grande atraso tecnológico refletindo extrema pobreza rural. Para cada elemento arquitetônico ou de infraestrutura incorporado ao meio há que se maximizar os poucos recursos

disponíveis sem se desprezar (ao contrário, procurando incluir) a cultura da população local, com enfoque no desenvolvimento sustentável¹.

A estreita relação entre a participação das comunidades no desenvolvimento dos projetos, a co-responsabilidade dos usuários e prestadores dos serviços de operação e manutenção, e a melhoria da qualidade de tal serviço tem sido comprovada pelo sucesso de muitos programas de saneamento rural.

A definição das responsabilidades das distintas instituições em um sistema de abastecimento de água é fundamental. Por exemplo, a previsão de tais sistemas via criação de uma estrutura jurídica coerente com o seu desenvolvimento pode ser feita pelo governo, assim como o fornecimento do capital e a construção da infraestrutura por entidades privadas ou grupo de usuários. As comunidades locais ou associações de usuários de água podem operar o sistema e executar o abastecimento, introduzindo incentivos adequados, aprimorando a prestação de contas, elevando a eficiência e diminuindo os encargos financeiros sobre os governos⁶.

A melhoria e ampliação dos serviços de abastecimento de água urbana e rural passa pela definição de responsabilidades e pelo aumento da eficiência do sistema correspondente, e pressupõe o estabelecimento de arranjos institucionais e regulamentares, considerando as dificuldades inerentes devidas à tendência de formação de monopólios na captação, no tratamento e na distribuição de água⁶.

Outros aspectos importantes para a gestão descentralizada vinculam-se à necessidade do governo assumir e desempenhar um papel mais ativo na regulação do setor privado referente à exploração das águas subterrâneas, na adoção de medidas para estimular a concorrência de preços entre os fornecedores privados de água e na organização das Associações de Usuários de Água (AUA)

¹ ARGOLLO FERRÃO, A. M. Arquitetura Rural e o espaço não-urbano. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 89-112, mar. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/233>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

voltadas ao abastecimento, incluindo a prestação de assistência técnica. Destaca-se ainda que o envolvimento comunitário ou dos usuários pode reduzir os custos organizacionais de transação⁶.

Enfim, fica a reflexão a ser propiciada pela seguinte pergunta: esse modelo de governança e gestão é viável para elevar os baixos índices do saneamento rural em pequenas comunidades situadas na Amazônia brasileira? Duas experiências pontuais de saneamento rural nessa região enriquecem a reflexão sobre o tema: o projeto Nossa Água, e o programa Sanear Amazônia.

O projeto Nossa Água foi aprovado em edital do Ministério do Desenvolvimento Social no ano de 2012, executado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) no oeste do Pará, na região da Transamazônica, do Baixo Amazonas e da BR-163. Teve a finalidade de viabilizar o acesso à água potável para famílias de baixa renda e em vulnerabilidade social, via implementação de microssistemas de abastecimento de água em assentamentos. Os resultados obtidos foram: 7 sistemas coletivos construídos nos Projetos de Assentamento Moju I, Moju II e Cristalino II; 85 sistemas “Boca Larga” instalados; 59 poços tubulares rasos implantados; sistema de captação por gravidade; 158 sistemas de abastecimento de água e cerca de 500 famílias atendidas².

O programa Sanear Amazônia foi realizado em comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes, no município de Brasiléia, estado do Acre, pela SOS Amazônia em parceria com o Memorial Chico Mendes e apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O mesmo teve como objetivo levar água de melhor qualidade para o consumo das comunidades extrativistas por meio da disponibilização de tecnologia social, no caso, o sistema de acesso à água pluvial multiuso comunitário e o sistema de acesso à água pluvial multiuso autônomo. O resultado esperado equivalia à captação e reserva

² INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **Vídeo sobre o projeto nossa água**. Brasília: IPAM, 2017. Disponível em: <<http://ipam.org.br/videos/>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

de 50 litros de água de chuva por pessoa diariamente na estação chuvosa e 20 litros na estação seca³.

As experiências apresentadas foram chamadas de pontuais diante da enorme demanda por acesso ao saneamento básico nos estados amazônicos da região Norte do Brasil, problema agravado ao especificar o saneamento rural nessas regiões. Para superar as experiências pontuais e extrapolar a pequena escala, boa governança das políticas de saneamento e gestão adequada dos serviços correlatos são essenciais.

Considerações finais

Certamente, o modelo atual de governança e gestão nos serviços de saneamento básico e gerenciamento de recursos hídricos não estimula avanços significativos nos índices de saneamento rural na Amazônia brasileira, apesar de haver experiências pontuais interessantes em pequena escala.

O modelo de governança e gestão destes serviços de saneamento com participação social e comunitária pode contemplar parte da solução para melhorar os índices mencionados, reduzir a tendência de formação de monopólios naturais na prestação de tais serviços, diminuir o custo organizacional de transação, aprimorar aspectos ligados à saúde pública e fortalecer o gerenciamento dos recursos ambientais.

As organizações da sociedade civil com histórico positivo de atuação e credibilidade junto às pequenas comunidades rurais da Amazônia, com capacidade institucional de gestão e com capacidade técnica no tema, podem exercer papel fundamental na melhoria dos índices de saneamento rural na região por meio da mobilização e articulação dos atores chave em tais comunidades, da organização e realização de processos de formação e

³ ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA. **Sanear Amazônia**: tecnologia social na Resex Chico Mendes. Rio Branco: Associação SOS Amazônia, 2017. Disponível em: <<http://www.sosamazonia.org.br/conteudo/portfolio-item/sanear-amazonia/>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

capacitação nessa temática, do aprimoramento da participação e do controle social das políticas de saneamento, da fiscalização do poder público e promoção da transparência por meio do acompanhamento pertinente à prestação de contas vinculada aos serviços em questão.

Os investimentos em saneamento das pequenas comunidades na Amazônia brasileira podem ser considerados como uma boa estratégia de adaptação climática e promoção de justiça social, por isso, este tema merece maior atenção por parte dos diferentes atores que compõem o SINGREH, e também por parte da comunidade acadêmica e técnico-científica a fim de incrementar os estudos na área visando futuras publicações.

8. Para além do regatão: os condicionantes sociais do acesso dos produtores tradicionais aos diferentes canais de comercialização

**Silvio Eduardo Alvarez Candido
Fernanda Veríssimo Soulé**

Introdução

A comercialização da produção das comunidades tradicionais é uma questão central para o desenvolvimento de projetos voltados à melhoria de suas condições socioeconômicas. Ao contrário do que muitas vezes somos levados a imaginar, a grande maioria das comunidades amazônicas compõem diversos mercados, interagindo com atores integrados aos centros urbanos para a comercialização de seus produtos. É por meio desses intercâmbios que os produtores adquirem recursos financeiros que dão base para seu consumo, e que não são obtidos nas suas atividades produtivas, para a manutenção familiar. É um equívoco imaginar que apenas os excedentes produtivos das comunidades são comercializados nos mercados, tratando-se de uma produção para a “subsistência”. A dinâmica dos mercados pauta decisões dos produtores tradicionais sobre o que e como produzir, o que, evidentemente, não os impede de cultivar e extrair recursos florestais de acordo com suas próprias preferências de consumo.

Comumente, a comercialização da produção local corresponde a um grande desafio para as comunidades, implicando em relações desfavoráveis aos produtores e em uma baixa valorização do seu trabalho. A ciência econômica ortodoxa sugere que essa situação do equilíbrio entre a oferta e a demanda. Haveria, assim, um número relativamente baixo de compradores dos produtos e um alto número de vendedores.

Enquanto essa perspectiva é importante e útil para pensar a posição das comunidades na comercialização dos seus produtos, argumentaremos neste

capítulo que ela é incompleta. Suas limitações decorrem de pressupostos que dão base para a ciência econômica de que a economia pode ser estudada como uma esfera completamente separada de outras esferas sociais. Para romper com esse “economicismo”, recorreremos a um olhar sociológico acerca dos fenômenos econômicos, de uma corrente das ciências sociais contemporânea conhecida como sociologia econômica. Nos basearemos, particularmente, em abordagens que buscam compreender a dinâmica econômica a partir de uma perspectiva política e cultural. Essa perspectiva pode nos ajudar a compreender os desafios comerciais das comunidades tradicionais de forma mais precisa e a propor certas diretrizes para projetos e ações de apoio comunitário.

Os mercados como construções sociais: uma crítica à visão do mercado da economia ortodoxa e a abordagem da sociologia econômica

A ciência econômica teve um papel fundamental na naturalização das concepções modernas de mercado. Como se sabe, durante o que os historiadores convencionaram chamar de idade média, na Europa, os mercadores tendiam a serem vistos com desconfiança pelas elites dominantes e possuíam uma posição social relativamente marginal. Isso estava associado à existência de uma ordem social descentralizada, fortemente enraizada no território, caracterizada pelo que Durkheim denominou de formas de solidariedade mecânicas¹. A desarticulação do poder central do Império Romano dificultou o comércio. Isso porque as estradas se tornaram muito precárias e perigosas, os sistemas de pesos e medidas e os sistemas jurídicos se tornaram muito diversos, o que dificultava a integração comercial das regiões. A igreja católica, uma das poucas instituições centrais remanescentes, também pregava uma moralidade que atravancava os ganhos comerciais, como a defesa do justo-preço e a condenação da usura². De forma mais geral, havia uma cultura religiosa, coletivista, fechada e hierárquica, que

¹ DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. Martins Fontes, 1977.

² HUBERMAN, L. **História da riqueza dos EUA**. Brasiliense, 1978.

condenavam a livre busca pelo auto interesse econômico individualista nos mercados.

Essas formas de enxergar o mundo predominantes foram pouco a pouco perdendo força em um longo processo de transição para o capitalismo. Um primeiro passo foi dado com a retomada do comércio, iniciada com o crescente intercâmbio decorrente das guerras santas e consolidada com a formação dos Estados Nacionais absolutistas e suas políticas mercantilistas. Na sequência, a própria legitimação do empreendedorismo, transformações demográficas e o enriquecimento da “baixa burguesia”, por meio de negócios desenvolvidos fora da esfera das corporações, geraram uma crescente pressão por liberdade econômica e política, culminando nas chamadas revoluções burguesas³. Como apontou Max Weber⁴, reconfigurações das religiões ocidentais foram importantes para a legitimação dessas transformações, impulsionando uma moral econômica mais alinhada com a perseguição de ganhos econômicos.

A ascensão das sociedades modernas também é marcada pela ascensão das representações científicas do mundo, em um processo denominado de secularização⁵. Nenhuma outra disciplina considerada científica teve tanta influência na constituição dos mercados modernos quanto a Economia. Os trabalhos dos economistas clássicos dão base para justificação, de certa forma paradoxal, da busca individualista de ganhos econômicos no mercado como base para o bem comum. Nesse sentido, destaca-se o conhecido *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith⁶, desenvolvido no rastro da fábula precursora de Bernard Mandeville⁷, no qual o autor defende que a divisão do social do trabalho,

³ HUBERMAN (1978).

⁴ WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁵ TAYLOR, C. **A secular age**. Harvard University Press, 2007.

⁶ SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. Nova Cultural, 1988.

⁷ MANDEVILLE, B. **The fable of the bees: or: Private vices, publick benefits**. Liberty Fund, 1988.

a especialização produtiva e o livre comércio e concorrência não seriam bons somente para os empresários, mas para produzir riqueza para a sociedade como um todo. Smith e outros economistas dizem tudo que os burgueses queriam ouvir, e seus trabalhos ao mesmo condicionaram e foram condicionados pelas transformações nas práticas econômicas que vinham acontecendo há tempos, conformando uma poderosa narrativa que baseia o capitalismo.

A consolidação do mercado como uma instituição social, propiciada pelos economistas políticos clássicos, possibilita aos poucos esse mecanismo de coordenação social se torne naturalizado. Com a revolução marginalista e a matematização da economia, liderada por autores com Leon Walras⁸, o mercado passa a ser definido como um mecanismo puramente abstrato de formação de preços com base em pressupostos extremamente simplificados, como o da concorrência e informações perfeitas, o da racionalidade ilimitada e o da ação estritamente auto interessada dos seus agentes. Essas ideias simplistas cientificamente e poderosas politicamente constituíram a base do que é a ciência econômica ortodoxa. Elas se apropriam da legitimidade e da linguagem das ciências exatas para constituir para naturalizar o comportamento auto interessado e racional social nos mercados. Contribuem ainda para legitimar políticas econômicas que impactam negativamente as vidas de milhares de trabalhadores e cidadãos enquanto conservam os privilégios de certos grupos. Elas dão base para a construção da economia como esfera autônoma da vida social, que habitam nossas representações dominantes do que é o comportamento econômico “racional”.

A abordagem utilizada como base para as reflexões sobre a economia ribeirinha neste capítulo opõe-se à visão das vertentes dominantes da ciência econômica hoje e ao totalitarismo dos mercados. Aqui, a economia e os mercados

⁸ WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

serão vistos como construções sociais, históricas, culturais e políticas. Como propõe Bourdieu⁹, a ideia de mercado é, antes de mais nada, um “mito” das sociedades contemporâneas que dá base para acordos sociais mínimos e para relações de dominação. O poder desse conceito está no seu caráter ambíguo e polissêmico, que possibilita que diferentes grupos sociais o apropriem dele no processo de construção de sentidos para as suas práticas. Os diferentes grupos ou classes sociais tendem a se apropriar dessa noção de formas distintas, com os grupos dominantes buscando impor sua compreensão aos dominados.

Nessa visão, considera-se a separação rígida entre os mercados e os Estados como algo artificial. São os Estados modernos que fornecem as bases institucionais para o funcionamento dos mercados, garantindo os direitos de propriedade, as regras de comércio, a regulamentação da competição e da cooperação entre os atores econômico e as formas de governança dos setores econômicos¹⁰. Os Estados necessariamente impõem limites às práticas econômicas, definindo as condições aceitáveis de sua operação em termos, por exemplo, das condições de saúde, segurança, da faixa etária e da remuneração da mão-de-obra e dos impactos ambientais gerados. Eles também financiam os desenvolvimentos científicos e tecnológicos mais arriscados, que depois são apropriados, refinados e combinados pelas empresas para a constituição de produtos e serviços inovadores¹¹.

Na abordagem utilizada no artigo, inspirada nas sociologias econômicas de Bourdieu¹² e Fligstein, reconhece-se a importância e o papel ativo dos indivíduos na configuração da dinâmica econômica. Assume-se, que ao mesmo tempo que os indivíduos são moldados pela sociedade em seus processos de

⁹ BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 15-58, 2005.

¹⁰ FLIGSTEIN, N. **The architecture of markets: An economic sociology of twenty-first-century capitalist societies**. Princeton University Press, 2002.

¹¹ MAZZUCATO, M.O **Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.

¹² BOURDIEU, 2005.

socialização primários e secundários, incorporando certos princípios que dão base para seu comportamento, eles são capazes, em certas condições, de moldar a sociedade. Parte-se ainda de um pressuposto de heterogeneidade entre os atores, assumindo-se que os processos de socialização resultam em trajetórias sociais diferenciadas, que conformam grupos ou classes sociais, com potencial de identificação e de conflito entre si. Essa visão é detalhada nas seções abaixo.

Posições, disposições e conexões econômicas

Na economia assume-se que todos os atores econômicos são plenamente racionais e têm comportamento calculista e auto interessado, partindo-se de um pressuposto de homogeneidade e da existência de certas formas de comportamento que são vistas como naturais ou superiores. Já em nossa abordagem, os atores econômicos são heterogêneos, e suas formas de racionalidade dependem dos grupos sociais dos quais são parte e de suas trajetórias sociais. Assume-se, portanto, que as formas de racionalidade são múltiplas e que não é possível estabelecer a priori as formas como os atores econômicos se comportam ou devem se comportar.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que em sociedades capitalistas a visão da economia não se trata apenas de um equívoco científico e uma abstração excessivamente simplificada da realidade. Ela é tomada pelos atores sociais como um ideal que eles buscam impor a toda a sociedade por meios diversos. Essas formas de imposição, chamadas por Bourdieu¹³ de “violência simbólica”, são realizadas por processo sociais que consideram como irracionais ou equivocadas todas as formas de desvio desse ideal.

Apesar da violência das sanções que são impostas aos desviantes, a lógica do mercado e da busca de ampliação do lucro nunca consegue se impor de maneira absoluta na esfera das ações econômicas. Isso porque ela nunca é

¹³ BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 96, p. 105-115, 2013.

completamente independente das outras esferas de sociabilidade humana, sendo influenciadas por princípios organizadores de outras esferas sociais incorporadas nas formas plurais de racionalidade das pessoas, como as da família, da arte, da ciência, da religião e a dos direitos e deveres coletivos.

Uma forma como os princípios de comportamento no mercado associados à burguesia busca se impor é por meio dos processos de hierarquização dos grupos sociais no campo econômico. Os atores que se comportam de acordo com esses preceitos tendem a ser vistos como superiores aos que não o fazem e a serem excluídos e marginalizados. Adequação das disposições econômicas dos atores ao modelo dominante do campo econômico define, portanto, posições. A imposição dessas hierarquias baseadas na “adaptação” ao modelo é incorporada no senso de posição social dos próprios indivíduos, que passam a se comportar de acordo com os limites do lugar ao qual estão associados. Esses processos de hierarquização têm, portanto, consequências objetivas e subjetivas para as pessoas e grupos sociais.

De forma geral, quando tratamos da comercialização da produção por moradores de comunidades tradicionais da Amazônia, estamos lidando com atores que possuem um grau relativamente baixo de adesão ao modelo de racionalidade econômica dominante, o que faz com seu *status* econômico seja relativamente baixo. Evidentemente, os diferentes grupos sociais, como os ribeirinhos, quilombolas e indígenas e cada comunidade e indivíduos também contam com especificidades em duas disposições, associadas às próprias histórias. Entretanto, é possível identificar traços comuns de sua formação cultural, bem representado pela expressão “populações tradicionais”, que, de uma forma mais geral, os aproxima de outros grupos sociais das classes sociais mais baixas brasileiras^{14, 15}.

¹⁴ SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

¹⁵ SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Editora UFMG, 2012.

Os traços gerais das culturas tradicionais são amplamente documentados pelos estudos antropológicos e podem ser associados ao que Boltanski e Thévenot¹⁶ denominam de mundo “doméstico”. Trata-se de uma instituição na qual as estruturas familiares e de parentesco influenciam fortemente os princípios de orientação social, definindo hierarquias que relativamente rígidas e formas de solidariedade sociais relativamente fechadas, que incitam a desconfiança de quem é “de fora”. Nessas culturas, a própria noção de indivíduo tende a ser limitada pela posição ocupada entre pelas pessoas nas cadeias de dependência pessoal da família e da comunidade. Tende também a haver uma prevalência dos atores masculinos sobre os femininos, o que por vezes implica em estruturas patriarcais.

A ênfase dessas comunidades no passado e na tradição têm implicações para as formas de racionalidade econômica dos atores. Há uma tendência de as relações de troca no mercado serem pautadas por um conjunto de obrigações familiares e sociais, que as regulam informalmente. Essas obrigações geram restrições às ações puramente econômicas e as relações econômicas são submetidas às relações sociais e o cálculo econômico está sempre submetido a outros aspectos da vida social. Um produtor tradicional, por exemplo, comumente prioriza a venda de seu produto para um comerciante não com base apenas no preço que ele paga por seu produto e no cálculo dos seus ganhos, mas no conjunto de relações pessoais, que comumente envolvem confiança e honra.

Outra característica dessas culturas econômicas tradicionais tem a ver com a relação com o tempo e as capacidades de projeção e cálculo abstrato. Estudando a ação econômica na Argélia nos anos 1960, Bourdieu¹⁷ verificou que o “empreendedorismo” demanda uma forte ênfase nas expectativas futuras,

¹⁶ BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On justification: Economies of worth**. Princeton University Press, 2006.

¹⁷ BOURDIEU, P. **Algeria 1960: the disenchantment of the world: the sense of honour: the Kabyle house or the world reversed: essays**. Cambridge University Press, 1979.

envolvendo uma capacidade de pensamento prospectivo, ou seja, de projeção de possibilidades e de cálculo de riscos, relativamente desenvolvida, que não podem ser vistas como dadas ou naturais do ser humano. A própria monetarização da economia induz a uma ênfase temporal no futuro, uma vez que a base de troca é mais abstrata e aberta, abrindo muitas possibilidades de escolha de como gastar o dinheiro, que demandam um senso de planejamento relativamente mais desenvolvido do que nas trocas diretas. Grupos pouco equipados cognitivamente com essas habilidades correm sempre um risco maior de dissipação rápida de patrimônio na economia capitalista, com o próprio uso da moeda podendo demandar um processo de aprendizado longo e difícil.

Essa capacidade é um recurso cognitivo-cultural não homogeneamente distribuído e com que membros de classes sociais mais baixas tendem a estar pouco equipados. A ação econômica tende a ser influenciada pelo passado, considerando o futuro como algo que está “por vir” e não como algo que pode ser influenciado e moldado. A ideia de controlar o futuro é estranha aos atores econômicos tradicionais, invocando uma ambição desmedida e vista como negativa. Há ainda uma adesão a rituais e formas de fazer empiricamente definidas e ritualizadas. Essas formas são transmitidas entre as gerações e chanceladas pela comunidade.

Como outros membros dos grupos sociais marginalizados, muitas das dificuldades centrais dos ribeirinhos estão associadas à aquisição das formas de conhecimento socialmente úteis, o que tem a ver com seu baixo grau de escolarização. Em sua análise dos grupos sociais brasileiros, Jessé Souza mostra que os grupos sociais que ele denomina provocativamente de “ralé” e “batalhadores”, dos quais a maioria dos moradores das comunidades são parte, se caracterizam pela dificuldade de acesso aos conhecimentos e condições emocionais demandadas por sociedades dominadas pelos mercados e pelo Estado. Em seus estudos, o autor mostra que muitos membros dessas classes não adquirem habilidades básicas para exercer as rotinas de trabalho demandadas

pelo mercado formal e a plena cidadania, que são exercidas de maneira pré-reflexiva em pessoas das classes médias e elites, estando incorporadas no que Bourdieu chama de *habitus*. Dentre elas, o autor destaca as capacidades concentração e disciplina em atividades envolvendo aspectos abstratos e de pensamento prospectivo, o que restringem suas possibilidades sociais. Isso, evidentemente, não significa que essas pessoas não tenham outros recursos, mas que eles não têm os recursos aceitos como legítimos.

Ainda que a escolarização seja um aspecto chave no acesso a esses recursos culturais, verifica-se que sua aquisição depende em grande medida dos recursos familiares. De certa forma, é possível afirmar que os indivíduos “herdam” de seus pais e familiares próximos as disposições necessárias para a aquisição do capital cultural¹⁸. A transmissão familiar do “patrimônio cultural” é chave para a reprodução histórica da desigualdade e da manutenção das desvantagens das classes mais baixas, uma vez que é na família que as crianças começam a aprender as formas de conhecimento fundamentais que dão base para o seu sucesso escolar. Em geral, filhos de pais pouco escolarizados têm uma tendência maior de achar que a escola “não é para ele/a” e terem trajetórias de dificuldade e fracasso escolar, havendo uma tendência de reprodução intergeracional de posições sociais.

Juntamente com o acesso a recursos econômicos, o acesso ao capital cultural define, portanto, posições e disposições sociais aos atores, que moldam e são moldadas pelas suas interpretações acerca de si mesmos. Ao contrário do que a economia nos faz pensar, portanto, não são apenas os recursos econômicos que definem a posição das pessoas, mas também o acesso aos recursos culturais, às múltiplas formas de conhecimento modernas. O acesso total dos indivíduos e dos grupos a esses recursos define um “montante total” de recursos e também

¹⁸ BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petropolis: Vozes, 2014.

uma distribuição relativa, com certos atores podem ter uma proporção maior de recursos econômicos ou culturais. Tanto o volume total de recursos, quanto sua composição, definem as posições sociais e a elas estão relacionados certos “estilos de vida”, que configuram grupos sociais com *status* diferenciados¹⁹.

Dentre as diversas implicações sociais existentes, é fundamental notar que essas posições sociais condicionam as possibilidades de ação nos mercados. Em geral, os grupos sociais desafiantes têm mais dificuldades de ter acesso aos circuitos formais da economia e aos mercados de maior reputação. Como muitos estudos já demonstraram, por exemplo, os fragmentos de classe tendem a ter inclusive uma desconfiança em relação a esses segmentos, como mostram os estudos sobre a dificuldade de acesso aos serviços bancários²⁰.

Além dos recursos que influenciam os modos de ser dos grupos sociais, um outro recurso crescentemente importante no contexto das economias contemporâneas é o que Bourdieu chama de capital social²¹. O capital social está associado às redes de contatos com que os atores econômicos são capazes de mobilizar para desenvolver suas ações econômicas. Como bem sabemos, os nossos contatos e redes de indicação são recursos sociais importantes, que contribuir para viabilizar o acesso a ganhos sociais e econômicos. Essa forma de capital não pode ser totalmente separada dos recursos econômicos e culturais, uma vez as nossas conexões em rede têm “peso”. O contato com um ator muito rico e/ou culto tende a ser valioso, abrindo novas possibilidades sociais. O acesso aos outros recursos também pode condicionar as possibilidades concretas de se aproveitar essas conexões.

¹⁹ BOURDIEU, 2013.

²⁰ ABRAMOVAY, R. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2004.

²¹ BOURDIEU, 2005.

Relações de mercado como relações sociais

As relações de mercado podem ser pensadas em termos da relação entre dois campos específicos, que apesar de interdependentes contam com dinâmicas próprias: o dos produtores e o dos compradores. Os campos de produção são o contexto no qual as pessoas e organizações engajadas em oferecer certo produto desenvolvem suas ações e estratégias. Ele é composto por um conjunto de outros produtores que disputam, em maior ou menor grau, o acesso a recursos produtivos escassos e espaços no mercado entre si. Os produtores comportam-se levando uns aos outros em conta, de acordo com uma certa estrutura de concorrência existente. Isso acontece mesmo quando os produtores não têm contato direto entre si, levando em consideração, inclusive, concorrentes “imaginários”²². Ao determinarem seus rumos de ação, portanto, eles consideram e buscam antecipar as ações e reações dos seus concorrentes.

Evidentemente, os produtores também devem levar em conta a dinâmica do campo dos compradores, que tem sua estrutura e sua dinâmica concorrência própria. Diferentemente do que sugerem as vertentes dominantes do pensamento econômico, os compradores não agem considerando apenas o preço, como se ele capturasse todos os aspectos relevantes da dinâmica do mercado, mas também considerando a dinâmica da concorrência no seu próprio campo e sua compreensão da dinâmica do campo dos produtores.

Seguindo mais uma vez Bourdieu²³, é necessário considerar que o campo dos produtores e dos compradores contam com suas próprias estruturas que dão mais ou menos “peso” a certos atores. Cada um deles conta com atores vistos como dominantes e outros vistos como desafiantes. A estrutura específica desses campos é diretamente relacionada e estruturas social mais amplas, com atores de grupos sociais mais bem posicionados tendendo a ocupar as posições

²² BOURDIEU, 2005.

²³ BOURDIEU, 2005.

dominantes nos campos econômicos, o que é fundamental para a reprodução das estruturas sociais. Os atores dominantes contam com maior aporte dos recursos sociais reconhecidos como legítimos e valorizados, o que lhes dá vantagem na concorrência. Eles são capazes de moldar a própria estrutura do jogo econômico de acordo com suas próprias visões e disposições, o que faz com que eles tenham vantagens duráveis e consistentes, que geram facilidades de reproduzir suas posições. Já os atores desafiantes, tendem a ficar desajustados ao jogo pautado pelos dominantes, que parece ser neutro, mas que na verdade, é arbitrário e gera enormes barreiras para eles, tendendo-o a mantê-los marginalizados.

É importante notar ainda como as afinidades estruturais entre os atores dos campos dos produtores e dos compradores tende a influenciar nas dinâmicas do mercado. Os atores ocupando posições semelhantes nos diferentes campos e também nas estruturas sociais, tendem a ser mais próximos socialmente, o que implica em uma maior identificação e facilita relações comerciais. Em geral, quando atores bem ou mal posicionados nas estruturas de concorrência se relacionam entre si, eles tendem a “falar a mesma língua” e pensar de formas similares, o que facilita a efetivação das relações comerciais. Por terem uma concepção similar do preço, de como deve ser a qualidade e a estética do produto, dos compromissos em relação aos tempos e prazos de entrega, dentre outros fatores. Como se sabe há muito tempo no *marketing*, tende a ocorrer, portanto, uma segmentação de mercado que, na verdade, está associada aos atributos e posições sociais dos indivíduos e grupos.

Enfim, como enfatizam Fligstein e McAdam²⁴, é importante compreender que as relações de poder entre os campos da oferta e da demanda também importam. Ainda que na economia tenda-se a enfatizar que o campo dos clientes sempre tenha ascendência sobre o da produção, o que é expresso na máxima “o cliente tem sempre razão”, também é possível que a oferta molde a demanda.

²⁴ FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. **A theory of fields**. Oxford University Press, 2012.

Isso é especialmente relevante e um contexto econômico amplamente dominado por empresas gigantescas, capazes de pautar os hábitos de consumo da população. A avaliação da influência relativa depende dos diversos recursos dominados por cada um desses campos, com os mais poderosos tendendo a dominar os menos.

Nas próximas partes do capítulo, analisaremos algumas implicações da abordagem da sociologia econômica utilizada para a compreensão da dinâmica da comercialização dos produtos de comunidades tradicionais.

A posição das comunidades tradicionais da Amazônia em campos produtivos: os múltiplos campos produtivos de engajamento comunitário

É comum que os produtores de comunidades tradicionais participem em três grandes campos produtivos: o da pesca; o do extrativismo de produtos não madeireiros; e o de produtos agrícolas. As atividades que desenvolvem nessas três esferas são, em geral, complementares e interdependentes na economia das comunidades tradicionais, estando submetidas às dinâmicas dos ciclos ecológicos e às características de cada região, às estratégias familiares e às restrições sociais.

Evidentemente, cada um desses campos pode ser decomposto em subcampos de acordo com diferentes categorias produtivas. O extrativismo, por exemplo, pode ser dividido em produção de castanha, açaí, óleos vegetais, cipós, etc. No subcampo da produção de castanha, seria possível ainda pensar nos produtores de castanha de certas regiões, como por exemplo, os produtores do Brasil e da Bolívia, os produtores de diferentes estados da Amazônia brasileira, ou mesmo os produtores de certas comunidades. Também seria possível subdividir o espaço de acordo com atributos do produto e dos produtores, como os produtores de castanha com ou sem certificação florestal, ou os castanheiros de comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas.

De forma geral, as atividades nas quais as comunidades tradicionais estão envolvidas podem ser divididas em extrativas e agrícolas. As atividades extrativas envolvem o manejo mais ou menos controlado dos recursos naturais, que podem ser divididos em recursos do extrativismo vegetal ou animal. Elas envolvem um baixo grau de controle das atividades produtivas, com a dinâmica da produção estando, de certa forma, inserida e submetida à dinâmica ecológica. Já as atividades agrícolas envolvem um maior grau de controle e intervenção humana no ambiente. Elas tendem a ser mais impactantes do ponto de vista ambiental e são vistas na economia como bases econômicas mais sólidas e modernas para a produção no setor primário, uma vez que possibilitam maior produtividade. Nas últimas décadas, entretanto, houve uma tendência de revalorização das atividades extrativas baseadas no manejo sustentável devido a sua maior compatibilidade com a conservação florestal.

Dentre as atividades de extrativismo animal, a principal é a pesca. Em geral, os atores produtivos de comunidades tradicionais estão inseridos em posições relativamente marginais nesses campos. No caso da pesca, por exemplo, pode-se considerar o campo está dividido em dois grandes subcampos, o da pesca industrial e o da pesca artesanal. A pesca comercial é realizada com apoio de tecnologias tidas geralmente como mais avançadas, que possibilitam uma maior produtividade e lucratividade, como embarcações de maior porte e incorporação de tecnologias relativamente avançadas. Ela tende a ser explorada por empresas maiores e incorporar conhecimentos técnicos considerados “modernos”. Já a pesca artesanal, o polo desafiante do campo, ocorre em escala relativamente baixa, envolvendo pescadores que se organizam com base em relações de parentesco, compadrio e parceria e que usam apetrechos relativamente simples e baseiam a atividade em conhecimentos tradicionais. A organização desses subcampos tende a ser mediada por unidades de governança, dentre as quais destacam-se os sindicatos e associações de pescadores de todo o país, que falam em nome de todos. Como a pescaria artesanal é uma atividade

muito dispersa e na qual os atores contam com menos recursos, tende a haver uma certa dificuldade maior de os pescadores se organizarem. A pesca está submetida a um conjunto de regulações nas diversas instâncias estatais, que restringem a atividade e os apetrechos que podem ser utilizados. A legislação define ainda que a pesca deve ser realizada apenas para consumo nos períodos de desova, compensando os pescadores registrados com o pagamento do seguro defeso. Também foi instituída recentemente uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

A Aquicultura corresponde a uma espécie de atividade agrícola, que tem ganhado importância nos últimos anos sobretudo em um contexto de redução dos estoques pesqueiros. No contexto Amazônico, destaca-se a piscicultura, na qual são criadas diversas espécies de peixes, havendo algumas iniciativas de implementação de projetos em comunidades tradicionais. A aquicultura representa uma proposta de “modernização” da atividade pesqueira, ampliando o controle do homem sobre ela e também sua produtividade.

Na arena do extrativismo vegetal, destacam-se o extrativismo de produtos florestais não madeireiros. Trata-se também de uma atividade considerada muito marginalizada dentro do campo econômico, por ser considerada pouco eficiente, quando comparada à agricultura, e por lidar com produtos de baixo valor, quando comparado, por exemplo, como a extração madeireira. Entretanto, nas últimas décadas, por conta da ascensão da questão socioambiental, essa atividade tem sido revalorizada e seu fortalecimento apontado como uma forma de valorizar a floresta “em pé” e melhorar a qualidade de vida das comunidades²⁵. O extrativismo de não madeireiros envolve uma imensa diversidade de produtos, como frutas, castanhas, cipós, raízes, sementes, óleos, seivas, cascas e palhas dispersos em amplas áreas florestais, que têm sido historicamente

²⁵ RÊGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. *Ciência hoje*, v. 25, n. 146, 62-65, 1999.

manejadas por comunidades. Trata-se, portanto, de um campo pouco organizado, com uma estrutura de poder e uma produção muito dispersa. Nos últimos anos, projetos de organizações com atuação socioambiental têm buscado fortalecer o campo. O Estado também tem atuado nesse sentido por meio de políticas públicas de valorização dos produtos da “sociobiodiversidade”²⁶.

Alguns dos produtos Amazônicos, como a castanha da Amazônia, o açaí, o óleo de copaíba, o babaçu, têm passado por um aumento significativo da demanda, por conta de diversos fatores, dentre os quais a valorização dos produtos naturais. Esse aumento atrai a atenção de atores econômicos de fora das comunidades ribeirinhas, podendo gerar novos entrantes nesses ramos de atividades. Uma barreira fundamental a esses entrantes do campo produtivo é sempre o acesso aos recursos florestais, que envolvem a proximidade com amplas áreas de vegetação e conhecimentos sobre como manejá-la que são possuídos tradicionalmente pelas comunidades. Além disso, muitos entrantes com mentalidade mais orientada ao mercado, tendem a converter a produção desses produtos para bases agrícolas, buscando ampliar a eficiência e os ganhos. Isso é possível apenas para alguns produtos, como certas frutas. Na produção de açaí, por exemplo, essa invasão provocou a estruturação de grandes plantações, o que ocasionou o desmatamento de áreas florestais, sobretudo no estado do Pará²⁷. Outras formas de ampliar a produtividade das áreas, que tem sido utilizada por produtores mais voltados a práticas sustentáveis e também em

²⁶ STRAATMANN, J. **Redes voltadas para produtos florestais não madeireiros**: análise da influência de redes de cooperação nas cadeias de valor da Terra do meio no Pará. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

²⁷ WEINSTEIN, S.; MOEGENBURG, S. Acai palm management in the Amazon Estuary: Course for conservation or passage to plantations? **Conservation and Society**, v. 2, n. 2, 315, 2004.

projetos comunitários, são o adensamento de certas espécies em áreas florestais²⁸ e a implementação de sistemas agroflorestais²⁹.

Enfim, no campo da agricultura os produtores são parte do polo desafiante. Como sabemos, o agronegócio é um setor muito poderoso tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político, constituindo o polo dominante. Em geral, os produtores do agronegócio estão em propriedades maiores, com grau variável de mecanização e de racionalização da produção por meio da incorporação das tecnologias da “revolução verde”, e seus produtos são voltados sobretudo para a exportação. Os produtores das comunidades são parte do que se convencionou chamar de agricultura familiar, que se concentra em pequenas propriedades, voltadas à produção de alimentos para os mercados locais e regionais. A estrutura de dominação do campo de agricultura se assenta em uma estrutura agrária profundamente desigual. Trata-se também de um campo bastante estruturado, no quais as disputas políticas, visíveis sobretudo nos embates entre as estruturas de representação do agronegócio e os movimentos sociais do campo, são latentes e explícitas³⁰. Enquanto o apoio do Estado brasileiro historicamente se concentra no agronegócio, nas últimas décadas diversas políticas têm sido estruturadas para apoiar os produtores familiares³¹.

Os capitais dos produtores tradicionais

A breve apresentação dos campos acima possibilita compreender que os produtores de comunidades tradicionais ou estão em posições subordinadas nos

²⁸ FURLAN, S. A. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária (São Paulo. Online)**, v. 3, p. 3-15, 2015.

²⁹ SANTOS, M. J. C.; PAIVA, S. N. Os sistemas agroflorestais como alternativa econômica em pequenas propriedades rurais: estudo de caso. **Ciência Florestal**, v. 12, n. 1, p. 135-141, 2005.

³⁰ SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. **Texto para discussão Embrapa**. Brasília, DF, 2008.

³¹ MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Site institucional**. Brasília, DF, 2017. Acesso em novembro de 2017.

campos em que estão inseridos ou compõem campos com posição global muito frágil no espaço econômico como um todo e pouco politicamente organizados, como é o caso do extrativismo. Essas posições são semelhantes, ou, de forma mais precisa, homólogas, com a posição que ocupam na estrutura social brasileira.

É evidente que esses pequenos produtores têm acesso muito precário a recursos financeiros. Por vezes, sua atuação se dá em áreas pequenas e com domínio precário, muitas vezes, ocupadas. Isso restringe o seu acesso ao crédito, à capital de giro e a outras formas de financiar o processo produtivo. Sem recursos, eles também contam com pouco acesso a equipamentos que facilitem seu trabalho e ampliem sua produtividade.

A falta de acesso ao capital econômico é, sem dúvida, importante, mas ela tem condicionantes culturais mais profundos e difíceis de compreender, que fogem ao nosso “senso comum”. Trata-se da sua posse de um conjunto de disposições culturais que são inconsistentes com as formas de comportamento que os jogos econômicos mais importantes nos impõem. Isso faz com que eles permaneçam em um circuito de relações econômicas marginais, o que contribui para a reprodução de sua condição social.

São diversas os recursos culturais escolares fundamentais para uma administração de sua produção “eficaz” faltantes à maioria dos produtores ribeirinhos. O baixo grau de escolarização dos pais e o acesso precário às instituições de ensino, fazem com que a escolaridade média dos produtores seja muito baixa. Assim, boa parte desses trabalhadores contam com habilidades de leitura e escrita bastante precárias, o que é um empecilho grave para o acesso aos mercados formais. Suas habilidades de cálculo matemático são desenvolvidas para pequenos cálculos, feitos de cabeça, mas há poucos que conseguem lidar com cálculos mais complexos.

Aliás, sua bagagem de conhecimento é essencialmente prática, possuindo fortes bases empíricas e sendo transmitido por meio de relações familiares e de criação de laços afetivos com a profissão dos pais e disposições para que eles

lidem com o trabalho duro na floresta³². Por isso, produtores que vêm de famílias menos estruturadas e, por vezes, mono parentais, tendem a ter mais dificuldades de inserção produtiva. Isso porque, para os membros das classes mais baixas do capitalismo brasileiro, a herança dos conhecimentos práticos familiares é tudo ou quase tudo o que têm de disponível como recurso de sobrevivência, sendo um aspecto importante para compreender as hierarquias internas que surgem entre os produtores. No caso dos produtores das comunidades tradicionais, esses conhecimentos referem-se às diversas atividades produtivas nos quais cada família se engaja. Deve-se aprender na lida as formas de cultivo da agricultura e desenvolver-se um profundo conhecimento do território e da floresta, seus rios, matas e espécies^{33, 34}, para que a pesca e o extrativismo sejam uma opção viável de renda. Além dos conhecimentos sobre as técnicas produtivas, os produtores desenvolvem ainda suas próprias abordagens empíricas de administração da produção.

Em muitas comunidades, há uma enorme dificuldade de transmissão dos conhecimentos práticos associados à produção dos mais velhos para os mais novos. Isso porque os filhos dos produtores têm perdido interesse nas atividades produtivas, o que pode ser associado à sua percepção acerca do baixo *status* social associado a essas atividades. Esse processo, evidentemente, está associado a uma desvalorização do meio de vida na floresta pelos jovens de muitas comunidades, que se lançam à vida nas cidades sem muitos recursos, o que faz com que ocupem posições precárias nos mercados de trabalho urbanos, ficando submetidos às

³² SOUZA, J. A **ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

³³ CANDIDO, S. E. A. **Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta**: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

³⁴ SANTOS, R. R. **O extrativismo de castanha-do-Brasil *Bertholletia excelsa* (Humbl. & Bonpl.) no rio Madeira, Rondônia**: bases para uma gestão ambiental participativa. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

novas dinâmicas de acumulação por meio da precarização do trabalho do capitalismo contemporâneo.

Outro capital importante e que da base para a ação nos mercados pelos produtores tradicionais é o capital social. Aqui, novamente, esses produtores encontram-se em uma posição pouco privilegiada. O relativo isolamento territorial das comunidades, as dificuldades de transporte e comunicação que seus moradores vivenciam e as diferenças culturais e de estilo de vida em relação à população urbana, dificultam o estabelecimento de laços com atores dos mercados, o que implica em um capital social baixo. Como ocorre em muitas regiões rurais, o acesso aos mercados por esses produtores ao mercado se dá por meio de intermediários bem posicionados na cadeia de comercialização, que contam com alto poder de barganha.

Os espaços de demanda dos produtos da floresta: os canais tradicionais dos intermediários locais

A comercialização da produção das comunidades ribeirinhas pode ser dar por meio de vários canais distintos. Em todos os casos, os preços pagos pelos produtos variam com a dinâmica da oferta e da demanda. Nos casos em que a produção comunitária é sazonal, os preços tendem a ser maiores no início e no final das safras dos produtos comunitários, quando poucos produtores estão engajados na colheita, extração ou pesca. Assim, o pico da safra tende a ser o momento mais desvantajoso em termos de preço. Os preços dos produtos estocáveis tendem ainda a disparar nos períodos de entressafra, quando há uma oferta muito baixa.

A comercialização dos produtos das comunidades se dá comumente por uma cadeia de intermediários, que contam com meios para viabilizar vendas e organizar a logística de entrega aos centros urbanos e do mercado local para o regional e nacional. Esses “atravessadores” tendem a ser vistos como “vilões”,

por concentrarem ganhos da cadeia a partir de atividades não produtivas^{35, 36}. Esses ganhos desproporcionais decorrem do alto poder de barganha que possuem em relação aos produtores, o que uma está associado a uma estrutura dispersa do campo da oferta, com muitos pequenos produtores comunitários negociando produtos pouco diferenciados, e concentrada de demanda, com poucos intermediários com recursos para comprar a produção obtendo ganhos de escala no seu transporte para os centros urbanos.

Os compradores dos produtos nas comunidades podem ser pessoas de dentro ou de fora da própria comunidade, mas sempre possuem uma relação próxima, que envolve vínculos de reciprocidade com os produtores. Os intermediários das comunidades são comumente de famílias tradicionais de comerciantes locais relativamente privilegiadas do ponto de vista econômico. Os intermediários de fora atuam nas poucas embarcações que realizam o transporte fluvial entre trechos de rios amazônicos nos quais as comunidades se concentram e os centros urbanos. Os “regatões” aproveitam suas viagens para transportar passageiros e mercadorias de e para as comunidades, explorando economias de escala e de escopo.

Em geral, os barqueiros possuem vínculos próximos com as comunidades e com seus produtores. Muitos deles são “filhos da região” por onde navegam. Como eles se utilizam de navegações de madeira e com poucos recursos tecnológicos, a navegação é muito baseada no seu conhecimento prático e tradicional sobre o rio. Já os intermediários que moram na comunidade, podem ser de famílias tradicionais locais, atuando com base na sua reputação como comerciantes, ou de atores que decidem se arriscar nas atividades comerciais. Em

³⁵ GET – Global Engineering Teams. **Project Report:** Commercialization of Non Timber Forest Products. Berlin, Germany, 2007.

³⁶ CANDIDO, S. E. A. **Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta:** construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

todos os casos, esses atores comerciais têm forte presença local, “falando a língua dos produtores” e tendendo a estabelecer vínculos paternalistas com os produtores, oferecendo suporte a eles nos momentos em que precisam, por meio de empréstimos, de vendas fiadas, de apoio logístico, dentre outras formas. Por conta disso, é comum que os produtores tenham grande respeito e confiança nos comerciantes, mantendo-se fiéis a eles.

Os intermediários possuem acesso a recursos socioeconômicos escassos que constituem a base para que eles reproduzam suas posições. Em termos dos grupos sociais brasileiros descritos por Souza^{37, 38}, eles podem ser vistos como “batalhadores”, um grupo que tem um acesso mais alto a capital econômico, mas que ainda não tem acesso às formas de conhecimento formais consagradas pela sociedade moderna. Sua atuação se dá sempre com base em algum excedente econômico, que é mais ou menos herdado das gerações anteriores, de acordo com quão antiga for sua atuação do mercado, ou mesmo em ganhos obtidos em outras atividades fora ou dentro da comunidade. Esse excedente possibilita que eles comprem e transportem para a cidade a produção de vários produtores individuais, lidando com volumes maiores dos produtos, o que permite acesso a compradores maiores dos centros urbanos.

É fundamental também reconhecer outros recursos sociais que, ainda que tenham pouco valor global nas sociedades modernas, são fundamentais para a sua atuação. O primeiro deles tem a ver com o seu conhecimento prático acerca dos processos logísticos envolvidos no transporte e estocagem adequada dos diferentes produtos. O próprio conhecimento prático dos barqueiros acerca da dinâmica do rio e da geografia regional constitui-se uma importante barreira a entrada para concorrentes. Outro conhecimento fundamental dos intermediários é o conhecimento em relação às especificidades das demandas de seus

³⁷ SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

³⁸ SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Editora UFMG, 2012.

compradores, bem como o conhecimento básico do seu linguajar e dos jargões com base nos quais os negócios são feitos. Por fim, as próprias conexões com compradores são um recurso fundamental, que é acumulado pelos intermediários e que dá base para seu negócio. Por vezes, os intermediários que trazem os produtos das comunidades têm dificuldade de acessar compradores, o que faz com que vendam sua produção para outros intermediários que atuam nos portos urbanos. Esses outros intermediários também contam com um acesso maior a certos recursos úteis no meio urbano, como meios de transporte terrestres para os processadores locais e regionais.

Compradores dos centros urbanos locais e regionais

Outro conjunto de demandantes dos produtos das comunidades que pode ser distinguido e caracterizado são compradores envolvidos em negócios maiores, que comumente se relacionam comercialmente com os pequenos intermediários anteriormente analisados. Esses atores têm um grau de inserção relativamente baixo no ambiente rural amazônico, mas se dedicam à produção e/ou à comercialização de produtos comunitários. Tratam-se comumente de empresas industriais regionais ou de atacadistas ou varejistas de médio ou grande porte. Tratam-se, tipicamente, de negócios de famílias dos polos desafiantes ou dominantes da classe média, que conquistaram ou estão a caminho de conquistar um acesso consistente, transmitido entre as suas gerações, à capital cultural e a instrumentos de conhecimento considerados “modernos” obtidos por meio do ensino superior. Em virtude disso, eles tendem a ter um *status* social superior em relação aos intermediários menores e aos produtores das comunidades, a quem tratam comumente como pessoas simples, que tendem a considerar precárias.

Esses compradores tendem a ter dificuldade para desenvolver relações duradouras e estáveis com seus fornecedores, o que pode implicar comumente em dificuldade de abastecimento de certos produtos obtidos das comunidades.

Uma reclamação constante e compreensível a partir dessa ótica das distinções sociais desses compradores é a de que os intermediários são pouco “fiéis”, sendo capazes de te “deixar na mão” por alguns centavos a mais oferecidos por outro comprador. Eles têm, portanto, uma dificuldade grande de controlar e estabilizar a demanda, o que está associado à sua dispersão, mas também às dificuldades de identificação e do estabelecimento de relações de confiança e parceria com os seus fornecedores, que são membros de classes sociais mais baixas. É comum ainda que esses compradores cheguem a ter uma imagem estigmatizada das comunidades tradicionais.

Dentre esses compradores, podemos destacar algumas categorias de atores comerciais significativas. Uma primeira são os pequenos e médios empreendimentos industriais regionais. Eles podem ser fábricas de sorvete, de polpas de frutas, de geleias, de processamento de castanha e outros produtos da floresta, dentre outras empresas e cooperativas que vendem seus produtos no mercado regional e, algumas vezes, no mercado nacional. Eles lidam com volumes relativamente altos de produção, considerando o contexto das comunidades e, por realizarem o processamento dos produtos, podem ter margens melhores e certo espaço para negociar a produção com comunidades, dependendo da realidade e da competitividade do mercado final em que atuam. É comum, entretanto, que seus proprietários tenham pouca sensibilidade para as questões socioambientais, enfatizando muito os negócios e seus resultados materiais.

Destacam-se ainda atacadistas de médio e grande porte que, em geral, atuam como intermediários dos mercados regionais, nacional e, em alguns casos, internacional. Esses também lidam com volumes relativamente altos de produção, mas tendem a ter menos flexibilidade para negociação de margens, uma vez que seus clientes são grandes atacadistas e varejistas de outras regiões do país com elevado poder de barganha. A negociação com esses é facilitada nos casos de produtos menos perecíveis, como óleos e castanhas, uma vez que, além

de suportar o transporte das comunidades para a cidade, os produtos precisam ainda suportar outros longos trechos de transporte terrestre e, algumas vezes, fluvial.

Os varejistas locais são outro espaço de demanda significativo. Eles tendem a lidar com pedidos menores e demandar regularidade e estabilidade na entrega de seus fornecedores, o que favorece o estabelecimento de relações de parceria. Esses atores também tendem a demandar produtos diferenciados voltados a atender segmentos mais elitizados, como produtos orgânicos, manejados de forma sustentável e também produtos pré-processados e embalados de forma diferenciada. Eles contam com margens maiores, o que pode propiciar condições mais vantajosas para os comunitários. A instituição desses arranjos não depende apenas da atitude auto interessada dos atores econômicos, havendo resistências decorrentes das distinções culturais entre os produtores tradicionais e os comerciantes urbanos.

A ascensão da demanda moralizada por produtos da floresta

Nas últimas décadas, os efeitos progressivos do processo de redemocratização da sociedade brasileira e a ascensão do ambientalismo têm alterado o *status* social das comunidades tradicionais amazônicas, abrindo-lhes novas oportunidades políticas³⁹. Dentre as transformações vivenciadas, destaca-se um processo de revalorização de algumas das práticas de manejo e cultivo tradicionais, baseadas no seu conhecimento empírico dos processos ecológicos da floresta. O fortalecimento dessas comunidades e de suas práticas produtivas seriam uma alternativa para conciliar a melhoria de suas condições socioeconômicas e a conservação da Amazônia, constituindo-se como um modelo desafiante às propostas de “desenvolver” a região com base no agronegócio.

³⁹ CUNHA, M. C. D., ALMEIDA, M. W. Indigenous people, traditional people, and conservation in the Amazon. *Daedalus*, v. 129, n. 2, p. 315-338, 2000.

Essas transformações culturais têm feito com que empresas industriais bem posicionadas no campo econômico busquem se relacionar comercialmente com comunidades. Tratam-se de empresas de setores como o de cosméticos (como a Natura), o alimentício (como a Wickbold), de óleos vegetais (como a Beraca) e de borracha (como a Mercur), que pautam suas estratégias no desenvolvimento de produtos com apelos sustentáveis⁴⁰. Como parte dessas propostas, essas empresas se dispõem a realizar parcerias comerciais com produtores de comunidades, comprometendo-se, pelo menos a princípio, com a promoção de melhorias de suas condições socioeconômicas e com a conservação dos recursos florestais de suas regiões⁴¹.

Evidentemente, as relações entre essas grandes empresas com pequenas comunidades são bastante assimétricas, envolvendo enormes diferenças culturais implicitamente hierárquicas. Para que essa aproximação seja viável, é comum que as empresas contratem profissionais com formação socioambiental, que operam como mediadores ou “tradutores” das relações entre a empresa e os produtores. Em outros casos, o estabelecimento dessas parcerias é mediado por organizações socioambientalistas, que atuam na governança das transações, buscando manter relações comerciais justas⁴². Em alguns casos, essas organizações são certificadoras de Comércio Justo. Evidentemente, as empresas possuem uma demanda bastante elevada, precisando investir na constituição de uma rede ampla de fornecimento por comunidades. Por vezes, o estabelecimento do contato direto com as comunidades é também uma tática para reduzir a

⁴⁰ STRAATMANN, J. **Redes voltadas para produtos florestais não madeireiros**: análise da influência de redes de cooperação nas cadeias de valor da Terra do meio no Pará. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

⁴¹ MORSELLO, C. Company–community non-timber forest product deals in the Brazilian Amazon: A review of opportunities and problems. **Forest Policy and Economics**, v. 8, n. 4, 485-494, 2006.

⁴² STRAATMANN, J. **Redes voltadas para produtos florestais não madeireiros**: análise da influência de redes de cooperação nas cadeias de valor da Terra do meio no Pará. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

dependência em relação aos grandes intermediários, que comumente são vistos pelas empresas como atores que têm dificuldade de estabelecer relações duradouras e estáveis.

Outros canais de comercialização que se abriram para as comunidades estão relacionados com as políticas públicas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar⁴³, por meio dos quais os governos têm sido forçados a priorizar a compra de produtos agroextrativistas de agricultores familiares e produtores tradicionais. Destaca-se a possibilidade fornecimento de alimentos frescos para as próprias escolas das comunidades, o que constitui uma forma de garantir a segurança alimentar local. Ainda que a execução do programa possa envolver relações entre atores das próprias comunidades, ele envolve práticas formalizadas constituintes da administração pública, com as quais muitos produtores têm dificuldade de lidar. Isso, evidentemente, decorre das dificuldades como acesso mínimo à capital cultural, que por vezes impedem que os produtores tradicionais se engajem para superar a burocracia envolvida no acesso ao programa. O programa pode, ainda, demandar uma capacidade de planejamento que por vezes eles têm dificuldade de lidar.

Apoio à comercialização de produtos comunitários

Após esboçar um diagnóstico teoricamente informado das características básicas dos campos da produção nas comunidades tradicionais e dos espaços de demanda desses produtos, buscamos agora refletir sobre barreiras para que as comunidades acessem certos canais de comercialização e sobre estratégias a serem adotadas em projetos socioeconômicos desenvolvidos por apoiadores para superá-las.

Como vimos, o comportamento e as possibilidades econômicas dos produtores tradicionais estão fortemente vinculados às suas próprias trajetórias

⁴³ MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Site institucional**. Brasília, DF, 2017. Acesso em novembro de 2017.

sociais e à sua posição no espaço social brasileiro. Os produtores são parte de grupos sociais dominados, contando com disposições e recursos culturais pouco reconhecidos e de baixo *status* no campo econômico. Tratam-se de disposições tradicionais, ou domésticas, com forte ênfase empiristas, adquiridas sobretudo pela herança cultural familiar. Essas disposições aproximam os produtores atores do mercado com posições sociais similares e os distanciam de atores melhor posicionados socialmente.

Os laços sociais estabelecidos entre produtores e os comerciantes da comunidade ou dos regatões que as acessam são enormemente facilitados pela proximidade social que esses atores têm com os produtores. Tratam-se de pessoas que “falam a mesma língua”, que comumente conhecem uns aos outros e que também constroem uma visão sobre suas reputações com base em um histórico de interações sociais, o que é muito importante mediante os valores e estilos predominantes nas comunidades da Amazônia. O estabelecimento de relações comerciais com os intermediários locais é, evidentemente, conveniente do ponto de vista logístico, uma vez que o produtor não precisa se deslocar até a cidade para vender seu produto. Esses pequenos comerciantes se dispõem ainda a negociar volumes relativamente baixos produzidos pelas famílias e tende a ser permissivo em relação à qualidade do produto. A proximidade cultural entre ofertantes e demandantes, tende ainda a gerar transações estáveis e para as quais os produtores estão bem “equipados”.

Entretanto, ao se restringirem a acessar esses canais de comercialização, os produtores tendem a reproduzir suas posições sociais globais. Como se sabe, as práticas tradicionais de comércio tendem a ser desvantajosas para os produtores economicamente, visto que eles contam com pouco poder de barganha nas negociações com os atravessadores. No gráfico abaixo, apresentamos resultados de pesquisa de mercado acerca dos valores pagos pelo quilo da castanha da

Amazônica em diferentes canais de comercialização⁴⁴. Verifica-se que o acesso a espaços mais elitizados possibilita uma ampliação significativa do valor pago, que na maioria dos casos compensa aumentos de custo.

Essa consequência econômica é facilmente reconhecida com base em nosso “senso comum”. Entretanto, o que temos menos facilidade de compreender é que ao se manter confinado às relações com os intermediários locais, os produtores restringem também seu processo de aprendizado com outros atores do mercado, algo que pode contribuir para a ampliação de seu repertório cultural e criar bases para melhorias de suas posições no médio e longo prazo.

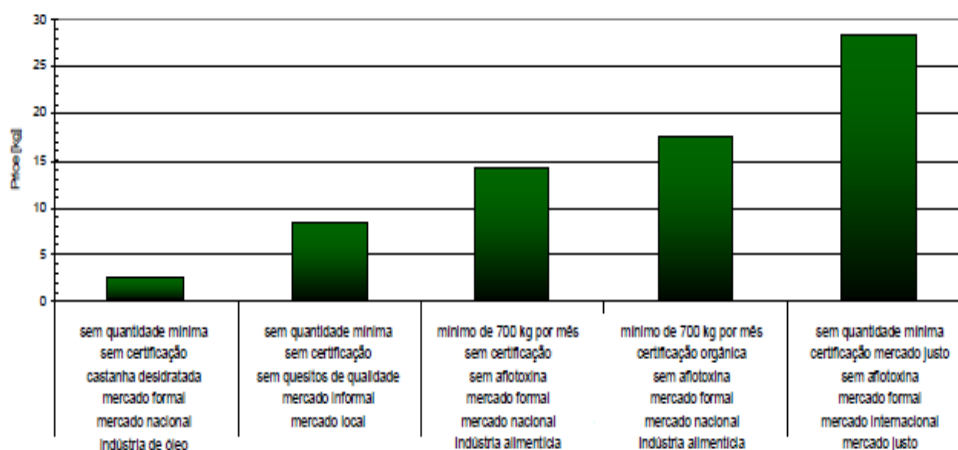


Figura 8.1: Variação do preço pago pela castanha com casca e requisitos nos diversos canais de comercialização. Fonte: GET (2007)⁴⁵.

Evidentemente, o estabelecimento de vínculos comerciais entre os produtores e segmentos de mercados mais elitizados não é trivial. O distanciamento cultural e simbólico entre esses atores tende a gerar desconfiças mútuas e também dificuldades de comunicação e entendimento mútuo. Em geral, os compradores maiores tendem a gerenciar suas transações com base em lógicas mais técnicas ou de mercado, enquanto os produtores tendem a enfatizar sua própria experiência e ter uma abordagem mais baseada

⁴⁴ GET – Global Engineering Teams. Project Report: **Commercialization of Non Timber Forest Products**. Berlin, Germany, 2007.

⁴⁵ GET – Global Engineering Teams. Project Report: **Commercialization of Non Timber Forest Products**. Berlin, Germany, 2007.

em costumes e conhecimentos próprios. Os produtores tendem, assim, a ter dificuldade de lidar com procedimentos burocráticos envolvidos das transações desse mercado formal. Podem também ter dificuldades para atender às demandas de qualidade exigidas por esses segmentos, bem como ajustar suas atividades a tempos e prazos mais bem definidos que esses demandantes podem ter. Do ponto de vista econômico, os volumes demandados nos segmentos melhor posicionados tendem a ser muito maiores, o que por vezes inviabiliza que um produtor de atendê-los isoladamente.

Empresas “socioambientalmente responsáveis” e que demonstram maior compromisso com a melhoria da qualidade de vida das comunidades tendem a compreender melhor as “precariedades” dos produtores e ter maior abertura para lidar com elas. Entretanto, essa abertura tem seus limites, uma vez que elas buscam conciliar esse apoio com a busca de ganhos econômicos. De forma similar, os técnicos e administradores das políticas públicas que instituem mercados institucionais também possuem uma disposição restrita para operacionalizar o apoio aos produtores.

Projetos e estratégias que visem a melhoria das condições de comercialização das comunidades por meio do acesso devem ser embasadas em uma compreensão consistente não apenas das restrições materiais, mas também das restrições simbólicas envolvidas na criação de laços comerciais “contra intuitivos”. Essas ações podem lidar com questões contornáveis no longo, médio e no curto prazo para gerar soluções consistentes e capazes de sustentar no tempo.

Uma questão fundamental a ser tratada é a superação de barreiras à aquisição de capital cultural pelas famílias dos produtores. Trata-se de um enorme desafio, ainda mais considerando o contexto da educação nas áreas rurais da Amazônia. Entretanto, é o acesso consistente entre as gerações ao ensino escolar e à educação superior que caracteriza os estratos sociais médios no capitalismo brasileiro contemporâneo, devendo-se construir estratégias para

romper as fronteiras sociais invisíveis que fazem com que os membros dessas famílias considerem que estudar “não é para eles”. É fundamental que os produtores tenham acesso à conhecimentos formais básicos, o que pode se dar por meio da educação de jovens e adultos. Parece-nos prioritárias, ainda, estratégias que favoreçam que os filhos dos produtores comprometidos em permanecer na comunidade e se engajar em atividades produtivas tenham seu acesso facilitado a oportunidades de aprendizagem técnica e superior. As políticas de ampliação de vagas no ensino técnico e superior, a instituição de cotas em instituições públicas e de programas de ampliação do crédito estudantil para instituições de ensino superior privadas e a proliferação dos cursos a distância favorecem esse acesso ao capital cultural. Esses processos de aquisição de conhecimento técnico e gerencial deve se dar em diálogo com os conhecimentos tradicionais, conforme preconiza a educação popular, de forma a alavancar práticas produtivas sustentáveis, propiciar o acesso à certos mercados e melhorar a organização dos produtores e as condições de trabalho na floresta⁴⁶.

Além das ações de formação, iniciativas específicas que impulsionem a organização dos produtores e a comercialização coletiva da produção também são fundamentais para ampliar o volume negociado, possibilitando a entrada em canais com demandas maiores, e também para ampliar o poder de barganha dos produtores. A atuação conjunta nas vendas pode se dar de acordo com diferentes níveis de articulação, mas deve ocorrer por meio da instituição de acordos coletivos discutidos, definidos e adaptados pelos próprios produtores. A construção dessa organização é um processo gradual, que envolve mudanças nas relações entre os produtores. No momento propício, essas organizações podem ser formalizadas por meio de cooperativas, associações ou mesmo empresas, o

⁴⁶ CANDIDO, S. E. A. **Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta:** construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

que pode ser fundamental para acessar certos mercados. Também é relevante que a organização constitua aos poucos uma estrutura física e administrativa de suporte à comercialização coletiva, como a instituições de galpões de armazenamento da produção e uma divisão do trabalho para garantir certos cuidados logísticos e para viabilizar a comercialização. Eventualmente, pode ser do interesse desses grupos desenvolver parcerias com empresas para fornecer a totalidade ou parte de sua safra.

Enfim, o acesso a capital de giro é outro aspecto fundamental para o fortalecimento da comercialização. Parte da produção nas comunidades amazônicas é estocável por ser pouco perecível, o que possibilita que os produtores gerem estoques e comercializem os produtos quando os preços estão favoráveis, como nos períodos de entressafra. Entretanto, as dificuldades financeiras e as disposições culturais das famílias de produtores fazem com que poucos possam ou se proponham a postergar o recebimento dos recursos do fruto do seu trabalho na colheita ou extração. Por isso, é relevante que os produtores tenham acesso a capital de giro, o que possibilita que no ato da transferência da propriedade dos produtos das famílias para os coletivos de comercialização, o produtor seja remunerado pela quantidade entregue de acordo com um preço mínimo anteriormente acordado. Após a comercialização da produção, além da reposição e ampliação do capital de giro, os produtores podem acordar um pagamento de prêmios proporcionais às quantidades entregues pelos produtores, no caso de haver excedentes decorrentes das vendas em condições mais vantajosas. Esquemas de formação de estoques como esses podem ser viabilizados com o acesso a políticas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento⁴⁷.

⁴⁷ MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Site institucional**. Brasília, DF, 2017. Acesso em novembro de 2017.

Considerações finais

O desenvolvimento de ações efetivas para a melhoria das condições comerciais das comunidades tradicionais amazônicas depende do aprofundamento da compreensão das dinâmicas socioeconômicas locais e da superação do olhar enviesado e redutor das perspectivas economicistas. Neste capítulo, buscamos evidenciar que a ação econômica é condicionada por disposições e recursos culturais, que operam como fundamento central na reprodução das desigualdades sociais e das assimetrias de poder nas sociedades contemporâneas. Projetos e ações socioeconômicas voltados à melhoria das condições de comercialização devem, portanto, se concentrar em atuar não somente com as questões comumente abordadas, impulsionado a aquisição de recursos culturais amplamente reconhecidos como válidos e legítimos no mundo econômico, de forma a empoderar os produtores, para que eles possam escolher individualmente e coletivamente seus rumos e ampliar o seu grau de controle sobre próprias vidas.

9. Organização e tecnologias de produção em comunidades da Amazônia: um olhar sociológico

Fernanda Veríssimo Soulé
Silvio Eduardo Alvarez Candido

Introdução

A geração de renda em comunidades tradicionais da Amazônia a partir de produtos relacionados a seus modos de vida e que se conciliam com a conservação da floresta é um eixo fundamental da atuação de diversas ONGs socioambientais. Esse tipo de atuação baseia-se na ideia de que a agregação de valor a produtos oriundos de atividades extrativistas e até mesmo de agricultura familiar pode ajudar a diminuir as pressões sobre a floresta, permitindo que se gere mais renda a partir de menos matéria-prima e, principalmente, protegendo a floresta de atividades mais degradantes, como a madeireira, o garimpo e a pecuária.

Neste capítulo, enfocamos a organização do trabalho comunitária e as tecnologias de produção utilizadas a partir de um viés sociológico. Nossa proposta é apresentar uma lente analítica que nos ajude a compreender as relações associadas à geração de trabalho e renda em comunidades tradicionais e a estrutura social desses espaços e como, a partir disso, se pode pensar em propostas de intervenções socioambientais que ajudem a *empoderar* essas comunidades.

De forma ampla, nosso embasamento se dá na sociologia econômica, que se trata de uma arena que busca pensar o mundo dito econômico como esfera de relações, contrapondo o aporte oferecido pela economia neoclássica^{1,2}. Dentre as diversas abordagens para a compreensão dos fenômenos econômicos a partir de

¹ BOURDIEU, P. O campo econômico. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 6, p. 15-58, 2005.

² ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, 2004.

uma perspectiva sociológica, consideramos especialmente relevante para a análise da organização e das tecnologias de produção para geração de renda em comunidades extrativistas da Amazônia a abordagem da Sociologia Pragmática da Crítica de Boltanski e Thévenot³. Esses autores nos ajudam a compreender as bases culturais que dão base para a ação e o sentido que os atores atribuem a elas. A visão que aqui exploramos é a de que múltiplas formas de racionalidade socialmente construídas são utilizadas pelos atores na coordenação de ações econômicas⁴.

Boltanski e Thévenot descrevem seis racionalidades institucionalizadas e que influenciam de forma mais ou menos intensa o capitalismo atual, de acordo com cada espaço social, a saber: doméstica, industrial, comercial, cívica, inspirada e da fama⁵. O mundo doméstico é associado à exigência de grupos com uma unidade e uma hierarquia marcada por estima e confiança, dentre os quais se destaca a família. O industrial, por sua vez, é associado ao conhecimento técnico e profissional e à sua utilização para obtenção de eficiência. Já o comercial refere-se à busca de ganhos econômicos individuais com base no comportamento auto-interessado e na aquisição de bens raros. A forma de valor cívica está ligada às instituições democráticas, nas quais há uma concepção coletiva em que todos têm direitos e deveres iguais. O mundo inspirado é associado à arte e à religião, referindo-se, principalmente, à conexão com um estado graça que independe da relação e do reconhecimento dos outros, sendo expresso sobretudo pela

³ BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On justification**: Economies of worth. Princeton University Press, 2006.

⁴ SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo social**, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.

⁵ Boltanski e Thévenot (2006) fazem uma *história das ideias* identificando os filósofos políticos que mais contribuíram para a instituição dos valores modernos, que se concretizaram nessas seis formas de justificar as ações com base no bem comum. A filosofia política trata-se do campo que se propõe a construir consensos sociais para disputas políticas, possibilitando acordos gerais e, até mesmo, a convivência humana. Boltanski e Thévenot (2006) explicitaram essas moralidades ou formas de racionalidade modernas presentes nesses filósofos.

criatividade e fé. Por último, o mundo da fama consiste em formas de valor que se dão a partir do reconhecimento por outros da reputação do ator.

A organização do trabalho em empreendimentos que comercializam seus produtos e serviços, em geral, é estabelecida a partir de modelos de gestão, mais ou menos estruturados e explícitos. Esses modelos estão enraizados nas diferentes lógicas discutidas por Boltanski e Thévenot e são “sistemas de significação completos, que organizam as percepções de quaisquer evidências, construindo gradientes de ponderação e/ou descartando ou impugnando fatos que os contradizem”⁶. Os indivíduos e grupos envolvidos nos processos organizativos enfatizam uma ou outra lógica, de acordo com suas crenças e socialização anterior, o que faz com que esses processos sejam permeados por disputas culturais, na qual busca-se impor a concepção organizacional predominante. Eles também podem combinar várias dessas “ideologias”, criando modelos organizacionais híbridos.

A adoção dessas práticas se dá a partir do encontro entre abstrações, práticas e condições do ambiente econômico, social e cultural^{7, 8}. A abstração trata-se do esforço de generalização das práticas, de criar uma narrativa sobre elas, podendo tornar-se referencial para os tomadores de decisão no campo. A abstração produzida difunde-se à medida em que ganha legitimidade no ambiente e que é incorporada na cognição dos atores envolvidos. Sua manutenção depende de proporcionarem resultados aceitáveis nas práticas a ela vinculadas. Com isso, o modelo se institucionaliza e passa a dar suporte à tomada de decisão. Conforme os resultados são aceitos, há um reforço das práticas e, por

⁶ cf. p. 126. GRUN, R. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 121-140, 1999.

⁷ GRUN, R. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 121-140, 1999.

⁸ ZILBOVICIUS, M. **Modelos para a produção, produção de modelos**: gênese, lógica e difusão do modelo japonês de organização da produção. São Paulo: Annablume, 1999.

sua vez, um reforço do modelo. Quando esse modelo é questionado, novas práticas passam a ser desenvolvidas e o emprego delas dependerá da construção de um novo modelo que as circunscreva e que seja legitimado pelo ambiente.

Utilizamos este aporte teórico para i. apresentar a atividade extrativista e sua configuração tradicional quanto à organização do trabalho e às tecnologias de produção; ii. discutir outras formas de organização do trabalho e tecnologias que sejam, ao mesmo tempo, adequadas ao contexto, mas que permitam um maior ganho econômico e a valorização da floresta em pé, e; iii. apresentar uma visão sobre os principais desafios e limites para que esses dois modelos de mundo se conciliem.

Para isso, estruturamos este capítulo em quatro seções. Inicialmente, tratamos das formas tradicionais de geração de trabalho e renda nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, sua relação com o mundo doméstico, uma visão geral de como são a organização e as tecnologias de produção tradicionais e sua relação com os ciclos naturais. Em seguida, apresentamos uma proposta de agregação de valor aos produtos florestais a partir do estabelecimento de empreendimentos solidários e os compromissos e disputas entre as racionalidades presentes nessas propostas e as formas de pensar tradicionais.

Organização do trabalho tradicional nas comunidades ribeirinhas

As formas tradicionais de organização das atividades produtivas em comunidades ribeirinhas (e também indígenas, quilombolas, caiçaras) estão estruturadas principalmente a partir do que Boltanski e Thévenot chamam de forma de valor doméstica. Não pelas atividades em si, como extrativismo, agricultura, feitura de farinha, criação de animais para subsistência e venda local, mas pela dinâmica das relações produtivas estabelecidas. Apesar de o trabalho tradicional nessas comunidades estar associado ao espaço doméstico em si, já que se dá principalmente no seio da família e das relações de compadrio, a forma de

valor doméstica não ocorre só na família ou dentro de casa. A lógica doméstica não opera apenas no seio das relações de produção em si, mas na própria construção das relações entre as diversas unidades produtivas das comunidades. Famílias tradicionais, mais antigas e com mais conhecimento sobre o local tendem a ser respeitadas e reconhecidas.

O mundo doméstico desdobra-se em um modelo de organização social e do trabalho com algumas características próprias. O aprendizado é empírico, hereditário e oralmente transferido na *lida*, ou seja, na prática do trabalho. Os ritos de passagem são marcados por essa lógica. Por exemplo, a entrega do facão do pai ao filho simboliza sua maturidade para lidar com tal instrumento e a entrada na vida adulta. As relações e a hierarquia são baseadas na idade, com os mais velhos exercendo a autoridade, o que indica a relevância do passado e da tradição nesse mundo. Apesar de haver casos de mulheres que ocupam algumas posições predominantemente masculinas, como em alguns casos interessantes de mulheres castanheiras ou de quebradeiras de coco de babaçu, na divisão sexual do trabalho hegemônica as mulheres tendem a assumir tarefas de dentro da casa e os homens as tarefas externas.

O foco do trabalho está na manutenção da família, sendo uma importante atividade de socialização e de estabelecimento das hierarquias familiares e de manutenção da divisão de áreas e terras comunitárias, contrapondo uma ideia de trabalho como forma pura de gerar renda, ou como uma forma de valor meramente comercial. As atividades acompanham os ciclos naturais e tiram proveito deles, como na agricultura que varia ao longo do ano entre terra firme e várzea de acordo com o nível do rio, em vez de uma busca infundável por controlar a natureza, como seria no mundo puramente industrial. Isso não significa que não existam técnicas de manejo. Diversos são os relatos de esforços para se aumentar a produtividade, como sangrar a castanheira, botar fogo no pé da castanheira, tentativas de adensamento de árvores produtivas, entre outros. Neste caso, talvez exista um compromisso entre o mundo doméstico e o

industrial, já que essas técnicas têm suas origens relacionadas à tradição, mais do que a uma constatação técnica de efetividade, e ao aprendizado oral, mas também se justificam a partir de noções de produtividade e até mesmo de eficiência, o que é aderente ao mundo industrial.

O respeito à propriedade não é muitas vezes embasado no controle pelo Estado. São comuns os casos em que isso se justifica pelo uso histórico da terra. Isso está associado à situação fundiária caótica da Amazônia e à falta de controle de muitas comunidades sobre a sua terra. A transferência da propriedade se dá hereditariamente e com base no uso e no *zelo*, como nos casos dos castanhais e açazais em que o dono do castanhal ou do açazal é aquele que mantém as picadas, ou seja, as trilhas de acesso a castanheiras ou açazeiros daquela área. Se o acordo tácito não é respeitado, sanções locais são comumente estabelecidas, o que pode gerar conflitos locais.

Tecnologias tradicionais de produção

De forma geral, as atividades tradicionais de geração de trabalho e renda em comunidades ribeirinhas estão associadas aos ciclos naturais, com uma utilização muito particular de tecnologias ou técnicas de controle da natureza para benefício comercial. Essas atividades dependem da época do ano, dos movimentos de cheia e seca do rio, dos períodos de desova de peixes, o que não é igual ao longo de toda a floresta amazônica, estando também relacionado à cada região.

Com o intuito de ilustrar o nosso argumento e não de ser um modelo geral para qualquer região, a Figura 1 apresenta a forma que, em geral, se dão os ciclos naturais e sua relação com o trabalho na floresta na região do Baixo Rio Madeira (RO). No período de cheia do rio, entre março e maio, ocorrem as atividades extrativistas de castanha e açaí e a pesca para subsistência, realizada principalmente com vara. Entre junho e agosto, é o período da *vazante*, em que o rio vai diminuindo de volume. Esse é o período propício para a plantação na

várzea (ou *vargem*, como alguns dizem na região) de agrocultivares de ciclo curto e longo, pois o solo está rico em sedimentos deixados pelo rio, e há a intensificação da pesca, com os peixes concentrados em uma menor área de rio devido à diminuição no volume de água. Principalmente de setembro a outubro, em que ocorre o período de *seca*, há a colheita dos cultivos de várzea de ciclo curto e o baixo volume de água adensa a população de peixes fazendo com que seja o pico das atividades de pesca. No período de enchente, de dezembro a fevereiro, colhem-se os produtos de ciclo longo plantados na várzea no período de vazante, iniciam-se as atividades extrativistas e há fechamento, inclusive legal, da pesca comercial, já que é o principal momento de reprodução dos peixes, apesar de haver diferentes períodos reprodutivos por espécie. Os roçados de terra firme são mantidos durante todo o ano, já que são pouco afetados pela dinâmica do rio.

Os artefatos tecnológicos utilizados pelos produtores são considerados rudimentares e servem para aumentar a produtividade, a segurança e o bem-estar no trabalho. Alguns artefatos são bastante disseminados, como ferramentas básicas às quais os produtores têm acesso. Outros são mais peculiares, sendo de uso específico de certos produtores. As formas de uso da tecnologia são, em geral, muito diversificadas, sendo que cada produtor tem suas manias e rituais produtivos, havendo baixo grau de padronização dos processos produtivos. Por exemplo, as principais tecnologias utilizadas tradicionalmente na coleta de castanha são apresentadas no Quadro 1, extraído de Candido⁹, e a Figura 2 é uma foto de um castanheiro no processo de quebra de ouriço de castanha na mata. Além da coleta, há ainda a lavagem, seleção, secagem e armazenamento, no qual se utilizam água, que pode ser diretamente do rio ou do sistema de abastecimento comunitário, e recipientes vazados para lavagem, como o tradicional *paneiro*, e

⁹ CANDIDO, S. E. A. *Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de São Carlos, 2010.

para transporte. Após a lavagem, as castanhas são distribuídas em uma lona ou tela para secar e embalada em sacos para a comercialização.

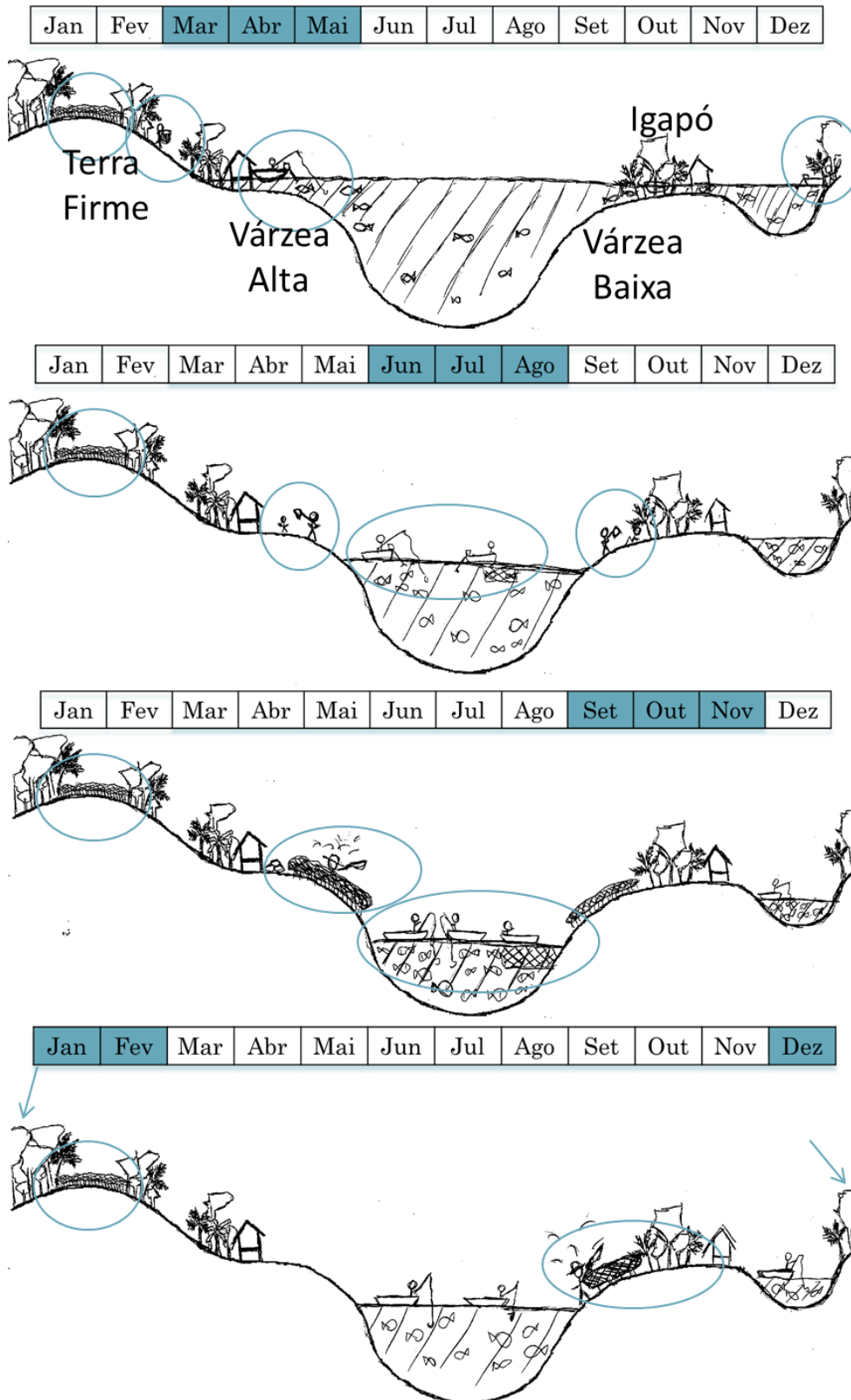


Figura 9.1: Ciclos naturais e atividades produtivas nas comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira, Rondônia. Fonte: Elaboração própria, com base em Candido (2010).

Quadro 9.1 Tecnologias tradicionalmente utilizadas por castanheiros.

Fonte: Candido (2010, p. 111).

Tecnologias	Funções
Embarcação de pequeno porte (casco, motor e combustível ou casco e remos)	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o transporte do extrativista e seus suprimentos até os castanhais que só podem ser acessados por via fluvial e a castanha coletada para a morada do extrativista.
Calçado (bota “sete léguas”, bota de couro, tênis ou chinelo ¹⁰)	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger os pés durante as caminhadas e o trabalho na mata. • Proteger parcialmente as pernas de ataques de animais peçonhentos (no caso das botas) • Manter pés secos durante caminhada na mata (no caso da bota do tipo “sete léguas”)
Calça e camisas de manga longa	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger braços, pernas e demais partes do corpo dos ataques de animais peçonhentos e de outros insetos, sobretudo, “carapanãs”¹¹.
Espingarda	<ul style="list-style-type: none"> • Caçar • Auto-proteção do extrativista contra os perigos da mata
Barraco (Lona, cordas ou enviras e pedaços de madeira da mata)	<ul style="list-style-type: none"> • Prover abrigo para os extrativistas que dormem na mata durante a coleta.
Rede, corda e mosquitoireiro	<ul style="list-style-type: none"> • Amparar o extrativista durante o descanso, elevando-o do chão enquanto ele dorme na mata e possibilitando maior conforto e segurança • Proteger o extrativista de mosquitos e insetos, impedindo sua entrada na rede (mosquiteiro).

¹⁰ O chinelo é geralmente usado nos casos em que o extrativista não tem dinheiro para comprar um calçado mais adequado.

¹¹ Mosquitos sugadores de sangue, conhecidos como pernilongos em outras regiões brasileiras.

Quadro 9.1: Tecnologias tradicionalmente utilizadas por castanheiros.

Fonte: Candido (2010, p. 111) (continuação).

Tecnologias	Funções
Facão	<ul style="list-style-type: none"> • Cortar mato a fim de abrir novas picadas ou manter as antigas, possibilitando a localização do extrativista na mata e demarcação de sua área de coleta • Cortar a mata na área ao redor da castanheira, realizando a “limpeza” do castanhal • Cortar tronco das castanheiras, “sangrando-as” e possibilitando o aumento de sua produtividade • Espetar o ouriço, possibilitando seu transporte do chão até o saco ou o paneiro durante sua coleta embaixo da castanheira • Quebrar a casca do ouriço a fim de retirar as castanhas de dentro dele • Cortar superficialmente o tronco de árvores, auxiliando o extrativista a retirar fibras (envira e matá-matá) que auxiliam no transporte da castanha na mata <ul style="list-style-type: none"> • Auto-proteção do extrativista
“Pé-de-bode”	<ul style="list-style-type: none"> • Coletar os ouriços da castanha do chão e depositá-los no paneiro sem que o castanheiro precise se abaixar com peso nas costas • Proteger o castanheiro do ataque de animais peçonhentos durante a tarefa de coletar o ouriço do chão e colocá-lo no paneiro
Enxofre (aplicado com auxílio do trado)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade da castanheira
Fósforo ou isqueiro e folhas secas	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o ateamento de fogo na base da castanheira, o que, de acordo com alguns extrativistas, aumenta a produtividade da árvore.
Ouriço da castanha	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o extrativista durante a quebra dos ouriços, evitando que ele precise sentar-se no chão e melhorando sua postura durante a quebra.

Quadro 9.1: Tecnologias tradicionalmente utilizadas por castanheiros.

Fonte: Candido (2010, p. 111) (continuação).

Tecnologias	Funções
Saco de polipropileno ou paneiro	<ul style="list-style-type: none">• Auxiliar o extrativista no transporte dos ouriços no castanhal.• Auxiliar extrativistas no transporte das castanhas
Fibra de Envira/matá-matá	<ul style="list-style-type: none">• Fixar o saco de polipropileno nos ombros, peito e testa do extrativista, facilitando o transporte da castanha na mata.
Cigarro e isqueiro	<ul style="list-style-type: none">• Espantar insetos durante o tempo em que o extrativista está parado na mata, momento em que eles mais atacam.



Figura 9.2: Castanheiro durante a quebra dos ouriços na mata. Fonte: NAPRA, 2004¹².

A coleta de castanha não é a única fonte de renda de produtores ribeirinhos, tendo sido usada apenas para exemplificar os usos da tecnologia nesses processos produtivos tradicionais.

As tecnologias utilizadas nas atividades tradicionais de geração de trabalho e renda em comunidades ribeirinhas ajudam a demonstrar o

¹² Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA). **Acervo de fotografias**. 2004.

predomínio da lógica doméstica de produção nesses espaços. Há baixa inovação ao longo das gerações, com pouca influência de aprimoramentos tecnológicos utilizados em atividades semelhantes realizadas em outros espaços. É fácil notar essa questão no caso da agricultura tradicional, contrapondo-a com monoculturas extensivas tão próxima territorialmente desses agricultores amazônicos. A primeira garante a manutenção da família em relação à segurança alimentar, direito à terra e geração de renda e é realizada considerando os ciclos ecológicos e a fertilidade da terra. A segunda enfoca a produtividade e eficiência para fins comerciais, investindo amplamente em técnicas e tecnologias que possibilitem o aumento do lucro, em geral, com pouca preocupação em relação aos impactos de sua atividade sobre o solo.

Em geral, a agricultura mecanizada é mais legítima em nossa sociedade que a tradicional. Ela, entretanto, influencia pouco a forma como as comunidades ribeirinhas amazônicas realizam suas atividades de plantio. As mudanças em direção a esse modelo ocorrem sobretudo pela influência exógena, como migrantes do sul do país ou agências como a Embrapa, que difundem essas soluções mais ortodoxas. De qualquer maneira, o mundo doméstico é uma forma de resistência a outros mundos. Mas, se por um lado, ele possibilita essa resistência, por outro, ele pode ser frágil no contexto atual. Apresentar novas formas de se gerar trabalho e renda, respeitando o conhecimento tradicional e, em certa medida, o mundo doméstico, é ajudar essas populações a se empoderar.

Na próxima seção, apresentamos uma discussão de como fazer essa troca e apoiar ribeirinhos e ribeirinhas no estabelecimento de compromissos entre os mundos, tanto no sentido das formas de valor, quanto no sentido mais material, entre o urbano e o rural.

Empreendimentos solidários em comunidades ribeirinhas

Projetos voltados ao fortalecimento da produção em comunidades amazônicas devem, por um lado, respeitar e dialogar com as formas de organização tradicionais e, por outro, propiciar a incorporação de outras formas de racionalidade que sejam capazes de empoderar esses empreendimentos. Esse empoderamento decorre da incorporação de lógicas aos processos de organização da produção que sejam mais valorizadas socialmente e que sirvam como recursos a partir dos quais eles possam alterar sua posição social relativa e participar de novos circuitos de relações sociais.

Se é necessário ir para além da lógica doméstica, também é necessário refletir sobre quais formas de valor deseja-se promover. As propostas vinculadas ao que se convencionou chamar no Brasil de Economia Solidária podem ser compreendidas como uma forma de expandir a lógica democrática associada ao mundo cívico para a esfera da organização do trabalho. Essa lógica possui uma base coletivista, o que a aproxima da lógica doméstica. Entretanto, aqui são as formas hierárquicas baseadas na tradição, ligadas a um grupo fechado e particular, que impulsionam a capacidade organizativa. Na lógica cívica, ao invés disso, a coordenação decorre da vontade geral de um coletivo e os critérios de justiça estão ligados a um bem social e à solidariedade universal. Nela, se reconhece ainda o valor e a liberdade dos indivíduos, mantendo o respeito pelas minorias.

Outra lógica importante e capaz de empoderar os empreendimentos comunitários é a que Boltanski e Thévenot chamam de industrial. Ela está associada à aplicação da técnica e à busca de eficiência e da eficácia. Essa lógica é diferente da do mercado, que visa ganhos financeiros, ainda que nas sociedades capitalistas elas sejam comumente combinadas. A aplicação dos instrumentos dessa lógica tem enorme potencial libertador, podendo empoderar os produtores ribeirinhos com conhecimentos que possibilitem a melhoria da sua qualidade de vida e das suas condições de trabalho. Para que essas formas não gerem a

apropriação privada de ganhos, entretanto, é relevante que ela seja combinada e de certa forma instrumentalizada pela lógica democrática. Outra questão fundamental a se considerar no contexto das comunidades amazônicas é que essa lógica precisa ser limitada e compatibilizada à conservação da floresta, devendo-se integrar os arranjos sociais aos ciclos naturais da floresta.

Nas seções a seguir, tratamos sobre a organização do trabalho e as tecnologias em empreendimentos econômicos solidários.

Relações de trabalho em empreendimentos solidários

O modelo de organização do trabalho dominante na sociedade ocidental atual está fortemente enraizado nos mundos industrial e comercial, fazendo com que ele não esteja diretamente alinhado com a proposta de empreendimentos solidários, cujo mundo dominante é o cívico. Para essa análise, vamos comparar os mundos industrial e cívico quanto a algumas variáveis, para que seja possível estabelecer novos parâmetros para vislumbrar um modelo de organização do trabalho enraizado na forma de valor cívica.

Esses modelos são “tipos ideais”¹³, em que o primeiro é embasado na ideia de autoridade racional-legal e nas organizações burocráticas. O segundo não rompe totalmente com essa ideia, mas tem base em outro mundo que vai conduzir os princípios de organização. Na prática, talvez nenhum dos dois modelos sejam puramente uma coisa ou outra, mas, em momentos de crise ou de questionamentos, são as formas de valor que direcionam a tomada de decisão.

¹³ WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras (Tradução de José Marcos Mariani de Macedo), 2004.

Quadro 9.2: Comparação entre modelo de organização do trabalho dominante e dos empreendimentos econômicos solidários. Fonte: Elaborado pelos autores com base em Gaiger (2003)¹⁴ e Singer (2002)¹⁵.

	Modelo de organização do trabalho dominante	Empreendimentos econômicos solidários
Mundos dominantes	Mercado/Industrial	Cívico/Industrial
Principal objetivo	Oferecer produtos e serviços para acumular capital	Valorizar o trabalho e as pessoas engajadas no empreendimento
Propriedade	Privada. Separação entre os que trabalham e os que são donos	Coletiva. Compartilhada entre todos que trabalham no empreendimento igualmente
Controle de gestão	Gerentes e/ou proprietários	Autogestionário ou gestão democrática (podem ter responsáveis pela operacionalização da gestão, mas decisões centrais e princípios de gestão são definidos entre todos)
Medidas de desempenho	Medidas financeiras (custo, receita, lucro) e de eficiência operacional	Associadas à capacidade de manutenção do empreendimento e de seus colaboradores
Estrutura organizacional e funções	Hierárquica, controlada pelo proprietário ou gestor Separação entre trabalho intelectual e operacional Funções e rotinas bem definidas e, eventualmente, flexíveis	Não hierárquica, controlada pelo coletivo Não separação entre trabalho intelectual e operacional Funções e rotinas bem definidas, mas rotativas e flexíveis

¹⁴ GAIGER, L. I. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 135-143.

¹⁵ SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

Quadro 9.3: Comparação entre modelo de organização do trabalho dominante e dos empreendimentos econômicos solidários (continuação).

	Modelo de organização do trabalho dominante	Empreendimentos econômicos solidários
Relações de trabalho	Funcionários assalariados	Todos são sócios com percentuais iguais de direito sobre a propriedade
Remuneração	Associada a área, cargo, nível na hierarquia e ao alcance de metas	Por hora de trabalho, igual ou próxima entre as diversas funções
Relação com o ambiente e com o mercado	Busca por se tornar dominante, por ter maior market share e aumentar seus lucros sempre que possível	Busca por um ambiente colaborativo, com cooperação entre cooperativas, e por relações sustentáveis e pelo comércio justo

Tecnologias em empreendimentos solidários

Tecnologias são artefatos enraizados histórica e culturalmente. O seu processo de criação não se dá em um vazio, e sim a partir de certas lógicas. Após geradas elas interagem e influenciam a dinâmica social na qual estão inseridas estabelecendo dispositivos que reproduzem a visão de mundo sob a qual foi concebida. Assim, a adoção de tecnologias em empreendimentos solidários não deve ocorrer apenas a partir de tecnologias já consagradas no mercado, pois elas precisam ser pensadas para além do arranjo do mundo do mercado com o industrial, considerando outras formas de valor centrais no empreendimento em questão.

Feenberg¹⁶ aponta que artefatos tecnológicos são compostos por uma combinação de elementos técnicos. Para ele, esses elementos técnicos são oriundos de descobertas que, mesmo relacionadas a um contexto, podem ser usadas para propósitos e em contextos diversos, o que os leva a ser relativamente

¹⁶ FEENBERG, A. **Critical theory of technology**. New York: Oxford University Press, 1991.

neutros. A formação de artefatos tecnológicos mais complexos se daria a partir da união de elementos técnicos de forma coerente. Essa união deve obedecer não só a leis físicas, químicas e outros conhecimentos estritamente técnicos, mas também ao que autor chama de código técnico. Ele consiste em regras socialmente estabelecidas para o desenvolvimento da tecnologia que acabam por promover formas automatizadas e padronizadas de enxergar os problemas e as soluções técnicas e que levam especialistas a refutarem ideias que não estejam alinhadas com esses pressupostos, gerando uma inércia para o desenvolvimento de tecnologias. Nas palavras de Candido (2010, p. 67),

Os requisitos técnicos e sociais do capitalismo cristalizam-se em um “regime de verdade” que constrói e interpreta os sistemas técnicos conforme os requisitos de um sistema de dominação” (FEENBERG, 1991, p. 79). Assim, a hegemonia capitalista passa a ser baseada na simples reprodução da autonomia operacional por meio de decisões técnicas apropriadas, que estejam de acordo com o código hegemônico. Daí a constatação de Noble (2001) de que somente tecnologias que estejam em conformidade com o sistema de poder vigente é que são vistas como viáveis para a empresa capitalista.

Apesar de Feenberg demonstrar que as tecnologias podem ser utilizadas para controlar trabalhadores, o autor também apresenta a visão otimista de que novas concepções tecnológicas têm potencial de ser emancipadoras. Para isso, é preciso se propor um novo código técnico para a concepção de tecnologias. Feenberg¹⁷ indica a importância da democratização do processo de desenvolvimento de tecnologias para que isso seja possível. Em sua visão, os trabalhadores e grupos sociais atingidos pelas decisões tomadas devem ser capazes de controlar a tecnologia, reduzindo-se a autonomia dos técnicos no seu desenvolvimento e operação.

Empreendimentos econômicos solidários requerem tecnologias pensadas a partir do mundo em que estão inseridos. Assim, a forma de valor cívica deve

¹⁷ FEENBERG, A. **Questioning technology**. London: Routledge, 1999.

ser a diretriz para a concepção e adoção de tecnologias nesses empreendimentos, hibridizando-se com os mundos industrial e comercial para possibilitar a inserção mercadológica dos produtos e serviços oferecidos por esses empreendimentos. Isso significa apropriar-se de concepções legítimas para promover valores solidários, democráticos e coletivos.

Diretrizes para a geração de trabalho e renda em comunidades ribeirinhas

Pensar a geração de trabalho e renda em comunidades ribeirinhas perpassa, necessariamente, pensar as relações de trabalho e a adoção de tecnologias produtivas. A nosso ver, aliás, além da questão da comercialização, que tratamos no capítulo anterior, a organização do trabalho e a adoção de tecnologias são duas questões básicas para o desenvolvimento de propostas que visem agregar valor a produtos tradicionais dessas comunidades.

Entendemos que a forma de valor cívica deve ser a grande guia para a elaboração dessas propostas, uma vez que os produtos tradicionais ribeirinhos estão inseridos em um campo que, de forma geral, valoriza essa lógica. Além disso, essa é uma forma de promover a solidariedade intercomunitária, em vez de promover somente a lógica do ganho financeiro individual. Nesse sentido, a ideia de empreendimentos econômicos solidários tem alta adesão com o tipo de organização que se propõe aqui. Além disso, como discutido no capítulo sobre comercialização, a formação de empreendimentos permite que se acessem novos canais de comercialização, aumentando o ganho sobre a produção.

Apresentamos no Quadro 9.4 algumas diretrizes para a criação desses empreendimentos e no Quadro 9.5 diretrizes para trabalhar com grupos já existentes. Inicialmente, caso ainda não exista um grupo de trabalho, é necessário estabelecer o produto a ser trabalhado, a partir do conhecimento da localidade em questão e dos interesses de quem lá vive e levantar interessados e formar um grupo de trabalho. A formação de grupos deve respeitar a estrutura social local,

atentando para possíveis disputas existentes entre as diferentes famílias, grupos ou localidades envolvidas. A seguir, é importante alinhar as formas de trabalho. Por exemplo, no caso da castanha, é necessário levantar as diferentes formas em que é realizada a coleta, secagem e embalagem pelos diversos membros do grupo e verificar a necessidade de alinhar procedimentos, o que pode ser necessário no caso de se inserir novas etapas de beneficiamento (como a quebra da castanha) ou devido a políticas de boas práticas de manejo.

O estabelecimento ou revisão de princípios e acordos gerais são, a nosso ver, uma etapa chave para a consolidação do grupo e para o estabelecimento do compromisso entre as diversas formas de valor que operam nesse espaço, a cívica, a doméstica, a industrial e a comercial. Também é um momento importante para que entidades externas que estejam, conjuntamente aos ribeirinhos, liderando o processo de criação do grupo possam apresentar essas formas de valor e ajudá-las a ganhar força no espaço a ser estabelecido. Os acordos são uma forma de se explicitar as lógicas e, a partir do maior ou menor conflito em torno delas, enxergar o que é mais legítimo para o grupo e possibilitar repensar, quando houver necessidade.

Quadro 9.4: Diretrizes para formação de grupo para geração de trabalho e renda em comunidades ribeirinhas. Elaboração própria, com base em NAPRA (2008).¹

1. Estabelecer produto a ser trabalhado	2. Estabelecer um grupo de interessados	3. Levantar atividades para elaboração do produto	4. Estabelecer, democraticamente, princípios e acordos gerais	5. Estabelecer tecnologias a serem utilizadas	6. Realizar treinamentos técnicos, conforme necessidade	7. Formalizar grupo
De acordo com levantamentos anteriores de interesse e de trabalhos já existentes em cada região	Convidar comunitários para participar do grupo	Elaborar fluxogramas de processos e procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Cargos e funções - Remuneração - Escalas de trabalho - Regras de entrada e saída - Política de reuniões e tomadas de decisão - Política de qualidade - Marketing: preços, canais de comercialização etc - Gestão de estoques - Finanças - Local de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantar tecnologias necessárias, discutir se as opções disponíveis no mercado atendem às necessidades e princípios do grupo e definir tecnologia a ser adotada (pode ser necessário construí-la) - Estabelecer processo de seleção e adoção de tecnologias 	<ul style="list-style-type: none"> - Boas práticas de manejo; - Treinamentos relacionados ao produto, caso haja processos novos em relação ao trabalho tradicional; - Treinamentos administrativos: controle de custos, matéria-prima etc 	Levantar possibilidades legais para formalização do grupo e realizar processo quando houver maturidade do empreendimento para tal

¹ Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA). Manual *Mini-Fábrica*: Projeto Artesanato. Sugestões para organizar o trabalho em grupo. 2008.

Quadro 9.5: Diretrizes para apoio a grupos para geração de trabalho e renda em comunidades ribeirinhas. Elaboração própria, com base em NAPRA (2008).²

1. Entender funcionamento do grupo e os produtos trabalhados	2. Estabelecer necessidade de novos membros	3. Levantar atividades para elaboração do produto	4. Revisar, democraticamente, princípios e acordos gerais	5. Revisar tecnologias a serem utilizadas	6. Realizar treinamentos técnicos, conforme necessidade	7. Formalizar grupo, se ainda não estiver formalizado
De acordo com levantamentos anteriores ou realizar levantamentos necessários para entender quem são as lideranças, quais são os acordos atuais, os produtos trabalhados e necessidade de inserção de outros produtos	Caso haja interesse do grupo em trazer novos membros, convidar comunitários para participar do grupo	Elaborar fluxogramas de processos e procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Cargos e funções - Remuneração - Escalas de trabalho - Regras de entrada e saída - Política de reuniões e tomadas de decisão - Política de qualidade - Marketing: preços, canais de comercialização etc - Gestão de estoques - Finanças - Local de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantar tecnologias necessárias, discutir se as opções disponíveis no mercado atendem às necessidades e princípios do grupo e definir tecnologia a ser adotada (pode ser necessário construí-la) - Estabelecer processo de seleção e adoção de tecnologias 	<ul style="list-style-type: none"> - Boas práticas de manejo; - Treinamentos relacionados ao produto, caso haja processos novos em relação ao trabalho tradicional; - Treinamentos administrativos: controle de custos, matéria-prima etc 	Levantar possibilidades legais para formalização do grupo e realizar processo quando houver maturidade do empreendimento para tal

² Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA). Manual *Mini-Fábrica*: Projeto Artesanato. Sugestões para organizar o trabalho em grupo. 2008.

As tecnologias a serem adotadas, bem como as diretrizes para adoção dessas tecnologias, farão parte desses acordos. Elas dependerão do produto a ser confeccionado, da quantidade, do tamanho do grupo, do espaço disponível, do capital a ser investido, o que está alinhado à forma de seleção de tecnologias nos mais diversos espaços. Porém, destaca-se aqui a necessidade de se selecionar um modelo de tecnologia que promova os valores do grupo e que sejam compatíveis com o estilo das comunidades amazônicas. Por exemplo, é importante levantar questões do tipo: *Faz sentido ter uma linha de produção rigidamente estabelecida em um espaço que se propõe a melhorar as condições de trabalho? Essa tecnologia propicia a interação entre os membros do grupo e promove noções democráticas de trabalho? Os materiais de manutenção e reparo são disponíveis localmente? O custo de operação é adequado à realidade local (por exemplo, uma máquina que utiliza muita energia elétrica)?*

Dependendo do tipo de produto e beneficiamento, podem ser necessários treinamentos técnicos para produção. Além disso, também é necessário realizar treinamentos administrativos para gestão do empreendimento. Por último, é possível formalizar o grupo, de acordo principalmente com os canais de comercialização que se deseja acessar, uma vez que muitos exigem essa formalização.

Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi discutir como propostas de melhoria das condições de geração de trabalho e renda em comunidades ribeirinhas amazônicas interagem com a estrutura social local. Não quisemos, com isso, ser reprodutores ou defensores da forma de valor doméstica, mas destacar a sua relevância local e o respeito a ela. Qualquer modelo externo a ser proposto irá interagir com a cultura de organização local e deve atender a demandas de apropriação de novas lógicas de organização da produção da população local. A incorporação dessas novas lógicas pode empoderar as comunidades e oferecer novas ferramentas para que elas se tornem mais fortes e autônomas.

10. Manejo e governança da “floresta em pé”: produtos florestais não-madeireiros

Raquel R. dos Santos
Leonardo H. de Moura

Introdução

“Onde ficam as fazendas de colheita de castanha-do-Pará?”. A resposta para essa simples pergunta é um tanto complexa pois antes de tratá-la devemos explicar que a castanheira é uma grande árvore centenária de onde é praticamente impossível colher qualquer coisa, muito diferente do que acontece com outras amêndoas que, como o amendoim, são plantadas para serem colhidas anualmente (Imagem 1). A própria pergunta demonstra que a produção de castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*, também conhecida por castanha-do-brasil ou castanha-da-amazônia) - assim como as de cumarú, camu-camu, taperebá, babaçu, copaíba, andiroba, breu, pupunha e a de outras centenas de produtos florestais não-madeireiros (PFNM) da Amazônia – pertence a um cenário desconhecido para a maioria dos cidadãos brasileiros. Não se tem ideia de que debaixo do tapete verde das fotografias de satélite existem milhares de pessoas exercendo um modo de vida particular, retirando da floresta seus meios de sobrevivência¹ - física e metafísica. Pode-se dizer que tanto os PFNM como os povos e comunidades indígenas e tradicionais² que trabalham com eles, formam a “economia oculta da floresta”.

¹ Conjunto organizado de atividades para a produção, distribuição e consumo dos bens necessários para a sociedade. Ver CHAO, S. **Forest People: Numbers Across the World**. Forest Peoples Program. United Kingdom. 2012. 24 p. Disponível em: <www.forestpeoples.org>. Acesso em: 20 out. 2019.

² Compara-se aqui povos e comunidades indígenas e tradicionais a “forest based people” (CHAO, 2012): Pessoas que vivem e têm direitos costumeiros sobre florestas, que desenvolveram modos de vida e um conhecimento tradicional que são adaptados aos ambientes florestais. As “forest people” dependem primária e diretamente da floresta tanto para sua subsistência, quanto para a geração de renda, através da pesca, caça, agricultura itinerante, coleta de produtos florestais e outras atividades.



Figura 10.1: O extrativista José Alves Gomes ao lado de uma de suas castanheiras de maior estima, com mais de 50 metros de altura, no Rio Iriri – PA (Foto: Raquel Rodrigues dos Santos, 2017).

Oculto porque, no senso comum, ou pensamos numa floresta pura, vazia, sem qualquer presença humana – logo, sem qualquer economia – ou então lembramos das cifras monetárias provenientes de toras de madeira de árvores enormes transportadas ilegalmente em caminhões apressados. Os dados sobre criação agropecuária e mineração em expansão nos estados do Norte nos chegam com certa precisão através do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento mostrando os grandes números da economia que avança substituindo a floresta. Mas quem já parou para pensar que entre os extremos da degradação e da preservação integral existe outra possibilidade? Esta não só existe como está perto de nós e em expansão, como podemos perceber através do exemplo do açaí, cada vez mais presente nas mesas dos cidadãos urbanos mundialmente.

Apesar de alguns PFNM estarem em processo de valorização no mercado internacional e percorrerem cadeias de valores que atravessam oceanos, sua produção em regiões muitas vezes isoladas e de difícil acesso determina que a comercialização na base da cadeia em nível local e regional ocorra, quase obrigatoriamente, de maneira informal. Essa condição limita a valorização do preço pago aos produtores e dificulta os monitoramentos de produção e comercialização e a avaliação da sua contribuição para a renda monetária de famílias e para a economia florestal. Isto, somado ao fato de não haver legislação ou representação política para o setor de não-madeireiros em diversos níveis governamentais, torna muito difícil o impulsionamento dessas cadeias. Carecemos ainda de conhecimento científico sobre a grande maioria dos PFNM^{3,4}. Por todos estes motivos, apesar das potencialidades comerciais que os PFNM apresentam, suas cadeias de valor são marginalizadas.

Por outro lado, estes produtos possuem um valor anterior ao monetário. Eles são usados para a subsistência e segurança alimentar de milhares de famílias indígenas e tradicionais há gerações, permitindo a realização de um modo de vida e da dignidade desses povos, minimizando graves problemas sociais ligados à pobreza e evasão rural⁵. Com essa visão, instituições não-governamentais e governamentais passaram a investir na produção e comercialização dos PFNM como uma forma efetiva de gerar renda monetária para povos rurais e aliviar a pobreza, sem comprometer as condições de regeneração e a estabilidade ecológica dos ecossistemas naturais. Esse incentivo passou a ter como emblema o “desenvolvimento” com a “floresta em pé”.

³ SHACKLETON, S.; SHACKLETON, C.; SHANLEY, P. **Non-Timber Forest Products in the Global Context**. Heidelberg Dordrecht London New York: Springer, 2011.

⁴ SHANLEY, P. *et al.* From Lifelines to Livelihoods: Non-timber Forest Products into the Twenty-First Century. In: **Tropical Forestry Handbook**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2015. p. 1–50.

⁵ SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011; SHANLEY et al., 2015.

Após duas décadas de pesquisa⁶, sabe-se que a inserção dos PFNM em mercados mais amplos do que os mantidos tradicionalmente deve vir acompanhada de uma série de pré-condições para manter a conservação florestal^{7, 8}. Essas pré-condições são temas de pesquisas e práticas atuais, em constante revisão, com foco principalmente nos aspectos de governança dos povos sobre a floresta e sobre a cadeia de valor dos produtos. Nesse capítulo vamos explorar três conceitos relacionados à governança e compartilhados em experiências de sucesso no incentivo à exploração sustentável de PFNM: manejo adaptativo, co-manejo e segurança fundiária. Eles se relacionam com o estágio inicial da cadeia de valor desses produtos e são apenas uma parte de um arcabouço maior de conhecimentos acumulados para apoiar intervenções para fortalecimento das cadeias. Encerramos o capítulo com um breve estudo de caso com um dos PFNM mais relevantes economicamente para os povos amazônicos: a castanha-do-pará. Tal estudo foi realizado a partir da experiência de atuação do Projeto “Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia” (NAPRA) junto às iniciativas da Associação Arte-Castanha⁹ na região do Baixo Rio Madeira no município de Porto Velho (RO).

⁶ SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011.

⁷ LAIRD, S. A.; MCLAIN, R. J.; WYNBERG, R. P. **Wild Product Governance: Find Policies that Work for Non-Timber Forest Products**. 1. ed. London: Routledge, 2010.

⁸ SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011; SHANLEY *et al.*, 2015.

⁹ O Projeto NAPRA é uma organização privada sem fins lucrativos que tem a missão de apoiar as comunidades ribeirinhas e promover a formação de estudantes e profissionais para ação comunitária no contexto amazônico. Sua atuação acontece no Baixo Rio Madeira, região pertencente ao município de Porto velho, no Estado de Rondônia (Brasil), Com o objetivo de valorização do trabalho dos castanheiros e de ação comunitária, o NAPRA desenvolveu diversas iniciativas para que as famílias coletoras de castanha da RESEX se organizassem e passassem a receber por seus esforços de trabalho uma parcela justa do valor distribuído na cadeia produtiva da castanha, que os motivaria a retomar com mais entusiasmo a atividade. Desde 2006, o NAPRA vem atuando junto à comunidade para fomentar, cada vez mais, o processo de autonomia nas ações de geração de renda e produtividade. A partir do surgimento do grupo de castanheiros em 2008 e sua formalização através da Associação Arte Castanha em 2010, foi possível trabalhar diversas capacitações e conquistas. Dentre elas, a construção de um galpão de armazenamento da castanha, dois intercâmbios para outras comunidades para aprender sobre formação e comercialização de estoque e beneficiamento da castanha, a construção e operacionalização de um desidratador de Castanha do Brasil (retirado de <http://napra.org.br/>, acesso em 14/10/2019)

Esperamos que ao final da leitura você possa entender a complexidade por traz da resposta à pergunta inicial e nos ajude a respondê-la de forma simples.

Produtos florestais não-madeireiros e povos tradicionais amazônicos

“Produtos Florestais Não-Madeireiros” é uma categoria que pode ser usada de diferentes maneiras e para diversos ecossistemas no planeta¹⁰. Alguns autores, por exemplo, incluem a caça nessa definição. Mas aqui nos referimos ao conjunto de recursos naturais provindos da vegetação florestal com exceção da madeira. São frutos, castanhas, folhas, óleos, resinas, cipós, palhas, etc. No Quadro 1 identificamos alguns dos produtos de maior destaque. Descrevemos as partes mais comumente exploradas da planta, bem como usos mais comuns, ressaltando que pode haver exploração de outras partes e outros usos também. Para além dessa lista, existe uma outra infinidade de espécies e variedades de PFNM. A grande maioria desses produtos são encontrados apenas na forma silvestre, sendo raros casos de domesticação. Dentre as mais emblemáticas exceções estão o cacau, o cupuaçu e o açaí.

No século XX, a existência e importância desses produtos para os povos da floresta e para a própria economia florestal ficaram totalmente encobertas pelos holofotes colocados no manejo madeireiro¹¹. Isso pode parecer uma contradição, uma vez que a economia Amazônica em nosso país historicamente teve pilares em PFNM emblemáticos, como as drogas do sertão (baunilha, guaraná, pimenta entre outras), o cacau (*Theobroma cacao*) e a borracha natural (*Hevea brasiliensis*). Somente nos últimos 20 anos os PFNM voltaram a aparecer com certo destaque em pesquisas e projetos de desenvolvimento rural, apesar de ainda pouco considerados nas políticas públicas¹².

¹⁰ SHANLEY *et al.*, 2015.

¹¹ SHANLEY *et al.*, 2015.

¹²Porque no cenário mais geral, extrativistas permanecem pobremente representados, recebem poucas políticas públicas e seus produtos continuam ausentes das estatísticas nacionais (SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011).

Quadro 10.1 Lista de PFMN comuns na Amazônia brasileira, seus usos e mercados (retirado e adaptado de CLAY; CLEMENT, 1993¹³ e SHANLEY; MEDINA, 2005¹⁴).

Nomes comuns e específicos	Partes da planta mais usadas	Usos comerciais mais comuns	Mercados mais comuns
Abiu (<i>Pouteria caimito</i> , <i>P. glomerata</i> , <i>P. macrophylla</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar
Açaí (<i>Euterpe oleracea</i>)	Semente, fruto, folha, caule	Alimentação (palmito e polpa), artesanato	Familiar, Local, Nacional, Internacional
Açaí solteiro (<i>Euterpe precatoria</i>)	Fruto, folha, caule	Alimentação (palmito e polpa) e artesanato	Familiar, Local, Nacional, Internacional
Andiroba (<i>Carapa guianensis</i>)	Semente	Óleo medicinal	Familiar e regional
Babaçú (<i>Orbignya phalerata</i>)	Folha, fruto e semente	Alimentação (Farinha, óleo comestível) artesanato, moradia	Familiar, Local, Regional e Nacional
Bacaba (<i>Oenocarpus bacaba</i>)	Fruto	Alimentação (polpa, óleo comestível)	Familiar, Local e Regional
Bacuri (<i>Platonia insignis</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar e Local
Biribá Bravo (<i>Rollinia mucosa</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar
Breu (gêneros da família Burseraceae)	Resina	Óleo essencial, aroma	Familiar, Local, Regional e Nacional

¹³ CLAY, J. W.; CLEMENT, C. R. **Selected Species and Strategies to Enhance Income Generation from Amazonian Forests**. FAO. Roma. 1993. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-v0784e.pdf>. Acesso em: 23/10/2019.

¹⁴ SHANLEY, P.; MEDINA, G. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. 1. ed. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

Quadro 10.1 Lista de PFSNM comuns na Amazônia brasileira, seus usos e mercados (continuação).

Nomes comuns e específicos	Partes da planta mais usadas	Usos comerciais mais comuns	Mercados mais comuns
Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>)	Fruto, folha, casca	Alimentação (polpa) artesanato.	Familiar e Local
Cacau (<i>Theobroma sp.</i>)	Fruto e semente	Alimentação (polpa e semente), cosmético	Familiar, Local, Regional, Nacional e Internacional
Cacauí (<i>Theobroma speciosum</i>)	Fruto e semente	Alimentação, cosmético	Familiar, Local, Regional, Nacional e Internacional
Cajarana (<i>Spondias dulcis</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar
Camu-camu (<i>Myrcaria dubia</i>)	Fruto	Alimentação, medicina	Familiar, Local, Regional e Nacional
Castanha-do-Pará (<i>Bertholletia excelsa</i>)	Semente	Alimentação	Familiar, Local, Regional, Nacional e Internacional
Cipó-Titica (<i>Heteropsis sp.</i>)	Cipó	Artesanato	Familiar
Copaíba (<i>Copaifera multijuga</i>)	Seiva	Óleo medicinal e cosmético	Familiar, Local, Regional, Nacional e Internacional
Cumarú (<i>Dipteryx odorata</i>)	Semente	Medicina, óleo essencial	Familiar, Local, Internacional
Cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>)	Fruto e semente	Alimentação, cosmético.	Familiar, Local, Regional, Nacional e Internacional
Inajá (<i>Maximiliana maripa</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar

Quadro 10.1 Lista de PFSNM comuns na Amazônia brasileira, seus usos e mercados (continuação).

Nomes comuns e específicos	Partes da planta mais usadas	Usos comerciais mais comuns	Mercados mais comuns
Ingá (<i>Inga spp.</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar, Local
Jarina (<i>Phytelephas aequatorialis</i>)	Semente	Artesanato	Familiar, Nacional, Internacional
Jatobá (<i>Hymenaea courbaril</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar
Pariri (<i>Pouteria pariry</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar
Patauá (<i>Jessenia bataua</i>)	Fruto	Alimentação (polpa e óleo comestível)	Familiar, Local
Pau-rosa (<i>Aniba duckei</i>)	Casca	Essência	Internacional
Piqui ou piquiá (<i>Caryocar villosum</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar
Pupunha (<i>Bactris gasipaes</i>)	Fruto e caule	Alimentação (polpa e palmito)	Familiar, Local, Regional
Seringueira (<i>Hevea brasiliensis</i>)	Látex	Borracha	Nacional
Taperebá (<i>Spondias mombin</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar
Tucumã-do-pará (<i>Astrocaryum vulgare</i>)	Fruto	Alimentação, artesanato	Familiar, Local, Regional
Ucuúba (<i>Virola surinamensis</i>)	Semente	Alimentação	Nacional
Unha-de-gato (<i>Uncaria tomentosa</i> e <i>Uncaria guianensis</i>)	Cipó	Medicina	Familiar, Local
Uxi (<i>Endopleura uchi</i>)	Fruto	Alimentação	Familiar, Local



Figura 10.2: Fruto aberto de castanha-do-pará (*B. excelsa*) (Foto: Raquel Santos, 2010).



Figura 10.3: Sementes de coco-babaçú (*O. phalerata*) (Foto: Márcio Souza, 2009).



Figura 10.4: Fruto e sementes de andiroba (*C. guianensis*) (Foto: Marllison Borges, 2019).



Figura 10.5: Blocos de látex de borracha (*H. brasiliensis*) (Foto: Raquel Santos, 2013).



Figura 10.6: Pariri (*P. pariry*) (Foto: Raquel Santos, 2012).



Figura 10.7: Biribá bravo (*Rollinia mucosa*) (Foto: Marcelo Salazar, 2006).



Figura 10.8: Extrativista tirando copaíba (*Copaifera* spp.) no Rio Iriri (Pará) (Foto: Leonardo Moura, 2016).

O fato desses produtos em sua maioria serem coletados em florestas nativas, em sistemas extensivos com baixa produtividade por hectare – se comparada a cultivos domesticados – incorre em alto custo de coleta, escoamento e distribuição da produção. Isso, somado à ausência de incentivos, faz com que na grande maioria dos casos a renda monetária proveniente de produtos florestais não-madeireiros para famílias amazônicas não consiga competir com a renda proveniente de outras atividades, como serviço público, serviços terceirizados, cultivos sazonais, pesca, criação de gado, extração madeireira, mineração, entre outras atividades.

Mas, como já apontado na introdução, uma visão estritamente econômica não é suficiente para avaliar a importância dos PFNM e o mérito dos trabalhos de incentivo necessários para fortalecer sua economia. É preciso ter em vista as outras dimensões da vida dos povos da floresta que os PFNM proporcionam: nutrição, abrigo, medicina, energia; são instrumentos para espiritualidade, relações sociais, institucionais, políticas, culturais¹⁵; formam uma rede de segurança em situações

¹⁵Relações sociais e culturais com florestas incluem noções compartilhadas de parentesco, casamento, proibições, cosmologias e rituais, bem como conhecimento ecológico tradicional da flora e fauna, alimentos, plantas medicinais e funções do ecossistema florestal (BALÉE, 2013).

adversas¹⁶; proporcionam ligação com o mundo urbano e com o mundo globalizado^{17, 18}. Ou seja, em complementariedade com outras atividades, como a agricultura e a pesca, garantem sua subsistência e constituem seu modo de vida. O afastamento da floresta e a conseqüente perda desses recursos hoje significam o afastamento dessa identidade que por muitas vezes culmina em perda de dignidade.

Podemos entender que por conta dessa dependência direta da floresta, esses povos a manejam de maneira a mantê-la num mínimo estado de conservação que sirva para as gerações futuras exercerem seu mesmo modo de vida. Nessa lógica, o incentivo ao extrativismo de não-madeireiros tem como objetivo colaborar com a permanência das comunidades nas florestas, diminuindo assim a formação de problemas sociais como a pobreza¹⁹, e conservando os serviços ecossistêmicos da floresta para a humanidade²⁰ (Figura 1). Ainda que essa relação não seja simples de ser mantida, principalmente devido aos enormes desafios que as transformações globais trazem para o modo de vida dos povos em todo o planeta, grandes agências internacionais têm apostado nela para a eliminação da pobreza, desenvolvimento socioeconômico, manejo sustentável, conservação ambiental e mitigação de mudanças climáticas²¹.

¹⁶ SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011; SHANLEY *et al.*, 2015.

¹⁷ Experiências na região do Xingu com o pequi, o mel, a castanha, o babaçú entre outros produtos, mostram como indígenas e ribeirinhos aprenderam mecanismos de gestão e de comunicação para a negociação com parceiros da cadeia de valor (empresas, financiadores de projetos, ONGs, etc...). Por exemplo, aprenderam a negociar com empresários por telefone, a usar aplicativos de celular que ajudam a monitorar a cadeia, a usar planilhas para gerir entrepostos comerciais e passaram a compreender alguns interesses em jogo no mundo capitalista globalizado, relacionados ao comércio de produtos florestais não-madeireiros.

¹⁸ VILLAS-BÓAS, A. *et al.* **Xingu: História dos Produtos da Floresta**. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

¹⁹ SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011.

²⁰ SHANLEY *et al.*, 2015.

²¹ FAO. **Global forest resources assessment 2015: how are the world's forests changing?** Roma: FAO, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4793e.pdf> . Acesso em: 23/10/2019.



Figura 10.9: Relações entre o modo de vida dos povos da floresta e da conservação da Amazônia.

De maneira geral, o extrativismo como é praticado para subsistência e venda em mercados locais e regionais, tende a ser sustentável²². Mas nesse contexto pode não haver necessariamente uma melhoria monetária para as famílias extrativistas²³. Por outro lado, há um aumento da demanda crescente no mercado internacional por esses produtos, para a indústria farmacêutica, nutrição funcional, aromas, sabores, artesanato, cosméticos naturais e orgânicos²⁴, promovido por consumidores de uma faixa da população mundial que - diante da disseminação de informações sobre as mudanças climáticas, pobreza, trabalho escravo, desnutrição, obesidade, câncer, entre outros motivos- tem exigido qualidade, origem e modo de fabricação

²² SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011.

²³ KUSTERS, K. *et al.* Balancing Development and Conservation? An Assessment of Livelihood and Environmental Outcomes of Nontimber Forest Product Trade in Asia, Africa, and Latin America Koen. **Ecology and Society**, v. 11, n. 2, p. 20, 2006. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss2/art20/%0AResearch>, acesso em 23/10/2019.

²⁴“Non-timber forest products (NTFPs) also offer phytonutrients and nutritional diversity lacking in contemporary diets. Consumed and traded by rural and urban people of all classes, forest foods, resins, gums, fuel, fiber, and medicines are available to those most in need: low-income populations, women, children, and increasingly families weakened by famine, disease, or drought; migrants beset by natural disasters; and refugees in conflict-ridden zones” (Shackleton and Shackleton 2004; Pierce and Emery 2005 *apud* SHANLEY *et al.*, 2015).

socioambientalmente justos nos produtos que consomem, além de expressar uma certa fascinação pelo exotismo de produtos florestais²⁵.

Quando um produto extrativista ingressa nesse mercado capitalista globalizado, o grande aumento da demanda e dos preços pode alavancar uma oferta capaz de gerar desequilíbrios ecológicos. Homma²⁶, por exemplo, defende que todo PFNM no mercado passa por um ciclo com fase de expansão - quando se descobre seu potencial e se investe em sua exploração em escala -, uma estabilização - quando não se consegue mais atender às demandas de escala, qualidade e regularidade no fornecimento com as populações naturais -, e declínio - quando a máxima competição na exploração passa a causar sobreexploração. Para Homma e seus seguidores, o incentivo em pesquisa e técnicas para domesticação dos produtos em cultivos mais intensivos e de fácil acesso aos produtores, seria uma forma de contornar parte desses problemas.

Por outro lado, um apanhado de estudos aponta que essa inserção no mercado pode ser sustentável se seguir certas premissas. Nesse sentido, aspectos de governança tem sido apontados como cruciais para modelar casos particulares²⁷, dentre os quais: tomadas de decisão locais e processos participativos, envolvendo o reconhecimento de normas locais para regulação dos recursos; mudanças nas legislações que dão privilégios à grandes exploradores de recursos (como madeiras) e os retiram de comunidades locais; boa execução de políticas de proteção ambiental que fiscalizem atividades ilegais; mercados bem desenvolvidos, acessíveis e que exijam dos extrativistas boas práticas de manejo (exemplos: mercados de certificação); outros incentivos que ajudem no bom manejo na base; alianças efetivas e parcerias entre povos locais, atores governamentais e privados; segurança de direitos à terra e aos recursos. Também tem-se apostado cada vez mais

²⁵ SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011.

²⁶ HOMMA, A. K. O. Extrativismo Vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

²⁷ LAIRD; MCLAIN; WYNBERG, 2010; SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011.

em um olhar amplo sobre o contexto - ambiental, social, cultural, institucional - no qual determinado recurso florestal está inserido e em uma análise das variáveis atuantes nas várias dimensões desses contextos, para poder entender quais os pontos chaves de intervenção nas cadeias dos produtos²⁸.

Nessa mesma direção, o diálogo sobre desenvolvimento e conservação que envolve PFNM tem se expandido para uma visão mais abrangente sobre esses produtos como parte de amplos sistemas de manejo e subsistência nos quais agricultura, extrativismo florestal, produção de madeira e outras práticas são partes interdependentes dos sistemas e a diversidade biológica e sócio-cultural entrelaçam-se. Nesse cenário, os serviços ecossistêmicos providos pelas florestas e os valores que os produtos têm para o modo de vida dos povos que as habitam ajudam a posicionar os produtos nos mercados²⁹.

Por fim, é preciso não perder de vista que as mudanças de uso do solo, principalmente o avanço da agricultura e pecuária extensivas, representam ameaças muito maiores aos PFNM na Amazônia do que o extrativismo por comunidades locais³⁰. Nessa lógica, a permanência na floresta de comunidades que também apostem na manutenção de seu modo de vida e inibam o desmatamento pode ser uma boa opção.

Governança para o manejo sustentável

Co-manejo adaptativo

Apostar na conciliação entre conservação e desenvolvimento, apoiando a multidimensionalidade dos PFNM, instituindo áreas como as Reservas Extrativistas, faz parte do pensamento “conservacionista”. Essa linha de pensamento ganhou visibilidade e força nos últimos anos na política nacional e internacional para

²⁸ OSTROM, E. A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems Elinor. *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419–422, 24 jul. 2009.

²⁹ LAIRD; MCLAIN; WYNBERG, 2010.

³⁰ SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011; SHANLEY *et al.*, 2015.

manutenção da floresta Amazônica. A ideia anteriormente vigente – o “preservacionismo” –, que embasa a criação de áreas protegidas mantidas sem a presença humana (como as Estações Ecológicas), tem sua raiz na teoria ecológica clássica, que pressupõe que todo ecossistema em seu processo evolutivo³¹ alcança um estágio estável de equilíbrio³², no qual a comunidade³³ de organismos e seu meio físico irão persistir indefinidamente se não sofrerem distúrbios³⁴, cuja principal causa percebida é a ação de populações humanas. Assim, o manejo nesses ecossistemas deve acontecer com a menor alteração possível do estado de equilíbrio.

Entretanto, tem-se entendido que os ecossistemas não se comportam de maneira linear permitindo apenas a referida abordagem de manejo³⁵. Pelo contrário, se comportam de maneira resiliente, em ciclos marcados pela ocorrência de um distúrbio seguido de renovação (Figura 10.10). Após os distúrbios os ecossistemas retornam à um novo patamar temporário de equilíbrio, com uma nova carga de aprendizagem provinda da reação ao distúrbio^{36, 37}). Segundo essa visão, o manejo ajuda o ecossistema a desenvolver a capacidade de absorver e acomodar distúrbios inesperados. Ele deve ser flexível³⁸ e considerar ações guiadas continuamente pelos

³¹Sequência de comunidades de seres vivos, desde a colonização até a comunidade clímax, de determinado ecossistema. Estas comunidades vão sofrendo mudanças ordenadas e graduais.

³²Estabilidade é a habilidade do sistema retornar a um estado de equilíbrio depois de um distúrbio temporário. Quanto mais rápido ele retorna e com menos flutuação, mais estável é (HOLLING, 1973).

³³Refere-se ao conceito de comunidade em ecologia, que abrange um conjunto de populações e diversas espécies presente uma mesma região de estudo (ODUM, 1971).

³⁴ ODUM, E. P. **Fundamentals of Ecology**. 3ª ed. Philadelphia: W.B. Saunders Co., 1971.

³⁵ HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. In: **The Future of Nature: Documents of Global Change**. [s.l.] Yale University Press, 1973.

³⁶ HOLLING, 1973.

³⁷ BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. **Navigating Social–Ecological Systems**. Building Resilience for Complexity and Change. [s.l.] Cambridge University Press, 2002.

³⁸ HOLLING, 1973.

sucessivos *feedbacks* do ecossistema³⁹. Chamamos essa abordagem de “manejo adaptativo”⁴⁰.

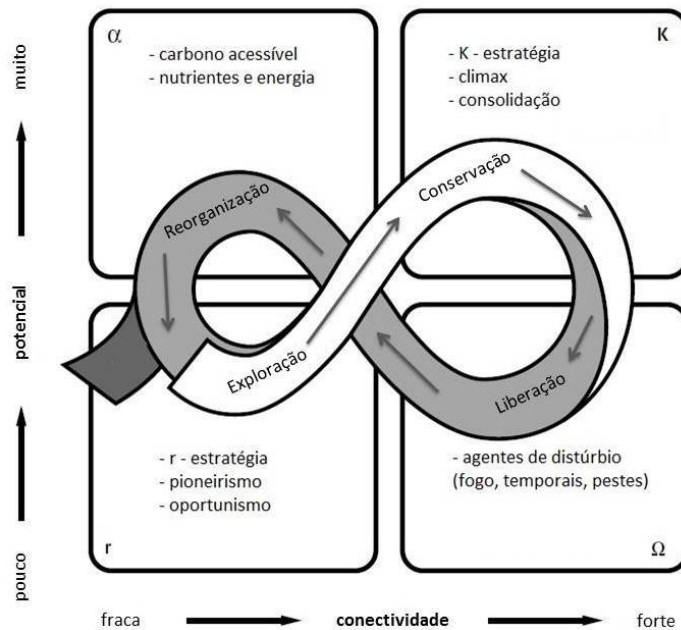


Figura 10.10: O ciclo adaptativo e suas fases (retirado de Bernasconi, 2013; adaptado de Berkes *et al.*, 2003).

No contexto da produção não madeireira, podemos até mesmo dizer que o manejo adaptativo deve se inserir também nas esferas sociais e econômicas, devido a já citada diversificação e flexibilidade de estratégias dos produtores na sua produção e comercialização, marcadas por mudanças constante nas relações entre os atores da cadeia⁴¹.

A abordagem do manejo adaptativo traz um desafio para intervenções externas do governo e ONGs no manejo de PFNM. A maioria dos técnicos que lidam com essas intervenções vive fora da floresta e geralmente não tem um contato diário

³⁹ Ver Tabela 1 em (BERKES; COLDING; FOLKE, 2002) para mais detalhes sobre métodos flexíveis de manejo.

⁴⁰ A expressão “manejo adaptativo” é utilizada por Firket Berkes e seguidores para designar manejo humano no ambiente que se baseia em práticas que respondem aos *feedbacks* ambientais durante e após as mudanças. O manejo adaptativo deve partir da história socioecológica do ambiente para propor ações adequadas para ao seu estágio atual e avaliar constantemente a resposta a essas ações gerando aprendizado para que as próximas ações sejam mais adequadas (BERKES, 1999; BERKES; FOLKE, 1999).

⁴¹ ALEXIADES, M. N.; SHANLEY, P. **Productos Forestales, Medios de Subsistencia y Conservación**. Jakarta: CIFOR, 2004. Disponível em: <<http://www.cifor.cgiar.org>>. Acesso em: 20 out. 2019.

com ela. Isso dificulta a identificação de respostas do ecossistema às ações implantadas. Já os povos da floresta, não só tem uma rotina que os faz perceber as respostas do ambiente, como tem um conhecimento acumulado sobre como aquele ambiente respondeu a distúrbios passados. O conhecimento desses povos é baseado em um processo dinâmico de aprendizagem e inovação influenciados por essas respostas^{42, 43, 44, 45, 46}. Esse conhecimento profundo sobre as mudanças no ambiente é gerado naturalmente pela vivência por longos períodos em um mesmo lugar numa aprendizagem social coletiva⁴⁷. Ou seja, povos com o modo de vida diretamente ligado à natureza "monitoram" as mudanças do ambiente continuamente, o que os torna os executores naturais de manejo adaptativo⁴⁸. Mauro Almeida⁴⁹ descreve esse mecanismo de adaptação nos sistemas das "colocações" de seringueiros no Acre:

A economia extrativa das colocações possui mecanismos de equilíbrio. O primeiro consiste em alertas. Terreiros que empobrecem, pragas que invadem a casa, conflitos por estradas, caça escassa e seringueiras improdutivas são motivos para abandonar uma colocação. Gado ou porcos em excesso são abatidos quando ameaçam roçados, meus ou do vizinho. Esse primeiro

⁴² POSEY, D. A. Manejo de floresta secundária, capoeira, campos e cerrados (Kayapó). **Suma Etnológica Brasileira**, p. 1–11, 1986. Disponível em:

<<http://www.etnolinguistica.org/suma:vol1p172-186>>. Acesso em: 20 out. 2019.

⁴³ DAVIDSON-HUNT, I. J.; BERKES, F. Changing Resource Management Paradigms , Traditional Ecological Knowledge , and Non-timber Forest Products. In: NTFP Conference Proceedings, **Anais...**1998.

⁴⁴ BERKES, F. **Sacred ecology: traditional ecological knowledge and resource management**. Taylor & Francis, 1999.

⁴⁵ ALMEIDA, M. W. B. de; CARNEIRO DA CUNHA, M. **Enciclopédia da Floresta**. O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴⁶ ALEXIADES; SHANLEY, 2004.

⁴⁷ TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, p. 31–45, 2009.

⁴⁸ Por exemplo: BERKES, 1999; BERKES; FOLKE, 1999*; DAVIDSON-HUNT; BERKES, 1998; BERKES; COLDING; FOLKE, 2002. *BERKES, F.; FOLKE, C. Linking Social and Ecological Systems. Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience. **Environment and Development Economics**, v. 4, n. 2, p. 237–242, 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/208573509_Linking_Social_and_Ecological_Systems_Management_Practices_and_Social_Mechanisms_for_Building_Resilience>. Acesso em: 20 out. 2019.

⁴⁹ ALMEIDA, M. W. B. de. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, 19 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/12612>>.

mecanismo reduz a pressão sobre os recursos naturais através da diminuição da população. Gera um padrão desigual de ocupação das colocações [e pode ser verificado exatamente checando esse padrão desigual de ocupação], e permite que surjam micro-santuários para regeneração da caça e da floresta. Entre seringais, áreas assim constituem verdadeiros refúgios.⁵⁰

A mera posse do conhecimento não é condição única para que o manejo seja adaptativo e sustentável. Como já comentado, existe uma série de estudos que buscam analisar as condições sobre as quais um sistema de extrativismo de recursos se mantém sustentável e hoje sabe-se que elas perpassam não somente as dimensões ambientais como as sociais, econômicas e culturais⁵¹. Mas de qualquer maneira, sociedades com muito conhecimento ecológico exercendo seu modo de vida florestal são mais suscetíveis de ter práticas sustentáveis⁵².

Assim, técnicos externos que lidam com intervenções em manejo de não madeireiros devem trabalhar em conjunto com as comunidades locais, no sentido de promover a descentralização do poder de tomada de decisão sobre as práticas a serem executadas, dando real propriedade para os extrativistas também gerirem esse processo^{53, 54}. Em alguns casos isso significa simplesmente dar condições para que os extrativistas continuem realizando o manejo tradicional e agir em outras partes mais avançadas da cadeia de valor, como a busca de mercados mais promissores aos produtos⁵⁵. Em outros casos, isso significa realmente promover uma integração entre o conhecimento local e científico para propor o manejo na base⁵⁶. Para isso, faz-se necessário o diálogo de visões de mundo e respeito entre técnicos e

⁵⁰ ALMEIDA, 2012, pag. 133.

⁵¹ OSTROM, 2009.

⁵² BERKES, 1999

⁵³ DIETZ, T.; OSTROM, E.; STERN, P. C. The struggle to govern the commons. **Science**, v. 302, p. 1907–1912, 2003. Disponível em: <www.sciencemag.org>.

⁵⁴ TUCKER, C. M. et al. Learning on Governance in Forest Ecosystems: Lessons from Recent Research. **International Journal of the Commons**, v. 4, n. 2, 2010.

⁵⁵ LAIRD; MCLAIN; WYNBERG, 2010; SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011.

⁵⁶ DAVIDSON-HUNT; BERKES, 1998; BERKES; FOLKE, 1999; SANTOS, 2011*. *SANTOS, R. R. dos. **O extrativismo de castanha-do-brasil *Bertholletia excelsa* (Humbl. & Bonpl.) no rio Madeira, Rondônia: bases para uma gestão ambiental participativa**. 2011. Universidade Federal de São Carlos, 2011.

extrativistas para uma construção de novos saberes e poder de realização conjunta das ações estipuladas, tarefa nada simples.

Segurança de direitos

A segurança de direitos sobre a terra e recursos naturais para os povos da floresta é uma das condições básicas para se manter e se desenvolver o co-manejo adaptativo e sustentável. Muitos estudos apontam que a falta desses direitos age como um desincentivo para investimento em proteção a longo prazo e vulnerabiliza o modo de vida das famílias⁵⁷.

Os direitos sobre os recursos e sobre a terra podem ser classificados da seguinte maneira: acesso, retirada, manejo, exclusão e alienação⁵⁸. As duas primeiras categorias referem-se aos direitos de acessar uma determinada propriedade física ou de retirar produtos de um sistema de recursos. A terceira refere-se ao direito de regular os padrões de uso de outros usuários e de transformar o sistema de recursos melhorando-o (manejo). A exclusão refere-se ao direito de determinar quem pode ter acesso aos recursos e se o mesmo pode ser transferido. Finalmente, há ainda o direito de vender ou ceder qualquer dos direitos (alienação). Esses direitos se expressam por normas que podem estar registradas em documentos reconhecidos pelo governo (*statutory laws* ou “*de jure rights*”) ou podem ser normas informais das comunidades (*customary rights* ou “*de facto rights*”). Concordando com a ideia de co-manejo, estudos mostram que o cenário é mais favorável à sustentabilidade quando o governo reconhece as normas locais dos povos e trabalha fortalecendo-as e não quando estes dois sistemas de normas são antagônicos.

⁵⁷ SHACKLETON; SHACKLETON; SHANLEY, 2011; FAO, 2016.

⁵⁸ SCHLAGER, E.; OSTROM, E. Property-rights regimes and natural resources: a conceptual analysis. *Land Economics*, v. 68, n. 3, p. 249–262, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/about/terms.html>>.

O caso dos castanhais do Baixo Rio Madeira: São Carlos e Cuniã

Dado o apanhado teórico geral sobre o panorama dos PFNM e os conceitos de manejo adaptativo e co-manejo, vamos agora aplicá-lo a um exemplo concreto no baixo Rio Madeira (Porto Velho, Rondônia, Brasil): o extrativismo de castanha-do-pará⁵⁹.

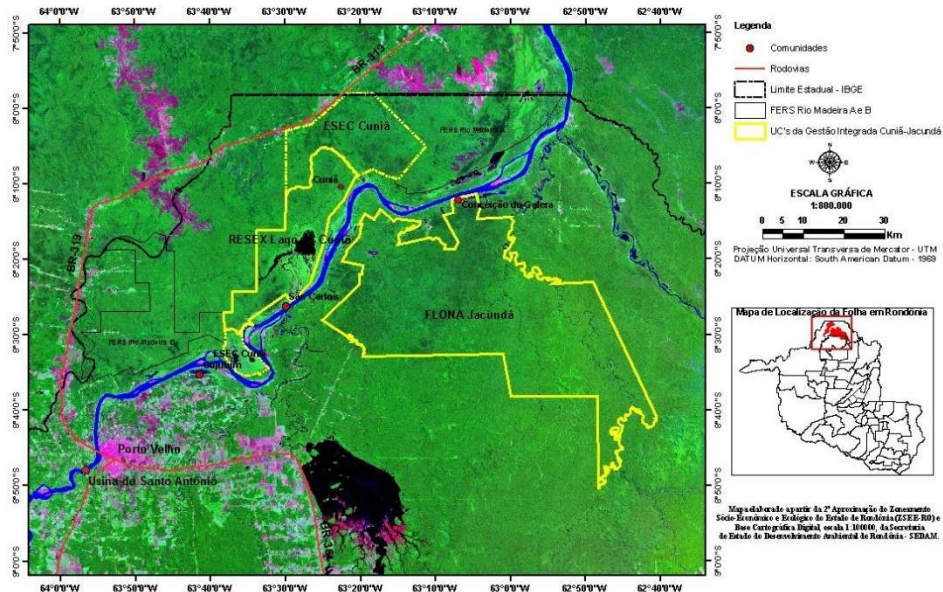


Figura 10.11: Localização das Unidades de Conservação no baixo Rio Madeira (Rondônia) onde foi realizada a pesquisa.

A castanha-do-Pará é coletada em sua maior parte na floresta. Castanheiras solitárias em pastos ou agrupadas em monoculturas tendem a não produzir bem⁶⁰. A castanheira (*Bertholletia excelsa*) só está presente na Amazônia e é uma árvore que pode atingir 40 metros de altura, 30 metros de diâmetro de copa e ter mais de 500 anos de idade. As castanheiras se distribuem por toda a Amazônia em populações agrupadas em densidades variáveis de 1,3 a 5,1 árvores adultas por hectare⁶¹, os chamados “castanhais”. Nesses castanhais, geralmente os extrativistas ribeirinhos

⁵⁹ SANTOS, 2011.

⁶⁰ SCOLES, R. et al. Sobrevivência e frutificação de *Bertholletia excelsa* Bonpl. em áreas Desmatadas em Oriximiná, Pará. **Floresta e Ambiente**, v. 23, n. 4, p. 555–564, 2016.

⁶¹ PERES, C. A.; BAIDER, C. Seed Dispersal, Spatial Distribution and Population Structure of Brazilnut Trees (*Bertholletia excelsa*) in Southeastern Amazonia. **Journal of Tropical Ecology**, v. 13, n. 4, p. 595–616, 1997.

abrem espécies de trilhas (piques) que ligam uma castanheira à outra. Os frutos são redondos e lenhosos, um pouco menores do que um coco-da-praia e ficam pendurados na copa da árvore. As castanhas ficam soltas dentro desse invólucro lenhoso fechado chamado de ouriço. Cada ouriço tem em média 20 sementes. No início da época chuvosa, eles caem da copa no chão. O trabalho dos extrativistas começa juntando os ouriços em montes e quebrando o invólucro lenhoso dos ouriços com facões ou machados. As castanhas são despejadas em sacos ou cestos – os chamados paneiros - utilizados para transportá-las até chegar na beira do rio ou em casa. Muitas vezes o extrativista carrega em suas costas esta carga, que comumente tem mais de 50 kg e é carregada por mais de um quilômetro. Esse trabalho é realizado pelo extrativista sozinho, em grupos pequenos - como fazem os seringueiros do Acre ou os quilombolas da Calha Norte do Rio Amazonas - ou em grupos grandes - como fazem os indígenas Kayapó Mebengokrê.

A safra anual da castanha acontece após a queda dos ouriços durante a época chuvosa que começa em meados de novembro e se estende até maio. Esse período é distinto do de outras regiões da Amazônia. A produtividade varia bastante de ano para ano.



Figura 10.12: Extrativista quebrando castanha no baixo Rio Madeira (Foto: Raquel Rodrigues dos Santos, 2009).



Figura 10.13: Extrativistas quebrando um monte de castanha no Rio Iriri (Pará) (Foto: Duvan Murillo, 2017).

A grande dispersão das castanheiras dentro dos castanhais – e dos castanhais dentro floresta – em áreas distantes dos terreiros das casas e da beira do rio favorece a prospecção de outros recursos – como copaíba, pequi, uxi, babaçú, breu, pariri, golosa, murta, jatobá, etc – e o monitoramento de atividades ilegais – como o garimpo e a extração ilegal de madeira.

Nas comunidades de São Carlos e da RESEX Lago do Cuniã, a atividade de extrativismo de castanha, em sua dimensão econômica, com seu caráter sazonal, é complementar a outras atividades agrícolas, de pesca e até mesmo de funcionalismo público ou serviço terceirizado. Além disso, é símbolo de direitos de propriedade por um pedaço de terra. Há ainda extrativistas que se mantêm na atividade a cada safra pelo gosto da tradição, da manutenção de seu modo de vida. Não diferente de outras regiões da Amazônia, a castanha nessas comunidades é subvalorizada no mercado local. Os projetos de intervenção propostos pelo Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA), organização que atua na região,

buscaram melhorar esse valor de comercialização principalmente por meio da organização comunitária em torno de um grupo formal de extrativistas.

Co-manejo adaptativo

Nesse contexto, no início (2009), o primeiro passo dos técnicos do NAPRA foi acompanhar os extrativistas do grupo de castanheiros em seu trabalho, coletando e quebrando a castanha, ou mesmo apenas visitando o local de coleta. Registraram este processo em entrevistas e filmagens que foram devolvidas aos extrativistas. Assim, os técnicos entraram em contato com a visão de mundo dos extrativistas, principalmente com os conhecimentos locais sobre o manejo de castanhais. A partir de 2015 começaram a incentivar também uma espécie de ecoturismo guiado nos castanhais. Esse processo valorizou a base da cadeia e elevou a autoestima dos extrativistas, o que gerou um impulso complementar para participação no trabalho com o grupo para produção e comercialização.

Nessa convivência, foi observado que os extrativistas desta região usam técnicas específicas para manejar a produtividade das castanheiras - algumas não descritas na literatura, outras não recomendadas nem praticadas em regiões mais ao norte amazônico (Quadro 2). Como foram utilizadas por mais de 20 anos com resultados positivos sobre a produtividade dos castanhais atestados pelos extrativistas, não houve motivo para interferência dos técnicos no manejo.

A longa vivência dos técnicos no trabalho com a castanha fez com que se posicionassem em favor dos extrativistas diante das restrições recomendadas para conservação dos castanhais por parte da literatura científica (ex: rodízio de árvores, períodos de restrições e máxima quantidade coletada permitida), passando a compartilhar com eles o entendimento de que a presença humana não é ameaça, mas, pelo contrário, um estímulo para produção, não somente pelo manejo que os extrativistas fazem nas árvores como por uma certa relação de afeto com estas, percebendo que afirmações dos extrativistas como *“Toda fruteira tem que zelar para dar fruta, é igual o ser humano, é igual mulher: se você zelar, ela dá fruto”* (E.D., Cuniã);

"Ela quer ver a continuidade da gente passar ali todo dia". (G., Cuniã)⁶², dialogam com pesquisas em toda a Amazônia que hoje questionam se a própria presença humana Pré-Colombiana não foi responsável pela dispersão e formação dos castanhais atuais^{63, 64}.

Um outro ponto pertinente do conhecimento tradicional é a percepção que os extrativistas têm sobre a mudança da produtividade dos castanhais ao longo do tempo. É fato tanto para a ciência quanto para o conhecimento tradicional que as castanheiras têm produtividade alternada entre as safras, as vezes de mais de 2 anos. Entretanto, há uma percepção geral de que a produtividade tem se reduzido da geração de extrativistas passada para esta nos últimos 50 anos. As hipóteses para explicar este fato são diversas. Investigações científicas sobre o tema o relacionam às mudanças climáticas que são preocupação global. Por exemplo, acredita-se que a atividade das poucas espécies⁶⁵ de abelhas que polinizam as castanheiras esteja sendo afetadas pelo aquecimento global⁶⁶.

⁶² SANTOS, 2011.

⁶³ CLEMENT, C. R. *et al.* The domestication of amazonia before european conquest. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**. Royal Society of London: London, 2015.

⁶⁴ LEVIS, C. *et al.* Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. **Science**, v. 355, n. 6328, p. 925–931, 2017. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/>>.

⁶⁵ *Xylocopa frontalis*, *X. aurulenta*, *Epicharis rustica*, *E. affinis*, *Centris similis*, *Eulaema nigrita*, *E. cingulata*, *Bombus brevivillus*, *B. Transversalis*.

⁶⁶ MAUÉS, M. M. Reproductive phenology and pollination of the Brazil nut tree (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl. Lecythidaceae) in Eastern Amazonia. **Pollinating Bees - The Conservation Link between Agriculture and Nature**, p. 245–254, 2002.

Quadro 10.2 Técnicas de manejo realizadas pelos extrativistas de castanha do baixo Rio Madeira em Rondônia (fonte: SANTOS, 2011).

Técnicas de Manejo	Descrição	Objetivos
Limpeza de Caminhos	Roçado seletivo da vegetação que cresce nas trilhas com um facão	Facilita o acesso às árvores; Facilita o transporte da produção
Limpeza ao redor das castanheiras	Remoção das árvores caídas e outros obstáculos que se acumulam nas trilhas	Facilita a visualização dos frutos; Diminui a probabilidade de encontro com cobras e outros animais peçonhentos; Facilita o transporte.
Corte de Cipó	Corte dos cipós que crescem sobre as copas das árvores	Garante a integridade das copas das castanheiras e aumenta a produtividade
Sangramento	Realização de cortes de machado de 25 cm de comprimento no tronco que atinjam os vasos de seiva para drenar uma resina vermelha	Aumenta a produção de frutos.
Aplicação de Enxofre	Faz-se um buraco com um trado ou um corte com machado onde se aplica uma colher de chá de enxofre	Aumenta a produção de frutos
Fogo no pé da castanheira	Realiza-se uma limpeza em torno da árvore juntando galhos e folhas secas perto do pé da árvore. Ateia-se fogo a pilha.	Aumenta a produção de frutos

Segurança de direitos

Os castanhais dessa região do Baixo Madeira também são marcados por uma complexidade de direitos de propriedade. Cada castanhal ou pique é, em geral, nas normas tradicionais, propriedade individual de um extrativista. Para os extrativistas de Cuniã, todos os castanhais estão *de jure* sob direito de alienação da União, mas o órgão gestor lhes dá liberdade para determinar acesso, retirada, manejo e exclusão. Fora da Reserva Extrativista, cada região de castanhais pertence a uma situação fundiária diferente, mas que garante pouco ou nenhum direito *de jure* aos extrativistas. Entretanto, estes continuam exercendo direitos *de facto* sobre as áreas onde coletam historicamente, mesmo que, na maioria dos casos, corram o risco de perder as áreas para outros extrativistas ou para os donos *de jure*. Estes direitos *de facto* envolvem castanhais passados de pai para filho, por exemplo, que pressupõem direito a acesso, retirada, manejo, exclusão e até mesmo alienação dos piques de castanha (mas não necessariamente da terra onde estão os piques)⁶⁷.

Essa incongruência de direitos *de jure* e *de facto* na localidade de São Carlos do Jamari influencia as práticas de manejo realizadas pelos extrativistas nos castanhais. No geral, menos práticas de manejo são executadas em São Carlos do que em Cuniã, incluindo até mesmo a falta de limpeza dos caminhos que dão acesso às castanheiras, que é a forma de manejo mais difundida na região. Outra diferença é que, no geral, os extrativistas de São Carlos começam a coleta já em novembro - enquanto os frutos das castanheiras estão caindo da copa - para garantir a máxima produção antes de outros extrativistas entrarem nas áreas. Esta prática oferece risco de acidentes graves nos castanhais pela queda dos pesados frutos. Já os extrativistas de Cuniã podem sem muitos prejuízos esperar até fevereiro para iniciar a coleta, depois que os frutos já caíram⁶⁸.

⁶⁷ SANTOS, 2011.

⁶⁸ SANTOS, 2011.

Esse é um exemplo de como a garantia de direitos sobre o recurso e sobre a terra influencia no manejo. A atividade de extrativismo de castanha em São Carlos corre o risco de perder cada vez mais espaço para outras atividades e as áreas de coleta se constituírem em verdadeiras áreas de livre acesso *de facto* e até mesmo *de jure*, uma vez que alguns donos de grandes títulos definitivos de terras são bastante ausentes na região. Nesse cenário, áreas como estas correm o risco de exploração madeireira ilegal entre outras atividades predatórias. Ademais, os jovens de São Carlos vêm deixando de se engajar no extrativismo, o que leva ao desinteresse ainda maior em reivindicar essas áreas tradicionais. Esta situação bastante comum em toda a Amazônia reflete a necessidade urgente da valorização da atividade e da cadeia de valor do produto, por exemplo com o aumento do valor de venda e o beneficiamento da castanha nas próprias comunidades ribeirinhas.

Considerações finais

Neste capítulo apresentamos os produtos florestais não-madeireiros e sua relação com os povos e comunidades tradicionais. Ambos constituem uma economia oculta e multidimensional da floresta que há 20 anos vem sendo estimuladas principalmente por setores da sociedade civil e de governo que acreditam ser possível “desenvolvimento” com “floresta em pé”. Entretanto, tal estratégia traz dentro de si o risco de sobrexploração dos recursos tradicionalmente manejados pelas comunidades por passar pela necessidade destes serem inseridos em mercados mais amplos.

Muitos acreditam que a minimização ou extinção destes riscos pode se dar com a promoção de ações que sigam certos preceitos, principalmente relacionados a governança. Abordamos aqui alguns deles, como o co-manejo adaptativo e a segurança de direitos, ilustrados com o caso da castanha-do-pará na região do Baixo Madeira em Rondônia. Entretanto, não perdemos de vista que soluções para conciliar desenvolvimento e conservação são tão complexas quanto “plantar e colher castanha do pé”. Assim, a introdução dada aqui à questão é um convite para a busca

por mais conhecimento, experimentação e aprimoramento das ações de apoio à produção e comercialização de PFNM.

11. Modelos de agricultura na Amazônia Brasileira

Lucas Moreira de Souza
Eduardo Michalichen Garcia

Introdução

A Amazônia é um vasto território, uma “colcha de retalhos” de sociabilidades, economias, culturas, políticas, conflitos, geografias, solos, fauna e flora. É um mundo, que antes de cima, subjetivo e visto verde, é visto de baixo concreto e real. Nesse universo convivem diversas visões de mundo que buscam conceber modelos de uso do solo, transporte, de educação, de saúde, de segurança, de moradia, de produção, etc. Essas visões disputam espaço em um contexto de debate mundial acerca da sustentabilidade e dos limites de modelos desenvolvimento dominantes, que não mais pode ser pensado apenas da ótica humana e econômica.

O geógrafo Milton Santos, em sua obra *A Natureza do Espaço*, ao citar Alfred North Whitehead e sua teoria da Diversificação da Natureza, que *grosso modo* seria a própria transformação infundável da natureza, relaciona-a com a Divisão do Trabalho, o qual ele também descreve “como um processo pelo qual recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente”. Ele aponta que nas origens terrestres havia apenas “uma diversificação em estado puro” e com o aparecimento da face humana no “palco” mundo, uma novidade também se configura – “ela atribui as coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social”. Esse valor que surge com o social só é possível a partir da existência de um dado lugar:

O valor real de cada um” dos recursos “não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada um obtêm pelo fato de participar de um lugar. Fora dos lugares, produtos, inovações”, atividades, “populações e dinheiro, por mais concreto que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada um

depende de uma dada localização¹.

Nesse lugar “palco” diverso – ao qual fazemos o recorte para localização Amazônia brasileira –, encontra-se o trabalho com seu caráter social, destacando-se a produção agrícola como forma de transformação do uso do solo. Nessa área, dois grandes modelos de produção buscam ocupar o palco amazônico. Um é o iniciado pela chamada “Revolução Verde”, o modelo do agronegócio, e a outra pela “Via Camponesa”, o tradicional. No contexto Amazônico, ganha relevância ainda a agricultura desempenhada pelos povos nativos, na qual o plantio por vezes se confunde com a floresta. Estudos arqueológicos atuais associam áreas florestais da Amazônia com plantios nativos de séculos atrás.

Neste capítulo, buscamos elucidar alguns temas que compõem a agricultura na Amazônia, em especial o desafio de se ter uma produção agrícola com a floresta em pé, contribuindo para um caminho de busca a ser trilhado pelo leitor em textos, livros, áudios, vídeos e, principalmente, na vivência da realidade amazônica. Não se pretende esgotar toda bibliografia sobre o assunto e muito menos trazer respostas prontas sobre como lidar com os desafios envolvidos.

Desenvolvemos o texto abordando inicialmente o modelo de produção do Agronegócio, que tem início com a Revolução Verde. Esse modelo será caracterizado e enquadrado em termos de categorias sociológicas de análise. Exemplos sobre seus impactos sociais e ambientais serão abordados.

Em seguida, situaremos o modelo de produção da Agricultura Camponesa, a Tradicional. Traremos características desse modelo e apresentaremos algumas distinções entre as categorias sociológicas de análise correspondentes. Retratemos um caso de sucesso como exemplo desse modelo, o Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), localizado no estado de Rondônia.

¹ SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

No quarto item do texto, apresentaremos casos das relações com a terra dos Indígenas e Quilombolas. Serão expostas as contradições existentes entre a pluriatividade desse modelo e a ausência de políticas de Estado concretas e efetivas e a falta de acesso aos mercados, que impacta seriamente na forma como o solo é cultivado por essas comunidades. Serão abordados casos de cultivo e manejo de solo, além de detalhes da cultura da mandioca e sua farinha.

Agronegócio e desmatamento da Amazônia

O Agronegócio compõe um modelo de produção, que teve início com a Revolução Verde. Buscando estabelecer nova estrutura agrária, a Revolução Verde disseminou pacotes tecnológicos que promoveram uma ampla transformação da agricultura pelo mundo. Essas “soluções” chegaram ao Brasil por volta da década de 1950, originárias dos países centrais do capitalismo, e perfizeram também um modo de ocupação do solo, assim como um modo de consumo. A formação do “Arco do Desmatamento” na Amazônia é uma das consequências das transformações que se difundiram a partir daí, que se basearam na formação de Impérios Alimentares.

Para observação mais próxima do solo e de sua biodiversidade, utilizaremos uma unidade fundamental de análise para demonstrar a diferença de variabilidade entre os modelos. Tal unidade é a agrobiodiversidade, definida pela Decisão V/5 da 5ª Conferência das Partes (COP 5), em 2000²:

[...] um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que tem relevância para a agricultura e alimentação, e todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e microorganismos, nos níveis genéticos, de espécies e ecossistemas, os quais são necessários para sustentar funções-chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos.

A partir desse ponto, percebe-se que as condições predeterminadas e as reais são bem diferentes, assim como os produtos decorrentes dos modelos. No primeiro

² AGUIAR, J. Padrões de Uso e Sistemas de Trabalho Associados à Diversidade Vegetal no Amazonas: Uma abordagem transdisciplinar. 2015.

modelo, promove-se a redução da variabilidade como síntese de um único produto padrão – o monocultivo. A variabilidade genética é reduzida por uma seleção que almeja a produtividade.

Com o Agronegócio vemos uma sequência de ocupação do solo, o qual conforma parte considerável do Arco do Desmatamento na Amazônia – melhor relatado mais a frente – que está associado a outras atividades, como a extração de madeira e a pecuária. A posse e a concentração das terras que caracterizam um grande agropecuarista, representando assim como o tradicional, uma pluriatividade. Claro, que de menor escala na contramão da escala da produção – mais diverso, menor produção; menos diverso, maior produção.

O caso da cultura majoritária da soja é emblemático – constitui um pacote de sementes transgênicas, agrotóxicos, adubos químicos, maquinário e crédito. Um dos principais produtos do Agronegócio – que coloca o Brasil no ano de 2016 como o segundo maior produtor mundial e, ainda, numa curva crescente de produção³ – e do qual é gerado como subprodutos o farelo e o óleo. Sendo os derivados: farinha, sabão, cosméticos, resinas, solventes, tintas, anticoncepcionais, ração animal e biocombustíveis⁴.

Para obter tais produtos, as organizações sociais dessa frente marcam presença na produção agrícola como o brasileiro Grupo André Maggi⁵ e também “grandes empresas multinacionais nos segmentos de comercialização e industrialização, que se estende em áreas de produção de sementes e financiamentos da produção do grão”⁶. Ainda:

A organização não-governamental Greenpeace Brasil verificou que, a partir de 2004, a indústria da soja surgiu como um novo ator nas

³ FAOSTAT. Site institucional. Disponível em <<http://faostat.fao.org>> Acesso em 25 de dezembro de 2017.

⁴ DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 1-22, ago. 2012.

⁵ O Grupo André Maggi, hoje AMAGGI, tem como um dos fundadores o ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo Brasileiro – Blairo Maggi.

⁶ DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 1-22, ago. 2012.

fronteiras de destruição da floresta. Ainda, identificou quatro multinacionais na área: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Dreyfus e Cargill. Essas empresas formam quase um monopólio na prensagem de soja na Europa, fornecendo matéria-prima para a indústria de ração animal. Elas estão agindo no setor no fornecimento de quase toda a cadeia produtiva, desde sementes e agrotóxicos até a construção de infraestrutura, como portos e armazéns, sem favorecer o desenvolvimento regional⁷.

No estudo dos pesquisadores Domingues e Bermann, os autores fazem um recorte do Arco do Desmatamento na região do MT e utilizam como hipótese de análise do processo de avanço da cultura de soja na região do noroeste do estado por meio de evidências que indicam que tal expansão está ocorrendo por meio do uso das áreas utilizadas anteriormente para pecuária. Atrelam dessa forma, a produção da soja com o desmatamento.

O termo Agronegócio, também usado para definir tal modelo, compõe modelos de negócios que tratam da gestão dos recursos que dispõe com o fim de maximização do lucro. Consideramos detentores desses modelos de negócios, a agricultura empresarial e a agricultura capitalista. A agricultura empresarial tem a produção totalmente orientada ao mercado e é especializada. Ela não é, entretanto, exclusivamente, baseada em capital financeiro e industrial – sob a forma de crédito, insumos industriais e tecnologias, buscando se expandir por meio do aumento da escala de produção⁸. Já a capitalista conforma um modelo agroexportador e performa cada vez mais sobre segmentos essenciais de mercados agrícolas e alimentares⁹. Nesse caso, a dinâmica produtiva está submetida à maximização de lucros, há uma ampla mobilidade de capitais, que estão desvinculados do território, e adota-se mão de obra assalariada. A mecanização, o uso de adubos químicos, os transgênicos e os agrotóxicos também são característicos dos modelos.

⁷ DOMINGUES; BERMANN, 2012.

⁸ PLOEG, J. D. V., **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

⁹ PLOEG, 2008.

Acerca dos produtos da agricultura convencional que levam ao desmatamento, Riveiro *et al.*¹⁰ realizaram um estudo no qual identificam dentre os estados da Amazônia brasileira, entre os anos de 2000 e 2006, a correlação entre plantios de milho, arroz e o cultivo em larga escala de soja. Sendo os dois primeiros, de acordo com os autores, “culturas associadas ao processo de implantação da cultura de soja em áreas novas”. Assim, portanto, é a soja beneficiada pelo avanço do desmate por outras culturas.

Em relação ao principal fator de desmatamento – a pecuária –, os mesmos autores por meio de análise, no mesmo período citado anteriormente, nos estados do MA, PA, RO e AM concluem que o aumento da produção da soja está atrelado à recolocação de atividades agropecuárias para o interior da Amazônia – no avanço do Arco do Desmatamento. Os pesquisadores Domingues e Bermann¹¹ concluem algo semelhante em o estudo no MT:

A análise dos mapas permitiu verificar que o desmatamento recente da floresta está sendo promovido pela atividade pecuária, e os solos descampados e erodidos do pasto têm sido usados para a cultura de soja. Ou seja, na área analisada, a soja estabelece-se em áreas antes degradadas pelo gado, e não diretamente sobre as áreas de floresta desmatada.¹²

Para ilustração do Arco do Desmatamento usaremos imagens elaboradas por Riveiro *et al.*¹³. Por meio de uma imagem do ano de 2000 e outra de 2006 poderá ser visto o aumento de área desmatada. As imagens mostram a área em hectare por município de desmatamento na Amazônia brasileira. Para isso, os autores firmaram:

¹⁰ RIVERO, S. *et al.* Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 41-66, abr. 2009.

¹¹ DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 1-22, ago. 2012.

¹² DOMINGUES; BERMANN, 2012.

¹³ RIVERO *et al.* 2009.

Quatro classes de desmatamento, quais sejam: os municípios com menos de 20% de área desmatada, os municípios com 20% a menos de 50% de área desmatada, os municípios com 50% a menos de 80% de área desmatada e os municípios com mais de 80% de área desmatada.¹⁴

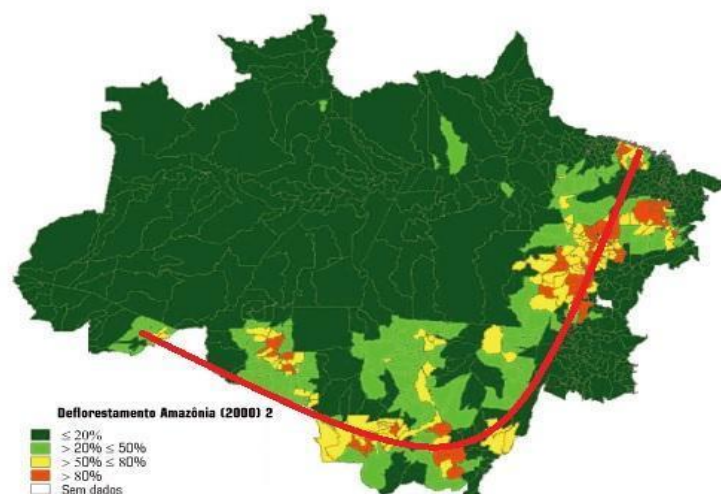


Figura 11.1: O arco do desmatamento nos anos 2000. Elaboração de Rivero et al (2009)¹⁵ com edição própria.

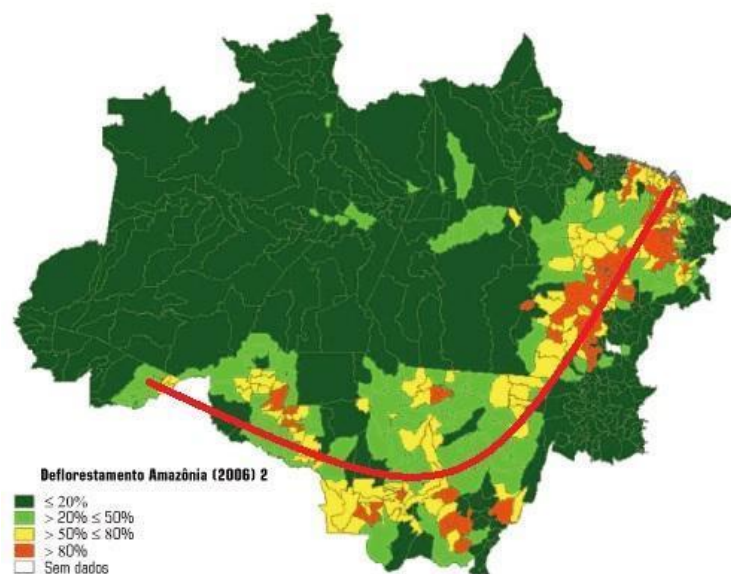


Figura 11.2: O arco do desmatamento nos anos 2008. Elaboração de Rivero et al (2009)¹⁶ com edição própria.

¹⁴ RIVEIRO *et al*, 2009.

¹⁵ RIVERO, S. *et al*. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 41-66, abr. 2009.

¹⁶ RIVERO *et al*. 2009.

Em termos sociais, os impactos dentre as duas frentes podem ser vistos por meio da unidade de análise: a do trabalho. Uma das características do Agronegócio é sua intensa mecanização, que reduz a empregabilidade de populações rurais. Essa mecanização está, por vezes, associada a processos de transformação no trabalho que fazem com que ele seja visto como um fator, buscando-se reduzir a variabilidade e o distanciamento da tarefa em relação à atividade, conforme os preceitos tayloristas/fordistas.

Evidentemente, o trabalho precário não é uma exclusividade do modelo do agronegócio. Como bem demonstra artigo publicado na revista Carta Capital de 15 de dezembro de 2014, de autoria de João Meirelles Filho:

O maior problema social da Amazônia é o trabalho precário. Esse drama, velado e epidêmico, de muitos matizes e subterfúgios, que se arrasta por 400 anos, tem forte impacto na vida de todos amazônidas. Explica por que a Amazônia não deixou o período colonial, reverbera a escravidão, a vassalagem e a exploração da criança e do adolescente¹⁷.

O autor menciona estatísticas que colocam a pecuária como campeã de acidentes no campo. Também aponta que a pecuária paraense é a campeã nacional de trabalho análogo à escravidão.

Retomando o caso da soja, Domingues e Bermann¹⁸ afirmam que “o modo de produção típico da soja não estimula a fixação do homem ao campo” ou à floresta, pois “contrata pouca mão-de-obra, por ser tipicamente mecanizada, modernizada, com uso de sementes geneticamente melhoradas e fertilizantes, em grandes propriedades, e que favorecem a concentração de terras”. Brandford e Torres¹⁹ retratam em reportagem a história do camponês frente à expansão da fronteira

¹⁷ MEIRELLES FILHO, J., A hora e a vez de extinguir o trabalho precário na Amazônia. São Paulo: Revista Carta Capital. 2014. Disponível em <http://envolverde.cartacapital.com.br/hora-e-vez-de-extinguir-o-trabalho-precario-na-amazonia/#comments>

¹⁸ DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 1-22, ago. 2012.

¹⁹ BRANDFORD, S.; TORRES, M. **A Rainha da Selva**: Soja destrói a Amazônia e “chantageia o país”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/565008-a-rainha-da-selva-soja-destrui-a-amazonia-e-chantageia-o-pais> Acessado em 26 de dezembro de 2017.

agrícola e a opção do Governo por políticas que beneficiem a balança comercial brasileira. Citam o caso da reforma agrária em Sinop (MT) para ilustrar o conjunto de pacotes que chegam ao território, “em um mundo onde terra desmatada vale muito mais do que floresta em pé”, desmatar “é a única forma que o assentado consegue valorizar seu lote”.

Arrendamento, venda de terras, deslocamento, migração, êxodo rural – o que essa “máquina” organizada pelos Impérios Alimentares provoca também pode ser chamado de descampesinização e se situa na interface com o outro modelo, o tradicional. Isso gera insegurança alimentar, uma vez que antes o camponês produzia também para sua alimentação, como bem relatado por Brandfort e Torres. Esse processo é reforçado pela atuação dos órgãos sanitários, que dificultam e, por vezes, impedem a atuação dos camponeses em certos mercados, instituindo barreiras que só favorecem os Impérios Alimentares.

Agricultura camponesa na Amazônia

Os fluxos migratórios são fundamentais para se entender o estabelecimento dos tipos de agricultura na região Amazônica. O primeiro grande ciclo de migração está relacionada a atividades extrativistas, em especial a borracha, ainda no século XIX. Já em torno da metade do século XX, após o segundo ciclo da borracha, iniciam-se fluxos migratórios também da região Sul do Brasil, o que até então vinha ocorrendo da região Nordeste.

Nesse momento a participação do Estado com políticas e ações diretas é decisiva para a conformação da região Amazônica, a qual historicamente dependia dos seus rios para a locomoção, passa a ter na abertura de estradas e rodovias pelo Estado um meio mais flexível que redesenha a geografia do território. Há uma intensificação da ação antrópica na natureza e os desmatamentos são emblemáticos dessa época.

Com vastas áreas abertas e com as novas ligações possíveis propiciadas pelos automóveis, projetos de assentamentos são estabelecidos em áreas de terra firme. A

tônica do vazio demográfico alimentou o caldo para o estabelecimento de *slogans* como o de “Integrar para não entregar”. Como aponta Gonçalves (2005)²⁰, afirmar que há um vazio é uma boa justificativa para o fato de não se conseguir controlar um território que historicamente sempre foi ocupado por diversos povos indígenas e por aqueles que chegaram depois como quilombolas, homens brancos pobres e mestiços.

A agricultura camponesa é extremamente diversa, incluindo desde sem-terras até trabalhadores urbanos que cultivam parcelas de terra para auto-consumo²¹. Em geral, ela é orientada para a defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses e atende tanto a demandas do mercado quanto da família²². Possui mão-de-obra fundamentalmente familiar ou mobilizada dentro de sua comunidade, além de ser pluriativa. Nela busca-se pôr em diálogo as variabilidades, conduzindo-as dialogicamente para uma síntese. Em termos da agrobiodiversidade, a variabilidade genética é mantida por uma questão de sobrevivência. Entende-se que o saber fazer associado ao trabalho humano é essencial para a existência da agrobiodiversidade, uma vez que os saberes e práticas tradicionais aportados durante a atividade agrícola constituem-se bases da construção e manutenção da agrobiodiversidade e das dinâmicas espaço temporais presentes nos agroecossistemas^{23, 24}.

“A exploração camponesa é familiar [...] mas nem todas as explorações familiares são camponesas”²⁵. É dessa forma que o autor Hugues Lamarche inicia uma diferenciação não tão simples de se fazer e, para tal, põe em diálogo dois outros

²⁰ GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias**. Editora Contexto, 2005.

²¹ PLOEG, J. D. V., **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

²² PLOEG, 2008.

²³ Para melhor detalhamento sobre uso e caracterização de uma agrobiodiversidade consultar Aguiar (2015).

²⁴ EMPERAIRE, L. **A agrobiodiversidade em risco: o exemplo das mandiocas na Amazônia**. Instituto Ciência Hoje: Rio de Janeiro. Revista Ciência Hoje. 2002.

²⁵ LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas, UNICAMP, 1993.

autores, o célebre agrônomo social A. Chayanov e o H. Mendras. Une, dessa forma, as definições de modelo camponês de produção e da sociedade camponesa.

A partir desse diálogo entre os autores, Lamarche²⁶ afirma que ocorre para a unidade camponesa a existência da relação entre produção e a família e define o conceito de agricultura familiar ou exploração familiar como o “correspondente de uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Ainda, considera que a relação entre esses três fatores dispõe “noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração”.

Indo além, o mesmo autor, apresenta o conceito de exploração familiar como ambíguo e com uma formação social heterogênea.

Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, etc.). Por exemplo, em uma mesma comunidade, as explorações, todas do tipo Camponês, podem ser mais ou menos importantes (em superfície ou em meios de produção), mais ou menos mecanizadas, mais ou menos técnicas, etc., e, em cada caso, sua capacidade de adaptação e de reprodução deve variar consideravelmente²⁷.

Conclui dizendo que “toda exploração familiar se define ao mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo”. Algo diferente da abordagem marxista, “para o qual uma formação social corresponde a uma classe social”.

Essa heterogeneidade também é lembrada por Ploeg²⁸ em seus estudos sobre o campesinato. O autor opta por trabalhar com o conceito de agricultura camponesa, assim como nós, em vez de agricultura familiar. Essa escolha tem origem nos estudos fortemente embasados em A. Chayanov:

O ponto central da perspectiva chayanoviana é observar que,

²⁶ LAMARCHE, 1993.

²⁷ LAMARCHE, 1993.

²⁸ PLOEG, J. D. V. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: UNESP; UFRGS, 2016.

embora a unidade de produção camponesa esteja condicionada e seja afetada pelo contexto capitalista em que funciona, não é diretamente governada por ele. Na verdade, é governada por um conjunto de equilíbrios” que “são princípios de organização²⁹.

Na abordagem de Chayanov, existem dois equilíbrios – trabalho e consumo; penosidade e utilidade. Ploeg³⁰ vai além das limitações de tempo e espaço, as quais Chayanov tinha plena consciência e discorre sobre mais cinco equilíbrios. Para Chayanov, os equilíbrios devem ser balanceados dentro de cada unidade camponesa, respeitando suas singularidades. Algo que pode ser visto como uma das razões para complexidade dos equilíbrios, os quais são constantemente reavaliados e, assim, dão origem a uma notável heterogeneidade e ambiguidade da agricultura:

Por um lado, o camponês é oprimido e não compreendido, por outro lado, é indispensável e ativo. O camponês sofre e resiste: às vezes em momentos distintos, às vezes simultaneamente. Uma confusão similar e contradições visíveis se aplicam à agricultura como um todo; às vezes testemunha processos e períodos de descampesinização e às vezes de recampesinização³¹.

Apresentamos, então, a definição de Ploeg para a condição de existência camponesa e seu conseqüente modo de produção agrícola. Para o autor, as dez características fundamentais da condição camponesa são:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos

²⁹ PLOEG, J. D. V. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: UNESP; UFRGS, 2016.

³⁰ Em seu livro, Ploeg apresenta uma gama mais ampla de equilíbrios interativos, são num total de cinco, além dos de Chayanov – pessoas e natureza; produção e reprodução; recursos internos e externos; autonomia e dependência; escala e intensidade.

³¹ PLOEG, 2016.

própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações³².

Indica-se uma potencial afinidade entre a agricultura camponesa e práticas de agricultura mais ambientalmente adequadas na Amazônia. Um exemplo desse potencial é o Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) organizado pela Cooperativa Agropecuária e Florestal (COOPER RECA) e a Associação dos Pequenos Agrossilvicultores, no distrito de Nova Califórnia no município de Porto Velho – Rondônia.

O RECA é internacionalmente conhecido como uma história de sucesso em termos sociais, ambientais e econômicos. Responsável pela inserção de pequenos produtores com uma produção excedente para a circulação de produtos. Hoje o Projeto RECA possui em torno de 250 famílias produtoras envolvidas diretamente propagando um impacto social, ambiental e econômico positivo na região.

O projeto foi idealizado inicialmente por uma união entre 86 agricultores do Sul e do Nordeste assentados em um projeto de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e seringueiros estabelecidos na região. Também participaram entidades de apoio como a Diocese da Igreja Católica de Rio Branco e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Entre as culturas agrícolas e florestais utilizadas nos plantios, os quais foram posteriormente chamados de Sistemas Agroflorestais (SAF's), de acordo com Dos Santos *et al.*³³, estão o feijão, o arroz, o café, o milho, o cacau e as nativas, em especial, a Pupunha (*Bactris gasipaes*), o Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e a Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.).

³² PLOEG, J. D. V., **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

³³ DOS SANTOS *et al.* **Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado): uma referência em sistemas agroflorestais**. XI Congresso Latino-americano de Agroecologia. Brasília, 2017.

Os mesmos autores relatam a importância da diversificação e a força do associativismo para o desenvolvimento das práticas, reconhecendo-se que cada espécie desempenha um conjunto de funções para o sistema implantado:

O Cupuaçu foi à espécie implantada para obter renda através da sua comercialização na cooperativa (COOPER RECA), a Pupunha para a subsistência da família e para propiciar o sombreamento e melhores condições de desenvolvimento para o Cupuaçu e a Castanha-do-Brasil com a finalidade de reflorestar e proteger o meio ambiente. Contudo, é importante destacar, que foi através da experiência e sabedoria dos moradores locais e com o sistema associativista dos agricultores da região sul do país, os produtores perceberam que era preciso plantar diferentes árvores próximas, ou seja, consorciadas, como na floresta, para manter a fertilidade do solo e ter mais opções de renda. Ao observarem a natureza perceberam que as próprias árvores poderiam servir de sombra para eles durante o manejo e para a plantação, bastando para tanto cultivá-las próximas umas das outras - o que caracteriza o termo adensadas. Vale ressaltar, que os SAF implantados foram diversificados ao longo do tempo e as práticas adotadas diariamente constituíam os princípios da agroecologia, uma vez que cada família possuía inicialmente sua composteira, com a utilização de esterco bovino e o manejo das áreas era realizado através dos mutirões de limpeza que contavam com a contribuição dos membros do grupo ao qual o agricultor dono da área manejada pertencia³⁴.

Em uma pesquisa qualitativa, Vasconcelos *et al.*³⁵, estabeleceu critérios objetivos para uma análise aprofundada de dimensões de sustentabilidade do Projeto RECA, dentre as várias práticas categorizadas entre essas dimensões, citamos algumas captadas pela pesquisa: Utilização de mão de obra da própria comunidade formada nas escolas de famílias agrícolas (EFA), com a utilização do sistema de Pedagogia de Alternância; Modelo de gestão participativo, estimulando o exercício da cidadania; Compromisso formal com a fixação das famílias no campo

³⁴ DOS SANTOS *et al.* **Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado):** uma referência em sistemas agroflorestais. XI Congresso Latino-americano de Agroecologia. Brasília, 2017.

³⁵ VASCONCELOS *et al.* **As dimensões da sustentabilidade dos Sistemas Agroflorestais – SAFs:** um estudo no Projeto de Reflorestamento Consorciado e Adensado – RECA, Ponta do Abunã – RO. Curitiba: DeMA. v. 36, p. 73-93, abr. 2016.

com a organização das famílias em grupos de estudo, trabalho e ajuda mútua; Utilização de culturas adaptadas à região; Busca de alternativas para ajudar na conservação e preservação do meio ambiente e sua biodiversidade; Recuperação de áreas degradadas e de mananciais com plantio de essências florestais nas margens de açudes, riachos, lagos, nascentes e igarapés; Aliança da produção agrossilvícola à conservação da floresta com a prática de florestas produtivas; Financiamento da produção com o pagamento na forma de produção.

Agricultura nas populações tradicionais da Amazônia

A categoria social denominada povos tradicionais da Amazônia abarca uma diversidade de grupos sociais com diferentes culturas. Os povos indígenas, ou originários, os caboclos ribeirinhos e os quilombolas são subcategorias que também abarcam grande diversidade. Nesta parte do capítulo, apresentamos alguns traços sobre modelos e práticas de agriculturas dessas populações. O objetivo é aguçar a curiosidade dos leitores para que busquem conhecer melhor essas práticas agrícolas.

Agricultura indígena

De acordo com o ISA³⁶, em todo o Brasil são mais de 250 povos além dos índios isolados e em toda região Norte, segundo o Censo 2010 do IBGE, são mais 300 mil indivíduos declarados como índios. A seguir no mapa, pode ser visto a dispersão e a quantidade de indivíduos no território brasileiro:

³⁶ ISA – Instituto Socioambiental. Site institucional. Quadro Geral dos Povos. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral> Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

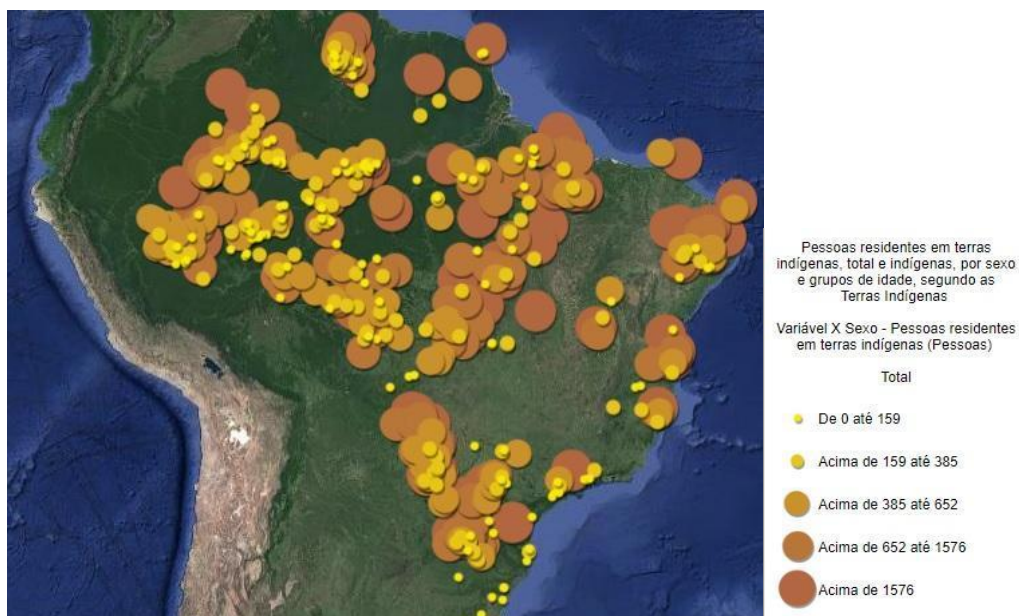


Figura 11.3: Dispersão e quantidade de indivíduos indígenas em terras indígenas em território brasileiro. Fonte: IBGE (2017)³⁷.

O pesquisador Philip M. Fearnside³⁸ faz uma leitura sobre a Agricultura Migratória em terra firme a qual é visto como o método tradicional na Amazônia e em especial dos povos indígenas. É uma agricultura baseada no “corte e queima” com gasto mínimo de esforço humano para se defender da competição do mato e das pragas. Outra definição elaborada pelos autores Pedroso Júnior, Murrieta e Adams³⁹ por meio de releituras é a seguinte:

A agricultura de corte e queima, na sua definição mais ampla, é qualquer sistema agrícola contínuo no qual clareiras são abertas para serem cultivadas por períodos mais curtos de tempo do que aqueles destinados ao pousio (Conklin, 1961; Posey, 1984; Eden & Andrade, 1987; Kleinman *et al.*, 1995 *apud* Júnior, Murrieta; Adams, 2008). McGrath (1987) *apud* Júnior, Murrieta & Adams (2008) a define como uma estratégia de manejo de recursos, onde os campos são rotados de forma a explorar o capital energético e nutritivo do complexo natural solo-vegetação da floresta, muitas vezes constituindo a única fonte de nutrientes para as roças. A agricultura

³⁷ IBGE. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/> Acessado em: 22 de dezembro de 2017.

³⁸ FEARNSIDE, P. M. Agricultura na Amazônia – Tipos de Agricultura: Padrão e Tendências. Belém: UFPA. **Cadernos de Altos Estudos da Amazônia**, NAEA, v. 10, p. 197-252. 1989.

³⁹ PEDROSO JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum**, v. 3, n. 2, p. 153-174, ago. 2008.

de corte e queima é uma adaptação altamente eficiente às condições onde o trabalho, e não a terra, é o fator limitante mais significativo na produção agrícola⁴⁰.

Um ponto bem lembrado pelos autores para diferenciação do método e do uso dos termos agricultura migratória/itinerante e agricultura de corte e queima é que o grau de itinerância ou de proporção de tempo de cultivo / tempo de pousio, bem como a presença da prática da queima pode variar bastante levando a certas inconsistências na denominação, o que faz crer na importância de um melhor debate sobre o assunto assim como a riqueza na descrição dos casos de estudo.

De acordo com Mazoyer e Roudart⁴¹, tal método teria surgido ainda no período neolítico. As grandes áreas de terra permitiam o longo tempo de pousio, coisa de décadas, entre breves períodos de cultivo, de 1 a 2 anos⁴².

Para Fearnside⁴³, durante o período de pousio, a vegetação secundária lenhosa (capoeira, juquira ou quisasa) se apodera das roças “abandonadas” temporariamente, acumulando nutrientes na biomassa das árvores, restituindo ao solo a porosidade e as outras características de uma estrutura física degradada pelo cultivo, por fim, aumentando o conteúdo de matéria orgânica do solo. A fauna do solo retorna levando a uma retomada do ciclo de nutrientes e outros papéis do ecossistema da floresta.

Muitos se questionam acerca da necessidade das queimadas nesse processo. A queimada remove a obstrução física da vegetação morta, libera os nutrientes da planta, tão necessários no solo e, tão importante quanto, eleva o pH. Os solos ácidos produzem plantas mirradas. Durante o período de cultivo, as colheitas normalmente

⁴⁰ BOSERUP, 1965 *apud* PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008.

PEDROSO JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum**, v. 3, n. 2, p. 153-174, ago. 2008.

⁴¹ MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

⁴² FEARNSIDE, P. M. **Agricultura na Amazônia – Tipos de Agricultura: Padrão e Tendências**. Belém: UFPA. Cadernos de Altos Estudos da Amazônia, NAEA, v. 10, p. 197-252. 1989.

⁴³ FEARNSIDE, 1989.

declinam como resultado de uma combinação de exaustão da fertilidade do solo e o aumento de invasão por mato e pragas⁴⁴.

O mesmo autor pondera sobre a questão que leva aos agricultores migrarem e “abandonarem” uma dada roça. Para os próprios, não existiria preocupação com os níveis de fósforo, matéria orgânica ou qualquer outro nutriente do solo, mas antes com o resultado líquido em termos da colheita obtida com seu trabalho. Também poderia haver outros motivos, relativos à existência de caça e pesca no território. O autor também comenta, sobre os revesses na colheita, dizendo que as informações são raras e conflitantes, sendo necessário dados em demasia para estimar sobre o assunto.

Muitos grupos indígenas conheciam sistemas sofisticados de produção que iam desde o uso de calendários agrícolas baseados no posicionamento dos astros celestes, até sistemas de seleção e manejo de solos e diversificação de culturas. É o caso dos *desanas*, dos *mundurukus*, dos *kayapós* e dos *kokomas* citados por Alves⁴⁵. Os primeiros estabeleceram um calendário de atividades de subsistência, determinado pelo aparecimento de constelações. Essas atividades iam desde a época de fazer a limpeza do solo, até a colheita de fruteiras como o abiu (*Pouteria caimito*), pupunha (*Bactris gasipaes*), ingá (*Inga spp.*), cucura (*Porouma cecropiaefolia*).

Os *mundurukus* desenvolveram conhecimentos avançados que corresponde ao que hoje iam desde a topografia, passando pela fertilidade do solo até condições que determinavam o tamanho e a forma do roçado. Segundo Frikel⁴⁶ *apud* Alves⁴⁷, os *mundurukus* faziam a distribuição das espécies no roçado, sendo possível até a confecção de um croqui da área.

⁴⁴ FEARNSIDE, 1989.

⁴⁵ ALVES, R. N. B. Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. 2001. 20 p.

⁴⁶ FRIKEL, P. Agricultura dos índios mundurukus. Belém: Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, n.4, 1959. 35p.

⁴⁷ ALVES, 2001.

Segundo o mesmo autor, a atividade agrícola dos *mundurukus* se dava pela sequência a seguir:

1. Escolha do terreno e qualidade da terra;
2. Determinação do tamanho e forma do roçado;
3. Broca;
4. Derruba da mata;
5. Queima;
6. Coivara e queima da coivara;
7. Cavação e plantação;
8. Primeira e segunda limpeza do roçado;
9. Desmancho do roçado (arrancar a mandioca, colher a safra);
10. Replantação da roça.

Ainda, os *mundurukus*, segundo Frikel⁴⁸ *apud* Alves⁴⁹, elaboraram um sistema de derrubada orientada, hoje conhecida como sistema de “mando”, na qual escolhendo em um canto ou em um dos lados mais altos da área uma árvore maior, que iniciava uma linha imaginária e ia se alargando em forma de cunha. Cortavam, dentro dessa área, todos os troncos pela metade do seu diâmetro, mais ou menos até o tronco emitir um ruído. Finalmente, cortavam aquela árvore maior, derrubando-a por completo e, ao cair, arrastava as árvores vizinhas cortadas pela metade, em uma faixa de comprimento de 100 metros ou mais.

Os índios da Amazônia manejavam com características semelhantes à da vegetação nativa, com alta diversidade de espécies em suas roças e seguindo uma sucessão natural. Assim, no princípio, cultivam espécies de baixo porte e vida curta (os chamados *puru nu*); a seguir, plantam bananeiras e grande diversidade de árvores frutíferas (os *puru tum*); finalmente, introduzem espécies florestais de

⁴⁸ FRIKEL, P. Agricultura dos índios mundurukus. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, n.4, 1959. 35p.

⁴⁹ ALVES, R. N. B. Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. 2001. 20 p.

grande porte (os *ibê*), como a castanha-do-pará, que legam a netos e bisnetos. Os *purutum* e os *ibês* são plantados em clareiras naturais ou artificiais, onde os índios concentram materiais orgânicos retirados de áreas vizinhas⁵⁰.

Segundo Alves, os indígenas da Amazônia são os precursores dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), “inclusive sendo citados como os responsáveis pelo adensamento de espécies como a castanha-do-pará, cacaueiro e diversas espécies de palmeiras, em diferentes sítios da região”. Cita-se o exemplo da reserva dos *kokomas*, em que se notou um adensamento das castanheiras nas zonas de capoeira em pousio (3,09 pés/ha), maior do que em áreas não manejadas (1,79 pés/ha), “o que confirma a ação antropogênica na constituição destes povoamentos”. Quanto a diversidade de espécies, Anderson e Posey⁵¹ *apud* Alves⁵², ao citarem os *kayapós* indicam o registro de até 58 espécies diferentes plantadas por roça.

Segundo Alves, as culturas perenes, como as fruteiras, eram plantadas fora da roça em lugares de frequência e fácil acesso. Já as plantas cultivadas na roça eram:

A mandioca (seis variedades), a manicuera (duas variedades), a macaxeira (duas variedades), o cará (11 variedades), a batata-doce (quatro qualidades), o tajá (duas variedades), o jerimum (vários tipos), a melancia (três variedades), a cana-de-açúcar, o abacaxi (cinco variedades), o milho (duas variedades), o arroz, a fava (três variedades), o amendoim, o tabaco e o curará. Na roça, cultivavam-se, ainda, a pimenta (quatro variedades), a banana (11 variedades), o algodão (duas variedades), o urucu e o mamão (duas variedades). Estas plantas eram encontradas também eventualmente fora da roça. As plantas como a cueira, jamaru, flexeira, cafeeiro, cacaueiro, genipapeiro, ingazeiro, limoeiro, laranjeira, mangueira e cajueiro eram cultivadas fora do roçado. Foram influência, principalmente de missões religiosas, o cultivo de espécies como o arroz, o milho, o gerimum, a fava, a mangueira, a laranjeira, o limoeiro, o cafeeiro e

⁵⁰ ANDERSON, A.R.; POSEY, D.A. Reflorestamento Indígena. **Ciência Hoje**, Volume Especial Amazônia. p. 6-12, 1991.

⁵¹ ANDERSON; POSEY, 1991.

⁵² ALVES, 2001.

certa qualidade de cacaueteiro (FRIKEL⁵³ *apud* ALVES)⁵⁴.

Ainda, os *mundurukus*, plantavam certas espécies chamadas pelos caboclos de “cheiro”. As quais muitas serviam para banhos e dar ao corpo e ao cabelo um cheiro mais agradável. Algumas ervas eram também usadas com fins medicinais e para práticas de superstições e feitiços⁵⁵.

É peculiar desses sistemas de plantio a criação de barreiras biológicas que reduziam a propagação de pragas e doenças, em função da alta variabilidade genética do material de cultivo e da diversificação das espécies cultivadas.

Entre os índios *mundurukus*, a lógica de plantio ocorria por meio de uma alternância entre os sexos – homens abriam as covas e as mulheres plantavam, no caso da mandioca, a maniva e fechavam a cova. Para maiores detalhes consultar Alves⁵⁶. Segundo o mesmo autor, dentre os índios *mundurukus*, a matéria-prima e os produtos de cestaria eram exclusividade e propriedade dos homens, enquanto o barro e artigos de olaria da mulher. Pela tradição, o trançado era um trabalho feito somente pelos homens e a louça pelas mulheres. Outra característica peculiar dos sistemas de plantio indígenas eram os chamados “*puxirum*” ou “*ajuri*”⁵⁷. Algo que também é típico entre os caboclos, chamados de “mutirão”, são os plantios consorciados, em grupo no sentido de auxílio mútuo.

O uso de ferramentas pelos índios foi influência dos colonizadores. Os *mundurukus*, já em 1959, usavam enxadas e até ferro de covas, como resultado desta interferência em seus sistemas de cultivo⁵⁸. Hoje a agricultura indígena, assim como é a agricultura cabocla, sofreu uma especialização. Como o caso dos *kokomas*, citado por Alves, a atividade agrícola se baseia essencialmente na produção da mandioca

⁵³ FRIKEL, P. Agricultura dos índios mundurukus. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n.4, 1959. 35p.

⁵⁴ ALVES, R. N. B. Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. 2001. 20 p.

⁵⁵ ALVES, 2001.

⁵⁶ ALVES, 2001.

⁵⁷ ALVES, 2001.

⁵⁸ FRIKEL, 1959 *apud* ALVES, 2001.

e macaxeira para produção de farinha. Os autores citam até que há uma redução de material genético entre as variedades de mandioca (*Manihot esculenta*) em busca de selecionar as de maior rendimento e de característica de maior valor comercial. Concluem dizendo que a especialização das culturas se deu pela imposição do mercado transformando a agricultura indígena, no caso estudado, em monocultivo de mandioca.

Agricultura quilombola

A maior parte da presença remanescente quilombola se encontra nos estados do Pará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Dentre todos os estados do Brasil, apenas Acre, Roraima e Distrito Federal não se tem a presença registrada dessas comunidades⁵⁹. Em especial, iremos citar dois casos no Pará e assim como dito sobre os povos indígenas e seus modos de uso do solo, também não iremos avançar sobre toda a diversidade quilombola.

O primeiro caso é do Quilombo Ilhas de Abaetetuba no município de Abaetetuba na região nordeste do Pará. Comunidade remanescente de quilombo onde é presente o regime comum de propriedade e os limites de cada sítio são reconhecidos sem necessidade de demarcação, apenas sendo reconhecido o direito de uso entre as famílias⁶⁰. A estrutura fundiária da região foi desenhada a partir de uma estrutura em que quem usava a terra não detinha a posse e quem detinha a posse não usava a terra.

Segundo Nahum⁶¹, em sua origem essas comunidades gravitavam em torno dos engenhos, realizando pesca, cultivo de gêneros alimentícios, fabricação de telhas e tijolos, extração de açaí e de frutas, além da criação de animais domésticos. Dentre essas atividades, a mais importante hoje é a olaria, que ainda preserva condições de

⁵⁹ SEPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**: Programa Brasil Quilombola. Brasília: Presidência da República. 2013.

⁶⁰ NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Revista de Geografia Agrária**, v. 6, n. 12, p. 79 – 103, ago., 2011.

⁶¹ NAHUM, 2011.

trabalho insalubres e de forte dependência dos atravessadores. Nas palavras de um dos entrevistados por Nahum⁶²:

O cara trabalha porque o ramo aqui... é ...barro, olaria; se fechar as olarias nós vamos urrar um bom bocado; lavoura a gente não pode fazer, porque a gente não tem o recurso; e a lavoura ainda é pior; porque você depende do ano para lavoura; aqui na telha você depende de quinzena; na lavoura cê vai fazer a roça, queimar, plantar, com um ano você vai colher, por que quem é que vai comprar maniva sua desse tamaninho, se cê mete milho, arroz, cê dança porque a terra aqui não é boa; o pessoal tentou cria peixe, mas não deu e estão pra acabar os peixes aqui do rio.

Essa é uma exemplificação da precariedade econômica das comunidades tradicionais da Amazônia. E tanto as condições de vida, como o modo de vida e reprodução dessa comunidade remanescente quilombola pode ser, sim, enquadrada como camponesa, enfrentando adversidades para sua sobrevivência e destituídos de políticas concretas e efetivas de Estado que contribuam para seu modo de reprodução.

Outros casos de comunidades remanescentes quilombolas é a das comunidades no município de Oriximiná – Boa Vista, Água Fria, Trombetas, Erepecuru, Alto Trombetas 1, Alto Trombetas 2, Ariramba e Cachoeira Porteira⁶³. Nessas comunidades para garantir sua alimentação e a geração de renda, os quilombolas dependem em muito de suas florestas, onde caçam e coletam uma infinidade de produtos, como a castanha, o açaí, a bacaba, o cipó-titica, a palha e o breu. Os produtos extraídos de seus territórios são utilizados não só como alimento, mas também na confecção de suas casas, na produção de utensílios e ainda para fins terapêuticos. Sua alimentação básica são o peixe e a farinha de mandioca. A caça e as frutas da floresta complementam sua dieta alimentar. Os alimentos adquiridos na cidade são, basicamente, açúcar, café, macarrão, arroz, feijão, sal, óleo e biscoitos. Cada família possui seu roçado, onde planta principalmente a mandioca, o milho e

⁶² NAHUM, 2011.

⁶³ Comissão Pró-Índio de São Paulo. *Site institucional*. São Paulo, SP, 2020. Disponível em <<http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

a banana. Com importância relativa bem menor, são cultivados também: feijão, arroz, caupi, hortaliças, abacaxi, cana-de-açúcar, tabaco, cupuaçu, acerola, coco e pupunha.

O sistema de cultivo é baseado nas operações de broca, derruba, queima e coivara, também conhecido por sistema itinerante. Homens e mulheres trabalham na agricultura. Os primeiros se dedicam principalmente às operações de broca e derruba; as mulheres, ao plantio e à capina do roçado. Embora cada família tenha seu próprio roçado, é comum a organização de puxiruns (denominação regional para mutirão), em que toda a comunidade se reúne para trabalhar em um único roçado.

A maior parte da produção agrícola destina-se ao autoconsumo. O restante (principalmente de banana e farinha de mandioca) é comercializado na cidade de Oriximiná. As principais dificuldades para comercializar a produção em melhores condições são as grandes distâncias dos mercados consumidores e a falta de transporte. Desafios que por meio da Cooperativa do Quilombo (CEQMO) os quilombolas buscam superar.

O sistema produtivo dos quilombolas de Oriximiná determina uma ocupação peculiar de seu território, caracterizada pela divisão entre a região das residências e das plantações (nas margens dos rios e lagos) e a região de extrativismo (situada nas áreas de mata). A exploração de cada uma dessas regiões dos territórios varia durante o ano. No verão, dedicam-se mais intensamente aos roçados, localizados nas proximidades dos centros comunitários. E essa também é a época de melhores oportunidades para a pescaria. Já no período de inverno (época das chuvas), os quilombolas deslocam-se para as matas a fim de realizar a coleta da castanha.

Um ponto importante da relação com a terra, que passa pela forma como lidam com a natureza, são os conflitos existentes com a sobreposição de Unidades de Conservação e os Territórios de Quilombolas. Com o advento das Unidades de

Conservação de Uso Sustentável muitos territórios remanescentes de quilombos foram sobrepostos e desde então, estão à mercê dos Planos de Manejo dessas UC's⁶⁴.

A respeito de políticas públicas para as comunidades remanescentes de quilombos, em 12 de março de 2004 foi lançado o Programa Brasil Quilombola e que teve como desdobramento a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007) que agrupa em 4 eixos as ações em diversas áreas voltadas as comunidades – Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local, Direitos e Cidadania⁶⁵. Essas ações nada mais são do que um apanhado de políticas que já existem e algumas novas direcionadas para as comunidades remanescentes de quilombos.

Interessante citar o “Selo Quilombos do Brasil”, uma marca lançada em 2009 pelo Governo Federal e que tem como administrador de uso o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). É uma identificação de origem, que visa atribuir identidade cultural aos produtos de procedência quilombola, a partir do resgate histórico dos modos de produção e da relação das comunidades com determinada atividade produtiva⁶⁶.

A cultura da mandioca em comunidades da Amazônia

A mandioca é a principal cultura agrícola de comunidades da Amazônia, sendo o estado do Pará o maior produtor brasileiro em 2017⁶⁷. Dentre os países que a FAO (*Food and Agricultura Organization*)⁶⁸ tem levantamento de dados, em 2016 ela foi a 10ª mais produzida no mundo, sendo o Brasil o 3º maior produtor⁶⁹. A

⁶⁴ TRINDADE, J. S. B. Territorialidade, Conflito e Autonomia no Território Quilombola do Curiaú (AP). In: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia – Políticas da Antropologia: Ética, Diversidade e Conflitos. João Pessoa, 2016.

⁶⁵ SEPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**: Programa Brasil Quilombola. Brasília: Presidência da República, 2013

⁶⁶ SEPIR, 2013

⁶⁷ BONATO, I. T.; GUTH, T. L. F. **Conjunturas da Agropecuária**: Mandioca – Raiz, Fécula e Farinha. Brasília: CONAB. Jul. 2017.

⁶⁸ Foi considerado o alimento do século XXI pela Organização das Nações Unidas (ONU).

⁶⁹ FAOSTAT. Site institucional. Disponível em <<http://faostat.fao.org>> Acesso em 25 de dezembro de 2017.

mandioca é uma planta originária da região Amazônica. Possivelmente, os primeiros índios a se utilizarem da mandioca foram os que habitavam a divisa entre a Amazônia e o Cerrado, atualmente a região de Rondônia e Mato Grosso. Contudo, são poucas as informações sobre o manejo indígena que possibilitou a transformação de espécies selvagens em uma das principais espécies domesticadas do mundo.^{70, 71}

Um ponto interessante a se considerar, é que esses levantamentos não levam em consideração a diversidade de variedades de mandioca. Por exemplo, na região Norte do Brasil, na Amazônia, se utiliza muito o termo macaxeira para reunir as variedades mais “mansas” e mandioca para as mais “bravas”. Como se pode ver, variedade não carrega uma noção universal, sendo algo localmente definido pelas populações e até mesmo diferente entre os indivíduos que as manejam:

Uma variedade é constituída por um conjunto de indivíduos que apresenta características suficientemente semelhantes – e suficientemente diferentes daquelas observadas em outros conjuntos – para ser reconhecido como um grupo à parte e identificado por um nome exclusivo. O nome é um atributo essencial da variedade, principalmente nas populações tradicionais, pois dá sentido ao objeto e permite a sua inserção em um universo de referências culturais⁷².

Ser “mansa” significa possui menor quantidade de compostos cianícos e “brava” significa possuir maior quantidade. E nesse espectro variável existem diversas variedades que mudam também de cor da polpa, teor de fécula, teor de açúcar, textura e a toxicidade. Essa característica tóxica da planta é dada pela presença dos compostos cianícos e de enzimas capazes de degradar estes compostos liberando o chamado “veneno” – ácido cianídrico (HCN)⁷³. Segundo o autor, tal

⁷⁰ VALLE, T. L. “Mandioca: dos índios aos agronegócios.” IAC – Instituto Agronômico de Campinas. Disponível em: <http://www.abam.com.br/artigos/IAC%20-%20Mandioca.doc> Acesso em 8 de Maio de 2013

⁷¹ VILPOUX, O. Produção de farinha d’água no Estado do Maranhão. In: CEREDA, P. M., VILPOUX, O. *Culturas de Tuberosas Amiláceas Latino Americanas*. São Paulo: Fundação Cargill, 2003. v.3. cap. 21, p. 621-642

⁷² EMPERAIRE, L. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v.32, pp. 23-35, 2005.

⁷³ LORENZI, J. O. Mandioca. 2. ed. Campinas: CATI, 2012. 129 p.

princípio é considerado como parte dos mecanismos de defesa desenvolvidos ao longo de sua evolução contra pragas e doenças.

As amarelas costumam ter sabor mais forte e as brancas, sabor mais fraco. Essa característica está ligada a presença dos compostos cianídricos, sendo as “bravas” e amarelas com sabor mais forte e as brancas e “mansas” com sabor mais fraco. Em termos de quantidade da presença dos compostos, as “bravas” são aquelas com mais de 100 ppm, já as “mansas” são as que apresentam quantidade abaixo disso⁷⁴. As “mansas” podem ser consumidas após um simples cozimento, já as “bravas” necessitam de um processo mais complexo de desintoxicação.

Iremos dar um exemplo mais a frente do processo de desintoxicação para obtenção de um tipo de massa e depois de um tipo de farinha. Antes, é importante lembrar-se da agrobiodiversidade e o cultivo das variedades como forma de enriquecê-la, de enriquecer o roçado, ou como Torres⁷⁵ nomeou – Despensa Viva. A quantidade de variedades e seus nomes variam entre os grupos sociais e dentre os territórios da Amazônia. Apesar de ser possível encontrar similaridades causadas, principalmente, pelos intercâmbios e trocas⁷⁶.

Esse texto da autora trás o elemento mercado como fator de especialização no manejo da mandioca e que isso pode reduzir ou até fazer sumir diversas variedades. No caso mais dinâmico, existe uma prioridade anterior ao mercado que é a sobrevivência da família ou do grupo social. Já no segundo caso, com uma maior inserção e dependência do mercado ocorre uma especialização que busca garantir certa qualidade em algumas características – como cor e quantidade de fécula (amido).

⁷⁴ EMPERAIRE, L. A agrobiodiversidade em risco: o exemplo das mandiocas na Amazônia. Instituto Ciência Hoje: Rio de Janeiro. **Ciência Hoje**, 2002.

⁷⁵ TORRES, M. A despensa viva: um banco de germoplasma nos roçados da floresta. UNIOESTE: Marechal Cândido Rondon. **Revista Geografia em Questão**. v. 4. n. 2. p. 113-138. 2011.

⁷⁶ EMPERAIRE, 2002.

Mas uma distinção é necessária nessa relação com o mercado. Já definimos bem o que é agricultura camponesa, empresarial e capitalista. E todas as três se relacionam com o mercado, mas apenas a camponesa possui o fator interno de sobrevivência e autoconsumo como condição. E isso vai definir o modo de produção camponesa e no caso, o manejo dos cultivos de mandioca. Na Amazônia, apesar das grandes distancias e dos relativos poucos mercados, o cultivo diverso de mandioca é persistente seja em maior grau, seja em menor grau.

Existe aquela mandioca com forte cor amarela, mas que dá pouca farinha e aquela outra que dá muita farinha, mas com uma cor amarela mais tênue. E mesmo buscando satisfazer o mercado, a realidade variável da natureza com o qual o agricultor lida o faz manter a diversidade por meio de combinações. É assim que ele também sobrevive, é assim que ele mantém uma agrobiodiversidade.

A construção dos roçados de mandioca se dá nas áreas descansadas e com o terreno preparado, parte-se para etapa de plantio que se dá por meio do corte do caule das variedades escolhidas pelo produtor. Esse pedaço cortado com comprimento aproximado de um metro é conhecido como maniva e seu destaqueamento é realizado, a princípio, com o intuito de guardá-la para o momento adequado de plantio. Esse processo é conhecido cientificamente como propagação vegetativa, no qual há a clonagem de um indivíduo – planta que foi retirada a maniva e os subsequentes pedaços –, que neste caso, ocorre pela ação humana⁷⁷.

Levantamentos realizados e citados pelo mesmo autor estimam que a produtividade decorrente de um bom manejo de um solo resultante do corte-e-queima é de 100 sacos de farinha de mandioca por hectare. Contudo, segundo este mesmo autor, em condições climáticas semelhantes em localidades diferentes na Amazônia, alguns detalhes deste manejo do solo podem servir como parâmetros

⁷⁷ TORRES, M. A despensa viva: um banco de germoplasma nos roçados da floresta. **Revista Geografia em Questão**, v. 4. n. 2. p. 113-138. 2011.

para comparações: variedades de mandioca cultivadas; local onde será o roçado e o tempo do pousio.

Devido ao alto impacto ambiental provocado pelas queimadas, o método do corte-e-queima é malvisto por muitas entidades de assistência técnica rural e, principalmente, pelos órgãos ambientais de fiscalização. Com isso, tal prática tem sido desestimulada frente a outros métodos de manejo do solo. Como alternativa, são ensinadas aos agricultores (as), desde práticas adquiridas pelos “Pacotes Tecnológicos” de aplicação e uso massivo de adubos químicos, fertilizantes e agrotóxicos (herbicidas e inseticidas) até práticas agroecológicas que buscam utilizar elementos próprios do meio ambiente ou externo, mas que respeitem princípios de conformidade orgânica. Pesquisas que buscam resgatar e legitimar práticas agroecológicas, principalmente, entre os pequenos produtores (em sua maioria de base familiar) têm se tornado frequentes junto aos institutos de pesquisas.

No caso da cultura da mandioca, são avaliadas desde técnicas que se utilizam do cultivo consorciado com outras culturas⁷⁸ até a utilização de adubos orgânicos que busquem melhorar o manejo das plantas e a fertilidade do solo. Baseados em relatos dos próprios agricultores (as) de um município do Pará, Modesto Júnior, Alves e Silva⁷⁹, não só indicam a retirada da queima do manejo tradicional da mandioca, como também consideram necessária uma política pública para correção dos solos (com a aplicação de calcário ou rocha fosfatada) em regiões degradadas. Lembrando que nenhum desses pesquisadores considerou a possibilidade do plantio de diferentes variedades de mandioca como estratégia a ser seguida. Priorizaram em suas indicações a variedade com maior produtividade (kg/ha) de raiz.

⁷⁸ SILVA, A. F., SANTANA, L. M., FRANÇA, C. R. R. S., MAGALHÃES, C. A. S., ARAÚJO, CÂNDIDO, R., AZEVEDO, S. G. Produção de diferentes variedades de mandioca em sistema agroecológico. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v.13, n.1, p.33–38, 2009.

⁷⁹ MODESTO JÚNIOR, M. de S.; ALVES, R.N.B.; SILVA, E. S. A. Sistema Agroecológico de Produção de Mandioca em Roça em Fogo Associado ao Trio da Produtividade, em Cameté – Pará. EMBRAPA Amazônia Oriental: 2011.

Já na academia e nos centros de pesquisa especializada (EMBRAPA, por exemplo) os estudos se dividem. Há os que trabalham para selecionar variedades mais produtivas ou de acordo com os desejos do mercado e até mesmo desenvolver novas variedades, e há os que acreditam no potencial da diversidade dos cultivos.

No Brasil, o principal derivado da mandioca é a farinha com diferentes granulações, sabores e consumida de diferentes formas. Nos estados do Norte, ela está presente em pratos acompanhados desde o caldo do açaí e o café até o peixe cozido. Porém, o produto considerado mais nobre, não só do ponto de vista econômico, mas, principalmente, pela diversidade de usos é a fécula (amido) – chamada de “goma” no Norte e Nordeste e de polvilho nos estados do Sul e Sudeste.

São diversas as possibilidades de aplicações do amido da mandioca. Sua versatilidade permite o uso tanto na forma bruta ou modificada (química, física ou biologicamente) e seu uso tem crescido como insumo na indústria alimentícia, química, têxtil, farmacêutica, etc⁸⁰.

Além das raízes, também a parte aérea da mandioca, suas folhas e as manivas possuem utilidade e são costumeiramente utilizados com um devido fim. Com as folhas se faz tanto alimento para consumo humano como ração para consumo animal. E as próprias hastes ou manivas são usadas como sementes na etapa de plantio dos roçados como parte do processo de propagação vegetal da mandioca.

Em uma pesquisa realizada em roçados de 76 famílias em 12 comunidades diferentes das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amaná e Mamirauá no município de Tefé (localizado na região sul do estado do Amazonas), apesar de se identificar a partir do aumento do grau de especialização da produção um processo de diminuição da diversidade de variedades, foram encontradas até 19 variedades diferentes de mandioca em uma comunidade e até nove variedades de macaxeira. Na realidade estudada neste trabalho, as estratégias adotadas pelas famílias iam desde uma busca maior por diversidade de variedades, no caso das que

⁸⁰ LORENZI, J. O. **Mandioca**. 2. ed. Campinas: CATI, 2012. 129 p. (Boletim técnico CATI, 245).

produziam mais para subsistência, até as famílias que vivem basicamente da produção de farinha e por isso selecionavam algumas poucas variedades em conformidade com o desejado pelo mercado⁸¹.

Por fim, iremos tratar do subproduto mais comum no Brasil e também na Amazônia – a farinha. Em especial, um tipo de farinha comum na região Norte do país, a farinha d'água. Souza⁸² em sua pesquisa na comunidade ribeirinha de Calama, região distrital de Porto Velho (RO), identificou um modo de fazer típico de um bairro daquela comunidade, na qual ocorrem as farinhadas.

O processo de produção de farinha d'água se caracteriza por, dentre outros aspectos, ter duração de quatro dias para o beneficiamento passando por 18 etapas; ser um complexo processo que envolve 13 diferentes atividades (colher, descascar, lavar, fermentar, sevar, tirar goma e tucupi, misturar, prensar, ralar, escaldar e torrar - fornada, prensar e peneirar); ter constantes indicações de preocupação com higiene pelas famílias, como as etapas intercaladas de lavagem; e possuir a etapa característica da pubagem (fermentação) com duração entre 48 e 72 horas sendo a principal etapa responsável pelo diferencial da farinha d'água, a massa puba (fermentada).

Considerações finais

Com tudo que foi dito até então neste capítulo, fica claro que existem diferenças, mas que também há semelhanças que vão além das interfaces entre os grupos. Indo além na diferenciação deles, o sociólogo rural Ploeg considera que “as interligações entre os três grupos agrários e a sociedade em geral são estruturados em muitas formas distintas” e também as diferenças. E a “essência dessa diferença

⁸¹ PEREIRA, K. J. C., **Agricultura tradicional e manejo da agrobiodiversidade na Amazônia Central**: um estudo de caso nos roçados de mandioca das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá, Amazonas. Tese de Doutorado. USP/ESALQ: 2008.

⁸² SOUZA, L. M. **As transformações tecnológicas na produção familiar de farinha de mandioca**: um estudo de caso sobre a farinha d'água em Calama, município de Porto Velho. Trabalho de Conclusão de Curso (EngeUFSCar), 2013.

reside em outro lugar, isto é, nas diferentes formas de estruturar o social e o material”.

O mesmo autor irá, portanto, destacar dois modelos dominantes que dialogam e complementam o que foi dito até aqui sobre a “Via Camponesa”, tradicional e a via convencional, do Agronegócio, modelo dos Impérios Alimentares. Sendo a categoria camponesa presente e homônima da 1ª via, a empresarial e a capitalista, na nossa visão, recorrente na 2ª via:

Um desses modelos centra-se na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. O outro fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial” – os Impérios Alimentares⁸³.

A supressão das formas camponesas de agricultura é algo que ocorre também na Amazônia, apesar da imensidão territorial. Isso se dá muitas vezes pelo não conflito entre os modelos, e sim pela subserviência e pela submissão do tradicional ao Agronegócio. Submetendo e no limite desaparecendo com o seu modo de reprodução e ocupação das terras.

De todo modo, foi necessária uma simplificação para descrever os tipos de agriculturas na Amazônia. Em ocorrência aos dois modelos de produção postos frente a frente, há também a análise sociológica que parte de uma categorização para abordar as características e contradições dos tipos e modelos. Optamos por utilizar tais categorias por acreditar que servem como um esquema e não de forma simplista, para didaticamente apresentar uma realidade que não é escassa em contradições e produto contínuo da ação humana, seja por políticas públicas seja por atividades privadas individuais e coletivas.

⁸³ PLOEG, J. D. V., **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

12. Turismo comunitário e participativo: potencialidades e desafios em comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira

Frederico Yuri Hanai
Maiara Rosa Silva Nunes

Introdução

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT)¹, “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

Para Grimm e Sampaio², para conceituar o turismo deve-se entender que ele envolve o deslocamento de pessoas ao destino, ou seja, para os lugares que ofertam um produto turístico capaz de motivá-las a viajarem.

Além disso, deve-se considerar que o turismo também se realiza por meio das pessoas nos destinos turísticos, sejam elas envolvidas ou não (direta ou indiretamente) com as atividades turísticas para receberem e/ou recepcionarem os turistas.

São diversas as modalidades de turismo, e a segmentação existe com a finalidade de planejamento, gestão e identificação de intenções de lazer e viagens. São alguns deles: Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural, Turismo de Base Comunitária, Turismo de Saúde, dentre outros.

¹ cf. p. 371. OMT. Organização Mundial de Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

² GRIMM, I.J., SAMPAIO, C.A.C. Turismo de Base Comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19, p. 57-68, março de 2011.

O Brasil é um país com grande potencial turístico, possui uma grande pluralidade de atrativos brasileiros nos diversos segmentos, combinado com a possibilidade de desenvolver economicamente regiões de diferentes contextos sociais e culturais do país.

Especificamente na Amazônia, a diversidade, a beleza e a relevância de suas paisagens naturais, a cultura, os saberes e os conhecimentos de povos tradicionais, as habilidades produtivas de suas populações e os serviços ambientais prestados ao país e ao planeta geram oportunidades de alta relevância para o desenvolvimento do turismo na região, principalmente relacionado às atividades na natureza, nos rios, nas florestas e nas comunidades culturalmente tradicionais.

O Turismo na Amazônia configura-se como um novo conteúdo de inserção do território amazônico, ao cenário econômico nacional e internacional, decorrentes de vetores de desenvolvimento industrial, tecnológico e ecológico³.

No estado do Amazonas, os dados em relação à atuação do turismo são satisfatórios: durante o ano de 2018, o volume de visitantes chegou a 607.973, um crescimento de 3,67% em comparação com 2017, quando o estado recebeu 586.470 turistas, já em 2019 de janeiro a maio o aumento de visitantes já representa 3,32%⁴.

No Amazonas, segundo Novo⁵, algumas comunidades estão adotando o turismo de base comunitária como alternativa econômica, sendo que algumas destacam-se internacionalmente por desenvolverem o “ecoturismo de base comunitária”.

³ SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no Município de Silves, Amazonas. **Pasos**, v. 1, n.1, p. 39-50, 2003.

⁴ AMAZONASTUR. **Aproximadamente 286 mil turistas desembarcaram no Amazonas, em 2019, aponta Amazonastur**. 2019. Disponível em: <http://www.amazonastur.am.gov.br/aproximadamente-286-mil-turistas-desembarcaram-no-amazonas-em-2019-aponta-amazonastur/>.- Acesso em 07 de setembro de 2019.

⁵ NOVO, C.B.M.C. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM): caracterização e análise crítica**. 2011, 142p, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2012.

Entretanto, como toda e qualquer atividade voltada para o mercado e capitalização dos bens naturais, o turismo pode vir a ser uma via de degradação ambiental, descaracterizar a cultura local, intensificar problemas de infraestrutura urbana, pois a exemplo de outras localidades, o turismo sendo somente um produto de consumo torna-se ao longo dos anos cada vez mais intenso e massificado, gerando impactos cada vez mais drásticos ao espaço onde se desenvolve, dando à atividade o aspecto de “indústria” que degrada o meio ambiente⁶.

Assim, para que isso não ocorra, propostas de um turismo alternativo emergiram e passam a ser compreendidas de duas maneiras: a primeira como uma expressão contendo os anseios e ideais de mudança em relação ao turismo convencional e aos problemas advindos deste; e a segunda como uma forma alternativa de se praticar o turismo buscando uma experiência mais autêntica e verdadeira dos destinos visitados⁷.

É nesse contexto que surge o Turismo de Base Comunitária (TBC), uma nova forma de pensar e de desenvolver o turismo, permitindo que independentemente da localidade e do segmento predominante, a atividade turística possa ser desenvolvida com premissas sustentáveis.

O TBC configura-se institucionalmente em 2003, quando foi criado o Ministério do Turismo e elaborado o Plano Nacional de Turismo (2003/2007)⁸ que traz um compromisso explícito no tópico 6.5.3 – Fomentar o TBC:

Fomento e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo, por meio da organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de

⁶ cf. p. 213. LOBATO, F.H.S.; et al. **Turismo de Base Comunitária**: o caminho para a inclusão social, conservação ambiental e geração de emprego e renda na comunidade de Santa Maria do Baixo Acará - Trilha do Cutiti (PA). Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, p.213.

⁷ FROESE, V. F. **Ecoturismo de Base Comunitária**: possibilidade para o desenvolvimento turístico em Oriximiná/PA. 2009. 128p. Monografia (Graduação em Turismo) UFF, Niterói, 2009.

⁸ MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo**: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. 2013-2016. 2013.

redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, para inserção desses produtos na cadeia produtiva do turismo, particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente. Finalidade: promover a qualificação e a diversificação da oferta turística, com a geração de trabalho e renda, e a valorização da cultura e do modo de vida local⁹.

Embora o turismo seja uma atividade já tradicional no Brasil, a discussão acerca de um planejamento adequado para o seu desenvolvimento ainda é nova, considerando o TBC, o cenário é ainda mais recente.

Quando o foco é o território amazônico, onde o TBC vem crescendo, ressalta-se a relevância de seu adequado desenvolvimento, considerando o rico ativo socioambiental da região e o fato dessas iniciativas serem impulsionadas grande parte por organizações externas.

É preciso inserir os “povos da floresta” nesse movimento para que haja a valorização do modo de vida e identidade cultural das comunidades tradicionais receptoras e a promoção da conservação *in situ* da biodiversidade.

Porém, Novo¹⁰ evidenciou que poucas experiências de turismo de base comunitária existentes na Região Metropolitana de Manaus (a partir de aspectos socioespaciais), por exemplo, estão apoiadas nas práticas de seus pilares e princípios conceituais (pois ainda há pouco entendimento sobre o turismo de base comunitária), já que a maioria das iniciativas realiza o turismo de forma convencional.

Nesse contexto, é que a discussão de um turismo com uma vertente de Responsabilidade Socioambiental e que seja alternativo ao turismo convencional, precisa estar em pauta nos diferentes espaços em que haja partes interessadas em seu desenvolvimento, desde a associação de moradores de uma comunidade, até as

⁹ MTUR, 2013, p. 99.

¹⁰ NOVO, C.B.M.C. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM):** caracterização e análise crítica. 2011, 142p, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2012

cúpulas responsáveis por políticas públicas que fomentarão tais atividades, passando pelos turistas e envolvendo também o setor privado.

Impactos do desenvolvimento do turismo

O turismo é um fenômeno que demonstra contínuo crescimento em escala global, sendo a maioria deste crescimento ocasionado pelo desenvolvimento do turismo massificado (turismo em massa), que se configura como a existência de muitos turistas ao mesmo tempo numa mesma localidade receptora.

A forte expansão do turismo vem exercendo crescente pressão sobre os atrativos naturais, históricos e promovendo transformações sociais e culturais em destinos turísticos, pois estes são motivos de forte demanda para visitação e bases para o desenvolvimento das políticas nacionais de turismo.

Conseqüentemente surge a intensificação dos impactos sobre os recursos naturais e os aspectos socioculturais locais, provocada principalmente pelo fluxo intenso de visitantes, gerando efeitos negativos indesejáveis e muitas vezes irreversíveis, que devem evitados ou minimizados.

Diante de todas as potencialidades que o desenvolvimento do turismo apresenta, é importante a análise crítica da atividade turística no âmbito local e na realidade brasileira, pois:

O turismo muitas vezes é mais uma forma de exploração de belezas naturais de países pobres, especialmente de regiões tropicais que, dependentes de avanços tecnológicos, são detentoras de áreas naturais menos degradadas e não tão fortemente atingidas pela poluição¹¹.

Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras e destinos turísticos. Os impactos gerados pelo turismo podem atingir o

¹¹ cf. p. 106. CORIOLANO, L.N.M.T., VASCONCELOS, F. P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista brasileira de desenvolvimento regional**, v. 1, n. 1, p. 95-111, 2013.

meio ambiente natural, físico, ou ecológico, e provocar alterações sociais, culturais e econômicas, resultando em consequências positivas ou negativas¹².

Alguns exemplos de impactos positivos (benéficos) do desenvolvimento da atividade turística são: diversificação da economia local; aumento do desenvolvimento regional; melhoria da distribuição de rendimentos; movimentação do comércio; aumento de investimentos; melhoria da infraestrutura; preservação de locais, patrimônios históricos e culturais; resgate e valorização de tradições, cultura e identidade locais; melhoria da autoestima de comunidades; oportunidades de empregos e de negócios; aumento da receita e da arrecadação de impostos; conservação da natureza; melhoria da qualidade ambiental.

Apesar de o turismo proporcionar diversos benefícios onde se desenvolve, várias situações têm contribuído significativamente para a ocorrência de muitos impactos ambientais, sociais e culturais negativos.

O turismo pode causar diversos impactos negativos (maléficos), tais como: destruição da paisagem natural, dos atrativos naturais, da fauna e da flora; vandalismos; sujeira; poluição; danos a locais históricos e patrimônio cultural; perda da cultura tradicional e da identidade local; sobrecarga da capacidade de suporte dos locais atrativos; insatisfação dos moradores locais e dos turistas; aumento de problemas sociais (violência, crimes, marginalização); inflação (aumento generalizado do preço dos produtos); exploração econômica e interesses corruptos; valorização de imóveis e especulação imobiliária; gentrificação (deslocamento de moradores tradicionais de suas origens, terras e propriedades), exclusão social, dentre outros.

¹² PIRES, P.S. **Ecoturismo no Brasil**: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista. 1998. 218 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 1998.

RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999. 199 p. (Coleção Turismo).

O turismo é uma atividade ambivalente que pode servir para ativar, dignificar e reconhecer o valor da cultura local, ao mesmo tempo que pode produzir situações de choque cultural e perda da identidade¹³.

O impacto causado pelos visitantes em uma localidade não depende somente do número de pessoas (nível de uso), mas também das atividades que realizam e especialmente da vulnerabilidade ambiental, social e cultural. A distribuição dos impactos está muito relacionada com a distribuição dos visitantes no tempo e no espaço e de seus comportamentos¹⁴.

As variáveis que provocam os impactos do turismo possuem natureza, intensidade, direções e magnitude diversas. Os impactos negativos sobre o meio ambiente natural e sociocultural superam os positivos, e pelo fato dos efeitos interagirem, tornam-se geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural¹⁵.

O turismo tem se revelado, com raras exceções, altamente predatório dos ecossistemas naturais, em função do imediatismo consumista que transforma tudo em mercadoria¹⁶.

O progresso turístico de uma região se faz a partir da utilização dos recursos naturais e socioculturais do local, pois são sobre os quais os produtos turísticos se apoiam e se mantêm, devendo desta forma, contribuir com ações de conservação e auxiliar em processos sustentáveis de desenvolvimento.

¹³ OMT. **Agenda para planificadores locais: turismo sostenible y gestión municipal**. Madrid: OMT, 1999. (Edición para América Latina y el Caribe).

¹⁴ ANDRÉS ABELLÁN, M.; CERRO BARJA, A.; BENAYAS DEL ÁLAMO, J. Propuesta de un modelo para identificar impactos ambientales del turismo en espacios naturales. **Cuadernos de Turismo**, n.5, p.7-17, 2000.

¹⁵ RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999. 199 p. (Coleção Turismo).

¹⁶ QUEIROZ, O.T.M.M. **Impactos das atividades turísticas em área de reservatório: uma avaliação sócio-ambiental do uso e ocupação na área da Represa do Lobo, município de Itirapina, SP**. 2000. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2000.

As atividades associadas ao turismo acarretam inúmeros impactos, efeitos e transformações naturais, sociais, culturais, paisagísticas numa localidade, e por este motivo, as abordagens do desenvolvimento do turismo devem considerar a sustentabilidade do turismo, estabelecendo o turismo sustentável como meio indutor de ações mais responsáveis relacionadas ao seu desenvolvimento.

Turismo sustentável

O turismo sustentável foi definido pela Organização Mundial de Turismo¹⁷ como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”. Assim, busca atender às atuais necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida para o desenvolvimento regional, enquanto conserva os recursos naturais e mantém a integridade cultural da população local, promovendo a responsabilidade coletiva e a satisfação das expectativas dos turistas de maneira que a atividade possa continuar indefinidamente proporcionando os benefícios propostos¹⁸.

É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.¹⁹

¹⁷ cf. p. 24. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

¹⁸ UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Tourism and local agenda 21: the role of authorities in sustainable tourism**. Paris, France: UNEP; Division of Technology, Industry and Economics Production and Consumption Branch; International Council for Local Environmental Initiatives, 60p, 2003.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME; WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers**. Paris, France; Madrid, Spain: UNEP/WTO, 2005, 210p.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. **Measuring sustainability in a mass tourist destination: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja**, Spain. *Journal of Sustainable Tourism*, Clevedon, v.11, n.2/3, p.181-202, 2003b.

¹⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24.

Nesta declaração, a OMT amplia os princípios do desenvolvimento turístico sustentável à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de um adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à ampla distribuição dos benefícios do turismo por toda a sociedade.

O desenvolvimento turístico sustentável é um processo de mudança qualitativa, produto da vontade política que, com a participação imprescindível da população local, adapta o marco institucional e legal, assim como os instrumentos de planejamento e gestão, a um desenvolvimento turístico baseado em um equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social do desenvolvimento²⁰.

Segundo a UNEP e WTO²¹, o turismo sustentável não representa uma forma especial de turismo. Em realidade, todas as formas de turismo deveriam ser sustentáveis e esse deveria, em tese, ser o compromisso central em planejamento. A sustentabilidade do turismo é consequência, portanto, da responsabilidade de todos os segmentos nele envolvidos.

Os princípios de sustentabilidade se referem aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento turístico, tendo que estabelecer um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. A UNEP e WTO recomendam os seguintes princípios norteadores para o planejamento em turismo sustentável:

- A conservação ambiental e a otimização do uso dos recursos ambientais, que se constituem em elementos fundamentais do desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica contínuas no tempo e no espaço;

²⁰ Cf. p.108. VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible**. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, p.105-129, 2003a.

²¹ UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Tourism and local agenda 21: the role of authorities in sustainable tourism**. Paris, France: UNEP; Division of Technology, Industry and Economics Production and Consumption Branch; International Council for Local Environmental Initiatives, 60p, 2003.

- O respeito à autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seu estilo de vida e valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão intercultural e tolerância;
- A garantia de operações econômicas viáveis (eficiência e crescimento de longo prazo), com a geração de benefícios socioeconômicos distribuídos para todos os atores envolvidos (elevação da qualidade de vida e equidade social), incluindo oportunidades de emprego estável e obtenção de investimentos e serviços sociais, de maneira que contribuam à redução da pobreza.

Considerando a complexidade do conceito de turismo sustentável e a dificuldade de fazê-lo operacional, identifica-se um conjunto de princípios que devem guiar os esforços orientados à sustentabilidade²²:

- O turismo sustentável deve entender-se como uma forma de turismo que é capaz de manter sua viabilidade em um local durante um tempo indefinido;
- Um local ou território unicamente pode conseguir um turismo sustentável quando todos os agentes (organismos públicos, empresas e residentes) têm um comportamento sustentável;
- A magnitude e o tipo de desenvolvimento turístico deveriam variar em cada local ou território de acordo com suas próprias características ambientais e socioculturais, e o próprio papel que o setor turístico e outros setores econômicos podem exercer;
- O desenvolvimento turístico deve ser planejado e gerido de forma que não provoque sérios problemas ambientais e socioculturais na localidade turística;

²² MEDINA NUÑOZ, R.D.; MEDINA MUÑOZ D.R. **Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico.** In: CONGRESO DE TURISMO, UNIVERSIDAD Y EMPRESA, 5., 2002, Benicasim. La calidad integral del turismo. Valencia (España): [s.n.], 2003. p.289-306.

- A qualidade ambiental global da região turística dever ser mantida e melhorada onde seja necessário;
- Os recursos naturais, históricos, culturais e de outro tipo que possam formar parte da oferta turística de um destino devem ser conservados para seu uso contínuo no futuro, além de trazer benefícios para a sociedade atual. Neste sentido, a proteção de patrimônio, tanto cultural como natural e o histórico-artístico, deve guardar um equilíbrio entre rentabilizar seu aproveitamento e a manutenção que requer grande parte deste patrimônio;
- A adequada ordenação dos recursos territoriais, planejando o espaço e considerando a compatibilidade dos usos e aproveitamento racional dos recursos;
- Deve manter-se um alto nível de satisfação do turista, de forma que os destinos turísticos retenham sua possibilidade de ser comercializados e sua popularidade;
- As novas expectativas e exigências dos turistas requerem uma renovação constante da oferta. Além disso, é necessário adaptar-se à tendência dos destinos turísticos ecológicos e buscar a qualidade ambiental;
- Com relação à promoção e comercialização, a maior sensibilidade ecológica dos turistas exige uma adaptação na promoção que se emprega a região turística; e
- Os benefícios do turismo devem ser amplamente estendidos na sociedade e os distintos agentes que a integram.

O turismo sustentável não deve ser considerado, portanto, como uma estrutura rígida, mas preferivelmente como um modelo adaptável que reconhece uma variedade de abordagens de acordo com circunstâncias específicas²³.

²³ HUNTER, C. Sustainable tourism as na adaptative paradigm. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Science, New York, v.24, n.4, p.850-867, 1997.

O objetivo do turismo sustentável fundamenta-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, deve buscar o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e culturais existentes, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social numa perspectiva ética e direcionada para as comunidades locais. É um processo de mudança qualitativa das iniciativas políticas que incluem a participação indispensável da população local e adaptam as estruturas legais e institucionais no sentido de realizar o desenvolvimento sustentável²⁴.

Turismo sustentável e a participação da sociedade

Segundo Petersen e Romano²⁵, projetos bem-sucedidos de desenvolvimento estão, em geral, associados às condições primordiais de: participação da sociedade civil na elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras; e enfoque local no processo de desenvolvimento.

Inclusive na Lei Geral do Turismo²⁶, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, o artigo 5º aponta o “objetivo de [...] planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, [...] com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica”.

O incentivo à efetiva participação da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico busca propiciar o seu envolvimento de maneira consciente na definição das ações desejáveis de desenvolvimento regional, a fim de incorporar os princípios sustentáveis e valores éticos nos propósitos de planejamento da atividade turística.

²⁴ VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible**. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, p.105-129, 2003a.

²⁵ PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 144p, 1999.

²⁶ BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2008, ano 145, nº181. Seção 1, p.168 (1-5).

A busca da sustentabilidade deve enfatizar precisamente as propostas que permitam a verdadeira e eficiente inclusão dos membros da comunidade local com a determinação e capacidade para realizá-las, implicando numa maior propriedade e participação dos benefícios gerados pela atividade turística²⁷.

Segundo Padín Fabeiro²⁸, as comunidades locais possuem uma identidade própria que permite novas iniciativas e ações estratégicas de desenvolvimento local.

Assim, o diálogo com as comunidades deve ser intenso e aberto, deve contemplar visões diferentes de mundo, deve encontrar caminhos não vislumbrados apenas por uma ótica, enfim, deve haver uma interação entre as diferenças e valorização da diversidade.

As comunidades, se postas em ação, implementariam um novo ritmo na ordem do desenvolvimento, um ritmo endógeno e dinâmico, que contribuiria para a proposta da sustentabilidade, que não seria equitativa de outra maneira²⁹.

Os espaços de participação também precisam ser abertos para que sejam ocupados pelos saberes e culturas das comunidades envolvidas nos processos de desenvolvimento sustentável³⁰. Devem-se encontrar mecanismos para que as comunidades receptoras de turismo, conscientes da importância desta atividade, da importância de seus valores culturais e conhecedoras das especificidades dos

²⁷ JIMÉNEZ MARTÍNEZ, A.J.; HIRABAYASHI, Y. De la teoría a la práctica em la sustentabilidad y la participación comunitaria: na propuesta metodológica. In: NIEVES, S.G. **Desarrollo turístico y sustentabilidad**. Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, p. 37-56, 2003.

²⁸ PADÍN FABEIRO, C. **El desarrollo endógeno local, estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos**: aplicación al caso del Baixo Miño. 2004. 373f. Tesis (Doctorado en Ciencias Economicas) – Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Vigo, 2004.

²⁹ RANAURO, M.L. **Sustentabilidade numa perspectiva endógena**: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n.14, p.21-28, dez. 2004.

IRVING, M.A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.P.; MELO, G.M. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. **Caderno Virtual de Turismo**, Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n.18, p.1-7, dez. 2005.

³⁰ RANAURO, 2004.

recursos naturais e culturais locais, passem a buscar no turismo oportunidades para o desenvolvimento local sustentável³¹.

O turismo participativo e o turismo de base comunitária

Notoriamente o turismo envolve dinâmicas complexas da relação homem-natureza e as atividades ligadas a ele precisam garantir o cumprimento das premissas de conservação ambiental, social e cultural.

Envolver a comunidade com o intuito de promover o desenvolvimento de um turismo participativo se faz necessário:

Comunidades anfitriãs, esclarecidas e conscientes de sua responsabilidade para o sucesso do desenvolvimento turístico, podem participar e se envolver, de maneira ativa e efetiva, nos processos decisórios locais, permitindo o seu posicionamento de forma crítica, a fim de valorizar a sua identidade e o seu interesse local pelo turismo, fortalecendo os princípios sustentáveis do desenvolvimento³².

O turismo de base comunitária se constitui em uma alternativa real aos padrões “pasteurizados” de mercado, principalmente no contexto atual, quando são evidentes as tendências de expansão de uma nova forma de se fazer turismo, associada a compromissos de responsabilidade social e ambiental.

Tendo como inspiração estas novas tendências, a temática da sustentabilidade passa a ocupar o primeiro plano em planejamento. Neste caso, não apenas se busca assegurar a participação das populações locais em todas as etapas do processo, mas também a “qualidade” ambiental e social do destino³³.

³¹ CORIOLANO, L.N.M.T. Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. In: _____. (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE – Universidade Estadual do Ceará, p 110-121, 1998.

³² cf. p. 6. HANAI, F.Y., ESPÍNDOLA, E.L.G. **Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo**: uma proposta para envolvimento e participação de comunidades locais. Revista Turismo em Análise, vol.22, nº1, p.2-24, 1 abr. 2011.

³³ IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem, 2009, p.108-121.

O turismo comunitário não está centrado somente na atividade turística, uma vez que representa uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável que abrange diversas dimensões - política, cultural, econômica, humana - da vida em sociedade.

A perspectiva da participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos, representa um elemento essencial para a sustentabilidade das iniciativas propostas e para a garantia ética de conservação do patrimônio natural e cultural. A importância do tema da participação social como um real diferencial em turismo de base comunitária, em termos de possibilidade de empoderamento, governança democrática e inclusão social³⁴.

A participação social no turismo comunitário é uma “oportunidade de inserção de atores sociais e econômicos de assumirem papel ativo na organização da oferta de produtos e serviços em destinos turísticos”³⁵.

A organização de tais atores em espaços definidos e formalizados é importante para mobilizar, organizar e planejar a estratégia para a inserção dos produtos e serviços desenvolvidos nessas comunidades no mercado, além de incentivar a colaboração, a interdependência e o desenvolvimento endógeno local³⁶.

Pode-se citar como partes interessadas diretas e indiretas no desenvolvimento do TBC: Associações de moradores; Cooperativas e Empreendedores locais; Comunidade local; ONGs; Viajantes independentes e turistas responsáveis; Prestadores de serviços turísticos; Agências e operadoras de turismo; Universidades e Institutos de Pesquisa e Poder público (municipal, estadual e federal).

³⁴ IRVING, 2009.

³⁵ MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública/** Ministério do Turismo. – Brasília. 2010.

³⁶ MTUR, 2010, p. 11.

Uma premissa essencial é que o Turismo de Base Comunitária se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas³⁷.

Com relação ao turismo, onde a ideia é explorar o local onde essas pessoas vivem, vários são os motivos para se tratar as questões sob a ótica da comunidade, que deve ser inserida nas discussões sobre as opções de desenvolvimento possíveis para decidir sobre as alternativas a serem adotadas. Caso contrário, “os destinos do turismo serão conduzidos por atores e grupos que, na maioria das vezes, não refletem e não atendem os interesses da população local”³⁸.

Diante das questões relacionadas à realidade das comunidades locais, em que há dependência da exploração de recursos, distanciamento geográfico, falta de atendimento adequado à saúde e a educação, faz-se necessária a abordagem de diversas variáveis envolvidas neste complexo contexto onde se inserem os processos de planejamento turístico e a participação comunitária³⁹.

Princípios e abordagens do turismo comunitário

De acordo com Coriolano⁴⁰, o desenvolvimento comunitário exige um conjunto de princípios que configuram as estratégias desse desenvolvimento, tais como:

- Princípio das necessidades sentidas: as iniciativas de trabalho nas comunidades têm que partir das necessidades sentidas pela população e não

³⁷ IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem, 2009, p.108-121.

³⁸ cf. p. 123. LOPES, A. O. B., et al. **Turismo como Vetor de Desenvolvimento Local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer**. Revista Turismo em Análise. Vol. 23, n. 1, p. 104-127, 17 abril 2012.

³⁹ COELHO, E.A. Refletindo sobre Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, pp.313-326, jan/abr-2013.

⁴⁰ CORIOLANO, L.N.M.T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem, 2009, p.277-288.

apenas da consciência e orientações técnicas, de pessoas externas à comunidade;

- Princípio da participação: requer envolvimento profundo da população residente na construção de um processo que pode ser considerado como desenvolvimento;
- Princípio da cooperação: a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública, permitindo a formação de parcerias com setores público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário;
- Princípio da auto-sustentação: os processos de transformações econômicas e socioespaciais precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários mediante mecanismos que previnam os efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos;
- Princípio da universalidade: o êxito esperado é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos e interesses específicos).

Em convergência a esses princípios, o Ministério do Turismo⁴¹ também pontua:

i) a autogestão; ii) o associativismo e cooperativismo; iii) a democratização de oportunidades e benefícios; iv) a centralidade da colaboração, parceria e participação; v) a valorização da cultura local e, principalmente, vi) o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando a apropriação por parte destas comunidades dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (p. 16).

Aplicados esses conceitos, um turismo mais humano ganha destaque, independentemente da nomenclatura que se dê a ele, pois a ideia de que o lazer e as férias possam transformar-se realmente em um campo de aprendizado e de

⁴¹ MINISTÉRIO DO TURISMO. Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública/ Ministério do Turismo. – Brasília. 2010.

experiências em que é possível exercer a compreensão mútua e a solidariedade, ganha força (FROESE, 2009)⁴².

Porém, mesmo baseado em todas essas diretrizes e princípios, o TBC tem que se valer de algumas reflexões e mecanismos para que não se torne exatamente no oposto do que se propõe. Alguns cuidados são necessários para o seu desenvolvimento sustentável:

(i) As experiências de Turismo de Base Comunitária bem sucedidas não podem ser interpretadas como passíveis de reaplicação em outras localidades e contextos. Tal atitude faria do desenvolvimento situado um objeto de reprodução seriada, ou seja, uma contradição nos próprios termos da questão; (ii) O Turismo de Base Comunitária deve ser encarado em uma perspectiva possibilista e não determinista e prescritiva para o desenvolvimento situado e o turismo. Não podemos interpretá-lo como um modelo estanque, com uma configuração fixa e capaz de atender toda e qualquer realidade e (iii). Deve-se, ainda, reconhecer que iniciativas de Turismo de Base Comunitária não estão isentas de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse⁴³.

Tais ressalvas são feitas também por Coriolano e Vasconcelos⁴⁴: “o turismo pode ser atividade viável e impulsionadora do desenvolvimento para determinada região e não ser para outra”. Pois ainda segundo os autores, “promover a região não significa isolá-la, nem defender autossuficiência, mas requer políticas que fortaleçam e qualifiquem suas estruturas internas, tornando-as abertas, mesmo sob influência de contradições da economia de mercado”.

⁴² FROESE, V. F. **Ecoturismo de Base Comunitária**: possibilidade para o desenvolvimento turístico em Oriximiná/PA. 2009. 128p. Monografia (Graduação em Turismo) UFF, Niterói, 2009.

⁴³ BURSZTYN *et al.* *apud* HALLACK *et al.*, p. 17.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem, p.76-91, 2009.

HALLACK, N. et al. Turismo de Base Comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambientalmente Sustentável**, ano V, vol. I, núm. 9-10, páginas 37-55, jan/dez-2011.

⁴⁴ *cf.* p. 102. CORIOLANO, L.N.M.T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem, 2009, p.277-288.

Para Irving⁴⁵, embora frequentemente atores externos funcionem como “indutores” do turismo de base comunitária, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo.

O protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento.

O turismo comunitário possui dimensão humana e cultural, vale dizer até antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida⁴⁶.

O foco é do modo de vida dessas comunidades, seus saberes, afazeres, sua relação com a natureza, seu patrimônio cultural, pois é este o fator que diferencia o TBC do turismo convencional e o torna atrativo frente ao mercado.

Para Coriolano⁴⁷, “o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”.

Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. [...] No turismo comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o

⁴⁵ IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem, 2009, p.108-121.

⁴⁶ MINISTÉRIO DO TURISMO. Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública/ Ministério do Turismo. – Brasília. 2010.

⁴⁷ cf. p. 282. CORIOLANO, L.N.M.T. **O turismo comunitário no nordeste brasileiro**. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem, 2009, p.277-288.

lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista; daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam os enfrentamentos⁴⁸.

Sendo assim, quando uma comunidade se decide por desenvolver o TBC é importante que ela passe por um processo de fortalecimento, tornando as relações culturais, sociais, econômicas, ambientais e políticas existentes ainda mais estreitas, de modo que a mesma possa idealizar de forma endógena e segura de seus valores e princípios, os melhores caminhos para o desenvolvimento local, pois não há fórmula a ser seguida e sim objetivos claros a serem alcançados e experiências a serem vivenciadas, tanto por quem visita, quanto por quem recebe.

No Brasil, o turismo de base comunitária vem se apresentando em casos que têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades, a luta pela terra, a luta pelo direito à memória cultural e a luta por uma educação digna⁴⁹.

Experiências e casos do desenvolvimento do turismo comunitário

O TBC no Brasil ainda é muito recente, suas experiências mais antigas surgiram no final da década de 1980 e 1990⁵⁰, porém algumas iniciativas já despontam em todo o território nacional, com diferentes graus de maturidade.

No Brasil, existe a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) e a Rede Cearense de Turismo Solidário e Comunitário (Rede TUCUM), articuladores de muitas das iniciativas e fundamentais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil⁵¹.

⁴⁸ CORIOLANO, 2009, p. 283.

⁴⁹ SAN SOLO, D. G, BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro** in Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras, p. 142-161, 2009.

⁵⁰ BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia**. 2012. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

⁵¹ BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem, 2009.

Acrescenta-se a esses atores alguns movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, de economias solidárias, organizações ambientais e ONGs, todos empenhados nesta tarefa de encontrar outros caminhos para o desenvolvimento⁵².

No Brasil, muitas comunidades fazem parte dessas Redes de Turismo Comunitário e os projetos se encontram em todas as regiões do país.

No Norte e Nordeste, pode-se citar como exemplos: Pedras Negras no Vale do Guaporé (em Rondônia), Mamirauá e Silves no Amazonas, Ilha de Cotijuba, em Belém, Diogo Lopes, no Rio Grande do Norte, e as comunidades de Ponta Grossa, Tremembé, Tatajuba, Balbino, Batoque, Coqueirinho, Conjunto Palmeiras, Nova Olinda, Barra das Moitas, Caetanos de Cima, Curral Velho, Prainha do Canto Verde, no Ceará⁵³.

Com grande destaque na região Sul do país há o Projeto Acolhida na Colônia com sede no município de Santa Rosa de Lima (SC). Ainda no sul há o Projeto de Turismo Comunitário (no âmbito da Agenda 21) da Comunidade Lagoa de Ibraquera nos municípios de Imbituba e Garopaba (SC), e o Projeto Zona do Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento na micro-bacia do Rio Sagrado, município de Morretes, Paraná⁵⁴.

Reflete-se a partir da diversidade de projetos e diferentes propostas de TBC apresentados sobre a potencialidade do Brasil para o desenvolvimento do mesmo, visto a grande pluralidade de opções que o país oferece.

No quadro 12.1 são apresentadas algumas iniciativas de Turismo de Base Comunitária no Brasil.

⁵² CORIOLANO, 2009.

⁵³ CORIOLANO, 2009.

⁵⁴ CORIOLANO, L.N.M.T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem, 2009, p.277-288.

Quadro 12.1 Iniciativas de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Brasil. Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Iniciativas de Turismo de Base Comunitária no Brasil	
1	Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé) - Rondônia
2	Base Local Ecoturismo: promovendo o turismo de base comunitária na Costa do Cacau- Bahia
3	Comunidade do Rio Sagrado – Morretes - Paraná
4	Comunidades: O Quilombo Ivaporunduva, a Vila Caiçara Marujá e a Aldeia Guarani Mbya-Pindoty – Vale do Ribeira – São Paulo
5	Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá - Pará
6	Ecoturismo Comunitário na Amazônia Brasileira: Pousada Aldeia dos Lagos – Silves - Amazônia
7	Ecoturismo de base comunitária no Pólo Tapajós – Santarém - Pará
8	Fazenda Modelo Quilombo D’Oiti – Itacaré - Bahia,
9	Grupo Calumbé - Comunidade de Lençóis, Chapada Diamantina - Bahia
10	Mosaico do baixo Rio Negro - Parque Nacional de Anavilhanas – Amazonas
11	Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaruçu – Palmas -Tocantins
12	Povoado Capivari – Vale do Jequitinhonha, - Minas Gerais
13	Prainha do Canto Verde - Beberice - Ceará
14	Projeto Acolhida na Colônia - Santa Rosa de Lima – Santa Catarina
15	Projeto Sana Sustentável – Macaé – Rio de Janeiro
16	Projeto Trilhas Griôs de Lençóis- Lençóis -Bahia
17	Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó Tapajós - Praia do Pesqueiro- Pará
18	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Tefé – Amazonas
19	Reserva Extrativista de Curralinho - Rondônia
20	Reserva Extrativista de Pedra Negra - Rondônia
21	Santa Maria do Baixo Acará - Trilha do Cutiti - Pará

Quadro 12.1: Iniciativas de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Brasil (continuação).

Iniciativas de Turismo de Base Comunitária no Brasil	
22	Serra do Amolar, Estrada Parque Pantanal e Porto Murtinho- Pantanal – Mato Grosso do Sul
23	Território da Serra do Brigadeiro - Minas Gerais
24	Tramas em Riacho Doce – Maceió – Alagoas
25	Um Vale Verde de Verdade – Pirenópolis - Goiás

O turismo de base comunitária no contexto amazônico

Fazendo um recorte para a Amazônia, já são inúmeras as iniciativas de TBC em comunidades tradicionais, principalmente as inseridas em Unidades de Conservação (UCs), onde o turismo pode ser praticado como atividade econômica se planejado e executado de acordo com seus respectivos Planos de Manejo.

Considerando a sociobiodiversidade e fonte de recursos naturais que a Amazônia apresenta, esta tem papel estratégico quando se fala em turismo no Brasil, seja ele tradicional, reforçando talvez o imaginário da selva, ou o comunitário, onde se vivencia além do que é estereotipado, sendo por si só um atrativo para turistas responsáveis para a região.

Um mapeamento inicial feito na região amazônica indica um grande potencial para o desenvolvimento do TBC em toda a região. O apelo ambiental e curiosidade em torno dos hábitos e modos de vida das populações ribeirinhas estimulam a imaginação de viajantes em todo o mundo. A ideia de uma Amazônia única e homogênea é logo desfeita diante da diversidade de ambientes e histórias que compõem a cultura dos povos ribeirinhos e indígenas.⁵⁵

O TBC é uma atividade relativamente recente na região Amazônica, no entanto, a profissionalização da atividade é um desafio. Questões relacionadas a infraestrutura, planejamento e integração das atividades turísticas a serem

⁵⁵ BURSZTYN, 2012, p. 100.

oferecidas, acesso ao mercado para comercialização dos produtos e serviços, falta de orçamento e capacitação das comunidades para a gestão do TBC ainda são entraves para que o TBC seja uma opção viável de geração de renda a longo prazo.

Mesmo com experiências importantes surgindo por toda a região amazônica, podemos afirmar que poucas iniciativas estão bem estruturadas e com operação constante. Na maior parte, ainda estão promovendo discussões internas sobre os rumos do turismo na localidade, bem como realizando um trabalho de mobilização e qualificação para a prestação de serviços. No que tange especificamente ao processo de comercialização, a maior parte ainda não sente a necessidade de aumentar o fluxo de visitantes, pois ainda não tem capacidade para atender a uma demanda maior⁵⁶.

Na Amazônia o expressivo número de Reservas Extrativistas (Resex), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Parques Nacionais e Estaduais, modalidades de Unidades de Conservação “estimulam as populações locais a se organizarem em torno da atividade turística, apontada como uma possível fonte de renda, capaz de amenizar eventuais perdas econômicas provenientes da restrição do uso dos recursos naturais na região”⁵⁷.

As experiências autointituladas de turismo de base comunitária existentes no Estado do Amazonas são: Pousada Aldeia dos Lagos, localizada no município de Silves, Pousada Uacari, localizada no município de Tefé; Turismo Comunitário no Rio Unini, município de Barcelos e Turismo Comunitário no Baixo Rio Negro, no município de Manaus⁵⁸.

No estado do Pará são encontradas as seguintes experiências: Ecoturismo Comunitário no Polo Tapajós, localizado no município de Santarém; Cooperativa de turismo comunitário no município de Curuçá e Projeto VEM – viagem encontrando Marajó, no município de Soure. No Tocantins é encontrada a experiência de turismo Comunitário em Taquaruçu, distante 32km da capital Palmas⁵⁹.

⁵⁶ BURSZTYN, 2012, p. 103.

⁵⁷ BURSZTYN, 2012, p. 100.

⁵⁸ NOVO, 2012.

⁵⁹ NOVO, 2012.

Destaca-se algumas experiências para melhor entendimento do processo de desenvolvimento do TBC nessas comunidades.

Pousada Aldeia dos Lagos

A Pousada Aldeia dos Lagos é um exemplo de TBC na Amazônia e está localizado no município de Silves, no Estado do Amazonas está localizado a 300 km a leste de Manaus de Silves e é um dos mais antigos da Amazônia, sendo originário de uma missão indígena fundada em 1663⁶⁰.

A ideia do desenvolvimento do mesmo surgiu quando houve a proibição da pesca em determinados períodos do ano e a diminuição das áreas destinadas à atividade levantou o debate sobre alternativas para a geração de trabalho e renda na região⁶¹.

Dessa maneira viabilizou-se o primeiro empreendimento comunitário de Ecoturismo da Amazônia, onde a renda gerada por meio dos pacotes turísticos oferecidos para aos visitantes hospedados na Pousada Aldeia dos Lagos⁶², é utilizada em benefício da conservação do sistema de lagos de pesca da região, e para a melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos⁶³.

Pousada Uacari

A Pousada Uacari é um empreendimento ecoturístico, criada em 2001, com o apoio do Instituto Mamirauá, a Pousada é hoje referência para o ecoturismo brasileiro, figurando dentre os melhores hotéis do Brasil (segundo a National

⁶⁰ PROJETO BAGAGEM, 2010b.

⁶¹ PROJETO BAGAGEM, 2010b.

⁶² SAMPAIO, C., et al. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 8, n. 1, p. 42-58, jan./mar. 2014.

⁶³ Projeto Bagagem. *Série Turisol de Metodologias. Turismo Comunitário: Agroturismo em Santa Catarina*. 2010a. Disponível em: http://projetobagem1.tempsite.ws/arquivos/livreto_acolhida_-03.pdf - Acesso em 18 de novembro de 2014.

Geographic Traveller e o guia Lonely Planet) e está localizada no interior da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá⁶⁴.

A Pousada Uacari é fruto do Programa de Ecoturismo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), uma sociedade civil sem fins lucrativos vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia⁶⁵.

Roteiro Arapiuns

O Roteiro Arapiuns, desenvolvido na região dos rios Tapajós e Arapiuns, nos arredores de Santarém no oeste do Pará, começou a ser desenhado em 2002 em parceria com o Projeto Bagagem e apresenta aos visitantes uma das regiões mais belas da Amazônia brasileira⁶⁶.

O Roteiro se desenvolve ao longo do Rio Arapiuns e visita quatro comunidades: uma na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (comunidade do Anã) e três do Projeto de Assentamento Extrativista Lago Grande (comunidades do Atodí, Arimum e Vila Amazonas)⁶⁷.

A partir da reflexão e análise dessas e outras experiências e TBC é que estruturar esse tipo de turismo é desafiador, principalmente quando se tem em mente a extensão territorial da Amazônia⁶⁸.

⁶⁴ BURSZTYN, 2012.

⁶⁵ BURSZTYN, 2012.

⁶⁶ BURSZTYN, 2012.

⁶⁷ BURSZTYN, Ivan. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia**. 2012. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

⁶⁸ NOVO, C.B.M.C. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM): caracterização e análise crítica**. 2011, 142p, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2012.

Considerações finais

O TBC é uma alternativa viável, aplicável e sustentável, contrapondo-se ao turismo de massa, que apresenta atualmente mais impactos negativos do que positivos, pois desconsidera as peculiaridades e relações que precisam ser estabelecidas entre o visitante e o local visitado.

O TBC é considerado um fenômeno que vem sendo percebido não só pelos poderes públicos, privados e do terceiro setor que incentivam a formulação e criação de políticas públicas e de incentivo ao desenvolvimento do turismo responsável, por meio de planos, programas, prêmios, convênios e outros mecanismos, mas também pelo “turista”, que passa a ser percebido e querer perceber-se como parte ativa da experiência a que eles está se propondo, tornando-se “vivente” do local visitado.

Trata-se de um avanço no entendimento da importância da interculturalidade por meio do TBC, pois conhecimentos não se anulam, se complementam, e assim sendo, promover esse convívio entre pessoas e culturas diferentes é benéfico para ambas as partes. Por meio de iniciativas do TBC, ultrapassa-se o sentimento de que o receptor tem que explorar o visitante para obter lucro, e do visitante muitas vezes não reconhecer o valor do local visitado e explorar a população visitada, e portanto, estabelece-se uma relação justa, colaborativa e sinérgica entre os turistas e os anfitriões.

Todavia, o conceito de TBC e todos os princípios que o caracterizam emergiram há poucos anos e é ainda pouco estudado pela academia mesmo pelos estudiosos da área, o que evidencia a necessidade de um esforço em aumentar a produção e diversidade bibliográfica (de experiências e autores) sobre o tema, assim como fomentar novas iniciativas e empreendimentos.

Novas experiências e investimentos em TBC consequentemente aumentarão a visibilidade e ressaltará a importância do tema nas agendas de discussão dos poderes públicos, fomentando a criação de Políticas Públicas que visem fornecer mecanismos que possibilitem a sustentabilidade de iniciativas do TBC no país. O papel das Políticas Públicas é ainda mais importante quando se trata do TBC na

Amazônia, considerando que a grande maioria das iniciativas estão sendo desenvolvidas em Unidades de Conservação.

Sansolo e Bursztyn⁶⁹ em sua pesquisa sobre TBC no Brasil afirmam que o Turismo de Base Comunitária vem se apresentado como uma nova funcionalidade para as comunidades do meio rural do interior e da região costeira. Seu potencial vai além do mero benefício econômico que as populações locais podem ter com o aumento no fluxo de visitantes.

Por meio do TBC, as comunidades vêm revalorizando sua identidade cultural, lutando pela manutenção de seus modos de vida, pelo direito à terra, se empoderando por meio da criação de redes solidárias, de proximidade por meio da criação de novos vínculos sociais, econômicos e culturais, bem como da valorização da conservação ambiental como um valor intrínseco aos seus modos de vida e não como uma externalidade a ser mercantilizada⁷⁰.

É preciso que haja subsídio técnico e teórico para que essas populações possam desenvolver o TBC de maneira prática e que seja condizente com a sua realidade, pois percebe-se um viés “romantizado”, perfeito na teoria e impossível na prática, o que de fato ainda o é.

Considerando que uma proposta de TBC vai na contramão do mercado exploratório dominante, existem vários desafios e muitos empecilhos para superar, que dependem da mudança de valores dos turistas e da adaptação das comunidades conforme as mudanças sociais e econômicas ao longo do tempo.

É importante também entender o papel das organizações internas e externas nas comunidades ribeirinhas, a participação ativa da comunidade, organizada e ciente dos seus objetivos é um fator imprescindível para o desenvolvimento do TBC,

⁶⁹ SANSOLO, D. G, BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro** in Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras, p. 142-161, 2009.

⁷⁰ SANSOLO, D. G, BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro** in Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras, p. 142-161, 2009.

pois além do potencial turístico, dos atrativos naturais e da cultura fortalecida, é imprescindível que uma comunidade receptora possua um arranjo institucional organizado e atuante de modo a representar os interesses dos moradores locais.

Tal aspecto é importante não só para o sucesso do desenvolvimento do turismo local, mas para que haja independência e interações positivas entre os atores envolvidos e os de agentes externos. Cabe a cada comunidade saber lidar com essas parcerias de forma que elas não se tornem soberanas sob as decisões comunitárias, mas sim que as organizações envolvidas atuem colaborativamente para o desenvolvimento e consolidação desse tipo de iniciativa.

O grande desafio do TBC está na unicidade da sua aplicação, que deve ser conduzido de maneira participativa e endógena, respeitando as peculiaridades do local e proporcionando satisfação tanto da comunidade receptora quanto do visitante.

Sobre os organizadores

Silvio Eduardo Alvarez Candido

Professor de Estudos Organizacionais e do Trabalho do Departamento de Engenharia de Produção, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e do Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações e Sistemas Públicas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui doutorado pela UFSCar, com período no Departamento de Estratégia e Organizações da Universidade de Alberta, no Canadá e pós-doutorado na Universidade de Stanford. Foi Professor Visitante na Universidade de Stanford (2018-2019). Atua nas áreas de Estudos Organizacionais e do Trabalho, enfocando suas pesquisas na relação entre de aspectos históricos, políticos e culturais envolvidos na dinâmica da ação coletiva. Dentre seus temas de interesse, incluem-se a influência do ambientalismo nas dinâmicas das organizações e dos mercados e as transformações das concepções organizacionais dominantes nas empresas e no setor público.

Diógenes Valdanha Neto

Biólogo (USP), mestre em Educação Escolar (UNESP) e doutor em Educação (USP). Desenvolve ações de intervenção comunitária e pesquisas de campo na Amazônia desde 2007, iniciando essa trajetória junto ao NAPRA. Atualmente é professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, onde coordena o Laboratório de Meio Ambiente, Ciência e Educação (LAMACE-UFTM). Trabalha nas linhas de pesquisa “Educação Ambiental” e “Ensino de Ciências da Natureza”, com a formação de pesquisadores interdisciplinares gestores ambientais e/ou professores de Ciências/Biologia.

Contato: diogenesvn@gmail.com

Sobre os(as) autores(as)

André Munhoz de Argollo Ferrão

Professor Livre Docente da UNICAMP, Pós Doutorado em Barcelona, na Universitat Politècnica de Catalunya (Departamento de Urbanismo y Ordenación Territorial), Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/USP, Mestre em Engenharia Agrícola (Arquitetura Rural) pela UNICAMP, possui Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Economia de Empresas, pela PUC-Campinas, é Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista. Atua profissionalmente na UNICAMP desde 1994, sendo Professor Universitário em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) junto à FEC, ao Instituto de Geociências – IG e ao CEPAGRI. Ministra aulas, coordena projetos e pesquisas na Graduação e na Pós-graduação. Áreas de atuação: Patrimônio e Paisagem Cultural; Desenvolvimento Local e Regional Sustentável; Planejamento Territorial, Rural e Urbano; Planejamento da Paisagem; Ordenamento Territorial, Resiliência, Sustentabilidade e Redução do Risco de Desastres. Atuou em diversos Conselhos e Câmaras Técnicas como representante da UNICAMP: Conselheiro do Condephaat (Estado de São Paulo / 2 mandatos); Conselheiro do Condepacc (Campinas / 2 mandatos); Conselheiro do Conphaaj (Jaguariúna / 1 mandato); Membro da Câmara Técnica de Recursos Naturais (Comitê de Bacias PCJ); Conselheiro do CREA-SP (Estado de São Paulo / 1 mandato); entre outros. Autor de dezenas de artigos publicados em periódicos indexados nas áreas em que atua. Autor de livros e capítulos de livros. Autor do livro “Arquitetura do Café” (2004) – Prêmio Jabuti na categoria “Arquitetura e Urbanismo, Arte, Fotografia e Comunicação”. Vem sendo constantemente chamado a proferir Palestras e Conferências no Brasil e no Exterior sobre temas pertinentes às áreas em que atua. Em 2015 foi publicada a 2a. ed. de “Arquitetura do Café”, obra referência para diferentes áreas do conhecimento.

Andrea Silveira

Graduada em Psicologia pela PUCPR (1995), com mestrado em Psicologia: Psicologia e Sociedade pela UFSC (1999) e doutorado em Psicologia: Psicologia Social pela PUCSP (2007). Desenvolve projetos de pesquisa e de intervenção psicossocial em parceria com ONGs nacionais e internacionais, com ênfase em políticas públicas e saúde comunitária. Autora dos livros: Wontanara: estamos juntos?; Socialmente engajados: refletindo sobre intervenção psicossocial; Guiné-Fagni: a trajetória de uma mulher africana.

Artur de Souza Moret

Possui graduação em Física pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Ensino de Ciências (Modalidade Física e Química) pela Universidade de São Paulo e doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, em níveis de Mestrado e Doutorado. Tem experiência na área de planejamento em Energia Elétrica, com ênfase em Geração da Energia Elétrica com biomassa locais, atuando principalmente nos seguintes temas: geração descentralizada, fontes renováveis, energias alternativas, planejamento de sistemas descentralizados de energia elétrica, eficiência energética, cadeias produtivas de biomassa energéticas.

Ayri Saraiva Rando

Doutorando em Engenharia Civil (Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais - RHEA) na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas – FEC/UNICAMP, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Acre, Especialista em Gestão de Processos de Negócios (BPM) pela Faculdade Impacta Tecnologia e Daryus Centro Educacional e Processamento de Dados, Engenheiro Ambiental formado na Escola de Engenharia da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba. Foi consultor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM no escritório de Brasília-DF, analista e consultor da CARE Brasil no Piauí e no Acre, consultor da CarbonCo, LLC na concepção de projetos de REDD+ no Acre, analista da empresa Floresta Desenvolvimento de Projetos no Acre e consultor da SOS Amazônia neste mesmo estado. Atualmente, analista de processos da P2A Assessoria Técnica Administrativa (P2A Escritório de Processos), Professor da Escola do Legislativo da Câmara de Vereadores de Piracicaba e Conselheiro do Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia.

Cassiano Sampaio Descovi

Mestre em Engenharia Civil (RHEA) pela FEC/UNICAMP e Engenheiro Ambiental pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Atualmente é aluno especial de Doutorado pela mesma universidade e pesquisador do Laboratório de Apoio Multicritério à Decisão Orientada à Sustentabilidade Empresarial e Ambiental - LADSEA. Atua em Engenharia Ambiental nas áreas de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos e ambientais, com ênfase em Análise Multicriterial, atuando principalmente nos seguintes temas: hidrologia, hidrologia determinística, previsão de enchentes e tomada de decisão.

Eduardo Michalichen Garcia

Doutorando em Engenharia de Produção pela UFSCar/DEP. Possui graduação e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Tem experiência nos temas de Agricultura agroecológica e Resíduos Sólidos domiciliares, com ênfase em empreendimentos econômicos solidários, atuando principalmente nas seguintes áreas: ergonomia, organização do trabalho, economia solidária e associativa, agricultura familiar, comunidade que sustenta à agricultura e estratégias de reprodução do campesinato.

Fernanda Veríssimo Soulé

Doutoranda em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com período sanduíche na Stanford University (Fulbright scholar). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFi/UFSCar), do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade, Poder, Organização e Mercado (NESPOM/UNESP) e do Núcleo de Estudos Organizacionais (NEO/UFSCar). Atua principalmente nas áreas de teoria das organizações, sociologia econômica e das finanças, sociologia dos mercados e sociologia das organizações, tendo como interesses específicos governança corporativa, mídia econômica e de negócios e empresas familiares. Também tem interesse nos temas: Amazônia, empreendimentos sociais e solidários, gestão participativa e processamento de produtos florestais não madeireiros (PFNM). É graduada e mestre em Engenharia de Produção pela UFSCar.

Frederico Yuri Hanai

É docente do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) do campus São Carlos-SP, no Curso de Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental e nos Cursos de Mestrado e de Doutorado (credenciado como orientador permanente) no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar. Possui pós-doutorado pelo Instituto de Ciências e Tecnologias Ambientais da Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha (ICTA/UAB) e pós-doutorado pelo Centro de Recursos Hídricos e Estudos Ambientais (CRHEA) da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP), é Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental, Mestre em Hidráulica e Saneamento, Especialista em Educação Ambiental e Recursos Hídricos, Engenheiro pela Universidade de São Paulo (EESC/USP) e Especialista em Ecoturismo, Educação e Interpretação Ambiental pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Atua no ensino de graduação e pós-graduação, em projetos de extensão universitária e desenvolve pesquisas científicas nas áreas de: Gestão Ambiental, Gestão da Água, Gestão de Bacias Hidrográficas; Sensibilização e Comunicação Ambiental; e Sustentabilidade, Turismo e Desenvolvimento Local.

Participa do Grupo de Pesquisa SUSTENTA (Sustentabilidade e Gestão Ambiental), no qual é líder e do Grupo de Pesquisa GEOTUR (Geografia, Espaço e Turismo).

Leonardo H. de Moura

Sou meditador, praticante de yoga e engenheiro florestal formado na UFPR. Desde quando comecei a trabalhar tenho tentado apoiar um tipo de desenvolvimento que tem como premissas a manutenção dos ecossistemas e a melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta. Trabalho desde 2013 na região do Médio Xingu no Pará. Já apoiei muitos povos diferentes - ribeirinhos, Xipaya, Kuruya, Arara, Parakanã, Xikrin - nas mais diferentes cadeias produtivas – da castanha-do-brasil ao cumaru, passando por óleos florestais, farinhas, sementes e até pescado. Enxergo o papel do Estado na garantia dos direitos dos cidadãos e no combate às desigualdades como algo fundamental e, portanto, sou um entusiasta das políticas públicas. Não só apoio organizações comunitárias a acessá-las, como tento melhorá-las através do diálogo com os órgãos do governo. Participo do NAPRA desde 2012 e hoje faço parte do Instituto Socioambiental. Vivo em Altamira com meus três cachorros em uma casa perto da beira do rio Xingu.

Lucas Moreira de Souza

Mestrando em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi membro do Laboratório SimuCAD/Ergo&Ação da Incubadora de Cooperativas Popular, ambos da UFSCar. Foi coordenador Núcleo de Apoio da População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA) e da Associação Cultural Rochedo de Ouro. Trabalhou na Accenture com projetos (Waterfall e Agile) de implantação de SAP módulos MM, FI, CO, PM, SD, CS e HR.

Maiara Rosa Silva Nunes

Mestranda em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (EESC/USP), Especialista em Gerenciamento de Projetos - Práticas do PMI pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/SP, 2018), Bacharela em Gestão e Análise Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 2015) e Técnica em Agenciamento de Viagens (Turismo) pela Escola de Ensino Técnico do Centro Paula Souza (ETEC, 2010), possuindo habilitação para Guia de Turismo Nacional e América Latina do Instituto Brasileiro de Turismo. Atua com temas de Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Inovação e Gestão de Empresas.

Marina Ertzogue

Professora Titular da Universidade Federal do Tocantins. Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Leciona no curso de História na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente (CIAMB) Mestrado e Doutorado. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (Mestrado) - UFT. Docente do curso de Pós-Graduação História das Populações Amazônicas -UFT (Mestrado profissional em História) Professora do curso de História -Graduação. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural e Metodologia da Pesquisa. Atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, cultura e ambiente, memória, imagens e história das sensibilidades, imprensa literária. História Ambiental, barragens, pulações ribeirinhas.

Monise Busquets

Jornalista, Doutora em Ciências do Ambiente e sua pesquisa versa sobre as violações dos direitos humanos sofridos por mulheres atingidas pela barragem de Belo Monte, Estado do Pará, Amazônia brasileira. Monise pesquisa ainda temas como Cultura e Meio ambiente, tendo como ponto focal de sua carreira acadêmica a relação de populações ribeirinhas com o território de origem e, em especial, com os corpos hídricos. Compõe a Rede de Barragens Amazônicas, grupo de trabalho conjunto entre a Universidade Federal do Tocantins, Universidade Federal de Rondônia e a Universidade da Flórida – USA. Atua ainda como Produtora Cultural, dentre suas produções, dirigiu o documentário "Da Luz da Vida à Água que Morre" ganhador do Prêmio Cacá Diegues de incentivo à cultura do Estado do Tocantins em 2012, a série documental "Barragens Hidrelétricas e Povos Indígenas" (2017) com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e documentário produzido na Universidade Norte do Arizona - Estados Unidos, financiado pela National Science Foundation - NSF: "Exploring the Colorado River Glen Canyon Dam Adaptive Management Program", (2017).

Raquel Rodrigues dos Santos

Sou Bióloga e mestre em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutoranda em Ecologia Aplicada na Universidade de São Paulo (USP). Há 15 anos trabalho com povos e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira, especialmente nos estados de Rondônia e Pará. Minhas especialidades são ações de extensão e pesquisa relacionadas à ecologia, manejo e cadeias de valor de produtos florestais não-madeireiros; e gestão participativa de florestas, com base no conhecimento ecológico local e educação popular. Participo do Projeto NAPRA desde 2004 e atuo também junto à outras

organizações do terceiro setor e governo, como o Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Valéria Oliveira de Vasconcelos

Educadora Popular, educadora física (Faculdade de Educação Física de Sato André/FEFISA), mestre em Educação Especial (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar); doutora em Educação pela UFSCar com a Universidade de Salamanca-Espanha. Pós-doutorado no departamento de pós-graduação em Educação Escolar da Universidade Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara) e no Departamento de Ciências Ambientais da UFSCar. Especialista em Epistemologias do Sul (CLACSO – Argentina). Docente do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)/Americana; pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSCar Práticas Sociais e Processos Educativos, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental (GEPEA-CNPq/UFSCar) e do Grupo Conhecimento e análise das intervenções na práxis educativa sóciocomunitária (CAIPE-CNPq/UNISAL). Vice-coordenadora do GT 06 - Educação Popular/Anped, 2020-2022. Membro do conselho consultivo do Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA). Eventualmente presta consultorias para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Socioambiental (ISA). Experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Popular e Educação Sociocomunitária, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura e diversidade, populações tradicionais, educação ambiental e formação de educadores.

ORGANIZADORES
SILVIO EDUARDO ALVAREZ CANDIDO
DIÓGENES VALDANHA NETO

Ação socioambiental na Amazônia

Educação, saúde e produção em comunidades

Esta obra promove a reflexão sobre a ação socioambiental na Amazônia brasileira, sendo voltada a pessoas dispostas a se engajar em ações socioambientais de conciliação entre conservação da floresta e o apoio a seus povos.

Os trabalhos trazem reflexões sobre diferentes dimensões, incluindo (i) território e meio ambiente; (ii) educação e cultura; (iii) saúde e saneamento; e (iv) trabalho e produção.

Abarcar essa amplitude temática envolveu um esforço interdisciplinar, reunindo autores de diversas áreas do conhecimento e com distintas perspectivas. Isso foi fundamental para impulsionar um horizonte de desenvolvimento que supere a visão economicista dominante, que confunde desenvolvimento com crescimento econômico.

